

ORGANIZADORES

Vitor Kochhann Reisdorfer

Ricardo Alberti

Hector dos Santos Facco

Kleber Destefani Ferretti

Juliana de Almeida Costa

DIVERSIDADES E ATUALIDADES

ações e reflexões
para as ruralidades

Coletânea de trabalhos apresentados
no 4º Colóquio do PPGExR/UFSM



ORGANIZADORES

Vitor Kochhann Reisdorfer

Ricardo Alberti

Hector dos Santos Facco

Kleber Destefani Ferretti

Juliana de Almeida Costa

DIVERSIDADES E ATUALIDADES

ações e reflexões
para as ruralidades

Coletânea de trabalhos apresentados
no 4º Colóquio do PPGExR/UFSM



Programa de Pós-Graduação
EXTENSÃO RURAL



2023
São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618

Diversidades e atualidades: ações e reflexões para as ruralidades
- Coletânea de trabalhos apresentados no 4º Colóquio do
PPGExR/UFSM / Organizadores Vitor Kochhann Reisdorfer,
Ricardo Alberti, Hector dos Santos Facco, et al. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2023.

Outros organizadores: Kleber Destefani Ferretti, Juliana
de Almeida Costa

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-688-7

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96887

1. Agronomia. 2. Administração. 3. Sociologia. I. Reisdorfer, Vitor
Kochhann (Organizador). II. Alberti, Ricardo III. Facco, Hector dos
Santos (Organizador). IV. Título.

CDD: 360

Índice para catálogo sistemático:

I. Agronomia

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegling Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegling
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	Yudalesmana113, Freepik - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Bernina Sans, Belarius Serif
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizadores	Vitor Kochhann Reisdorfer Ricardo Alberti Hector dos Santos Facco Kleber Destefani Ferretti Juliana de Almeida Costa

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fábrica Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jônata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Jacqueline de Castro Rimá <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Lucimar Romeu Fernandes <i>Instituto Politécnico de Bragança, Brasil</i>
Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Marcos de Souza Machado <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Michele de Oliveira Sampaio <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>
Catarina Prestes de Carvalho <i>Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil</i>	Pedro Augusto Paula do Carmo <i>Universidade Paulista, Brasil</i>
Elisiene Borges Leal <i>Universidade Federal do Piauí, Brasil</i>	Samara Castro da Silva <i>Universidade de Caxias do Sul, Brasil</i>
Elizabeth de Paula Pacheco <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Thais Karina Souza do Nascimento <i>Instituto de Ciências das Artes, Brasil</i>
Elton Simomukay <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>	Viviane Gil da Silva Oliveira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Francisco Geová Goveia Silva Júnior <i>Universidade Potiguar, Brasil</i>	Weyber Rodrigues de Souza <i>Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil</i>
Indiamaris Pereira <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>	William Roslindo Paranhos <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>

AVALIADORES DA OBRA

Alexandre Troian <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>	Douglas Vianna Bahiense <i>Universidade Estadual do Oeste do Paraná</i>
Aline Guterres Ferreira <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>	Edilson Máximo da Silva Junior <i>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</i>
Ana Lúcia Monteiro de Sousa <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>	Ivo Elesbão <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>
Andrea Cristina Dorr <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>	Janete Webler Cancellier <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>
Caroline Ciliane Ceretta <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>	Janisse Viero <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>
Cristiane Maria Tonetto Godoy <i>Universidade Tecnológica Federal do Paraná</i>	José Paulo Fagundes <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>
Daiane Loreto de Vargas <i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</i>	Leticia Fátima de Azevedo <i>Universidade Federal de Santa Maria</i>

Luana Fernandes Melo
Universidade Federal de Santa Maria

Marcos Botton Piccin
Universidade Federal de Santa Maria

Mariete Boscardin
Universidade Federal de Santa Maria

Marielen Priscila Kaufmann
Universidade Federal de Santa Maria

Mauricio Machado Sena
Universidade Federal de Santa Maria

Oscarina Teodora Prado Santos Silva
Universidade Federal de Santa Maria

Ricardo Alberti
Universidade Federal de Santa Maria

Simone Bueno Camara
Universidade Federal de Santa Maria

Taciane Lais da Silva Velazquez
Universidade de Santa Cruz do Sul

Tanice Andreatta
Universidade Federal de Santa Maria

Tanise Pedron da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tarcísio Samborski
Universidade Federal de Santa Maria

Tatiane Almeida Netto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tatielle Belem Langbecker
Universidade Federal do Pampa

Vitor Kochhann Reisdorfer
Universidade Federal de Santa Maria

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio 19

Apresentação..... 22

PARTE I

Dinâmicas econômicas e organizacionais na agricultura

Capítulo 1

A aplicação da ferramenta de pesquisa questionário na Feira da Economia

Solidária de Santa Maria – RS:

uma revisão de conhecimentos

para práticas responsáveis..... 26

The application of the research tool
questionnaire at the Solidarity Economy
Fair of Santa Maria – RS: a review of knowledge
for responsible practices

Rayan Scariot Vargas

Jéssica Righi de Oliveira

Andrea Cristina Dorr

Capítulo 2

A extensão rural e a gestão

ambiental na agricultura urbana 37

Rural extension and environmental
management in urban agriculture

Débora da Cunha Mostardeiro Pontelli

Capítulo 3

**Agricultura familiar
e os desafios da sucessão rural
no município de Mata-RS..... 47**

Family farming and the challenges
of rural succession in the municipality of Mata-RS

Roselaine Tereza Piber

Nayibel de los Angeles García Siso

Capítulo 4

**Fronteiras de uso rural, aspectos
sobre conflitos fundiários e áreas
protegidas, narrativas sobre o Parque
Estadual do Biribir (PEBI) e seu entorno..... 57**

Rural use borders, aspects about
land conflicts and protected areas,
narratives about Biribir State Park (PEBI)
and its surroundings

Beatriz Roque dos Santos

Alan Faber do Nascimento

Capítulo 5

**Gestão de pessoas em propriedade
rural de recria de gado de corte
no estado do Pará 68**

Management of people in rural
property for breeding beef cattle in the state of Pará

Lucas Carneiro Rodrigues

Stéfany Beatriz de Moraes Azevedo

Laila Mayara Drebes

Capítulo 6

**Mudanças na matriz produtiva
e o crescimento econômico:**

estudo de caso da área de proteção
ambiental do Rio Ibirapuitã..... 79

Changes in the production chain and economic
growth: case study of the Ibirapuitã River
environmental protection area

Angélica Cristina Rhoden

João Garibaldi Almeida Viana

Vicente Celestino Pires Silveira

Capítulo 7

Políticas públicas para a agricultura:

uma análise do Programa Nacional
de Fortalecimento a Agricultura Familiar 89

Public policies for agriculture:
an analysis of the national Program
to Strengthen Family Farming

Georgia Gabriela Bertoldo

Helena Silva Oliveira

PARTE 2

**Processos de inovação sociotecnológica
e ação extensionista**

Capítulo 8

**Análise do Programa Socioassistencial
de Assessoramento, Defesa e Garantia
de Direitos com Inclusão Social**

e Produtiva – ASCAR/EMATER Jaguari..... 101

Analysis of the Social Assistance Program
for Advising, Defense and Guarantee of Rights
with Social and Productive Inclusion
– ASCAR/EMATER Jaguari

Marlova Giuliani Garcia

Ricardo Alberti

Fabricia Tadia

Capítulo 9

**Aproximações entre mediação
e gestão social: uma análise sobre
o NEDET Centro Serra..... 112**

Approaches between mediation
and social management: an analysis
of NEDET Centro Serra

Hector dos Santos Facco

Lucas Moretz-Sohn D. Vieira

Capítulo 10

**Associação Comunitária e Agropastoril
da Fazenda Lagoa do João Ferreira
– uma história de resistência e sucesso..... 124**

Community and Agropastoral Association
of Fazenda Lagoa do João Ferreira
– a story of resistance and success

Francicleide Santos de Oliveira

Eva Monica Sarmiento da Silva

Alineaurea Florentino Silva

Capítulo 11

**Discussão de gênero dentro de ações
de extensão universitária no rural..... 134**

Gender discussion inside university
extension actions in rural

Gabriela Rozek Weber

Capítulo 12

**Docência com os pés na terra:
ser coletivo e o Instituto de Educação
Josué de Castro 147**

Teaching with feet on the ground
the collective being and the Josué
de Castro Education Institute

Louise Löbler

Capítulo 13

**O fortalecimento da educação
do campo através de Políticas Públicas..... 157**

Strengthening rural education
through Public Policies

Larissa Schlottfeldt Sudati

Eduardo Pauli

Liziany Muller

Capítulo 14

**Sucessão familiar rural no Noroeste
Gaúcho: uma revisão bibliográfica..... 168**

Rural family succession in the Northwest
of the State of Rio Grande do Sul:
a bibliographic review

Aniele Silveira Anklam

PARTE 3

**Dinâmicas socioambientais e estratégias
de desenvolvimento rural**

Capítulo 15

**A bandeira vermelha permeada
pela colorida passa também pela lilás 180**

The red flag permeated by the colorful
passes also through the lilac

Juliana de Almeida Costa

Tamara Juriatti

Capítulo 16

A dinâmica alimentar da agricultura familiar no Reassentamento Cristo Rei/RS 1960-2022 192

The food dynamics of family agriculture
in the Resettlement Cristo Rei/RS 1960-2022

Tamara Juriatti

Capítulo 17

A transmissão do saber-fazer feirante no Mercado Municipal de Montes Claros/MG..... 203

The transmission of fairman know-how
in the Municipal Market of Montes Claros/MG

Thaynara Thaissa Dias Guimarães

Capítulo 18

Adaptação do ser humano à complexidade cultural 214

Adaptation of human beings
to cultural complexity

Jana Rossato Gonçalves

Capítulo 19

Agricultura familiar e identidade cultural: protagonismo das mulheres nas feiras livres de Uauá-BA, interior do sertão Nordeste 225

Family farming and cultural identity:
protagonism of women in street markets
in Uauá-BA, interior of the Northeastern hinterland

Antônio Júnior Ribeiro Cardoso

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

Monica Aparecida Tomé Pereira

René Geraldo Cordeiro Silva Júnior

Capítulo 20

**Agricultura familiar e segurança
alimentar e nutricional:**

impactos da pandemia..... 236

Family farming and food and nutrition
security: impacts of the pandemic

Vanessa Lazzaretti Picolotto

Gisele Martins Guimarães

Capítulo 21

**Agroecologia como forma
de resiliência na agricultura familiar 247**

Agroecology as a form of resilience
in family agriculture

Jamison Pinheiro Ribeiro

Capítulo 22

Agroecologia, saúde e nutrição 257

Agroecology, health and nutrition

Luana Fernandes Melo

Yosani Morales Martínez

Capítulo 23

**Árvores e florestas no ser e fazer
agricultura biodinâmica:
um ensaio sobre percepção
e práticas de sustentabilidade 267**

Trees and forests in being and doing
biodynamic agriculture: an essay on
sustainability perception and practices

Jéssica Righi de Oliveira

Rayan Scariot Vargas

Gisele Martins Guimarães

Capítulo 24

**Aspectos inorgânicos, biológicos
e sociais dos sistemas agrários
para uma transição agroecológica 279**

Inorganic, biological and social
aspects of agricultural systems
for an agroecological transition

Felipe Guerim Pieniz

Capítulo 25

**Breve mapeamento das normativas
internacionais para o desenvolvimento
rural sustentável pactuados pelo Brasil 290**

Brief mapping of international standards
for sustainable rural development
agreed for Brazil

Kleber Destefani Ferretti

Capítulo 26

**Carroceiros catadores de resíduos
recicláveis de Cruz Alta – RS: a busca
pela legitimidade do trabalho, custos
da atividade e composição da renda 301**

Recyclable waste collectors from
Cruz Alta – RS: the search for legitimate
work, activity costs and income composition

Rodrigo Berttoni Cidade

Capítulo 27

**Jovens do campo, sonhos
e projeto de vida: estudo de caso
da comunidade na zona rural Mumbuca 313**

Countryside youth, dreams and life project:
community case study in Mumbuca rural area

Márcio Francisco de Carvalho

Capítulo 28

O rural e o algoritmo: rural como
tema de conteúdo na representação
de “Badin, O Colono” **323**

The rural and the algorithm:
rural as a content theme in the
representation of “Badin, O Colono”

Diego Luis Sauer

José Marcos Froehlich

Capítulo 29

**Os debates da alimentação saudável
a partir de uma abordagem sistêmica**..... **334**

The debates of healthy eating from
a systemic approach

Luana Fernandes Melo

Ricardo Alberti

José Marcos Froehlich

Capítulo 30

**Participação de mulheres na gestão
de propriedades familiares produtoras
de cacau de Tucumã/PA**..... **344**

Participation of women in the management
of cocoa producing family properties in Tucumã/PA

Rafaela Santos da Silva

Artur Filipe Ewald Wuerges

Capítulo 31

**Pesquisa e extensão em desenvolvimento
territorial no Pampa Gaúcho:**
relato de uma experiência **355**

Research and extension in territorial
development in the Pampa Gaúcho:
report of an experience

Anor Aluizio Menine Guedes

Capítulo 32

Pistas para um campesinato quilombola:

origens históricas e o vínculo com a terra..... 365

Clues for a quilombol peasantry:
historical origins and the link with the earth

Lucas Moretz-Sohn David Vieira

Jeniffer Hübner

Capítulo 33

Projetos de lei relacionados

a política nacional de mudança do clima..... 376

Bills related to National Climate Change Policy

Kathleen Paust

Agradecimentos 387

Sobre as autoras e os autores..... 389

PREFÁCIO

É com grande honra que recebi o convite para prefaciar o livro relativo ao 4º Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM (PPGExR/UFSM). Esta obra vem em um excelente momento para o Programa e, de forma muito especial, para este evento que tem se consolidado como um difusor de conhecimentos em pesquisas importantes para a área de extensão rural, pois traz nesta edição propostas de debates e diálogo sobre temas atuais relacionados ao rural brasileiro. Neste contexto entre o público focal estão inseridos discentes, docentes, pesquisadores, funcionários, agricultores e todas aquelas outras pessoas que porventura façam sua vida ou estejam vinculados ao meio rural.

Este Programa de Pós-Graduação já conta com uma rica história, de muito trabalho, culminada com realizações que orgulham as pessoas que fizeram e fazem parte nesta construção, e que ultrapassa quatro décadas ininterruptas de formação de qualificação no ensino, pesquisa e extensão. Mas, entre os aspectos que consideramos relevante também, como momento para o PPGExR, é que neste ano de 2022, na avaliação da CAPES, atingiu a nota 5 de reconhecimento para o período 2017/2020.

O 4º Colóquio do PPGExR/UFSM foi realizado nos dias 07 a 10 de junho de 2022, mediante encontros virtuais pela plataforma Zoom, sendo que nesta edição trouxe como temática: Diversidades e Atualidades: ações e reflexões para as ruralidades. Os encontros propiciaram excelentes debates através da realização de palestras e Grupos de Trabalho (GT) com apresentações, dentro das linhas de pesquisa do PPGExR:

- L1- Dinâmicas Econômicas e Organizacionais na Agricultura;
- L2- Processos de Inovação Sociotecnológica e Ação Extensionista;
- L3- Dinâmicas Socioambientais e Estratégias de Desenvolvimento Rural.

Sabemos que ações marcantes na vida das comunidades, promovidas a partir da geração de novos conhecimentos e que tem o propósito de oportunizar a prosperidade a todas as pessoas, é meritório de enaltecimento e de registro para a história, como aqui é feito nas páginas deste livro, dividido em artigos que contribuem para as reflexões e conhecimentos em temas vinculados às linhas de pesquisa acima citadas. Sobretudo neste momento, quando o mundo se recupera de uma de suas mais severas pandemias, e se reposiciona com intensas mudanças para todos.

Notadamente, mudanças, tão cruciais, nos fortalecem na crença que somente a educação e o conhecimento são o caminho para que a sociedade possa superar as adversidades e, juntos, construir um projeto de desenvolvimento sustentável, mais justo e solidário para o nosso país.

Gostaria, neste momento frisar o trabalho incansável das pessoas que compuseram a comissão organizadora na construção do evento e desta obra, como prova incontestável da consolidação da filosofia de que o conhecimento exige de cada um, sua parcela de esforço, mas que os resultados constroem sociedades diferenciadas, que contribuem substancialmente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, como se pode confirmar, ao ler estas produções aqui publicadas.

Portanto, trabalhos como os aqui registrados neste livro, servem como um referencial precioso para todos aqueles que desejam compreender melhor como se constituiu e se desenvolve o ensino, pesqui-

sa e extensão na Universidade Pública, e as importantes contribuições que são oferecidas a toda sociedade, destarte as manifestações destituídas de veracidade, observadas isoladamente na sociedade.

Prof. Dr. Vitor Kochhann Reisdorfer

*Editor chefe da Revista de Gestão e organizações
Cooperativas do Politécnico/UFSM*

*Docente do Curso de Gestão em Cooperativas do Colégio
Politécnico da UFSM e Coordenador do PPGEXR/UFSM*

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea é composta por inúmeros estudos científicos, e visa apresentar uma gama de conhecimentos para os leitores ligadas a diversidade presente no rural brasileiro. Assim se faz pertinente uma breve apresentação que se destina propagar o conhecimento sobre o grandioso Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com área de conhecimento do curso classificada como **Extensão Rural e Desenvolvimento**. Atualmente até a realização deste evento, a responsabilidade pela gestão era do coordenador Prof. Dr. Vitor Kochhann Reisdorfer, a vice-coordenação pelo Prof. Dr. Fabiano Nunes Vaz e como secretária executiva a Mestra Simone Souza Baptista.

Assim, como exposto no prefácio pelo Prof. Dr. Vitor, o PPGEXR já conta com uma rica história de uma árdua luta para transpassar cerca de 47 anos de existência, que se iniciou em 1975 e permanece até a atualidade (2022). Além de buscar a implementação de mudanças que possibilitassem o favorecimento da sociedade, por intermédio dos seus “frutos” das pesquisas geradas para beneficiar o mundo acadêmico científico. Foram quase cinco décadas de lutas e glórias que culminou na conquista da nota 5 pela última avaliação da CAPES e que continuará crescendo muito mais.

Vale relembrar que o digníssimo programa devido a longa trajetória de existência, passou por mudanças estruturais e de nomenclaturas, como a alteração de Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e Extensão Rural para a denominação atual que é Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Com isso, o programa deixou de seguir uma abordagem centrada no paradigma da difusão de inovação através dos extensionistas com agricultores, para seguir uma abordagem mais pluralista e também voltada para visões da economia política, estudos antropológicos e sociológicos

e a favorecer à formação de pesquisadores com um perfil mais crítico-reflexivo, além de refletir numa reorganização da estrutura curricular das linhas de pesquisa e disciplinas.

E após esse breve contexto da existência do PPGEXR, vale expor que, mesmo com as várias pesquisas realizadas no decorrer de sua existência e as que seguem sendo construídas, as pessoas que estão envolvidas neste grandioso programa, objetivaram favorecer ainda mais o seu crescimento. Sendo assim, em 2018 através da Disciplina de Seminários (ministrada somente pelo coordenador do programa) e juntamente com os discentes de mestrado e doutorado, propuseram a elaboração de um evento que ficou denominado de Colóquio do PPGEXR, para corroborar no crescimento científico.

Assim, em 2018 resultou no primeiro evento que ficou denominado de “1º Colóquio Extensão Rural e Desenvolvimento: Perspectivas sobre o rural brasileiro”; Já no segundo, foi em 2019 denominado de “2º Colóquio Extensão Rural: Pesquisa e Desenvolvimento em Extensão Rural”; O terceiro ocorreu em 2021, denominado de “3º Colóquio Extensão Rural: Perspectivas sobre o rural brasileiro e o diálogo com experiências internacionais”; Por fim, a edição que foi realizada em 2022 que ficou denominada como “4º Colóquio Extensão e Desenvolvimento: Diversidades e Atualidades: ações e reflexões para as ruralidades”.

Dessa forma, se conflui na visão de que o PPGEXR continuará se sobressaindo e se lançando em novos horizontes para buscar a nota máxima na CAPES, por intermédio das/os docentes, discentes e demais profissionais engajados no seu crescimento. Objetivando a perpetuação das pesquisas científicas e favorecimento da sociedade civil e acadêmica.

Parte

1

**DINÂMICAS
ECONÔMICAS
E ORGANIZACIONAIS
NA AGRICULTURA**

As pesquisas que são aqui apresentadas, estão em consonância com a linha de pesquisa “*Dinâmicas econômicas e organizacionais na agricultura*” do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM, 2022), e buscam compreender as relações entre as organizações e a sociedade, com foco nas cadeias produtivas, o ambiente econômico, institucional e as políticas públicas.

São abordados estudos com temáticas ligadas as estratégias produtivas, de acesso aos mercados e de comercialização pelos produtores familiares. Outros estudos exploram a gestão das propriedades e dos empreendimentos agropecuários, assim como, alguns tratam de políticas públicas ligadas ao rural. Neste sentido, que a presente seção está organizada.

1

Rayan Scariot Vargas

Jéssica Righi de Oliveira

Andrea Cristina Dorr

A APLICAÇÃO DA FERRAMENTA DE PESQUISA QUESTIONÁRIO NA FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTA MARIA – RS:

**uma revisão de conhecimentos
para práticas responsáveis**

*The application of the research tool questionnaire
at the Solidarity Economy Fair of Santa Maria – RS:*

a review of knowledge for responsible practices

Resumo: No âmbito da Economia Solidária a feira que mobiliza o maior número de pessoas é a Feira Nacional de Economia Solidária que ocorre anualmente no município de Santa Maria, situada no estado do Rio Grande do Sul. Semanalmente no mesmo local há o Feirão Colonial, um espaço multifacetado, do qual podemos chamar atenção por se caracterizar como um ambiente de comercialização, de pesquisa científica e de forte interação social entre grupos distintos. Assim, nesse ambiente, por vezes ocorre das demandas de cada grupo se chocarem e se sobreporem umas às outras. O objetivo do presente trabalho buscou compreender como os feirantes avaliam o constante uso de questionários na feira para obtenção de dados e como potencializar a aplicação dessa ferramenta. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário em 30 bancas da feira, observação empírica e análise estatística de dados a fim de levantar o perfil e a percepção dos feirantes quanto à ferramenta questionário. Como resultado, foi relatado a quantia média de 9,7 questionários por ano, por banca, sendo que alguns desses questionários eram exaustivos demandando muito tempo e com perguntas complexas ou mal formuladas. De acordo com um ideal estipulado pelos feirantes e uma revisão na literatura, estipulou-se o melhor horário para a aplicação dos questionários e o tempo de conclusão deste, além de recomendações aos pesquisadores, como por exemplo a observação sobre o número de pessoas na banca para verificar a disponibilidade da aplicação junto a esta e a necessidade de um teste piloto.

Palavras-chave: Economia Solidária; Feirão Colonial; Questionário.

Abstract: *In the context of Solidarity Economy, the fair that mobilizes the largest number of people is the National Solidarity Economy Fair which takes place annually in the municipality of Santa Maria, located in the state of Rio Grande do Sul. Weekly in the same place, there is the Colonial Fair, a multifaceted space, which we can call attention to because it is characterized as an environment of commercialization, scientific research, and strong social interaction between different groups. Thus, in this environment, it sometimes occurs that the demands of each group clash and overlap each other. The objective of the present work is to understand how the vendors evaluate the constant use of questionnaires at the fair to obtain data and how to enhance the application of this tool. As a result, an average number of 9.7 questionnaires were reported per year, per tent, and some of these questionnaires were exhaustive, demanding a lot of time, and with complex or poorly formulated questions. According to an ideal stipulated by the vendors and a review of the literature, the best time for the application of the questionnaires and the time for completion of the questionnaire were stipulated, as well as recommendations to the researchers, such as the observation of the number of people in the tent to verify the availability of the application with it and the need for a pilot test.*

Keywords: *Solidarity Economy; Colonial Fair; Questionnaire.*

INTRODUÇÃO

A temática da Economia Solidária tem fomentado a pesquisa científica em diferentes áreas do conhecimento ao redor do mundo, dado a sua importância na superação do paradigma do *homo economicus* que afirma que as relações comerciais são baseadas puramente em uma lógica econômica de lucro. Na Economia Solidária (ES), as relações comerciais possuem outras esferas, e devem contemplar a justiça social, a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade ambiental, criando desta forma, espaços democráticos e participativos propícios ao debate público, a tomada de decisão e a organização social. (PEDRINI; DE OLIVEIRA, 2007).

Por isso a ES é construída por cooperativas, associações e clube de troca, possuindo no Brasil uma relação intrínseca com o *Fair Trade*, traduzido como Comércio Justo, pois devido ao Decreto Presidencial de número 7.358 do ano de 2010, foi instituído o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), conectando e somando alternativas concretas ao modelo tradicional de comércio, que em suas lógicas reprodutivas acabam marginalizando segmentos de trabalhadores em detrimento de uma maior vantagem financeira.

No Brasil, a feira mais conhecida no campo da ES e que mobiliza o maior número de atores sociais é a Feira Nacional de Economia Solidária que ocorre anualmente na cidade de Santa Maria, há mais de duas décadas, esta feira é organizada pela Cáritas Brasileira e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (SILVA, 2017). Além da feira anual, Santa Maria também possui o Feirão Colonial que ocorre todos os sábados no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, reunindo diversos empreendimentos, associações, e agricultores da região a fim de construir um espaço de comércio e manutenção dos princípios da ES, mas também um espaço de produção científica, onde pesquisadores se utilizam de diferentes ferramentas para a obtenção de dados.

Em 2012, durante uma greve de servidores e discentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), os autores tiveram seu primeiro contato com o Feirão Colonial. Na ocasião, eles buscavam alimentos com um comprometimento social e ambiental, e nesse processo de busca, acabaram estabelecendo uma relação pessoal de amizade com alguns feirantes chegando a realizar visitas as suas residências e participando de etapas do processo produtivo agrícola. Em 2017, como consequência do estágio final de curso de Engenharia Florestal, ambos os autores trabalharam por 2 meses na comercialização de alimentos no Feirão Colonial e puderam perceber uma forte relação entre o ambiente da feira e a pesquisa científica, e desta forma, engendraram os questionamentos: Como são percebidas pelos feirantes a aplicação de questionários no ambiente do feirão colonial? E o que orienta a literatura de pesquisadores do método científico?

A fim de resolver esse questionamento a presente pesquisa objetiva compreender como os feirantes avaliam o uso de questionários na feira para a obtenção de dados, e também como poderiam ser orientadas estas práticas para uma maior eficiência tanto acadêmica como em harmoniosa consonância com o ambiente de labuta que configura a feira.

METODOLOGIA

O presente trabalho possui um caráter exploratório ao perseguir uma maior familiaridade com a temática da Economia Solidária, e também da realidade dos feirantes da feira de Santa Maria e da própria literatura sobre elaboração e aplicação da ferramenta de pesquisa questionário. Com isso, foram utilizados tanto dados quantitativos para auxiliar os autores no entendimento sobre os perfis dos feirantes do Feirão Colonial, quanto de dados qualitativos sobre a Economia Solidária e da literatura pré-existente de pesquisadores do método científico.

Primeiramente se realizou uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e páginas de web sites oficiais de instituições que promovem o Feirão Colonial de Santa Maria, além de referências teóricas já analisadas sobre o instrumento de coleta de dados questionário.

Após o acúmulo de informações sobre as temáticas, os autores iniciaram a elaboração de um questionário a ser utilizado em um teste piloto com feirantes do Feirão Colonial, este teste, conforme Araújo e Gouveia (2018), trata-se de uma aplicação em pequena escala que serve para avaliar a ferramenta e fortalecer possíveis pontos fracos, além de suprir carências da estratégia metodológica, como por exemplo, o número de questões, o tempo exigido para a sua conclusão e termos mais apropriados para a comunicação. Durante os meses de setembro e outubro de 2018 foram realizadas as aplicações do questionário reformulado pelo teste piloto em 30 bancas da feira, e de forma simultânea, se realizou a observação empírica de elementos intrínsecos da realidade de comércio da feira e também da realização de pesquisas científica nesse espaço.

Os dados obtidos pelos questionários foram tabulados no software livre R, onde se realizou análise de correlação, teste qui-quadrado e análise de frequência para a associação e comparação entre as variáveis e para a construção de perfis dos feirantes, além de permitirem uma comparação com outras pesquisas realizadas previamente a fim de verificar a legitimidade do número de amostra e dos dados. Por fim, com as informações coletadas dos questionários, da observação empírica e da pesquisa bibliográfica, foram estruturadas orientações para futuras aplicações da ferramenta de pesquisa questionário junto aos feirantes do Feirão Colonial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PERFIL DOS FEIRANTES

Através dos resultados oriundos dos questionários podemos caracterizar o perfil dos feirantes entrevistados em que a maioria, 53%, reside no município de Santa Maria, possuem idade média de 46,5 anos, uma média de 9,7 anos de participação na feira¹, sendo que 36,7 % não possuem o ensino médio completo, 33% possuem o ensino médio completo e 16,6% estão concluindo ou concluíram o ensino superior². Havendo ainda uma correlação fraca e negativa (-0,485)³, entre a idade do entrevistado e sua escolaridade e uma correlação fraca e positiva (0,494)⁴, entre a idade e o tempo de trabalho na feira, indicando a presença de dois perfis distintos: um de idade mais elevada, maior tempo de participação na feira e com uma menor escolaridade; e outro grupo mais jovem, com menos tempo de participação na feira e com um grau de escolaridade maior.

QUESTIONÁRIOS NA FEIRA

Foi constatado que 90% dos entrevistados já haviam respondido algum questionário durante seu tempo de participação na feira. Dentro deste grupo, 92,5% responderam que sempre participam dos questionários quando solicitados, e 7,4% responderam que frequentemente participam. Foi questionado também o número de questionários

- 1 Dados semelhantes são encontrados na pesquisa de cinco anos atrás de Pelegrini *et al.* (2013, p. 2402) em que "[...] infere-se que a grande maioria provém da região central do Rio Grande do Sul", a idade média foi de 42,3 anos e um tempo médio de participação da feira de 4,7 anos.
- 2 Na pesquisa de Barcelos (2012), 23,53% não completou o Ensino Fundamental, e 20,59% iniciaram, mas não concluíram o Ensino Médio, indicando a hipótese de que o perfil médio dos feirantes se movimenta para um maior grau de escolaridade.
- 3 Significativa a 10%.
- 4 Significativa a 10%.

que os feirantes costumam responder ao longo de um ano, obtendo assim a média de 9,7 questionários por ano.

Sobre o tempo médio que os feirantes normalmente despendem para responder os questionários foi de aproximadamente 15 minutos. Entretanto, houveram relatos de questionários mais longos nos quais são necessários de 40 a 60 minutos para respondê-los, geralmente com muitas páginas.

Com relação às piores perguntas realizadas nos questionários, as de difícil resposta, 40% dos entrevistados responderam que não há perguntas ruins nos questionários, e 60% relataram algumas perguntas complexas que foram consideradas ruins, como por exemplo: de cunho político; polêmicas; fora do universo do feirante; relativas à renda; ou preconceituosas.

Já sobre a motivação que leva os feirantes a responderem os questionários, 62% responderam que é para ajudar o pesquisador. “Se o pesquisador necessita que respondam o questionário há de haver algum motivo.”, relatou uma feirante. Outras respostas relevantes também foram dadas como: para aprender; gerar informações; melhorar a feira; por educação; porque acredita na pesquisa; dar visibilidade aos feirantes; comprometimento com o projeto da feira. Desta forma, percebe-se que os feirantes veem importância na participação de questionários e na produção científica produzida no âmbito da feira.

A resposta mais frequente sobre que tipo de retorno que o feirante vislumbra sobre os questionários é que estes tragam uma maior visibilidade para a feira (37%), ou então ainda a de solucionar problemas, trazer outras visões, contribuir para o processo produtivo, dentre outros ganhos indiretos, mas, para 22% não há retorno algum na participação desse tipo de ferramenta.

Durante a aplicação dos questionários foram observadas o número de feirantes que estavam presentes nas bancas da feira, obtendo-se um média de 2 pessoas por banca, mas para 13,3% das bancas havia apenas

uma pessoa. As aplicações respeitaram a disponibilidade dos feirantes, logo, se haviam clientes para serem atendidos e poucos feirantes na banca, a aplicação era interrompida, e nesse processo foram anotados os números de clientes que compraram produtos das bancas em uma média de 2,8 clientes por banca por questionário. Entretanto houveram casos em que 5, 10 e até mesmo 19 clientes passaram pela banca durante a entrevista o que reforça a necessidade de empatia do pesquisador com relação a esse ambiente onde o comércio e a subsistência predominam.

Com relação ao tempo ideal de aplicação, os feirantes responderam que 10 minutos é um tempo médio ideal. Já com relação ao horário em que são aplicados os questionários, 70% dos entrevistados responderam que o melhor horário para que os pesquisadores apliquem os questionários na feira é após as 10 horas da manhã, 10% respondeu que o horário é independente e 13% responderam que, ou bem cedo (antes das 07h30min) ou depois das 10 horas. Para melhor entender e demonstrar essa preferência, os autores registraram duas fotos de dois momentos distintos da feira, o das 7 horas e 30 minutos (que se encontra ao lado esquerdo da figura 1) e das 10 horas (que se encontra ao lado direito da imagem).

Figura 1 – Fotos retiradas no dia 22 de dezembro de 2018 no Feirão Colonial Semanal



Fonte: Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que pelo elevado número de questionários respondidos anualmente pelos feirantes (média de 9,7), a presente pesquisa tem o potencial de contribuir para que estes sejam elaborados e aplicados de uma forma que possibilite tanto a geração de conhecimento quanto o respeito pelo ambiente de subsistência da feira.

Para ajudar, foi à resposta dada por 62% dos entrevistados sobre o motivo que lhes leva a responder os questionários, tabulamos esse grupo juntamente com os 22% que responderam de maneira negativa sobre a existência de algum retorno quanto à sua participação na coleta de dados. E assim, obtivemos o dado de que 18,5% dos feirantes não acreditam na existência de retorno quanto à ferramenta questionário, entretanto, continuam participando para ajudar os pesquisadores em um ato desprendido de retornos.

Por isso, recomenda-se que os pesquisadores respeitem o melhor horário para a aplicação dos questionários (depois das 10 horas), e além disso, observem o número de pessoas na banca pois isso infere na disponibilidade da banca em realizar a múltipla tarefa de comercializar seus produtos e responder o questionário.

De acordo com a realidade empírica explorada e as recomendações encontradas na literatura, salienta-se a necessidade de serem construídos questionários curtos, com um número de perguntas que permitam o desenvolvimento da pesquisa sem que o questionário se torne exaustivo. Para isso, as perguntas devem ser feitas de maneira objetiva e de fácil aplicação, tomando cuidado com os termos utilizados na redação das perguntas, e evitando erros interpretativos e respostas inadequadas. Para a garantia de um questionário eficiente, aconselha-se a realização de pesquisa piloto, verificando a aplicabilidade do questionário e o tempo estimado para respondê-lo. Caso se faça necessário uma obtenção de dados mais complexos e profundos,

recomenda-se marcar uma entrevista em um ambiente mais propício, como por exemplo, a residência da própria família feirante.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andréa; GOUVEIA, Luis Borges. Pressupostos sobre a pesquisa científica e os testes piloto. **Relatório Interno* TRS**, Universidade Fernando Pessoa. v. 2018, n. 02, 2018. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/6509>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BARCELOS, Ricardo da Silva. **Análise das ações de economia solidária no município de Santa Maria-RS**. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Universidade Aberta do Brasil, Porto Alegre, 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.328, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PEDRINI, Dalila Maria; DE OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 111-133, 2007.

PELEGRINI, Tatiane *et al.* Economia solidária de Santa Maria: estudo da difusão de seus valores e perfil dos participantes. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 11, n. 11, p. 2399-2406, 2013.

SILVA, Sandro P. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017a. (Texto para Discussão, n. 2271).

2

Débora da Cunha Mostardeiro Pontelli

A EXTENSÃO RURAL E A GESTÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA URBANA

*Rural extension and environmental
management in urban agriculture*

Resumo: Nas áreas metropolitanas e no entorno das cidades encontra-se uma nova realidade agrária e agrícola, que consiste na presença da agricultura urbana. Entende-se que a inclusão de públicos diferenciados e não tradicionais da extensão rural, requer novas abordagens, metodologias, planejamento, instrumentos de diagnóstico, acompanhamento e controle para a efetiva consolidação de inúmeras políticas públicas em benefício destes agricultores, da população e do meio ambiente. Este estudo, portanto, tem como temática a agricultura urbana e a extensão rural e procura comprovar a importância da Agricultura Urbana para a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o combate à pobreza e insegurança alimentar, assim como, a necessidade de um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esta pesquisa, portanto, permite uma análise desse novo perfil de produtor e da nova realidade agrária e agrícola, através de um levantamento de informações sobre os fatores mais representativos na realização da atividade agropecuária e extensão rural, abordando dados das microrregiões dos Vales dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, com foco nas demandas do novo rural e a agricultura urbana. Para tanto, foi aplicado um diagnóstico qualitativo/quantitativo, a fim de conhecer e compreender esta realidade. Os resultados demonstram que essa tendência é um fenômeno mundial e requer formulação nas políticas de governo com adoção de estratégias e metodologias de extensão rural que acolham a alteração do perfil do público que demanda o esforço de todos os envolvidos no processo.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Extensão Rural; Gestão Ambiental.

Abstract: *In metropolitan areas and around cities there is a new agrarian and agricultural reality, which consists of the presence of urban agriculture. It is understood that the inclusion of differentiated and non-traditional rural extension publics requires new approaches, methodologies, planning, diagnostic instruments, monitoring and control for the effective consolidation of numerous public policies for the benefit of these farmers, the population and the environment. This study, therefore, has urban agriculture and rural extension as its theme and seeks to prove the importance of Urban Agriculture for food production, environmental preservation, combating poverty and food insecurity, as well as the need for a new model of Technical Assistance and Rural Extension. This research, therefore, allows an analysis of this new profile of producer and the new agrarian and agricultural reality, through a survey of information about the most representative factors in the accomplishment of the agricultural activity and rural extension, approaching data from the micro-regions of Vales dos Sinos and Paranhana/Encosta da Serra, focusing on the demands of the new rural and urban agriculture. Therefore, a qualitative/quantitative diagnosis was applied in order to know and understand this reality. The results demonstrate that this trend is a worldwide phenomenon and requires the formulation of government policies with the adoption of rural extension strategies and methodologies that welcome the change in the public profile that demands the effort of all those involved in the process.*

Keywords: *Urban Agriculture; Rural extension; Environmental management.*

INTRODUÇÃO

O êxodo rural e o aumento da concentração populacional urbana apontam para a necessidade de debates e abordagens práticas direcionadas para a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o combate à pobreza e insegurança alimentar. Sabe-se que a agricultura urbana tem um papel importante na segurança alimentar das cidades sendo uma oportunidade de mercado, de geração de trabalho, emprego, renda e de manutenção do meio ambiente que beneficia os conglomerados urbanos, especialmente nos estratos mais vulneráveis da população, mesmo quando ocorrem disputas por terra e água.

A prática da agricultura urbana se manifesta desde imóveis tradicionais da agricultura familiar, constituídos de pequenas e médias propriedades, já situadas nas zonas urbanas das cidades e até pequenas áreas constituídas de terrenos urbanos, onde a comunidade cultiva hortas comunitárias e particulares em pátios de escolas, pátios de residências, telhados dos edifícios e sacadas de apartamentos.

A produção destina-se desde o consumo familiar, até a comercialização, que ocorre geralmente dentro de circuitos formais ou informais, onde preza-se por alimentos mais saudáveis. Dessa forma, apresenta vantagens econômicas (tais como menor custo em armazenamento e transporte), sociais (a exemplo de geração de trabalho, emprego e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social) e, sobretudo, pelas poupanças energéticas no transporte e perda da produção.

Nas regiões dos Vales dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, localizadas no Rio Grande do Sul, muitas propriedades e áreas agrícolas foram “cercadas” por zonas habitacionais ou industriais que dificultam a preservação ambiental e levam ao avanço do cenário urbano sobre o meio rural. Diante dessa realidade, foi elaborada uma pesquisa aplicada nos municípios de Canoas, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha e São Leopoldo. Essa pesquisa envolveu aspectos sociais, ambientais

e econômicos e uma melhor identificação da relevância destas ações e públicos, para a sociedade, para o serviço de extensão e demais instituições responsáveis pelas políticas públicas voltadas a estes segmentos sociais. As informações colhidas e organizadas pelo grupo de trabalho foram debatidas em reuniões e plenárias internas e externas, qualificando e consolidando esta sistematização (BALDISSERA *et al.*, 2003).

Este estudo, que tem como tema a agricultura urbana e a extensão rural, procura comprovar a importância de ambos para a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o combate à pobreza e insegurança alimentar, assim como, a necessidade de um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Como pesquisadora, considero este trabalho como uma forma de retratar um novo agricultor e o impacto de sua existência e de sua atividade sobre o meio ambiente, já pressionado pela expansão urbana.

A pesquisa possibilitou a identificação de uma nova realidade agrária e agrícola que consiste na presença da agricultura urbana. Ademais, permitiu-se uma análise desse novo perfil de produtor e da nova realidade agrária e agrícola através do levantamento de informações sobre os fatores mais representativos da atividade agropecuária nesta região, como também, os aspectos sociais e ambientais, indicativos de renda e ocupação fundiária. Nesse sentido, fortalece o autoabastecimento, subsistência, atividades agropecuárias geradoras de renda, terapia ocupacional, formas de organização e políticas públicas.

Este levantamento, portanto, se faz necessário para comprovar a importância da Agricultura Urbana para a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o combate à pobreza e insegurança alimentar, principalmente por remeter a necessidade de um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural e de uma análise específica e consistente do comportamento deste cenário perante os fatores mais problemáticos à manutenção da atividade agropecuária pelos agricultores urbanos: espaço territorial e gestão ambiental intra e extra propriedade.

METODOLOGIA

Para analisar a trajetória e os avanços que se refletem no cenário atual, foi elaborado e aplicado um diagnóstico quali-quantitativo, que se trata de um método para organizar a coleta de informações, permitindo melhor conhecer e compreender esta realidade e situações difusas onde se insere a agricultura urbana. As variáveis e fatores considerados abrangem aspectos sociais e ambientais, indicativos de renda e ocupação fundiária, principalmente no tocante ao autoabastecimento, subsistência, atividades agropecuárias geradoras de renda, terapia ocupacional, formas de organização e políticas públicas.

Tendo em vista a alta complexidade para identificar e acompanhar estes públicos dispersos em meio a dezenas de milhares de habitantes, buscou-se estabelecer uma amostra mínima, mas relevante no tocante ao número de municípios e população, comparativamente ao total dos 14 municípios mais urbanizados do Vale dos Sinos e Paranhana no Rio Grande do Sul – RS. A pesquisa origina-se a partir da experiência de campo nos municípios de Canoas, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha e São Leopoldo nos anos de 2010 a 2014 período em que, essa autora, exercia atividades de Extensão Rural, na empresa ASCAR/EMATER, de Estância Velha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir destes encaminhamentos e adesões, o diagnóstico foi realizado nos municípios de Canoas, Campo Bom, Estância Velha, Dois Irmãos e São Leopoldo, os quais representam aproximadamente 36% do total de municípios, que juntos comportam em torno de 50% dos habitantes dos 14 municípios. Nesses municípios foram coletados dados mostrando a situação atual de ocupação dos espaços urbanos, periurbanos e rurais, com atividades de produção de alimentos

primários, fazendo um cotejo com as importâncias sociais, culturais, econômicas e ambientais de tais sistemas produtivos e as potencialidades de intervenção da extensão rural, objetivando a manutenção, expansão e qualificação das atividades.

Conforme destacado por Lima (2013), os dados quantitativos gerados nos cinco municípios participantes, apontam 11 hortas comunitárias onde trabalhavam 59 mulheres e 51 homens, sendo que 90% estavam inscritos no Cad-Único. Também se observou que das 90 propriedades que abasteciam a CEASA de Porto Alegre 62 propriedades eram de agricultura urbana. Outro dado relevante é relacionado a prestação de serviço da ATER a comunidades específicas nos 5 municípios pesquisados constituído por 62 famílias de pescadores profissionais, 38 indígenas e 24 quilombolas. (METROPLAN, 2013)

Além disso, partir da sustentação em políticas públicas locais ou externas e pela organização rural, onde o incentivo público às feiras constituiu-se como importante ferramenta para a consolidação da agricultura urbana. Nesse cenário, percebe-se a participação de diversos atores desde o agricultor e suas organizações até o envolvimento de instituições públicas e privadas, especialmente as prefeituras municipais. Com isso, denota-se as potencialidades para a atuação da extensão rural, através do diálogo direto com o agricultor para conhecer suas potencialidades e demandas, contribuindo para a construção e consolidação de um novo modo de se pensar a agricultura no meio urbano. Além disso, observa-se nos municípios de maior urbanização um cenário novo, com muitos desafios, onde o papel do extensionista é o de lidar com realidades diferentes daquelas vividas nos municípios onde o rural predomina.

Na comercialização de alimentos diretamente voltado ao consumidor dos centros urbanos, como citado acima, o destaque são as feiras do agricultor distribuídas em 14 pontos de venda, que ocorrem com periodicidade semanal. Essas feiras contam com a participação de 40 agricultores familiares e observa-se grande procura por parte da população para a compra dos mais diversos produtos. Já as feiras

do peixe, realizadas na Semana Santa, se manifestam em 11 pontos de venda, com a participação de 67 piscicultores e pescadores.

Segundo dados divulgados pela EMATER-RS se fossem considerados todos os municípios do Vale dos Sinos e Paranhana, a produção em 2013 resultou em 244 toneladas de peixes vendidas, já que são 16 municípios com 78 feiras em 205 pontos de ofertas. (PÁGINA RURAL, 2014).

Diante dos dados apresentados é possível perceber que a agricultura familiar se configura como uma importante possibilidade de atendimento a demanda de alimentos e a segurança nutricional, além de se constituir em uma fonte de renda e emprego para muitas famílias. O incentivo público por meio de políticas públicas e o acompanhamento da extensão rural possuem papel fundamental para a preservação e expansão da agricultura urbana, trazendo maior visibilidade e incentivo aos agricultores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o caráter fundamental de organizar minimamente a análise do tema proposto, contribuindo para debate sobre a produção de alimentos, preservação ambiental e ordenamento da expansão territorial, adequando as estratégias e metodologias da Extensão Rural pública e oficial do RS e aos desafios e demandas deste novo rural, onde a temática, agricultura urbana e a extensão rural comprova a importância desses para a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, o combate à pobreza e insegurança alimentar, assim como, traz à discussão a necessidade de um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os resultados dessa pesquisa abrangem aspectos sociais e ambientais, bem como indicativos de renda e ocupação fundiária, formas de organização e políticas públicas nas microrregiões Vales dos

Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, associada à leitura e conhecimentos parciais de experiências nacionais e internacionais sobre esta temática, demonstraram que esse processo é um fenômeno mundial diante do avanço do meio urbano sobre o meio rural.

Nesse sentido, reforça o papel da Extensão Rural incorporando e assumindo cada vez mais a função de viabilizadora de ações voltadas a este público. As ações promovem estratégias voltadas à produção sustentável de alimentos, a ocupação territorial ordenada, a preservação do meio ambiente e a preservação de modo e estilo de vida peculiar à atividade da produção primária que preserva, em parte, o modo de vida e os valores da época colonial, os quais são reconhecidos e valorizados pela sociedade contemporânea.

As transformações em curso remetem para uma análise específica e consistente do comportamento deste cenário que requer formulação nas políticas de governo e, cada vez mais, a adoção de estratégias e metodologias de extensão rural que acolham a alteração do perfil do público que demanda o serviço da sociedade que o paga. Esta análise se torna fundamental principalmente quanto aos fatores mais problemáticos à manutenção da atividade agropecuária pelos agricultores urbanos: espaço territorial e gestão ambiental intra e extra propriedade.

Os resultados apresentados há uma década, mostram que a importância da Extensão Rural como forma de realizar ações de organização, orientação e inserção em políticas públicas destes produtores familiares (rurais-urbanos); ainda é fundamental atualmente. Passada uma década, pouco se mudou em relação à análise específica de metodologias, ações e políticas públicas que possibilitem adequar ações específicas às demandas destes produtores.

A Extensão Rural continua desempenhando seu papel da melhor maneira possível para garantir ações que contribuam para o rural urbano. Porém, ainda se faz necessário um olhar específico desta, bem como políticas públicas que atendam a caracterização peculiar de agricultores familiares que vivem num ambiente urbano, principalmente,

no aspecto ambiental para desenvolvimento da atividade agropecuária sem prejuízos ao espaço territorial explorado.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agricultura Alternativa nos EUA: avanços e pesquisas. *In*: **Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa**, 1984. Londrina, PR. Fundação Instituto agrônômico do Paraná (IAPAR), 1987.

BALDISSERA, C. M.; BALDASSO, N. A.; CALCANHOTO, F. A.; MENA BARRETO, H. A. Ocupação do Espaço na Região do Vale do Rio dos Sinos. *In*: **SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, 2., 2003. Itajaí, SC: UNIVALI, 2003.

LIMA, A. Desfile na festa da Colônia de Sapiranga e último dia para conferir a Kolonie Hartz Fest. **Jornal NH ABC do Domingo**. Novo Hamburgo. 2013. p. 04.

METROPLAN. **Dados municípios Vale do Sinos e Paranhana**. Disponível em: www.metroplan.rs.gov.br. Acesso em 10 mar 2013.

PAGINA RURAL. **RS: Vales dos Sinos e Paranhana terão 78 Feiras do Peixe**. 2014.

3

Roselaine Tereza Piber

Nayibel de los Angeles García Siso

AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS DA SUCESSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE MATA-RS

*Family farming
and the challenges of rural
succession in the municipality of Mata-RS*

Resumo: A sucessão da propriedade familiar no rural do Município de Mata, RS, foi abordada com preocupação pelos diferentes atores entrevistados durante uma pesquisa de campo para dissertação de mestrado no ano 2020, por não terem um sucessor para quem transferir a propriedade e a produção. Por essa razão, o objetivo deste trabalho é identificar algumas das causas que estão limitando a sucessão da propriedade e refletir sobre suas consequências na reprodução social da agricultura familiar de Mata. A metodologia priorizou a pesquisa qualitativa, através de entrevista semiestruturada, realizada com agricultores familiares; assim como a coleta e análises de dados por meio do IBGE. Conclui-se que o tema da sucessão rural está acontecendo como consequência do êxodo de famílias inteiras e, especialmente, a migração continuada de jovens para os centros urbanos, fenômeno que reflete na redução e o envelhecimento da população rural no município, ainda reduz também o espaço rural. Reverter essa situação é um desafio que deve ser assumido pelos diferentes atores presentes no município.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Juventude Rural; Sucessão Rural.

Abstract: *The succession of the family property in the rural area of the Municipality of Mata, RS, was approached with concern by the different actors interviewed during a field research for a master's dissertation in the year 2020, as they did not have a successor to whom to transfer the property and production. For this reason, the objective of this work is to identify some of the causes that are limiting the succession of the property and to reflect on its consequences in the social reproduction of family agriculture in Mata. The methodology prioritized qualitative research, through semi-structured interviews, carried out with family farmers; as well as the collection and analysis of data through the IBGE. It is concluded that the issue of rural succession is happening as a consequence of the exodus of entire families and, especially, the continued migration of young people to urban centers, a phenomenon that reflects in the reduction and aging of the rural population in the municipality, still reducing the rural space. Reversing this situation is a challenge that must be assumed by the different actors present in the municipality.*

Keywords: *Family Farming; Rural Youth; Rural Succession.*

INTRODUÇÃO

O tema da sucessão na propriedade rural é constantemente debatido em pesquisas da sociologia rural, por sua relevância para a reprodução social da agricultura familiar. Nesse sentido, o presente trabalho é fruto de questionamentos gerados a partir da análise de dados fornecidos pela pesquisa realizada com agricultores familiares em Mata⁵, RS, município com uma dinâmica demográfica tendente à redução.

Conforme dados dos censos demográficos anos 1970 a 2010, a redução na população total do município é evidente, diminuindo mais de dez pontos percentuais na última década⁶, e se caracteriza pelo aumento da população urbana em detrimento da população rural, que enfrenta um processo de decrescimento paulatino; essa tendência está presente nas estimativas para o próximo censo.

No esforço por compreender essa situação, foram analisadas as variáveis com relação à idade do produtor, nos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Os dados evidenciaram uma diminuição das unidades de produção familiar dirigidas por jovens, especialmente nas faixas etárias de menos de 35 anos, que eram 15,67%, em 2006, e 8,73%, no censo de 2017. Cabe destacar que os censos anteriores não mostraram dados com relação à idade do produtor, portanto, podemos afirmar que a tendência existe, mas não podemos identificar quando iniciou.

Outro dado relevante é a nova classificação com relação à idade do produtor responsável pela unidade de produção familiar, que surge no censo agro 2017: a faixa etária *de 75 anos e mais* que, com a soma dos produtores com *65 anos e mais*, totalizam 27,33%. Ou seja, houve

- 5 O município pertence ao Território da Cidadania Região Central/RS. À Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião Santa Maria. Relativamente pequeno em extensão (316,121 km²), limita com os municípios de Jaguari, São Pedro do Sul, Jarí, Toropi e São Vicente do Sul.
- 6 População total de 5111 habitantes. Censo demográfico 2010. A população estimada do município para 2021 é de 4.760 habitantes. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama>> Acesso em 13 de maio de 2022.

aumento significativo no número de produtores com *65 anos e mais*, em relação ao censo anterior, que apresentava para essa faixa de idade 19,74% do total de produtores.

Nesse sentido, o estudo de Piccolotto e Marin (2018) sobre a juventude rural na região central do RS, da qual Mata faz parte, aponta alguns fatores que determinam a não permanência dos jovens rurais no campo: o pouco acesso aos créditos fundiários, os altos custos de produção e baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, a falta de abertura a novas relações mercantis, pois os comércios locais preferem trazer produtos forâneos produzidos por redes agroindustriais, assim como as dificuldades para introduzir novos cultivos e produção alternativa, com respeito às tradicionais; bem como a falta de acesso à terra, pois jovens assentados não foram contemplados com lotes, por não serem beneficiários de programas de reforma agrária. “Os jovens entrevistados não participam de movimentos sociais de luta pela terra” (PICCOLOTTO; MARIN, 2018, p. 72).

A juventude rural se enfrenta, por um lado, com relações familiares que ainda se baseiam na hierarquização e autoridade dos pais; e, por outro lado, os municípios pequenos apresentam poucas possibilidades de crescimento técnico e profissional. Então, a falta de autonomia na gestão da propriedade e a falta de perspectivas de vida, estudo e trabalho, são outros dois fatores causantes dessa evasão dos jovens do meio rural. Enfim, esta falta de alternativas dificulta vislumbrar um futuro de mudança social e inviabiliza a “construção de projetos de vida locais” (PICCOLOTTO E MARIN, 2018, p. 85).

Conforme explica Fragoso (2015), a população rural, especialmente a juventude, migra para outras cidades da região, como Santa Maria e outros centros urbanos, em busca de emprego e renda. Na maioria dos casos em que migram por questões de seguir os estudos, a escolha do curso no ensino superior não tem uma relação direta com o trabalho ou a profissão dos pais. O presente trabalho oferece ainda mais evidências do fenômeno, seus impactos e as possíveis condições do município em estudo, que poderiam contribuir para revertê-la.

Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender algumas das causas que estão limitando a sucessão da propriedade e que preocupam os diferentes atores. As quais trazem desafios para a reprodução social da agricultura familiar em Mata, atribuídos à falta de sucessor para a unidade produtiva.

METODOLOGIA

A metodologia se define como uma pesquisa qualitativa, empregando a técnica da entrevista semiestruturada aos líderes de cinco Núcleos de Agricultores Familiares, nos aglomerados rurais de Mata, RS⁷, feitas durante o ano 2020. Para triangular as fontes do trabalho, usou-se a pesquisa bibliográfica e a análise de alguns dados coletados do IBGE, com relação aos censos demográficos 1970-2010 e os Censos Agropecuários 2006-2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os líderes dos cinco Núcleos de Agricultores Familiares, entrevistados junto com suas famílias, além dessa representatividade que exercem, cada um deles é o responsável da unidade produtiva familiar que integra. Cabe destacar que têm em média 53 anos de idade, assim conformam parte dessa população que vão envelhecendo sem sucessor, o qual manifestaram repetidamente nas suas falas, sobre sua preocupação com respeito ao êxodo da juventude rural. De fato, um apicultor, assim como uma senhora agricultora, dedicada à produção de leite e de fumo, relataram que alguns dos seus filhos já não moram na unidade produtiva e os que ainda estão, planejam mudar-se para

7 Essas entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2020, nos aglomerados rurais Boa Esperança, Chacrinha, Grama, Pinheirinho e São José, do município de Mata, RS.

a cidade e não seguir a mesma profissão dos pais. O que mais preocupa aos entrevistados e os entristece é que seus filhos não seguirão na propriedade. Conforme se pode ler na fala à continuação:

Se tivesse mais atenção da Prefeitura, eu acho que seria mais organizado, ela ia incentivar mais a agricultura. Se fortalecer na agricultura, né? Porque, quem é agricultor que nem eu, que trabalha aqui na agricultura na idade que tô [sic] hoje, eu não tenho intenção de sair, mas a juventude não fica mais. Assim, sem incentivo, os jovens não querem mais saber de agricultura (ARROZ, 2020).

Esse aspecto, coincide com dados dos Censos Agro 2006 e 2017, que revelam uma diminuição de estabelecimentos dirigidos por menores de 35 anos; se observa uma queda abrupta: enquanto no censo de 2006 somavam cento e trinta e um produtores, no censo 2017, eram sessenta e sete (IBGE, 2006 e 2017). Esses dados mostram que em cerca de dez anos, houve um acentuado envelhecimento do agricultor responsável pela unidade produtiva, trazendo como consequências o esvaziamento da área rural e a dificuldade em encontrar sucessor.

A respeito das causas motivadoras da migração juvenil, nas falas foram relatadas algumas, que se referem à geografia irregular do território, pois não permite todo tipo de cultivo, por isso a agricultura familiar tem a fumicultura como produção principal, já que se adaptou bem ao relevo. Entretanto, a juventude considera um risco para a saúde a plantação de fumo e gera poucas expectativas no futuro ter uma relação de dependência com a empresa fumageira.

Conforme Mello (2006, p. 2), “os jovens, especialmente as moças, preferem a vida urbana, os horários fixos e as rendas regulares do trabalho assalariado, a desenvolver atividades agrícolas que lhes parecem mal remuneradas e penosas”. Nesse aspecto, as pessoas entrevistadas foram unânimes em afirmar que no município não há políticas públicas que motivem a permanência do jovem na área rural.

Outro motivo que apontam como propulsor da migração juvenil é o acesso à sede do município, pois julgam que sua localização seja um dos entraves ao desenvolvimento, uma vez que a BR-287, que liga

Santa Maria a Santiago, distante cerca de doze quilômetros. “Para entrar na cidade, é preciso motivação forte.” Em muitos setores rurais, a comunicação ainda é difícil, devido ao péssimo estado das estradas municipais e ausência de sinal de telefone ou internet, o que contribui para a saída do meio rural, segundo a fala de outro entrevistado.

Nesse sentido, encontramos coincidência entre os relatos e os fatores descritos no estudo de Piccolotto e Marin (2018) sobre a juventude rural na região central do RS: pouco acesso a outras redes de comercialização, dificuldades para manter a diversificação da produção com rentabilidade, pouco acesso à terra, além de precárias vias de acesso e transporte da produção, e por fim, limitado acesso à formação profissional.

Com respeito à preocupação sobre o êxodo da juventude rural, constata-se que é comum aos demais municípios do COREDE Vale de Jaguari, pois cabe aqui fazer alusão a um dos parágrafos contidos na conclusão do documento de Gestão, 2016-17:

Neste contexto de reavaliação regional, destaca-se a migração populacional para outras regiões como um dos principais movimentos visíveis da população em busca de melhores condições de emprego e renda, acesso à educação e melhores condições de infraestrutura (p. 221).

Por isso, como demanda por políticas públicas que estimulem a permanência da juventude na área rural, oferecendo alternativas de desenvolvimento, salientamos que, além de possuir vários atrativos naturais, Mata abriga um sítio paleontológico, com madeira fossilizada de mais de duzentos (200) milhões de anos, tombado como patrimônio histórico e cultural, em junho de 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae)⁸. De idade Triássica, estas exposições de “florestas petrificadas” estão entre os mais importantes registros do planeta (SOMMER e SHERER, 2002).

8 Publicado no Diário Oficial, de junho de 2018. Processo de tombamento estadual N° 18/1100-0000481-4. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=Bens-TombadosDetalhesAc&item=66602>> Consultado em 10/09/2019.

Nesse sentido, uma análise de estudos sobre o município (PEREIRA, 2007; MORAES, 2009 e FRAGOSO, 2015) nos leva a concluir que o tema da paleontologia é fundamental para o desenvolvimento do turismo como fonte de renda e de oportunidade para os jovens permanecerem no município. Por outra parte, os entrevistados nomearam a falta de capacitação dos munícipes para o desenvolvimento do turismo, e o papel que tem a administração municipal nesta tarefa, através de políticas públicas que fomentem uma educação capaz de criar condições do agir transformador desta realidade, com enorme potencial turístico, científico e histórico-cultural (PEREIRA, 2007, p. 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das falas dos entrevistados, da bibliografia e dos dados do IBGE, podemos considerar que a migração de jovens, especialmente da área rural, para os grandes centros, coloca em risco a questão da sucessão rural, cujas causas são diversas e relevantes tanto para a permanência como para garantir a reprodução da agricultura familiar, destacando principalmente as condições geográficas e precariedade das estradas para o acesso e transporte da produção, além da falta de políticas públicas, acesso à terra e a créditos fundiários, escassas perspectivas de trabalho e estudo no município, assim como a falta de autonomia na propriedade.

Nesse sentido, a superação do obstáculo da sucessão da propriedade familiar passa pelo desafio de reverter o êxodo rural, gerando oportunidades para que a juventude permaneça no município de Mata, que ainda encontra sua força na diversidade da produção rural e na agroindústria de alimentos, como a empresa beneficiadora e empacotadora de arroz e a fábrica de laticínios. Assim como, nas potencialidades turísticas, pelo sítio arqueológico da idade Triássica que abriga exposições de “florestas petrificadas”.

Em razão disso, é preciso fortalecer e incluir as unidades de produção familiar⁹, em sua diversidade e pluriatividade, no processo de desenvolvimento integral do município; pois, além da produção e comercialização agrícola tradicional, o município poderia fazer investimentos para incrementar o turismo rural, aproveitando o importante parque paleontológico que possui.

REFERÊNCIAS

COREDE VALE DO JAGUARI. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguarí 2015-2030**. Gestão 2016-2017. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG/RS. Convênio n.1636/2015.

FRAGOSO, F. M. **Políticas Estratégicas de Desenvolvimento Rural: Uma Proposta para o Município de Mata**. Santa Cruz do Sul, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre estabelecimentos agropecuários e idade de produtores**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6647#resultado>>. Acesso em agosto 2020.

MELLO, M.A. **Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato**. XLIV Congresso da SOBER, Fortaleza, 2006. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/149192/files/1036.pdf>> Acesso em julho 2021.

MORAES, F. D. **A Organização Espacial de Mata - RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural**. 2009, 155p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9303/MORAES.pdf>> Acesso em ago. 2020.

PEREIRA, Sílvia. **A valorização do Patrimônio Sócio-histórico-cultural na Gestão das Escolas do Município de Mata**. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PICOLOTTO, E.L. MARIN, J. O. B. **Juventude Rural: estudo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Bonecker Ltda, 2018, 1ª ed. 100 p.

SOMMER, M.G.; SCHERER, C.M.S. 2002. Sítios Paleobotânicos do Arenito Mata (Mata e São Pedro do Sul), RS – *In*: Schobbenhaus, C. *et al* Edits.) 1. ed. Brasília: SIGEP, 2002. v. 01. Disponível em <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio009/sitio009.htm>> Acesso em agosto de 2020.

9 Segundo dados do IBGE, censo agro 2017, os estabelecimentos da agricultura familiar correspondem a 83,5% do total de unidades de produção agropecuária no município.

4

Beatriz Roque dos Santos

Alan Faber do Nascimento

FRONTEIRAS DE USO RURAL, ASPECTOS SOBRE CONFLITOS FUNDIÁRIOS E ÁREAS PROTEGIDAS, NARRATIVAS SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIR (PEBI) E SEU ENTORNO

*Rural use borders, aspects about land conflicts
and protected areas, narratives about Biribir
State Park (PEBI) and its surroundings*

Resumo: Os aspectos relacionados aos conflitos fundiários existentes dentro e no entorno de áreas protegidas tem sido pauta de discussões na perspectiva de promover ações e soluções para minimizar tais confrontos. Esse é o caso do Parque Estadual do Biribiri (PEBI), localizado em Diamantina, em Minas Gerais que enfrenta até os dias atuais, conflitos de cunho fundiário e de uso das áreas do PEBI. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de inserção do PEBI, a questão fundiária e apropriação das terras por parte das comunidades pertencente ao seu entorno. Para tanto, foi utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI e entrevista com os três representantes das comunidades do entorno. Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBI não se encontra regularizada em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detém 95% da área do parque. Além disso, há a questão dos processos de uso e ocupação de áreas irregulares em seu entorno e os conflitos relacionados a proibição do uso. Diante desses entraves, percebe-se o quanto se torna essencial inserir ações coletivas na perspectiva de política e economicamente as comunidades na estrutura e na gestão do PEBI. Somente assim, a gestão do parque poderá, em conjunto com as comunidades, visualizar soluções para regularizar as áreas ocupadas nos limites e entornos do parque, promovendo assim o desenvolvimento da conservação de forma efetiva.

Palavras-chave: Conflitos fundiários; PEBI; Comunidades do entorno.

Abstract: *Aspects related to existing land conflicts in and around protected areas have been the subject of discussions with a view to promoting actions and solutions to minimize such confrontations. This is the case of the Parque Estadual do Biribiri (PEBI), located in Diamantina, Minas Gerais, which is still facing conflicts over land tenure and the use of PEBI areas. This work aims to carry out an analysis of the PEBI insertion process, the land issue and land appropriation by the communities belonging to its surroundings. To this end, the bibliographic review that deals with the proposed theme and the analysis of the PEBI Management Plan and interview with the three representatives of the surrounding communities were used as a methodology. The results showed that the existing land issue in the PEBI is not regularized due to the lack of financial resources to indemnify Companhia S.A., which holds 95% of the park's area. In addition, there is the issue of the processes of use and occupation of irregular areas in its surroundings and the conflicts related to the prohibition of use. Faced with these obstacles, it is clear how essential it is to insert collective actions from the political and economic perspective of communities in the structure and management of the PEBI. Only in this way will the park management be able, together with the communities, to visualize solutions to regularize the occupied areas in the limits and surroundings of the park, thus promoting the development of conservation effectively.*

Keywords: *Land conflicts; PEBI; Surrounding communities.*

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre os usos econômicos, sociais e ambientais nos entornos de Unidades de Conservação (UCs). Uma questão que, invariavelmente, vem à tona são aqueles referentes à posse de terras, à estrutura fundiária e os conflitos advindos da expropriação de comunidades tradicionais. Com efeito, a criação de UCs, como forma de preservação, exige dos órgãos públicos ligados à implementação das UCs, que passem a se importar com a demarcação de posses de terras e a regulamentação fundiária das áreas ambientalmente protegidas, haja vista a própria característica patrimonialista da formação da propriedade no Brasil.

Tomando como referência, portanto a problemática fundiária das UCs, esta pesquisa objetiva explorar o problema do PEBI, localizado na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, quanto as formas de uso das áreas naturais pelas comunidades de seu entorno. Pretende-se também no desenvolvimento desta pesquisa traçar caminhos e soluções para resolução de tais conflitos fundiários tentando responder ao seguinte questionamento: até que ponto a não resolução da questão fundiária traz impactos para o desenvolvimento e a efetividade do PEBI e seu entorno e quais são suas limitações e soluções para a realidade imposta?

Por fim, entende-se que conhecer a realidade da comunidade e seu uso da terra antes da inserção da Unidade de Conservação e a relação da comunidade com a gestão parece ser uma oportunidade de entender os possíveis conflitos existentes advindos do uso da terra, podendo assim ser sugeridas mudanças e sugestões para a aproximação e consolidação de atividades dentro e no entorno do PEBI.

METODOLOGIA

Os métodos usados na pesquisa foram revisão bibliográfica, análise do Plano de Manejo do PEBI, e entrevista com os representantes das comunidades do entorno do mesmo. No total foram realizadas três entrevistas, aplicadas no segundo semestre de 2019, no roteiro de perguntas buscou-se questionar e responder os objetivos do presente estudo, na qual as respostas obtidas foram transcritas no momento das abordagens com os três representantes. Além disso, foram realizadas conversas informais e observação participante com os comunitários das três comunidades na perspectiva de coletar dados complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUESTÃO FUNDIÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A questão de terras e as demarcações de propriedades e áreas de UCs são resposta para uma eficaz gestão, a qual se entrelaça com a convivência, os entraves e o manejo de suas áreas, tendo como justificativa as problemáticas advindas das terras e as áreas ditas protegidas (KURY, 2009).

Em UCs e em seus entornos, a divisão de terras torna-se um dos maiores conflitos, sendo este justificado pelas questões e entraves relacionados às regulamentações fundiárias, caso da justaposição de títulos de propriedade, da ambiguidade entre propriedades particulares e públicas, além das questões jurídicas ou relacionadas aos bens das famílias (MORAIS, 2014).

No tocante à questão fundiária é preciso mais leis e ações voltadas para o desenvolvimento das UCs no país, a questão ambiental e das terras devem ser analisadas em conjunto, além de atividades de mobilizações, interação, atividades voltadas para os direitos de posses das terras, na tentativa de aproximar os responsáveis pelas UCs, comunidade local e poder público para determinarem possíveis soluções aos impasses no uso e ocupação do território das UCs e do entorno.

QUESTÃO FUNDIÁRIA EM MINAS GERAIS

A situação fundiária nos parques de Minas Gerais não é uma realidade diferente do contexto nacional, uma vez que em seus interiores há conflitos relacionados às terras e às limitações do usufruto de seus recursos.

O planejamento comunitário pode ser uma via para minimizar tais conflitos (NETO, 2002). Para que este planejamento ocorra de forma efetiva é preciso antes de tudo a inserção das populações locais, tendo em vista que estas são as mais interessadas em ações para promover a aproximação e para traçar soluções que minimizem os conflitos e ao mesmo tempo gerem um desenvolvimento sustentável.

O Parque Nacional da Serra do Cipó criado no ano de 1984 pelo decreto n. 90.223 de 25 de setembro de 1984 exemplifica a questão das terras, uma vez que a implementação do mesmo gerou mudanças nas comunidades trazendo um novo modelo de demarcação territorial, usufruto das terras e disputas de forma desordenada.

Um segundo exemplo seria o caso do Parque Estadual de Nova Baden criado em 1994. A área pertencente à Unidade de Conservação é de propriedade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), por este motivo o Parque já pertence ao poder público, faltando a regularização através do repasse ao Instituto

Estadual de Florestas (IEF). O Parque Estadual Serra da Boa Esperança criado pelo decreto n 44.520 de 2007, diferente do exemplo acima possui propriedades particulares com altos valores aquisitivos impossibilitando a regularização (NETO, 2002).

A região de Minas Gerais possui 80 UCs segundo dados do IEF em 2020, 38 são de proteção integral denominadas como Parques Estaduais, nessas áreas protegidas a questão fundiária está relacionada com as delimitações e apropriações das terras por parte dos parques ou UCs, em alguns casos este conflito já se encontra regularizado, através de ações de uso e desapropriação de terras e outros aguardam por ações de liberação das terras. No quadro 1 é possível analisar a situação dos Parques Estaduais do Alto Jequitinhonha.

Quadro 1 – Situação de regularização dos Parques Estaduais no Alto Jequitinhonha

Parques do Alto Jequitinhonha	Questão fundiária
Parque Estadual da Serra Negra	Proposta de redefinição dos limites para desapropriação
Parque Estadual do Biribiri	Existência de ações de desapropriação
Parque Estadual do Pico do Itambé	Em processo de desapropriação
Parque Estadual do Rio Preto	Completamente regularizado
Parque Estadual Serra do Intendente	Completamente regularizado

Adaptado de Ambrosio (2014).

Como é possível analisar no Quadro 1, somente dois dos cinco Parques do Alto Jequitinhonha se encontram regularizados, os outros três ainda existem processos e questões judiciais para a consolidação e regularização das terras do seu entorno - cujas demandas ainda podem levar anos.

O Parque Estadual do Biribiri é um exemplo deste modelo de implementação, uma vez que, segundo dados do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, 95% do PEBI possuem propriedades particulares, o que dificulta sua regulamentação (STCP, 2004). Ao mesmo tempo, em seu entorno existem as três comunidades que usufruíam

das terras antes da inserção da UC, onde estas têm como fonte de renda a prática da agricultura baseada no plantio, colheita de forma coletiva (MORAIS, 2014).

Quando se pensa nas comunidades pertencentes a esses entornos, por exemplo, no caso do PEBI que consta três comunidades: Mendanha, Cidade Nova e Pinheiro, percebe que em sua maioria não entendem a real importância da UCs em suas áreas e por este motivo não participam dos processos de conservação, o que se torna um equívoco uma vez que estas são as mais conhecedoras, ficando nítido, portanto, a necessidade de traçar soluções para a aproximação da gestão e as comunidades de seus entornos.

A REALIDADE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA DO PEBI E SEU ENTORNO

As questões fundiárias em algumas UCs possuem limitações que se tornam empecilhos para sua regularização. Este seria o caso do PEBI localizado na cidade de Diamantina-MG, que após 23 anos de existência na região, ainda apresenta em maior parte do seu território áreas de propriedade particular. Estas propriedades são pertencentes à Companhia Industrial Estamparia S.A¹⁰ e totalizam segunda a gestora do parque 95% das demarcações dentro da UCs e ela acrescentou que devido a faltas de verba por parte do Estado, o IEF não conseguem regularizar sua situação, e por este motivo também não recebe apoio financeiro para promover melhorias dentro e no entorno do parque. Em seu entorno, as áreas onde estão as comunidades são consideradas, segundo o plano de manejo, como zona de amortecimento.

10 A Companhia Industrial Estamparia S.A é uma empresa estadual, voltada para a produção de tecidos para atacado e varejo, ela é formada por operários que trabalham na confecção de roupas, de materiais e na estocagem e distribuição. Atualmente a empresa não tem mais sede na cidade de Diamantina somente em outras regiões como Gouveia.

As comunidades do Alto Jequitinhonha pertencentes ao entorno do PEBI têm as terras e o uso dos recursos naturais relacionados com os bens repassados de pais para filhos, como herança, sendo registradas em cartório e possuindo registro junto ao Cartório de Imóvel da cidade de Diamantina-MG (MORAIS, 2014). Segundo dados coletados em campo, recentemente, algumas destas terras que não possuíam regularização, foram registradas pela prefeitura de Diamantina, tendo suas áreas demarcadas.

As propriedades citadas não sofrem interferência do parque, pois as demarcações de limitações da UC do PEBI, ocorrem longe da localização das casas, dessa forma, o conflito está relacionado a proibição do uso dos recursos do PEBI, tais como pesca, caça, extração de madeira e criação de animais nas áreas dentro do parque, porém, em conversas com os representantes das comunidades, nos foi relatado que eles se sentem intimidados com as limitações do parque e falta de diálogo sobre a situação fundiária dentro do mesmo e suas reais limitações territoriais. A título de complementação destaca-se que o principal tipo de atividade desenvolvida por estas comunidades são embasadas nas atividades agrícola e de uso das terras, tendo como eixo principal na agricultura familiar (SOUZA, *et al*; 2012). Diante de tal dado, nota-se a importância de se analisar a questão das terras trazidas no presente estudo, dando assim, mais ênfase nas discussões.

Desde a criação do PEBI até os dias atuais, as comunidades do entorno têm suas rendas voltadas às atividades agrícolas, que servem de complemento ao salário da aposentadoria – não sendo oferecidas atividades pela gestão do PEBI para complementação de a renda.

Diante deste distanciamento existente entre estes dois extremos e em outras UCs de Minas Gerais e do Brasil, algumas soluções podem ser traçadas, na tentativa de minimizar tais conflitos, sendo eles fundiários ou não.

Um primeiro caminho seria pensar em possibilidades para promover a indenização ou regularização das terras por parte do Estado e dos órgãos ambientais relacionados com a questão fundiária; uma segunda opção é a realização de reuniões semanais ou mensais que ouvissem a opinião e as demandas das comunidades, uma terceira possibilidade seria o desenvolvimento de atividades, programas e projetos que trouxessem retorno financeiro para as comunidades, neste caso seriam satisfatórios eventos de divulgação das culturas locais que trabalhassem a questão ambiental e a importância das UCs. Além disso, atividades que usassem o manuseio da terra e a importância das hortaliças, frutas para o dia a dia das pessoas, também seriam uma alternativa viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão fundiária, assim como a inserção de UCs, deve ser analisada, em conjunto com as comunidades locais dos entornos. O que é possível perceber, não só em Minas Gerais, mas em diversos lugares, é que a regularização das áreas não é resolvida, por diversos motivos, dos quais se destacam no caso do PEBI: a inexistência de documentos de comprovação das delimitações das áreas dos terrenos, falta de recursos públicos para indenizar os proprietários, processos judiciais que se encontram em adesão na justiça, entre outros fatores que impedem o desenvolvimento da regularização fundiária.

Resolver estes empecilhos seria, um fator relevante, pois nos dias atuais a maioria dos jovens ou pessoas da própria comunidade migram para a cidade em busca de oportunidades, pois não vêem no campo uma saída, por este motivo, torna-se essencial valorizar a comunidade que ainda sobrevive e conserva os costumes advindos da terra para seu sustento, como é o caso das comunidades aqui estudadas.

Acredita-se que a execução destas sugestões pode gerar resultados, pois promoverá a aproximação e ao mesmo tempo poderá fazer com que os moradores possam se sentir inseridos e, assim, entendam a real importância desta UCs.

REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, Rafaela Vidal. **Situação fundiária dos Parques Estaduais de Minas Gerais**. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2014.
- BRASIL, Decreto nº 90.223 de 25 de setembro de 1984. Cria no Estado de Minas Gerais o Parque Nacional da Serra do Cipó, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, art. 81, item III, p.14013, Seção 1.
- KURY, Karla Aguiar. **Regularização Fundiária em Unidade de Conservação: O caso do Parque Estadual do Desengano/RJ**. 203 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense de Campos, Campos Dos Goytacazes, RJ, 2009.
- MINAS GERAIS (Estado), Decreto nº 44.520 de 16 de maio de 2007. Cria o Parque Estadual da Serra da Boa Esperança. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, art. 3º, item VII, p.2, seção 1.
- MORAIS, Marcelino Souza. **A realidades socioambientais impostas às comunidades locais pela criação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.
- NETO, Paulo Sérgio Ferreira. S. F. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral**, 2002. 59 f. Relato de Experiências (Fundo Brasileiro para Biodiversidade- FUNBIO), Rio de Janeiro, RJ 2002.
- SOUZA, Daniele Eloi; SCALCO, Raquel Faria ; XAVIER, Kelsilene Fernanda. F. As implicações da criação do Parque Estadual do Biribiri para a comunidade e para o desenvolvimento do Turismo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.22, n.38, p.110-132, 2012.
- STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri. Planejamento da Unidade de Conservação**. Volume I e II- Encarte 2.SDS-02/02-Revisão Final. Curitiba-PR: setembro.

5

Lucas Carneiro Rodrigues

Stéfany Beatriz de Morais Azevedo

Laila Mayara Drebes

GESTÃO DE PESSOAS EM PROPRIEDADE RURAL DE RECRIA DE GADO DE CORTE NO ESTADO DO PARÁ

*Management of people in rural property
for breeding beef cattle in the state of Pará*

Resumo: A gestão de pessoas é baseada na aplicação e interação de seis processos principais: agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas. O objetivo do presente texto consistiu em analisar como tais processos são implementados em uma propriedade rural de recria de gado de corte situada no Sudeste Paraense. Em 2021, foi aplicado um formulário de perguntas abertas com o proprietário rural, visando compreender sua atuação como gestor, em especial, gestor de pessoas e foram realizadas observações assistemáticas. Os resultados evidenciaram a dificuldade de aplicação de todos os processos de gestão de pessoas, sendo alguns ainda menos desenvolvidos do que outros. Dentre as dificuldades, no caso estudado, chamou atenção a ausência do gestor no dia-a-dia da propriedade rural, deixando os funcionários sem supervisão, o que, inclusive, tem gerado perdas de cunho técnico-econômico para a atividade de recria de gado de corte.

Palavras-chave: administração rural; recursos humanos; trabalhadores rurais.

Abstract: *People management is based on the application and interaction of six main processes: add, apply, reward, develop, maintain and monitor people. The objective of this text was to analyze how such processes are implemented in a rural property for rearing beef cattle located in Southeast Pará. In 2021, an open question form was applied with the rural owner, aiming to understand his performance as a manager, in particular, people manager, and unsystematic observations were carried out. The results showed the difficulty of applying all people management processes, with some even less developed than others. Among the difficulties, in the case studied, the absence of the manager in the day-to-day activities of the rural property called attention, leaving employees without supervision, which has even generated technical-economic losses for the activity of rearing cattle. cutting.*

Keywords: *rural administration; human Resources; rural workers.*

INTRODUÇÃO

Assim como outras atividades econômicas, as atividades rurais, sejam elas de natureza agrícola ou não-agrícola, familiares ou patronais, com baixo ou alto nível tecnológico etc., precisam cada vez mais serem encaradas por meio de uma ótica administrativa para que possam auferir lucratividade em um cenário econômico de acirramento concorrencial, como é o da atualidade. Porém, os estudos científicos evidenciam que os conhecimentos de gestão de pessoas ainda são pouco aplicados nas propriedades rurais, como salientado no estudo de Sznitowski *et al.* (2019).

No Brasil, a condução das atividades produtivas em nível de propriedades rurais passou por um amplo processo de modernização desde meados do século XX. Devido à inserção de insumos industriais e ao consequente aumento dos custos de produção, os produtores rurais passaram a procurar por novos conhecimentos para melhor gerenciar seus negócios. Contudo, percebe-se que dentre as diversas áreas da administração consideradas importantes para as propriedades rurais, a gestão de pessoas está entre as menos desenvolvidas (SZNITOWSKI *et al.*, 2019).

Chiavenato (2014) define a gestão de pessoas como o conjunto integrado de seis processos dinâmicos e interativos: agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas. Todos esses processos estão intimamente relacionados entre si, de tal maneira que se interpenetram e se influenciam reciprocamente. Cada processo tende a favorecer ou dificultar os demais, quando bem ou mal orientado, o que faz com que o equilíbrio na condução de todos seja fundamental. Em somatório, esses processos devem considerar as influências externas (condições culturais, econômicas e sociais, regulamentações legais, sindicatos, dentre outras) e as influências internas (cultura e missão organizacional, estilo de gestão, estratégias e objetivos da organização, natureza das tarefas, etc.).

Agregar pessoas diz respeito a incluir novas pessoas na organização e é um processo que envolve recrutamento, seleção e integração. Aplicar pessoas se refere a definir as atividades que elas

realizarão na organização, acompanhar e orientar o seu desempenho, englobando modelagem do trabalho e a avaliação de desempenho. Já recompensar pessoas é um processo que consiste em incentivá-las a satisfazerem suas necessidades individuais mais elevadas na organização, incluindo questões como remuneração, benefícios e incentivos. Desenvolver pessoas, por sua vez, se trata de capacitar e incrementar o desenvolvimento profissional e pessoal, por meio de treinamento e desenvolvimento de carreira. Agora, manter pessoas engloba condições ambientais e psicológicas satisfatórias para que estas realizem suas atividades, perpassando por administração da cultura organizacional, higiene e segurança, qualidade de vida, manutenção de relações sindicais, entre outras questões. E, por fim, monitorar pessoas refere-se a acompanhar e controlar as atividades realizadas, assim como verificar os seus resultados, por meio de banco de dados e sistemas de informações gerenciais (CHIAVENATO, 2014).

Contudo, dados como os levantados no estudo de Sznitowski *et al.* (2019), realizado em propriedades rurais produtoras de grãos no estado do Mato Grosso, indicam que muitos desses processos de gestão de pessoas não são adotados pelos gestores rurais, principalmente no que tange à seleção de pessoas, descrição dos cargos, avaliação de desempenho, incentivos, banco de dados e sistema de informações gerenciais. Os gestores rurais argumentam sobre a dificuldade de mensurar os resultados provenientes da gestão de pessoas, a falta de tempo para desenvolver tais políticas e práticas e a inexistência de pessoas específicas nas propriedades rurais responsáveis por essas atividades. Tal situação reforça ainda mais a relevância da gestão de pessoas no âmbito das propriedades rurais.

Como elucidado por Chiavenato (2014), as pessoas constituem o principal ativo constituinte das organizações, e as organizações nada mais são do que conjuntos integrados de pessoas. Em outras palavras, as organizações são feitas de pessoas para pessoas. Nesse sentido, a gestão de pessoas se refere às políticas e às práticas necessárias para administrar o trabalho das pessoas

com a ideia de contribuir para que tanto os objetivos organizacionais como os objetivos pessoais sejam alcançados.

A formação de profissionais entendida como uma experiência de construção de saberes, competências, de elaboração do conhecimento, motivado, satisfeito e com habilidades, é um processo por meio do qual o sujeito inserido constitui participação em programa de treinamentos que põem em movimento todo recurso humano, ao mesmo tempo em que configuram, pelas práxis, o aumento da produtividade do agronegócio (BARROS E MARTINIUK, 2021)

Frente ao exposto, o presente texto tem como propósito analisar como tais processos de gestão de pessoas são implementados em uma propriedade rural de recria de gado de corte situada no Sudeste Paraense.

METODOLOGIA

O presente estudo é derivado de uma atividade de ensino-pesquisa desenvolvida pelos autores no decorrer da disciplina de Administração Rural, do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em dezembro de 2021. Consiste em um estudo de caso de uma propriedade rural que foi selecionada para investigação dos processos de gestão de pessoas.

Situada no município de Breu Branco, região sudeste do estado do Pará, a propriedade rural em questão possui uma área de 136,56 hectares, apresentando como principal atividade econômica a recria de bovinos de corte em sistema semi-intensivo. Tal atividade é conduzida através do arranjo de meia, em que o proprietário rural concede a terra e a mão-de-obra para a criação dos animais, que pertencem a um terceiro.

A propriedade em questão conta com a colaboração de dois funcionários, sendo um “vaqueiro”, responsável pelo manejo geral dos bovinos, como troca de piquetes e abastecimento de concentrado e minerais,

e um “caseiro”, que é responsável pela manutenção da propriedade como um todo, perpassando por serviços de roçagem, manutenção de cercas e limpeza da área de convivência da propriedade. Outrossim, funcionários sazonais são contratados de acordo com a demanda.

A propriedade rural trabalha com um total de 100 animais, sendo que estes são comercializados em lotes de 35 a cada semestre. Na medida em que ocorre a comercialização, os animais vão sendo repostos, mantendo o sistema com um total de 100 animais. A permanência dos bovinos na propriedade varia de animal para animal, uns saem com 20 meses e outros com 28 meses. O valor arrecadado com a comercialização do gado é dividido entre o dono da terra e o dono do gado (sistema de meia), onde cada um recebe cerca de 60% e 40% do valor, respectivamente.

Vale destacar ainda, que todas as despesas de manejo são do proprietário da terra, com exceção de vacinas, as quais são divididas entre proprietário da terra e proprietário do gado. A produção de gado de corte é o carro-chefe da propriedade em análise, mas existe também o cultivo de milho e de mandioca voltado ao consumo dos trabalhadores da propriedade.

Para compreender os processos de gestão de pessoas na referida propriedade rural, foi aplicado um formulário de perguntas abertas com o proprietário da terra, enfatizando a sua atuação como administrador da propriedade rural, sobretudo gestor de pessoas, assim como foram conduzidas observações assistemáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange à gestão de pessoas na propriedade rural, percebeu-se que o processo de agregar pessoas é desenvolvido de modo simples. As pessoas recrutadas são pessoas que já prestaram algum tipo de

serviço na propriedade e a seleção é baseada no desempenho que essa pessoa mostrou durante seu tempo como funcionário sazonal. É válido ressaltar que a propriedade não excede o total de dois funcionários fixos.

Como citado anteriormente, as funções dos colaboradores na fazenda são bem estabelecidas, ou seja, quando recrutados esses já têm conhecimento da descrição de seus cargos. Contudo, no processo de aplicar pessoas, o gestor relatou a dificuldade em avaliar o desempenho de cada atividade, tendo em vista que o mesmo está presente na propriedade somente alguns dias da semana. Desse modo, essa avaliação é feita em longo prazo, que no caso do vaqueiro estará vinculada com a produtividade dos animais e no caso do caseiro com o tempo e qualidade na realização de cada atividade.

A recompensa das pessoas é dada por meio do salário mensal no valor de um salário-mínimo. Além disso, convém mencionar que os funcionários têm direito a um mês de férias por ano, porém não possuem outros direitos trabalhistas, tendo em vista que suas carteiras de trabalho não são assinadas. Consoante ao salário há algumas remunerações extras que ocorrem de maneira indireta, intitulados pelo gestor de “agradados” casuais. De modo geral, ambos os colaboradores recebem alguns quilos de carne, gasolina e outros bens materiais de modo menos frequente. Fora isso, não há outro tipo de incentivo ou remuneração extra.

No desenvolvimento de pessoas estão inclusos o treinamento e o desenvolvimento de carreiras. Esses processos são ausentes na propriedade, pois o gestor entende que seus funcionários já possuem experiência e não há necessidade de qualificação adicional. Além disso, ambos os funcionários usufruem dos mesmos privilégios e o gestor afirma não existir nenhum plano de desenvolvimento de carreira.

Contudo, vale destacar que Carvalho e Peres (2015) afirmam que o capital humano pode ser considerado uma grande ferramenta competitiva no mercado e pode alcançar a excelência através do desenvolvimento dos colaboradores na organização. O treinamento

permite que se transmita ou recicle conhecimentos, habilidades ou atitudes relacionados diretamente à execução de tarefas na otimização do trabalho, ajudando a organização a atingir seus objetivos, e assim motivar os funcionários de todos os setores e níveis para alcançar novos conhecimentos e habilidades, proporcionando mudanças.

Quanto ao manter pessoas, que está vinculado à qualidade de vida dos funcionários, o administrador da propriedade afirma que os funcionários têm segurança para o desenvolvimento de suas tarefas, pois lhes são fornecidos equipamentos de proteção individual, além de o ambiente de trabalho ser agradável, garantindo a saúde psicológica dos trabalhadores. Entretanto, o caseiro, que precisa morar na propriedade rural para desempenhar suas funções, passa a maior parte da semana sem contato com a família. Nesse sentido, o próprio gestor afirmou que esse funcionário é mais produtivo com a presença dos filhos.

Por fim, no que se refere ao processo de monitorar pessoas, este é subdesenvolvido na propriedade rural, tendo em vista que o gestor passa poucos dias da semana presente juntamente com seus colaboradores, não fazendo uso de nenhum sistema de informações gerenciais. O gestor possui qualificação técnica em contabilidade e experiência no ramo de comércio e empresarial, de modo que seu perfil é julgado como um bom porta-voz diante de seus funcionários, sabendo empreender e negociar de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na propriedade rural analisada foi possível perceber que todos os processos de gestão de pessoas são pouco desenvolvidos. As principais fragilidades advêm de o gestor não permanecer na propriedade rural em tempo integral, deixando os trabalhadores “por conta própria”. Em virtude dessa situação, os processos de gestão

de pessoas mais implicados são o de aplicar e monitorar. Outra questão reconhecida na propriedade rural, é a ausência de iniciativas de qualificação dos trabalhadores, aos quais não são ofertados nenhum tipo de treinamento, apesar de existirem cursos e formações gratuitas para trabalhadores rurais fornecidos por entidades de assistência técnica, de extensão rural e sindicatos.

A não assinatura das carteiras de trabalho dos funcionários fixos é outra situação que chama a atenção, evidenciando a informalidade que ainda atravessa o cenário do trabalho rural no Brasil contemporâneo. A existência de um “caseiro”, como mostrado nos resultados, leva a reflexão sobre a perpetuação de certas estruturais sociais rurais passadas, como é o caso do sistema de morada, tão estudado pela Sociologia Rural.

É importante salientar que a desarmonia de tais processos de gestão de pessoas gera implicações sobre o próprio desempenho técnico da recria do gado de corte, resultando em retardo de ganho de peso dos animais devido a falhas no manejo, como fornecimento inadequado de água, troca tardia de piquete de pastagem e outras, que são decorrentes da ausência do gestor na rotina de trabalho da propriedade, gerando margem para que os funcionários adiem ou mesmo deixem de executar certas tarefas.

O caso analisado no presente estudo converge com as evidências encontradas na literatura sobre a lacuna existente nas propriedades rurais no que se refere à gestão de pessoas. Recomenda-se que, estudos futuros sobre gestão de pessoas em propriedades rurais, além de coletar dados juntos aos proprietários, também colem dados juntos aos colaboradores, a fim de contrastar as informações sobre os processos.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. C. R.; MARTINIUL, C. V. Gestão de pessoas no agronegócio. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 1, p. 203-213, 2021.

CARVALHO, D. A.; PERES, M. J. O papel da gestão de pessoas em cooperativas agropecuárias como desenvolvimento regional. **Revista FATEC em debate: gestão, tecnologias e negócios**, v. 2, n.3, p.37, 2015.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. Barueri: Manole, 2014.

SZKITOWSKI, A. M.; SOUZA, E. R.; SUQUERE, A. A. B.; NASCIMENTO, C. M. Gestão de pessoas e suas práticas no contexto das propriedades rurais produtoras de grãos em Mato Grosso. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 139-154, 2019.

6

Angélica Cristina Rhoden

João Garibaldi Almeida Viana

Vicente Celestino Pires Silveira

MUDANÇAS NA MATRIZ PRODUTIVA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO:

estudo de caso da área
de proteção ambiental
do Rio Ibirapuitã

*Changes in the production
chain and economic growth:*
case study of the Ibirapuitã River
environmental protection area

Resumo: Este estudo analisou a mudança na matriz produtiva no território da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã no bioma Pampa, Brasil, e seu impacto no crescimento econômico. A análise teve caráter descritivo com abordagem quantitativa. Metodologicamente, construímos um banco de dados com variáveis macroeconômicas e de produção agrícola dos quatro municípios que compõem a APA do Ibirapuitã para formar o denominado território APA, incluindo imagens de sensoriamento remoto para avaliar a mudança no uso da terra entre 2000 e 2020. Além disso, o modelo de regressão foi utilizado para determinar o impacto da mudança da matriz produtiva no crescimento econômico do território. Os resultados indicaram uma mudança na matriz produtiva no território APA, resultante da transformação de pastagens naturais em sistemas de produção de grãos. A produção baseada na rentabilidade é um dos principais fatores de mudança no uso da terra. A expansão da produção de soja impactou positivamente no crescimento econômico do território. Entretanto, a expansão das áreas cultivadas com arroz impacta mais intensamente a dinâmica econômica da região em comparação com a expansão do cultivo da soja. No entanto, a APA do Ibirapuitã foi essencial para garantir o uso sustentável do território nesse período, mantendo as áreas de pastagens naturais no bioma. Portanto, é necessário desenvolver uma política pública representativa para o bioma Pampa que ofereça subsídios e estimule a conservação dos serviços ecossistêmicos na exploração agropecuária.

Palavras-chave: Serviços ecossistêmicos; política fundiária; sustentabilidade.

Abstract: *This study analyzed the change in the productive matrix in the territory of the Environmental Protection Area (APA) of Ibirapuitã in the Pampa biome, Brazil, and its impact on economic growth. The analysis had a descriptive character with a quantitative approach. Methodologically, we built a database with macroeconomic and agricultural production variables from the four municipalities that make up the APA of Ibirapuitã to form the so-called APA territory, including remote sensing images to assess the change in land use between 2000 and 2020. The regression model was used to determine the impact of the change in the production matrix on the economic growth of the territory. The results indicated a change in the productive matrix in the APA territory, resulting from the transformation of natural pastures into grain production systems. Profitability-based production is one of the main drivers of land use change. The expansion of soy production had a positive impact on the territory's economic growth. However, the expansion of areas cultivated with rice impacts more intensely the economic dynamics of the region compared to the expansion of soybean cultivation. However, the Ibirapuitã APA was essential to guarantee the sustainable use of the territory during this period, maintaining the natural pasture areas in the biome. Therefore, it is necessary to develop a representative public policy for the Pampa biome that offers subsidies and encourages the conservation of ecosystem services in agricultural exploitation.*

Keywords: *Ecosystem services; land policy; sustainability.*

INTRODUÇÃO

A conservação dos ecossistemas é essencial para a continuidade da produção agrícola e a regulação global dos ciclos biológicos. As unidades de conservação foram incorporadas para proteger os ecossistemas, que estão em constante transformação devido principalmente à mudança do uso da terra ligada ao aumento dos sistemas de produção agrícola (OLIVEIRA, 2017). As unidades são definidas de acordo com a IUNC, mantidas de acordo com as Leis de cada país (IUCN, 2013). Nas últimas décadas, mudanças significativas contribuíram para a expansão dos sistemas de produção de grãos, principalmente no Brasil, como a incorporação da produção de grãos, principalmente o cultivo de soja, em áreas do bioma Pampa brasileiro (SILVEIRA *et al.*, 2017).

O Pampa é um bioma composto por pastagens naturais com significativa biodiversidade, localizado na Argentina, Uruguai e Brasil, com área de aproximadamente 750.000 km² (BOLDRINI, 2009). No Brasil, o bioma Pampa está localizado inteiramente no estado do Rio Grande do Sul, ocupando 63% do território do estado (SILVEIRA *et al.*, 2017). A principal forma de conservação do bioma é a manutenção de unidades de conservação. No entanto, apenas 0,5% da área do bioma Pampa brasileiro está incluída na única unidade de conservação, a saber, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã (MMA, 2021).

A APA do Ibirapuitã é uma unidade de conservação federal de uso sustentável e está localizada na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nos municípios de Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento (IUNC, 2010; ALONSO *et al.*, 1994). Nos municípios que fazem parte da APA do Ibirapuitã a produção de gado de corte tem importância histórica e varia de acordo com o tamanho das fazendas e as características do relevo típico da pecuária (MIGUEL *et al.*, 2017). Por outro lado, estes municípios têm potencial para produzir grãos, como arroz e soja.

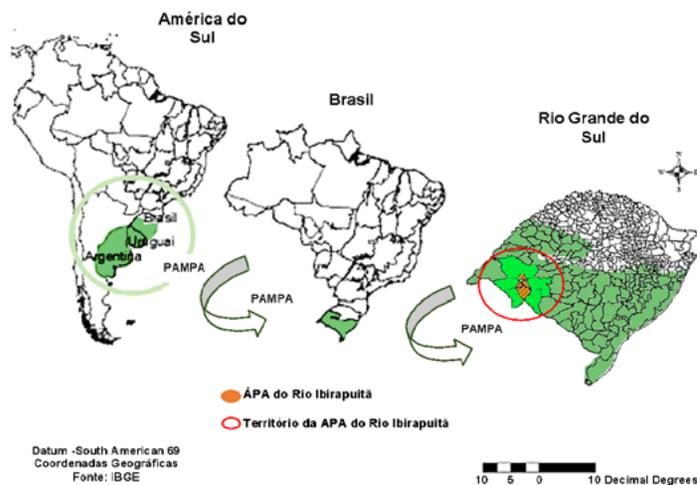
Portanto, além dos aspectos ecossistêmicos, é importante analisar o impacto econômico da mudança da matriz produtiva da única unidade de conservação do bioma Pampa no Brasil. Desse modo, este estudo tem como objetivo compreender a relação entre mudança da matriz produtiva e crescimento econômico em áreas protegidas.

A análise da relação entre a matriz produtiva e crescimento econômico pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas, especialmente considerando que as unidades de conservação replicam as condições de crescimento dos sistemas de produção agropecuária diante do cenário econômico global.

METODOLOGIA

O local de estudo é denominado território APA e formado pelos municípios de Quaraí, Alegrete, Santana do Livramento e Rosário do Sul, totalizando uma área de 22.271,70 km², onde a APA do Ibirapuitã corresponde a 3.167,9 km² desse território, Figura 1 (MMA, 2021).

Figura 1 – Área de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Azevedo (2013).

A análise teve caráter descritivo, com abordagem quantitativa e utilizou um método de coleta de dados secundários. Foi construído um banco de dados, onde dados individuais de cada município foram somados para formar um único conjunto de variáveis de produção agrícola e econômica denominado de território APA. O período para a coleta de dados foi entre 2000 e 2020, que foi o período marcado pelas principais mudanças no uso da terra no Pampa brasileiro (SILVEIRA *et al*, 2017; BOLDRINI, 2009).

A evolução das variáveis do rebanho bovino e ovino (atividades tradicionais do bioma Pampa brasileiro) e das áreas plantadas compostas de arroz, soja e culturas temporárias (em hectares; atividades agrícolas introduzidas no bioma), compõe a matriz produtiva. Os dados monetários das variáveis de crescimento econômico são representados pelo PIB (IBGE, 2021). Esta variável foi transformada de reais (R\$) para dólares americanos (US\$) para atualizar os dados e comparar entre as variáveis que envolvem commodities internacionais (IPEA, 2022).

Para estimar o impacto da mudança da matriz produtiva e do crescimento econômico foi estimado um modelo de regressão linear múltipla. O modelo determinou o impacto das variações do rebanho bovino e da área plantada de arroz e soja em relação à variável econômica (*ECON*), a saber: Produto Interno Bruto (PIB) no território APA. O modelo foi estimado pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (GUJARATI, 2006), conforme a Equação 1: (3), onde *ECON* é a variável econômica do território APA; α é a constante ou intercepto; β é a inclinação; *RPA* é a área plantada de arroz (em hectares); *RPS* é a área plantada de soja (em hectares); *RB* é o rebanho bovino (em número de animais). A validação dos modelos de regressão foi testada por meio de análise de variância (ANOVA). A significância individual da inclinação foi testada usando o teste t de Student. Para ambos os testes, foi utilizado um nível de significância de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mudança na matriz produtiva no território APA para o período de 2000 a 2020, resultou na expansão da área de cultivo de grãos sobre as áreas de campos naturais. Essa expansão foi caracterizada principalmente pelo crescimento da cobertura do solo com o cultivo da soja. A agricultura no território APA expandiu-se em áreas onde o relevo e o solo permitiam, principalmente o cultivo de grãos como soja e arroz. No entanto, na APA do Ibirapuitã, a agricultura não se expandiu, ou seja, a sua função de uso sustentável foi cumprida (MapBiomias, 2022).

De 2000 a 2020, a área plantada com grãos apresentou crescimento anual de 2,77%. Em 2000, a área plantada de soja era de 12.840 ha. Em 2020, essa área aumentou para 155.400 hectares, um aumento de 1.110,28%. A cultura do arroz, por sua vez, manteve-se praticamente estável. No entanto, perdeu participação na área total de lavouras da região. Em 2000, o cultivo de arroz e soja representaram 66,5% e 9,8% da área total cultivada, respectivamente. Em 2020, essa participação mudou, com o cultivo de arroz e soja representando 33,3% e 58,0% das áreas cultivadas, respectivamente.

O rebanho bovino manteve-se estável no período analisado. Isso se deve, possivelmente, aos ganhos de produtividade obtidos em áreas de integração lavoura-pecuária e mudanças na estrutura do rebanho. A expansão da soja influenciou positivamente o PIB: cada hectare adicional na área plantada com soja resulta em um aumento de US \$10.610 no PIB ($p < 0,01$), mantendo-se os demais fatores constantes.

Tabela 1 – Parâmetros dos modelos de regressão estimados para o impacto da mudança na matriz produtiva no crescimento econômico* do território APA de 2000 a 2018

	PIB	
	Coef.	valor-p
RPA	47.12	0.006
RPS	10.61	0.002
RB	-1.85	0.116
F	12.71	0.000
R2	0.6612	

* Rebanho Bovino (RB), Área plantada de soja (RPS), Área plantada de Arroz (RPA), Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte: dados da pesquisa.

No entanto, a expansão das áreas cultivadas com arroz impacta mais intensamente a dinâmica econômica da região em comparação com a expansão do cultivo da soja; cada aumento de 1 ha na área plantada de arroz resulta em um aumento de US\$ 47.120 no PIB do território APA ($p < 0,01$), que é quatro vezes maior que a variação da área unitária de soja. Esse resultado pode ser explicado pela maior intensidade do uso de mão de obra e capital no cultivo de arroz em relação ao cultivo de soja, exigindo mais insumos e serviços locais. No entanto, isso leva a um maior custo de produção para o cultivo do arroz, o que impacta na rentabilidade da atividade na região.

Portanto, sistemas produtivos com maior rentabilidade econômica, oriundos da expansão da área plantada com soja e do dinamismo do sistema de cultivo de arroz, estão associados ao aumento do PIB e impactam o crescimento econômico do território APA (VON WITZKE, 2014; FEIX *et al.*, 2016). Nesse contexto, o cultivo da soja resultou em impacto econômico positivo no PIB, porém, o cultivo do arroz promove maior dinâmica econômica devido à maior circulação financeira decorrente do processamento e transformação local. Assim, quando a soja se expande sobre a área plantada com arroz, o PIB tende a diminuir no território APA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que a produção com base na rentabilidade é um dos principais fatores da mudança na matriz produtiva e está associada à baixa sustentabilidade econômica dos sistemas de produção pecuária em campos naturais quando comparada à produção de grãos, à semelhança de outras regiões do mundo. Assim, o processo de globalização das commodities influencia o desenvolvimento local. É preciso desenvolver uma política pública representativa para a Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã que oferece subsídios e incentiva a conservação dos serviços ecossistêmicos na exploração agrícola.

Agradecimentos: Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro para este trabalho.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, projetos 441428/2017-7 e 428709/2018-4) Brasil.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J.A.F., BENETTI, M.D., BANDEIRA, P.S. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas**. 1994. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser: Porto Alegre, Brasil.

AZEVEDO, L.F. **Saberes e Práticas Tradicionais: Uma Análise do Modo de Apropriação da Natureza pelos Pecuáristas Familiares da Serra do Sudeste RS**. 2013. Santa Maria. Master's Thesis, Federal University of Santa Maria, Santa Maria, Brazil.

BOLDRINI, I. I. **A flora dos Campos do Rio Grande do Sul**. In: V. D. Pillar (Ed.), Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. 2009. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

FEIX, R. D., LEUSIN JÚNIOR, S., AGRANONIK, C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2016**. 2016. FEE: Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Gujarati, D. N. **Essentials of Econometrics**. 2006. 3 Ed, McGraw-Hill.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados SIDRA**. 2021. Brasília. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 Jan. 2022.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Taxa de câmbio nominal**. 2022. Disponível em: < <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389> > Acesso em: 10 Jan. 2022.

IUCN. **Guidelines for Using the IUCN Red List Categories and Criteria**. 2013. Version 10. Prepared by the Standards and Petitions Subcommittee.

MIGUEL, L. A., MIELITZ NETTO, C. G. A., NABINGER, C., SANGUINÉ, E., WAQUIL, P. D., SCHNEIDER, S. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul**. 2017. Revista Estudo e Debate (14) 95-125.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. 2021. APA do Ibirapuitã; Ministério do Meio Ambiente: Brasília, Brasil.

OLIVEIRA, U., SOARES-FILHO, B.S., PAGLIA, A.P., BRESCOVIT, A.D., DE CARVALHO, C.J., SILVA, D.P., STEHMANN, J.R. & SANTOS, A.J. **Biodiversity conservation gaps in the Brazilian protected areas**. 2017. Nat. Sci. Rep. (7), 1–9. <https://doi.org/10.1038/s41598-017-08707-2>

SILVEIRA, V.C.P., GONZÁLEZ, J.A., FONSECA, E.L. **Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State**. 2017. Brazil. Ciência Rural 2017, 47, 1–7. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20160647>

VON WITZKE, H., NOLEPPA, S. **Biofuels: Agricultural Commodity Prices, Food Security, and Resource Use**. 2014. A Review of the Scholarly Literature and the Public Debate. AgriPol research paper. 77, 19-24. Disponível em: < http://www.agriPol-network.com/wp-content/uploads/2014/07/agriPol_rp022014_2014.pdf > . Acesso em: 14 Jan. 2022.

7

Jeorgia Gabriela Bertoldo

Helena Silva Oliveira

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

Public policies for agriculture:
an analysis of the national Program
to Strengthen Family Farming

Resumo: Este resumo expandido visa discutir a respeito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado no ano de 1996. Após fazer uma breve síntese sobre a importância da agricultura familiar e das políticas públicas para promoção do desenvolvimento, foram abordados aspectos relacionados a distribuição dos recursos, analisando a diferença da participação das regiões no programa. Dentre as principais conclusões, destacou-se que apesar do programa ter possibilitado o acesso ao crédito rural a um grande número de agricultores familiares, ainda existem algumas fragilidades que precisam ser levadas em conta para que o mesmo cumpra seus objetivos de forma integral.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pronaf; Políticas Públicas.

Abstract: *This expanded summary aims to discuss the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf), created in 1996. After making a brief summary of the importance of family farming and public policies to promote development, aspects were addressed. related to the distribution of resources, analyzing the difference in the participation of the regions in the program. Among the main conclusions, it was highlighted that although the program has enabled access to rural credit to a large number of family farmers, there are still some weaknesses that need to be taken into account for it to fully fulfill its objectives.*

Keywords: *Family Farming; Pronaf; Public policy.*

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido desvalorizada por muitos anos, a agricultura familiar ocupa posição importante no agronegócio, sendo a responsável pela diversificação de alimentos e por grande parte da produção e oferta de produtos básicos que abastecem a mesa dos brasileiros.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o número total destes estabelecimentos é de 3,8 milhões, o que representa 76,8% de todas as unidades agropecuárias no país. Através das políticas públicas voltadas a agricultura familiar que é possível gerar mais desenvolvimento no meio rural, pois estas políticas, promovem efeitos positivos nas diferentes cadeias produtivas e impactos diretos em diversos fatores como a renda das famílias rurais, variável determinante para a manutenção da atividade e qualidade de vida. Dessa forma, é relevante analisar qualitativamente a distribuição de crédito rural ofertado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, pois este programa impacta a vida de inúmeros agentes econômicos ligados a agricultura familiar.

De acordo com dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf trouxe benefícios a mais de 2,6 unidades de produção familiares, gerando renda e potencializando a mão de obra familiar existente nessas propriedades rurais. Apesar de suas fragilidades e limitações, ao longo dos anos foi usado para custear a utilização de novas tecnologias que trouxeram incrementos na produtividade de mais de 55 alimentos consumidos no Brasil. Além disso, foi o responsável pela criação de indústrias familiares, pelo aumento do turismo rural e produção de artesanato no meio rural (SOUZA; CAUME, 2008).

Neste momento a agricultura familiar mantém inúmeras pessoas economicamente ativas no campo, produzindo, gerando renda, interiorizando o desenvolvimento e alimentando os brasileiros. O Pronaf se

consolidou como uma política de crédito presente em mais de 4 mil municípios rurais brasileiros em todas as regiões. Em mais de duas décadas, foram aplicados R\$ 156 bilhões em contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipos de agricultores familiares (SOUZA; CAUME, 2008). Um importante dado trazido pelas estatísticas é que 30% dos contratos foram celebrados por mulheres agricultoras e 17% formalizados por jovens (IBGE, 2017). Com a pretensão de analisar a importância das políticas públicas na agricultura familiar, este resumo expandido discorre sobre o crédito rural, especificamente, o Pronaf e a distribuição regional deste modelo de financiamento que visa promover o desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores rurais.

METODOLOGIA

O método proposto para o presente estudo é o de abordagem qualitativa, com utilização do método dedutivo. E a metodologia, segundo os procedimentos técnicos de coleta e fontes de informação, será o da pesquisa bibliográfica e documental, com exploração da literatura e legislação correlatas ao tema. A base de dados utilizada foi a do censo IBGE de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo a Lei Federal nº 11.326/2006, pode-se considerar no Brasil as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Conforme o texto da Lei, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos:

I – não detenha de uma área maior que quatro módulos fiscais; II – utilize mão-de-obra familiar; III – possua renda originada das atividades econômicas do seu próprio estabelecimento; IV – administre seu estabelecimento com a sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar tem grande potencial produtivo, sendo capaz de favorecer o abastecimento alimentar no Brasil, entre tanto este segmento é severamente afetado por problemas ligados às desigualdades, riscos, falta de informações, entre outros aspectos que corroboram com a ideia de que é fundamental apoiar a agricultura familiar através de incentivos e programas (SANTOS, 2001).

Frente as adversidades resultantes das práticas e políticas agrícolas, os agricultores familiares tendem a buscar inovação na maneira de produzir, optando por práticas diferentes das convencionais, podemos citar como exemplo a agricultura ecológica e orgânica, que tem por objetivo preservar os recursos naturais. Além disso, estes agricultores buscam alternativas de se inserir no mercado, com o propósito de promover a agricultura sustentável e ao mesmo tempo garantir a segurança alimentar (BARCELLOS e MANTELLI, 2009).

No Brasil, a agricultura familiar exercer um papel importante na geração de emprego e renda, porém o desenvolvimento deste setor, depende de condições favoráveis de políticas públicas, como por exemplo as de acesso ao crédito rural.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Tendo em vista a grande importância deste segmento, o governo federal, lançou alguns programas que tem o intuito de atender as necessidades dos agricultores. Um desses programas é o Pronaf, que tem por objetivo central a concessão de crédito com taxas inferiores as praticadas pelo mercado, para assim favorecer os agricultores familiares. Entretanto

existem alguns desafios que fazem com que a distribuição de crédito não seja realizada de maneira homogênea, ocorrendo assim, uma diferenciação de acordo com o nível de renda dos agricultores (MATTEI, 2005).

No Brasil, percebe-se que os segmentos mais capitalizados do agronegócio, são os que mais utilizam os benefícios de programas, fazendo com que a agricultura familiar fique vulnerável frente ao mercado. A imparcialidade na distribuição dos recursos de crédito rural, reflete a prioridade do Estado, em beneficiar a produção de commodities para posterior exportação. Programas que de fato promovam mais impactos devem desenvolver ações voltadas a comercialização, produção, capacitação, extensão e reforma agrária, visando a melhor execução das políticas para os espaços rurais que mais precisam.

ANALISANDO A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surgiu através de movimentos sociais, sendo criado com o intuito de facilitar o acesso ao crédito rural pelos pequenos produtores rurais. O decreto Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996, criou o Pronaf e estabeleceu que o acesso ao crédito teria que atender quatro requisitos básicos: “explorar a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; trabalho familiar, permitindo-se a presença de no máximo dois empregados; área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais “(derivado do Artigo 185 da CF/1988) e; residir no imóvel ou nas proximidades e retirar ao menos 80% da renda desta exploração”. Mesmo significando um avanço nas políticas de crédito rural, podemos dizer que o Pronaf tem algumas problemáticas, um exemplo claro são as diferenças regionais (ROSA, 1998).

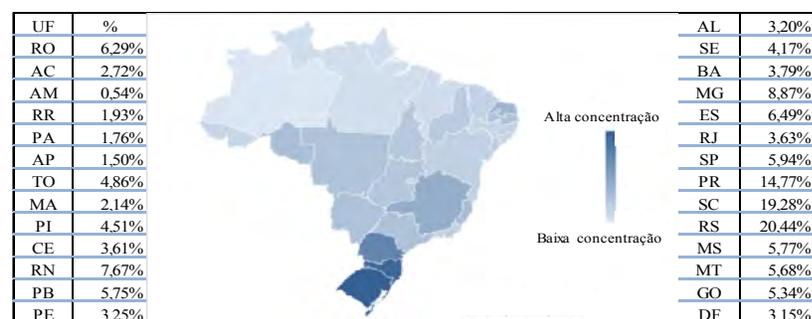
O objetivo das políticas públicas de apoio à agricultura é promover o desenvolvimento local e regional, por meio de recursos financeiros,

acesso ao crédito e escoamento de venda dos produtos, assim fazendo com que os produtores familiares consigam manter sua produção, superar dificuldades ligadas ao fluxo de caixa e desse modo promover a sucessão familiar. Todos estes aspectos mencionados vão refletir de forma positiva no desenvolvimento regional e local (MATTEI, 2005).

Segundo os dados do último Censo Agropecuário realizado no ano de 2017, é possível afirmar que no Brasil tem-se uma distribuição desigual no número de estabelecimentos beneficiados com o Pronaf. Os dados demonstram que cerca de 44,96% dos estabelecimentos que utilizaram o programa, estão localizados no Sul do país, sendo esta a região com maior número de estabelecimentos com o apoio do programa.

No gráfico abaixo (Gráfico 1), observa-se a relação de estabelecimentos que acessaram o crédito através do PRONAF nos diferentes estados do Brasil, ou seja, o percentual de unidades que o programa financiou dentro de cada unidade federativa.

Gráfico 1 – Percentual de estabelecimentos agropecuários familiares segundo o total estadual que receberam financiamento – PRONAF



Fonte: IBGE, 2017.

Nota-se que os estados localizados no Sul do país, foram os que apresentaram maior proporção relativa de estabelecimentos que utilizaram o programa. O Rio Grande do Sul, é o estado que se destaca no percentual de participação do programa, onde 20,44% dos estabelecimentos agropecuários familiares participaram. De acordo com a legenda

do gráfico que demonstra a concentração de participação, os estados do Sul e Sudeste, detém maior concentração, enquanto nas regiões Norte e Nordeste está concentração diminui consideravelmente.

Entre os estados com menor percentual relativo de estabelecimentos agropecuários familiares, que obtiveram financiamento pelo PRONAF, encontra-se Amazonas, Amapá e Pará, sendo de somente 0,54%, 1,50% e 1,73%, respectivamente, definindo assim esses estados com a menor proporção de estabelecimentos familiares financiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral o desenvolvimento socioeconômico do Brasil é caracterizado por disparidades entre as suas regiões, o mesmo ocorre no meio rural. A agricultura é imprescindível para o crescimento econômico e para a promoção do desenvolvimento. Entretanto, quando existem tantas diferenças deve-se entender que outras características nos modelos de produção também se alteram, e do mesmo modo alteram os resultados dos investimentos governamentais.

Evidencia-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), enquanto política pública de desenvolvimento rural tem sido um instrumento extremamente importante para que alguns objetivos sejam atingidos pelo poder público, como a manutenção das famílias rurais, evitando assim o êxodo rural, e, também, contribuindo para a elevação da qualidade de vida no meio rural. Mas para que o programa cumpra com os seus objetivos de forma mais efetiva, é recomendável a adoção de mudanças que corrijam as fragilidades observadas na distribuição dos recursos, principalmente em ligados a aspectos regionais.

Recursos para comercialização e investimentos são essenciais para a preservação das unidades de produção familiar e, para isso, a distribuição do crédito deve buscar um maior equilíbrio. Além de dar

atenção ao acesso ao crédito, deve se pensar em outras formas de promover o desenvolvimento social no meio rural, como melhorias no seguro rural e sistema de comercialização que atenda as características particulares da agricultura familiar em suas diferentes regiões.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, C. R. H.; MANTELLI, J. Agroecologia e Organização Cooperativa como Alternativa de Sustentabilidade para a Agricultura Familiar. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 29 Mar/2009 p. 40 – 47.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm> Acesso em 15/05/2022.
- IBGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> Acesso em 15/05/2022.
- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/training/informacoes/instituicaomda.aspx>> . Acesso em: 15/05/2022.
- ROSA, Sueli L. Couto. **Os desafios do PRONAF**: os limites de sua implementação. Disponível em: < http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_133.pdf> . Acesso em 10/05/2022.
- SANTOS, M. J. dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 2245-239, dez. 2001.
- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> . Acesso em: Acesso em 15/05/2022.
- SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, **David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 46., 2008, Rio Branco/AC. Anais... Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: . Acesso em: 15/05/2022.

Parte

2

**PROCESSOS
DE INOVAÇÃO
SOCIOTECNOLÓGICA
E AÇÃO EXTENSIONISTA**

A presente seção apresenta uma coleção de trabalhos construídos a partir da linha de pesquisa “*Processos de inovação socio-tecnológica e ação extensionista*” do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM) e apresentados no 4º Colóquio do PPGExR.

Portanto, serão abordados trabalhos que contemplam as temáticas interligadas aos processos de gestão social e as mediações sociotécnicas, nos diferentes contextos ligados a extensão rural e universitária, outras abordagens trazem questões históricas, ligadas a comunidades e organizações sociais, discutindo diferentes questões como gênero, juventude, sucessão rural, bem como a educação do campo.

8

Marlova Giuliani Garcia

Ricardo Alberti

Fabricia Tadia

ANÁLISE DO PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL DE ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS COM INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA – ASCAR/EMATER JAGUARI

*Analysis of the Social Assistance Program
for Advising, Defense and Guarantee of Rights
with Social and Productive Inclusion –
ASCAR/EMATER Jaguari*

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de realizar uma análise sobre a relevância do Programa Socioassistencial de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos com Inclusão Social e Produtiva (PSADGGISP), desenvolvido pela ASCAR/EMATER de Jaguari. Para isso foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e análise documental dos documentos cedidos pela EMATER de Jaguari sobre as atividades do programa que envolveu 50 famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema. Para analisar o projeto foi utilizada a análise de conteúdo e foram criadas três categorias de análise: gestão, sistemas produtivos e soberania alimentar. Os resultados de cada uma das categorias foram positivos, mostrando que através da assistência técnica às famílias conseguiram gerenciar sua propriedade de uma forma apropriada, aprenderam técnicas de cultivo e produção de alimentos o que resultou em uma produção de subsistência, e por fim o projeto ainda instruiu as famílias a respeito da necessidade de consumir alimentos saudáveis que poderiam ser produzidos na propriedade, mostrando assim a relevância do projeto para o município.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Gestão; Sistema produtivo; Soberania Alimentar; Agricultura Familiar.

Abstract: *The present work has the objective of carrying out an analysis on the trust of the Socioassistential Program of Advice, Defense and Guarantee of Rights with Social and Productive Inclusion (PSADGGISP), developed by ASCAR/EMATER of Jaguari. For this, an exploratory research was carried out, with a qualitative approach and document analysis of the documents accessed by EMATER from Jaguari on the activities of the program that involved 50 families in poverty or extreme poverty. To analyze the project, content analysis was used and three categories of analysis were created: management, production systems and food sovereignty. The results of each of the categories were positive, showing that through the technical assistance the families were able to manage their property in an appropriate way, they learned techniques of cultivation and food production which resulted in a subsistence production, and finally the project still instructed families about the need to consume healthy food that could be produced on the property, thus showing the protection of the project for the municipality.*

Keywords: *Technical Assistance; Management; Production system; Food Sovereignty; Family farming.*

INTRODUÇÃO

A população rural nas últimas décadas vem enfrentando muitos desafios, em especial a agricultura familiar no Vale do Jaguari vem sofrendo uma invisibilização devido ao processo de desagregação (BROSE; SOUTO, 2020). Em função da pandemia de Covid-19, até a assistência técnica enfrentou dificuldades para estar em contato com essas famílias rurais, em alguns casos foram completamente ilhadas devido ao distanciamento social (MAFFINI; ALBERTI; WIZNIEWSKY, 2020). Neste sentido, instituições como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), que tem como objetivo promover o desenvolvimento da extensão rural social esforçaram-se para atender da melhor forma essas famílias.

Buscando contribuir para a promoção do desenvolvimento social e da cidadania a ASCAR em parceria com a EMATER de Jaguari prestou assistência a 50 famílias rurais em situação de pobreza ou extrema pobreza, por meio de ações socioassistenciais no Programa Socioassistencial de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos com Inclusão Social e Produtiva (PSADGGDISP). O Projeto se desenvolveu em 2020 em Jaguari, que contava com 1.472 estabelecimentos de agricultura familiar e um agronegócio desenvolvido, ao mesmo tempo apresentava um índice de 6,7% de extrema pobreza na área rural do município.

Neste sentido, o PSADGGISP, que teve como objetivo promover ações de assessoramento às famílias rurais em situação de vulnerabilidade econômica, social ou ambiental, visando o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis e contribuindo para o protagonismo e autonomia das pessoas (EMATER, 2019). O programa desenvolveu ações para: promover ações de assistência educacional na área de saúde, saneamento, economia doméstica dirigida às famílias; promover a integração das famílias em vulnerabilidade social da área rural ao mercado de trabalho e ao mercado de produtos por elas produzidos; orientar as famílias sobre o uso racional dos recursos naturais, possibilitando

melhorias em suas condições de vida, sem que isso determine danos ao meio ambiente (ASCAR, 2019).

Buscando verificar a relevância de projetos de cunho social empregados as famílias rurais que vivem na pobreza ou extrema pobreza, percebendo se existiram contribuições para o desenvolvimento das famílias, o objetivo deste artigo é realizar uma análise da relevância do Programa Socioassistencial de assessoramento, defesa e garantia de direitos com inclusão social e produtiva – ASCAR Jaguarí, desenvolvido em parceria com a EMATER.

Este estudo divide-se em quatro partes, a primeira é a introdução que apresenta o caso a ser analisado, na segunda será apresentada a metodologia adotada, a terceira apresenta os resultados obtidos da análise documental de acordo com as categorias de análise e por fim a quarta etapa apresenta as considerações finais sobre o projeto PSADGGISP.

2 METODOLOGIA

Este trabalho objetiva realizar uma análise da relevância do PSADGGISP, desenvolvido na cidade de Jaguarí com 50 famílias rurais. Para isso foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e análise documental dos documentos cedidos pela EMATER de Jaguarí sobre as atividades de extensão rural. Tendo em vista os objetivos e os pressupostos deste trabalho, optou-se por utilizar-se a análise de conteúdo de Bardin (1988), para construir as categorias de análise.

As categorias de análise surgiram através das leituras e reflexões sobre os documentos repassados pela EMATER de Jaguarí. De acordo com Bardin (1988), a análise de conteúdo exige a adoção de um caminho metodológico de cinco etapas: Organização da Análise, Codificação, Categorização, Inferência e Tratamento Informático. Após essas etapas foram obtidas as categorias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de análise

GESTÃO	SISTEMAS PRODUTIVOS	SOBERANIA ALIMENTAR
Propriedade - Econômica; Propriedade - Social; Propriedade - Ambiental.	Realidade das famílias; Inserção na comercialização/mercado; Geração de renda.	Segurança: Acesso regular permanente a alimentos de qualidade, em quantidade; Educação alimentar.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As categorias encontradas foram analisadas de forma crítica, buscando frisar os elementos constituintes, verificando também a contribuição em sintonia com a literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados de acordo com as categorias de análise, desta forma a primeira categoria é a gestão, a segunda discute sistemas produtivos e a terceira conteúdos relacionados à soberania alimentar, e por fim ocorrerá uma breve discussão.

GESTÃO

O PSADGGISP planejou o acompanhamento e assessoramento técnico e social de 50 (cinquenta) famílias da área rural, em situação de vulnerabilidade. Este programa retrata um recorte das condições de vida e de trabalho das pessoas que fazem parte da Agricultura Familiar, apresentando a exposição dessas famílias a fragilidades econômicas, sociais e ambientais.

Durante o Programa as famílias apontaram diversas fragilidades como a dependência de boas condições climáticas, os baixos preços dos produtos agrícolas e altos preços de insumos, as dificuldades de acesso à bens e serviços e ainda o crescente êxodo rural, impossibilitando a sucessão familiar no campo. Todas essas especificidades

demandam muitas ações *in loco* nessas comunidades, e a presença de poucos profissionais, a distância da sede do município, acarretam necessidades como tempo e ampliação de profissionais para desenvolver as ações de assessoramento e acompanhamento técnico.

Segundo Tadia (2020), o programa se propôs a desenvolver 50 (cinquenta) planos de gestão para as propriedades, prevendo as estratégias da metodologia participativa como: visitas, atendimentos no escritório sede da EMATER, oficinas, dias de campo. Com essas estratégias, as famílias, tendem a se qualificar, adequando os sistemas produtivos de acordo com as suas realidades, gerando produção, renda e fortalecimento de sua identidade enquanto sujeito social.

Ao final do programa, mesmo que atendendo a um público que sofre historicamente com uma diversidade de dificuldades, mesmo assim, houve alcance de emancipação social não só por meio das informações e da capacitação para produção, mas o assessoramento, a gestão e a organização das atividades nas propriedades é a principal ação para atingir os objetivos do programa.

SISTEMAS PRODUTIVOS

Os sistemas produtivos foram fomentados considerando a realidade dessas famílias, identificadas por meio de questionários, visitas *in loco* e demais atendimentos para levantamento das informações. Com os dados obtidos, foi possível incentivar a produção de alimentos que primeiramente atenderiam o autoconsumo, pois dessa forma, os alimentos produzidos, além de terem qualidade nutricional, serem saudáveis, foram orientados a ser produzidos por meio de práticas sustentáveis e fundamentais para proporcionar condições de saúde e qualidade de vida para as famílias.

Após a instrução e assistência para que as famílias superassem a primeira demanda de alimentos, o projeto parte para o incentivo

a essas famílias produzirem excedentes para a comercialização dos seus produtos nos mercados e como consequência a geração de renda, autonomia e possibilitando a saída do cenário de vulnerabilidade, vendo em seu contexto, as possibilidades de permanência, sucessão familiar na propriedade e contribuir para a diminuição do êxodo rural.

Nesta categoria o projeto não foi capaz de verificar a continuidade das ações, o que foi constatado é que durante o período do projeto as famílias estavam produzindo alimentos para subsistência. Percebe-se que se tratando de um programa com ações delimitadas, é necessário um acompanhamento contínuo, pois são ações que requerem constante qualificação e acompanhamento técnico especializado.

SOBERANIA ALIMENTAR

O Programa da ASCAR/EMATER de Jaguari, além de fomentar a produção de alimentos para o autoconsumo de 50 famílias, ainda auxiliou na construção de estratégias para facilitar o acesso a políticas públicas de comercialização da produção agrícola nos mercados locais e institucionais, como as feiras, os Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE. Nesta categoria o projeto contribuiu para com assistência técnica e social para que as famílias adquirissem alimentos durante o período do projeto e buscou qualificar as famílias para autogestão após a finalização do projeto.

DISCUSSÃO

O PSADGGISP, desenvolvido pela ASCAR/EMATER de Jaguari constituiu uma possibilidade de inclusão social, pois a formação possibilitou o aprendizado empírico, com as famílias colocando a “mão na massa”. Dessa forma o projeto adotou procedimento de aprendizagem

dialógica e problematizadora, estratégia que valoriza não somente a participação dos sujeitos enquanto aprendentes, mas enquanto, sujeitos ativos e atores responsáveis por melhorias, pequenas, mas que suas capacidades são capazes de gerir (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Segundo (CAPORAL; COSTABEBER, 1994), o agricultor familiar deve ser o protagonista da ação transformadora de si e do seu meio, para que isso aconteça, além de metodologias participativas, elas precisam ser pedagógicas e desenvolvidas por um profissional de extensão. Desta forma, tem que trabalhar dentro da multidisciplinariedade, reconhecendo que os conhecimentos de outras áreas são necessários para promover a mudança e o protagonismo (BROSE; SOUTO, 2020).

Percebeu-se que o programa proporcionou ampliação do conhecimento dos participantes sob gestão econômica, social e ambiental adequada para as propriedades rurais; sistemas produtivos adequados à realidade das famílias; inserção de famílias em espaços de comercialização; geração de renda; famílias com segurança e soberania alimentar. Schneider, Cazella e Mattei (2020), reforça a necessidade de promover programas que contribuam com o combate à fome e salienta o papel fundamental da agricultura familiar tem neste processo. Esse programa serve desta forma para investir nas famílias mais humildades que compõem a agricultura familiar do município de Jaguari, para que elas constituam em suas propriedades maneiras de conquistar uma alimentação saudável e formas de comercializar os excedentes de sua produção gerando renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PSADGGISP da ASCAR em parceria com a EMATER de Jaguari, mostrou-se um programa capaz de assessorar famílias rurais a se organizarem econômica, social e ambientalmente. Pode-se perceber o desenvolvimento que as famílias tiveram durante o programa, adquirindo

conhecimento e empregando-o nas suas propriedades, dito isso, constata-se a relevância de se desenvolver ações de instrução a agricultura familiar para famílias que vivem na pobreza ou extrema pobreza.

As contribuições do programa foram apresentadas nas três categorias de análise, a primeira mostrou os aspectos relacionados a gestão e como o programa auxiliou as famílias a estruturarem uma estratégia de ação nas suas propriedades, a segunda abordou os sistemas produtivos, ensinando sobre a produção de alimentos e formas de comércio, no qual os excedentes poderiam ser comercializados, e por fim, a soberania alimentar instruiu as famílias a necessidade de consumir alimentos de qualidade, formas de adquirir esses alimentos e apresentou a educação alimentar.

Neste sentido, o PSADGGISP fornece evidências positivas que podem ser replicadas em outros municípios, para estudos futuros é interessante que sejam realizadas comparações entre programas, buscando verificar suas metodologias e resultados a fim de trazer contribuições para edições futuras. Conclui-se que o PSADGGISP é relevante e promoveu diversos benefícios para o município de Jaguari e propiciou desenvolvimento sustentável a 50 famílias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BROSE, M. E.; SOUTO, A. J. P. A (in) visibilidade da cadeia produtiva apícola do Vale do Jaguari/RS. **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 26-39, 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, São Paulo, p. 70-90, 1994.

EMATER RS: APRESENTAÇÃO. 2021. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.X_YPCNhKjIU. Acesso em: 06 jan. 2021.

EMATER. Rio Grande do Sul/ ASCAR. **Escritório Municipal. Estudo da situação**, 2021.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Gerência Técnica e Gerência de Planejamento. A Natureza Socioassistencial das Ações Desenvolvidas pela ASCAR-EMATER/RS no Meio Rural**, 2021.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Gerência de Planejamento. Núcleo de Informações e Análises. Planilha de índices para estudos**. 2016. Não publicado.

MAFFINI, M.; ALBERTI, R.; WAKULICZ, G. J. Análise da fidelidade dos associados em uma cooperativa central do Rio Grande do Sul através do modelo sueco. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12. 2020.

OLIVEIRA, A. F. de; *et al.* Extensão universitária para a agricultura familiar. **Revista americana de empreendedorismo e inovação**, v. 4, n. 1, p. 12-21, 2022.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Griffos**, v. 30, n. 51, 2021.

TADIA, F. **Ações da Emater de Jaguari**. Jaguari: Emater-RS, 2020.

9

Hector dos Santos Facco

Lucas Moretz-Sohn D. Vieira

APROXIMAÇÕES ENTRE MEDIAÇÃO E GESTÃO SOCIAL:

uma análise sobre
o NEDET Centro Serra

*Approaches between mediation
and social management:*
an analysis of NEDET Centro Serra

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre as mediações sociais como lente teórica para estudos junto a experiências de gestão social, tomando o caso do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (NEDET CS), junto a política territorial e ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER CS), nos anos de 2015 e 2016, como substrato para a discussão. Utiliza-se de uma abordagem qualitativa, com bases na pesquisa bibliográfica e na análise de documentos ligados ao Sistema de Gestão Estratégica (SGE), para a construção do presente artigo. Por fim, aponta-se que o aporte teórico das mediações sociais são instrumentos úteis para estudos dos processos de gestão social, ligados às políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Mediações sociais; Gestão Social.

Abstract: *This paper seeks to reflect on social mediations as a theoretical lens for studies on social management experiences, taking the case of the Center for Extension and Territorial Development of the Centro Serra Territory (abbreviation in Portuguese NEDET CS), together with the territorial policy and the Territorial Development Collegiate of the Centro Serra Territory (abbreviation in Portuguese CODETER CS), in 2015 and 2016, as a substrate for discussion. A qualitative approach is used, based on bibliographic research and analysis of documents linked to the Strategic Management System (abbreviation in Portuguese SGE), for the construction of this article. Finally, it is pointed out that the theoretical contribution of social mediations are useful instruments for studies of social management processes, linked to public policies.*

Keywords: *Public Policies; Social Mediations; Social Management.*

INTRODUÇÃO

O conceito de mediação social é trabalhado de diferentes formas, sendo uma delas a abordagem junto às políticas públicas, como destacam os autores Nussbaumer e Ros (2011) e Neves (2008). Neste sentido, o presente texto busca refletir sobre o uso do conceito de mediação social junto a experiências de gestão social, em especial tomando como referência a política de desenvolvimento territorial brasileira (PRONAT). A presente reflexão parte de um estudo de dissertação, e das vivências junto a política territorial, e a assessoria técnica desenvolvida pelo Núcleo de Extensão em desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (NEDET CS).

Desta forma, o artigo está estruturado em 5 partes (exceto a introdução): a primeira diz respeito à metodologia do trabalho, na segunda discute-se as noções básicas para o artigo, na terceira e quarta parte é apresentada a política territorial e algumas reflexões sobre o processo de mediação social. Por fim, busca-se estabelecer considerações e apontamentos para o uso do recorte das mediações sociais junto a experiência de assessoria técnica.

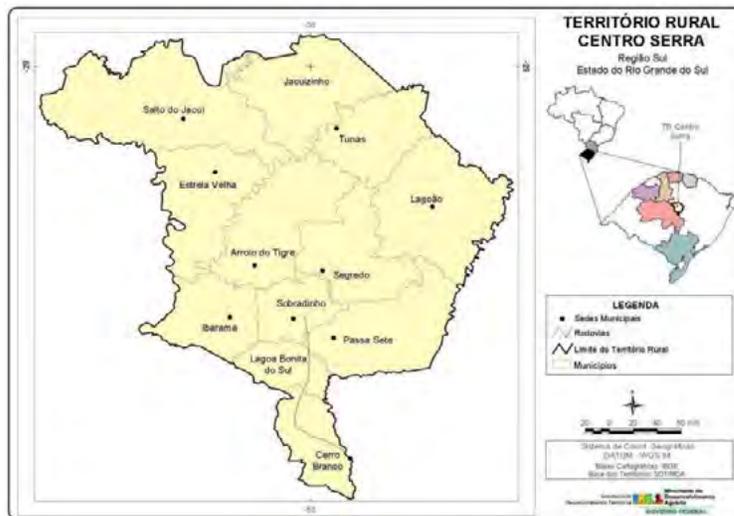
DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Com o objetivo de estabelecer aproximações entre as mediações sociais e os processos de gestão social, no presente trabalho utiliza-se de ferramentas da pesquisa bibliográfica e documental, para articular conceitos e construir uma perspectiva de análise.

Neste sentido, a política territorial e o processo de mediação desenvolvido pelo NEDET CS, são tomados como substrato para análise. Sendo utilizado da base documental do Sistema de Gestão Estratégica (SGE/MDA) dos anos de 2015 e 2016, ligados ao Território Centro

Serra. Território esse, localizado no Rio Grande do Sul, e foi constituído por 12 municípios, sendo eles Arroio do Tigre, Estrela Velha, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Tunas, Lagoão, Segredo, Sobradinho, Ibarama, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Cerro Branco (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de localização do Território Centro Serra



Fonte: BRASIL, 2009.

APROXIMAÇÕES ENTRE MEDIAÇÃO SOCIAL E GESTÃO SOCIAL

Mediar é algo que está presente em todas as sociedades humanas, ato que se materializa na simplicidade de considerar as diferentes possibilidades e tomadas de decisões. No entanto, ao estudar esse fenômeno, partimos para algumas definições. Segundo Velho (2001), mediar consiste em entender a existência de diferentes “polos”, onde mediação está na ação de trânsito entre os mesmos,

consistindo na ação de construir interseções/conexões entre os distintos, construindo pontes entre os(as) envolvidos(as). Ao estudar o trabalho dos mediadores sociais nos projetos e políticas públicas, Nussbaumer e Ros (2011), consideram a mediação social como um conceito que realça especialmente as dimensões que configuram os processos de transformação e reprodução da ordem social. Neste sentido, a noção de mediação pode estar ligada às políticas públicas, pois muitas são pensadas e executadas com intencionalidades de transformação social, pelo incentivo a inclusão produtiva, o fomento de atividades, e a geração de trabalho e renda, como no trabalho de mediadores vinculados à extensão rural e assistência técnica (ATER).

Considerando os processos de desenvolvimento sócio territorial, e suas conexões com a noção de mediação social, temos uma das perspectivas trabalhada por Neves (2008), como a mediação social sendo executada em ambientes formais, segundo diferentes estruturas de dominação e poder, ocorrendo essas como mediações técnicas e uma prestação de serviços, reivindicados como um trabalho técnico, com profissionais que exercem o papel de mediadores ligados a centros de poder, colocando os diferentes atores em contato, para a construção de relações e tomadas de decisão.

É nessa perspectiva que podemos relacionar o trabalho de um mediador, diante de espaços de gestão social, e assim da política territorial, ou seja, quando da ação para a mediação junto a um espaço formal, com relações de poder, como foi o caso dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's). Os CODETER's foram instâncias que dentro da política territorial, eram centrais para a gestão social nos Territórios (DELGADO; LEITE, 2011), e conseqüentemente, o espaço que mais expressava o processo de mediação social. A Gestão Social é importante para às políticas públicas, em especial quanto à participação social, desta forma, ao estudar a gestão social junto aos CODETER's, a entendemos como, "o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação" (TENÓRIO, 2005 p. 102).

No “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” de 2005, o entendimento sobre gestão social está alicerçado no processo pelo qual o conjunto de atores sociais está envolvido nos espaços de decisão e deliberação, frente às ações de desenvolvimento, mas não somente isso, está nas iniciativas que envolvem a mobilização desses atores, nas etapas de diagnóstico, na elaboração de planos e nas negociações das ações e projetos, como também na implementação e avaliação das ações que visam o desenvolvimento de um território. Nesse sentido, “gestão social implica, em um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território” (BRASIL, 2005, p. 10).

Neste sentido, constrói-se uma categoria de análise, a mediação social reivindicada como um trabalho técnico, junto aos espaços de gestão social, com esse referencial que podemos usá-la junto a estudos das políticas públicas que preveem a participação social, como a política territorial brasileira.

A POLÍTICA TERRITORIAL BRASILEIRA

A política territorial no caso brasileiro estruturou-se na primeira década do século XXI, com a participação de organizações sociais, políticas e das universidades, partindo de um conjunto de ações, como pesquisas e políticas públicas (FAVARETO, 2010). No âmbito institucional, no ano de 2003, ocorre a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, secretaria essa que coordenou um conjunto de políticas públicas alinhadas com essa aludida abordagem territorial, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)¹¹. Os “Territórios Rurais” foram formados a partir de relações

11 “O PRONAT vigorou por 13 anos e foi interrompido pelo Governo Temer, que emergiu do golpe parlamentar impetrado em agosto de 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff. A partir de então, as forças reacionárias encasteladas nos poderes formais e informais da República passaram a promover um amplo processo de desmonte das políticas públicas inclusivas e progressistas. No âmbito do desenvolvimento rural, tudo começou pela extinção do MDA, uma das primeiras medidas do Governo Temer, mantida pelo Governo Bolsonaro, eleito presidente da República em 2018” (PIRAUX; CANIELLO, 2019 P.361).

históricas estabelecidas entre os municípios, principalmente pelos elementos que conferem identidade entre os mesmos, esses sendo reconhecidos a partir da solicitação dos municípios junto à SDT/MDA.

Os CODETER's se caracterizaram como fóruns formados de forma paritária entre as organizações da sociedade civil e do governo federal, estadual e municipal, e a principal instância de exercício da gestão social no território (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Em 2014 temos uma nova reconfiguração quanto ao assessoramento dos CODETER's, que antes eram assessorados “de maneira mais esparsa” (sem uma centralidade de organização, mas principalmente a partir de ONG's e atores locais), passa a ser desenvolvida por uma chamada pública que envolveu as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e a criação de equipes para tal, os NEDET's. Tal processo ocorre através da chamada pública CNPq/MDA/spm-pr nº 11/2014, que tratou do Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), articulando o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (FROEHLICH, *et al*, 2019; FACCO, 2021).

A política territorial, e a atuação dos NEDET's tiveram como orientação duas “dimensões”, a primeira, foi no sentido da gestão social, que consistiu na organização dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's) e na dinâmica de funcionamento dos mesmos. A segunda, foi a atuação para propulsionar a inclusão socioproductiva ligada a tentativa de dinamizar as estruturas locais em sentido socioeconômico (FROEHLICH, *et al*, 2019; FACCO, 2021). Portanto, diante dessas questões, temos um desenho da configuração e das intencionalidades da política territorial, ao discutir a mediação para a gestão social.

MEDIAÇÃO PARA A GESTÃO SOCIAL

Nesta seção temos como objetivo discutir alguns elementos da mediação técnica para a gestão social desenvolvida pelo NEDET CS junto ao CODETER CS, nos anos de 2015 à 2016.

A equipe técnica do NEDET CS, era composta pelo Professor/ Coordenador do Projeto, Três (3) assessores territoriais (um de Inclusão Produtiva, um de Gestão Social, e um para ações de apoio à participação de mulheres no território) sendo requisitos que fossem profissionais já graduados. Ainda tinha-se, três (3) auxiliares (um de Inclusão Produtiva, um de Gestão Social e um para a parte de Comunicação Social), esses sendo estudantes de graduação. Quanto aos atores envolvidos nas atividades analisadas, temos os membros do CODETER CS, das organizações da sociedade civil e do poder público, assim destaca-se atores ligados a EMATER, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Representação de mulheres, aos Povos Indígenas, ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), as gestões municipais e do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, entre outros.

Dentro dos aspectos que demonstram uma qualificação da mediação para gestão social, podem ser encontrados na análise das ações e da composição do CODETER CS. Segundo os relatórios do Sistema de Gestão Estratégica (SGE/MDA), o primeiro, de julho de 2015 e o segundo de setembro de 2016, podemos constatar o aumento no número de membros na Plenária do CODETER CS de 46 para 55 membros, ocorrendo a ampliação no número de membros e de entidades representadas, casos da EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Representação de mulheres, Povos Indígenas e Cooperativas. Na contra-mão desse aumento, ocorreu diminuição de membros do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), devido a processos específicos ligados à atuação do MPA no Território Centro Serra (FACCO, 2021).

Outro aspecto ligado à mediação para a gestão social, expressa-se no número de atividades realizadas, no período de 2015 a 2016, temos um total de 115 atividades. As mais expressivas são as reuniões de trabalho (28) e atividades de mobilização (25), essas devido à mobilização do colegiado e reformulação a partir da atuação do NEDET CS. Em um segundo escalão, estão as oficinas de formação (17) e as reuniões dos Comitês Territoriais (12), esses formados no ano de 2015. Por último, estão as atividades das instâncias do CODETER e outras atividades pontuais da dinâmica do território, sendo plenária (8), mesa de diálogo (6), reuniões do núcleo dirigente (5), conferências (4), encontro de intercâmbios (3), reunião de câmaras temáticas (3), e reunião do núcleo técnico (3) e seminários (2) (FACCO, 2021).

Deste modo, constata-se o grande número de atividades e a diversificação das mesmas, estando ligadas às dimensões da mediação para a gestão social desenvolvida pelo NEDET CS: a) a de capacitação dos componentes da equipe técnica; b) a capacitação e mobilização dos atores territoriais; e c) a atuação das instâncias do CODETER CS em si. Esse processo de mobilização se liga ao aumento da participação na Plenária do CODETER CS, demonstrando ações interligadas.

De forma breve, expressa-se a importância de uma mediação para a gestão social, em especial na busca de qualificar os espaços de participação social, seja pelo processo de mobilização, e pela expansão da participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente buscou aproximar as noções de mediação social e gestão social, assim construindo algumas considerações importantes: a) É possível utilizar o aporte das mediações sociais e gestão social para estudos frente às políticas públicas, em especial que envolvam a participação social; b) as mediações desenvolvidas pelo NEDET CS,

enquanto trabalho técnico, qualificou a gestão social do CODETER CS, quanto ao número de participantes e número de atividades; e c) Utilizou-se de forma resumida do caso da política territorial brasileira, do CODETER CS, e o período de assessoramento técnico desenvolvido pelo NEDET CS, para embasar o presente trabalho e reflexão, assim, cabendo maiores problematizações, e avanços no estudo das mediações para gestão social em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Documentos Institucionais 02, Brasília, DF, 2005. 30 p.
- BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Sistema de Gestão Estratégica (SGE). **Relatório: Composição da Plenária por Entidade**, de 23 de Junho de 2015. Território Centro Serra - RS. Brasília: SDT/MDA, 2015a.
- BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Relatório: Agenda do Colegiado**, de 23 de Junho de 2015. Território Centro Serra - RS. Brasília: SDT/MDA, 2015b.
- BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Relatório: Composição da Plenária por Entidade**, de 21 de Setembro de 2016. Território Centro Serra – RS. Brasília: SDT/MDA, 2016a.
- BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Relatório: Agenda do Colegiado**, 27 de Setembro de 2016. Território Centro Serra - RS. Brasília: SDT/MDA, 2016b.
- DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**. 2011, vol.54, n.2, pp.431-473. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000200007>
- FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>.

FACCO, H. S. **Mediação para a gestão social - O caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Centro Serra do Rio Grande do Sul.** 2021, 116 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

FROELICH, J. M.; FACCO, H. S.; VIEIRA, L. M. S. D.; ZARNOTT, A. V.; HUBNER, J.. Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 135-141, Mai-ago 2019.

NEVES, D.P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, v. 1. 2008. 174 p.

NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C (ed.). **Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública.** Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011, 240 p.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio. **Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil.** Revista Raízes, Campina Grande, v. 39, n. 2, jul./dez. 2019. doi: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.115>.

RECH, C. M. Mediação social: uma revisão sobre o conceito. **Revista Eletrônica Interações Sociais - REIS.** V.1 nº1. jan-ago. 2017. p.97-114.

TENÓRIO F. (2011). (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento Em Questão.** Editora Unijuí. Ano 3, nº. 5 • jan./jun. • 2005, p. 101-124. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2005.5>.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano. 2001.

10

Francicleide Santos de Oliveira

Eva Monica Sarmiento da Silva

Alineaurea Florentino Silva

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGROPASTORIL DA FAZENDA LAGOA DO JOÃO FERREIRA – UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E SUCESSO

*Community and Agropastoral Association
of Fazenda Lagoa do João Ferreira – a story
of resistance and success*

Resumo: Este estudo analisa uma comunidade rural fundada há mais de 150 anos, reconhecida como Lagoa do João Ferreira, localizada no município do Uauá-BA. Objetiva-se avaliar a história e o progresso desta comunidade a partir das mediações, inovações sociais e tecnológicas, que se expandiu com a criação da Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Lagoa do João Ferreira e suas relações com as ações e metodologias extensionistas, intencionando o desenvolvimento comunitário, já que havia uma disputa política entre os municípios de Uauá e Monte Santo, que impedia a chegada de benefícios para a comunidade. Sua história recente mostra organização, com jovens lideranças, em sua maioria mulheres, lutando e resistindo diariamente por qualidade de vida para os moradores do povoado. Pretende-se com esse trabalho apresentar políticas públicas fomentadas pelo governo do estado da Bahia, assim como parcerias com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC que promoveram oficinas para implantação do projeto de beneficiamento de frutas e manejo de abelhas, denominada casa do mel. Esta discussão é uma pesquisa qualitativa, nos moldes *snowball* (bola de neve), com aplicação de entrevistas semiestruturadas, intencionando o autodesenvolvimento da comunidade. Os resultados alcançados contemplam os objetivos, denotando evolução nas ações e aplicabilidade sociotecnológica coletivas, garantido o contínuo desenvolvimento da comunidade. Conclui-se que o contexto sócio-histórico realça o autodesenvolvimento da associação com inovação sociotecnológica. Sugere-se que mais trabalhos acerca deste tema sejam desenvolvidos, já que na base de dados há pouco sobre o assunto.

Palavras-chave: Associativismo; Extensão Rural; Sustentabilidade.

Abstract: *This study analyzes a rural community founded more than 150 years ago, recognized as Lagoa do João Ferreira, located in the municipality of Uauá-BA. The objective is to evaluate the history and progress of this community from the mediations, social and technological innovations, which expanded with the creation of the Community and Agropastoral Association of Fazenda Lagoa do João Ferreira and its relations with the actions and extension methodologies, intending the community development, since there was a political dispute between the municipalities of Uauá and Monte Santo, which prevented the arrival of benefits to the community. Its recent history shows organization, with young leaders, mostly women, fighting and resisting daily for quality of life for the residents of the village. The aim of this work is to present public policies promoted by the government of the state of Bahia, as well as partnerships with the Instituto Regional da Pequena Agropecuária Appropriada – IRPAA and Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá and Curaçá – COOPERCUC, which promoted workshops for the implementation of the fruit processing and bee management, known as the honey house. This discussion is a qualitative research, along the lines of snowball, with the application of semi-structured interviews, with the intention of community self-development. The results achieved contemplate the objectives, denoting evolution in the actions and collective socio-technological applicability, guaranteeing the continuous development of the community. It is concluded that the socio-historical context enhances the self-development of the association with socio-technological innovation. It is suggested that more work on this topic be developed, since there is little on the subject in the database.*

Keywords: *Associativism; Rural extension; Sustainability.*

INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre as bases associativistas na zona rural e do desenvolvimento das comunidades. Este construto se delimita na Lagoa do João Ferreira, no município de Uauá, que foi construída pelo suor dos escravos e peões, e mantida pela coragem e atrevimento do sertanejo.

Fundada em 1995, a Associação Comunitária e Agropastoril nasce para estreitar o diálogo provocando relações interpessoais entre os associados, o poder público e sociedade civil em prol do desenvolvimento comunitário. Bordenave (1983, p.14) afirma que a participação facilita crescimentos da consciência crítica da população, fortalece o poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade. Mesmo sendo um povoado com aproximadamente 70 famílias, a Lagoa do João Ferreira busca continuamente por vida digna. Sendo assim, Bordenave (1983, p. 14) enfatiza que a participação popular e a descentralização das decisões mostram-se como caminhos adequados para enfrentamento de problemas, uma vez que a tomada de consciência dos membros de associações equilibra a dupla necessidade: econômica e política, rompendo as barreiras e buscando o desenvolvimento com iniciativas próprias.

Bourdieu (2015, p. 75) considera as relações institucionalizadas uma extensão de rede, onde se instaura o vínculo de pessoas, que se agrupam e constitui o capital social da associação. O autor corrobora que uma rede de relações não é um dado natural nem social, mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos.

A associação e a cooperação entre agricultores se colocam como uma forma de resistência frente ao mercado capitalista excludente. Morin (2004, p. 76) afirma que, na visão de Paulo Freire, “O homem sujeito de sua história, dialoga com seus parceiros humanos, é capaz

de atingir um nível de consciência crítica que lhe permita transformar a sociedade circundante”. A solidariedade e a cooperação impõem-se a partir das necessidades. Os agentes sociais, precisa coexistir e cooperar entre si. Morin (1998), diz que a ação de construir e reconstruir condições de uma *metamorfose social* assegura para os seres humanos e para o meio ambiente a condição de vida. Essa discussão ainda que de forma sucinta, deve ser debatida.

Convém lembrar que este estudo intenciona analisar a história e o progresso da Associação Comunitária e Agropastoril Lagoa do João Ferreira. Levando em consideração os aspectos históricos, políticos e socioeconômicos é que se pretende abordar as possíveis mediações realizadas pelo poder público e sociedade civil, as inovações sociais e tecnológicas implementadas ao longo da história e a aplicabilidade das metodologias da Extensão Rural. Enfatizando o trabalho das jovens lideranças e das mulheres, que lutam e resistem em busca de uma vida digna e que são pouco visibilizadas pelos munícipes uauaenses e regiões circunvizinhas. Portanto, objetiva-se identificar as mediações, inovações sociais e tecnológicas, e suas relações com as ações e metodologias extensionistas, no contexto da Comunidade Lagoa do Ferreira que possibilitaram a permanência e o sucesso.

METODOLOGIA

Este estudo se delimita na Lagoa do João Ferreira, que faz fronteira ao leste com Serrote da Onça; ao sul com Lagoa Grande – Monte Santo; ao norte com Sítio do Tomás e ao oeste com São Paulinho e Olho D’água. Seu relevo é regular e de poucas elevações, entre 450 e 600 metros acima do nível do mar. Fazenda Lagoa Bonita, como era chamada, atualmente Lagoa do João Ferreira, homenagem ao antigo proprietário. A comunidade possui uma grande barragem comunitária, lagoas temporárias e 55 (cinquenta e cinco) pequenos

tanques (aguadas). A vegetação predominante é a Caatinga, com cactáceas e árvores de grande porte.

A comunidade que traz o nome do seu antigo morador, a Lagoa do João Ferreira, teve suas primeiras ocupações em 1858. Atualmente a Lagoa, possui 70 famílias, que sobrevivem da bovinocultura e capri-noovinocultura. A seca de 2011 arrebatou parte do rebanho. Para complementação da renda, os moradores plantam feijão, milho e mandioca para complementar a renda. Algumas famílias são beneficiadas dos programas de transferência de renda, Renda Brasil e Garantia Safra. A fronteira entre Uauá e Monte Santo provoca disputa política e territorial.

Esta pesquisa se constrói de modo qualitativo, sendo que os procedimentos metodológicos utilizados foram, entrevistas semiestruturadas para analisar as ações participativas na Associação Comunitária e Agropastoril Lagoa do João Ferreira que possibilitou o desenvolvimento da comunidade. A metodologia utilizada foi a *Snowball* (“Bola de Neve”), onde os estudos de Velasco e Díaz de Rada (1997) nos afirma que essa técnica é utilizada em estudos com aspectos sociais, num amostra não probabilística, não sendo possível determinar a probabilidade de selecionar cada participante na amostra, uma vez que os participantes iniciais indicam novos participantes, que indicam novos participantes e assim por diante, até alcançar o ponto de saturação, que é alcançado quando novos entrevistados repetem as respostas já obtidas em entrevistas anteriores, na qual não são relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Albuquerque (2009) também esclarece que a metodologia *Snowball* é confiável por permitir coletar o máximo de informações sobre os membros da rede, proporcionando ao pesquisador maior familiaridade com a temática. As entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado visibilizam a temática estimulando a compreensão (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63).

O local de estudo foi a Associação Comunitária e Agropastoril da Lagoa do João Ferreira, no município de Uauá, realizada entre janeiro e maio do ano de 2022, momento no qual 20 (vinte) mulheres que

fazem parte da associação e de diversos segmentos na comunidade se dispuseram a relatar suas vivências em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade. No período entre janeiro e maio deste ano, houve o contato prévio com as mulheres, onde foi apresentado a pesquisa e seu intuito, logo após o levantamento das informações e aplicação das entrevistas, de modo individual, na sede da associação, sendo que as medidas de segurança, de confidencialidade e de identidade foram preservados, utilizando para isso códigos numéricos. Essa ferramenta foi utilizada como parâmetro para análise progressivo da comunidade, já que estrategicamente foi pensado em momentos diversificados. As indagações giraram em torno: do interesse desses atores sociais em entrarem para a associação, e promover um movimento cooperativo moderno, que ativasse os sentidos e significados no contexto da comunidade e de descobrir seus potenciais socioeconômicos e políticos. Essa descoberta surge ao se descobrir as raízes das experiências dos moradores da Lagoa do João Ferreira.

A revelação das dificuldades e lutas dos seres humanos no processo de produção dos bens materiais, o que vem melhorando na vida delas e o que almejam para o futuro. A partir das políticas públicas, a associação buscou se reestruturar e uniu 22 pessoas, 14 delas mulheres de vários segmentos da associação. Vale salientar que essa união foi possibilitada pelas dificuldades enfrentadas pelos moradores acerca de escassez de água e de energia elétrica, mobilidade veicular, invisibilidade pelos munícipes uauaenses, a comunidade era esquecida pelo poder público, não tinha investimentos como escola, posto de saúde, e atendimento médico e assistente social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade sobrevive da bovinocultura, caprinovinocultura, beneficiamento do leite e produção de sequeijos, geléias e doces de frutas nativas como: umbu e maracujá da caatinga. Cultiva-se feijão,

milho, mandioca e verduras. Há beneficiamento de farinha em uma casa de farinha artesanal. A renda dos lagoaferreirenses é obtida através da comercialização dos produtos vendidos nas feiras da região, dos salários dos servidores públicos municipais, e das aposentadorias.

Em 1995, a Associação Comunitária e Agropastoril da Lagoa do João Ferreira foi fundada por pequenos produtores e produtoras que almejavam o desenvolvimento da comunidade, naquele momento, a Lagoa do João Ferreira só era lembrada como fonte de votos nas campanhas eleitorais. Os moradores queriam viver de sua mão de obra da pequena propriedade rural, com fundamentos da agricultura familiar, numa tentativa de viver aqui sem precisar se deslocar para outras regiões do país. Essa sustentabilidade foi sendo conquistada dia após dia pelos agentes protagonistas, que lutam e resistem ao tempo e às demandas socioeconômicas locais. Atualmente, Lagoa do João Ferreira é um povoado com 70 famílias, que usufrui de rede elétrica, internet móvel e programas do governo (cisternas e Luz para todos). São 22 (vinte e dois) associados, dentre eles 14 (catorze) mulheres, que estão na diretoria e no labor diário da associação.

Em 2006, políticas públicas trazendo energia elétrica, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal. Em meados de 2009, a luta foi conseguir água para consumo humano. A associação se reestruturou e hoje das 70 famílias que habitam este local, 58 possuem cisternas em suas residências.

Em 2011, a associação foi contemplada com Projetos de ATER, promovidos pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC. Desse projeto nasceu o beneficiamento de frutas, principalmente umbu e maracujá da caatinga, onde predomina a ação das mulheres e a casa de mel, onde predomina os homens.

A partir da produção do beneficiamento de frutas e da casa do mel, houve a necessidade de criar um meio de escoar a mercadoria,

justificando a criação da “Bodega LAJOFE”, com o apoio da Associação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Estado da Bahia – ADESBA, Centro Público de Economia Solidária – CESOL e do Governo do Estado da Bahia, onde são vendidos o mel, doces, geleias, licor entre outros. Atualmente, os associados lutam para abrir uma “*startup*” para comercializar os produtos e vendê-los para todo o país.

Em 2022, a Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Lagoa do João Ferreira (ACAPFLJF) participou do edital FAPESB/SECTI/SDR N°002/2022– Apoio à Inovação na Agricultura Familiar do governo do Estado da Bahia. Buscando inovar com novas tecnologias desenvolvidas para escoar seus produtos, estando em conformidade com a promoção do bem-estar no trabalho rural e a melhoria da produção de alimentos saudáveis e dos serviços da agricultura familiar no Estado da Bahia. A proposta é montar uma “*startup*” para escoamentos dos produtos.

CONSIDERAÇÕES

É inegável a relevância deste estudo, já que traz visibilidade à comunidade e consequentemente atrai investidores e consumidores para os produtos. Conclui-se que os objetivos propostos pela Associação Comunitária e Agropastoril da Fazenda Lagoa do João Ferreira (ACAPFLJF) foram realizados, a partir de muita luta e persistência dos associados. Lembrando que 63% aproximadamente são mulheres que lutam diariamente para a permanência dos projetos delineados e executados pelos sujeitos ativos da Comunidade Lagoa do João Ferreira.

A comunidade de Lagoa do João Ferreira ainda é pouco conhecida pelos munícipes uauaenses e por boa parte da sua gente. Essa pesquisa é uma iniciativa de dar visibilidade à comunidade a nível municipal e regional.

Sugere-se a continuidade de pesquisa acerca dessa comunidade, já que não possuímos na base de dados material sobre esta comunidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. de. **Abastecimento, crises, motins e intervenção**. Rio Janeiro: Philobiblion, 1985.
- ALBUQUERQUE, E. M.; **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.
- AMARAL, B. do. **Recordações históricas**. Porto: Typographia Econômica, 1921.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. Ed. Brasiliense, 1ª edição. 1983.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 16.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012.
- MORIN, E. **Sociologia do microssocial ao macroplanetário**. Portugal: Europa-América, 1998.
- MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SILVA, Libório Manuel. **A Nau Catrineta e a História Trágico-Marítima: Lições de Liderança**, ISBN 978-989-615-090-7, Centro Atlântico, 2010. Portugal.
- VELASCO, H.; DÍAZ D. R. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.
- WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA, 1994.

11

Gabriela Rozek Weber

**DISCUSSÃO DE GÊNERO
DENTRO DE AÇÕES DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA NO RURAL**

*Gender discussion inside
university extension
actions in rural*

Resumo: A inserção da extensão universitária nos currículos de graduação, prevista na Meta 12.7 do PNE 2014-2024, indica que haverá um aumento do contato de estudantes com essa modalidade. Apesar da polissemia e disputa pela concepção do que é a extensão universitária, o processo de curricularização e as diretrizes do FORPROEX estão associadas ao movimento latino-americano de construção de uma universidade que dialoga com a sociedade e as problemáticas de seu povo. O contato e interferência que esse tipo de atividade tem com a realidade, exige que certas questões sejam abordadas por aqueles que as desenvolvem. Nesse contexto, o presente trabalho propõe, através de revisão bibliográfica, que as atividades desenvolvidas no meio rural tenham uma formação e sensibilidade às questões de gênero, visto que essas interferem nas trajetórias dos atores sociais. Porém, é necessária uma atenção para as particularidades que o gênero tem dentro dos espaços rurais, diferenciado dos espaços urbanos. Outras intersecções também devem ser discutidas por aqueles que vão desenvolver atividades de extensão nas comunidades, qualificando o processo formativo e a atuação na realidade.

Palavras-chave: Extensão universitária no rural; Gênero no rural; Formação estudantil.

Abstract: *The inclusion of university extension in undergraduate curricula, provided for in Goal 12.7 of the PNE 2014-2024, indicates that there will be an increase in student contact with this modality. Despite the polysemy and dispute over the conception of what university extension is, the curricularization process and FORPROEX guidelines are associated with the Latin American movement to build a university that dialogues with society and the problems of its people. The contact and interference that this type of activity has with reality requires that certain issues be addressed by those who develop them. In this context, the present work proposes, through a bibliographic review, that the activities developed in rural areas have training and sensitivity to gender issues, since these interfere in the trajectories of social actors. However, attention is needed to the particularities that the genre has within rural spaces, different from urban spaces. Other intersections should also be discussed by those who are going to develop extension activities in the communities, qualifying the training process and acting in reality.*

Keywords: *University extension in rural areas; Gender in the countryside; Student training.*

INTRODUÇÃO

A inserção da extensão universitária nos currículos de graduação, prevista na Meta 12.7 do PNE 2014-2024, indica que haverá um aumento do contato de estudantes com essa modalidade. Apesar da polissemia e disputa pela concepção do que é a extensão universitária, o processo de curricularização e as diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) estão associadas ao movimento latino-americano de construção de uma universidade que dialoga com a sociedade e as problemáticas de seu povo.

Este trabalho tem como objetivo sensibilizar sobre a importância da temática de gênero estar na pauta das ações de extensão desenvolvidas em áreas rurais, considerando as peculiaridades que essa temática tem nesses territórios, diferenciada dos centros urbanos. Para isso é realizada uma contextualização histórica sobre a extensão universitária seguida de uma problematização sobre gênero.

Raça, classe, geração e gênero, são categorias que interferem e condicionam trajetórias e posições sociais. Assim, propõe-se um olhar para algumas questões de gênero presentes nas relações que configuram o espaço rural, trazendo a importância da temática no contexto da extensão universitária.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se, de acordo com Deslauriers e Kèrisit (2008), de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, na qual, visando cumprir com os objetivos da mesma, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a trajetória da extensão universitária na América Latina e no Brasil, elencando exemplos práticos sobre o impacto do gênero nas trajetórias dos atores sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória universitária na América Latina é marcada inicialmente pela importação de modelos europeus e norte-americanos, que não dialogam com as problemáticas locais. Esse descompasso desencadeia em 1918 a Reforma de Córdoba, na Argentina, considerada um marco na discussão de concepção de Universidade visto o manifesto estudantil em prol de sua popularização e democratização.

A defesa de uma Função Social da Universidade coloca a Extensão no centro do debate. Ela é vislumbrada como o caminho para o exercício dessa função, para a aproximação com a sociedade e difusão da cultura universitária. Dialogando com as demais reivindicações, se propunha um caráter interdisciplinar e práticas da educação popular, que consideram os sujeitos protagonistas do processo (FREITAS NETO, 2011).

Surge então um movimento latino-americano, que defende uma extensão crítica, que transforme a realidade de forma dialética e em consonância com saberes e culturas locais. O caráter internacional de consolidação e valorização de uma identidade latino-americana, em que se pauta uma proposta de sociedade e papel das universidades públicas, é discutido dentro e fora dos muros das instituições, agregando movimentos sociais e sociedade em geral.

No Brasil, a temática ganha reconhecimento no Brasil em 1931 no Estatuto das Universidades Brasileiras. Indo contrário ao movimento latino, o Estatuto conceitua extensão próxima à concepção norte-americana, sendo então essa a grande influência teórico-metodológica no Brasil (DEUS; HENRIQUES, 2017). Eram ofertados cursos e serviços de assistência técnica rural, com base na difusão de técnicas e objetivando o crescimento econômico.

A discussão sobre a reforma universitária é retomada no final dos anos 1950 até início dos anos 1960, motivada pela conjuntura política do momento. Embora tenha se avançado nas críticas e debates sobre a universidade pública, o governo não os incorpora, mantendo a extensão resumida a atividades pontuais desconexas das demais funções da universidade.

Durante a ditadura militar, que compreendeu as décadas de 1960 a 1980, a extensão é entendida como complementar a pesquisa e ensino, realizando o caráter social que estes não apresentavam. Segundo Freire (2011) era uma forma de se justificar o perfil mercantilista adotado no ensino e pesquisa. A Reforma Universitária de 1968 restringiu, através de seus documentos, a ação das universidades nas problemáticas sociais. Ela devia ser realizada em conformidade com o governo, sem interferir no regime vigente.

Nos anos 1970 é criada a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER e a Coordenação das Atividades de Extensão (CONADE) em 1974, que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Já sob a grande influência de Paulo Freire na educação, esse Plano apresentava a atividade extensionista como sendo uma via de mão dupla, que valoriza e considera os saberes populares. A partir dessa visão de troca, a população passa a ser considerada também protagonista do processo (FORPROEX, 2012).

A luta pela democracia e protagonismo popular nas questões políticas do final dos anos 1980 questionou também o modelo de Universidade vigente. Com grande influência na disputa de concepção teórica da extensão, suas ações passaram a ser regulamentadas e é instaurado um debate permanente sobre o modo de se fazer extensão.

Em 1987 é criado o FORPROEX, que até hoje debate formas de valorização das ações extensionistas, financiamento e institucionalização. A nova Constituição Federal de 1988 traz a premissa de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, configurando o tripé em que

se deve estruturar a Universidade brasileira, e permite seu financiamento via poder público. Segundo o FORPROEX (2012), nesse período começa a se ter a extensão universitária como um processo chave capaz de articular ensino e pesquisa e/com os movimentos sociais emergentes.

Desde sua criação, o FORPROEX traz em seu aporte teórico-político a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão é definida como um processo de dimensões educacionais, culturais e científicas, que proporciona a práxis interdisciplinar do conhecimento acadêmico e sua democratização. Num fluxo de trocas de saberes com a sociedade, gera um novo conhecimento e promove a participação popular na atuação da Universidade (FORPROEX, 2012).

Durante os anos 1990 os debates sobre a universidade são retomados e aprofundados como uma resposta às reformas estruturais, em que a privatização e os preceitos neoliberais constituem a agenda presidencial. Essa onda neoliberal repercutiu em todo o mundo e organismos, como o Banco Mundial, incentivaram a desvinculação do ensino superior como responsabilidade do Estado, ficando a cargo de empresas privadas de ensino (FREIRE, 2011).

A consequência desse processo é o sucateamento das universidades e do ensino por elas executado. Dentro da lógica neoliberal, a extensão é reduzida ao assistencialismo, um produto. A comunidade é entendida como cliente e não como protagonista do processo, como se nada tivesse para contribuir à academia (FREIRE, 2011).

A Política Nacional de Extensão de 1999 traz alguns objetivos que permanecem até hoje, como sua indispensabilidade na formação estudantil e qualificação docente por ser um processo dinâmico que interage com a sociedade; as relações serem inter e transdisciplinares; a expectativa de participação da Universidade na elaboração e avaliação de políticas públicas; promoção da educação ambiental e desenvolvimento sustentável; avaliação constante de suas atividades e que essas sejam incluídas nas avaliações institucionais (FORPROEX, 2012).

Reconhecida como um instrumento que estreita a relação com a sociedade e que traz renovação para a Universidade numa via de mão dupla (FORPROEX, 2012), é determinada sua inserção nos currículos de graduação na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei Federal nº. 13.005/2014). Determinando que os créditos sejam vinculados a programas e projetos, é dado um passo a mais na concretização da concepção de processo da extensão e superação da visão que a segmenta em atividades pontuais.

Considerando o andamento do processo, o contato de estudantes com atividades de extensão, bem como o número de trabalhos desenvolvidos, aumentará consideravelmente nos próximos anos. Isso requer ainda mais diálogo e discussão sobre o se fazer extensão, com um olhar atento para a dimensão formação profissional.

O impacto na formação do estudante se dá justamente pela experiência com as problemáticas sociais contemporâneas e contato com diferentes teorias e metodologias (FORPROEX, 2012). Apesar das universidades se concentrarem em centros urbanos, a configuração política e geografia brasileira, e a existência de cursos voltados para as ciências agrárias, faz com que o rural seja um espaço em que ações de extensão sejam desenvolvidas.

Compreender particularidades e diferenciações que ocorrem dentro desse espaço é relevante para uma adequada interação com o meio. Quando a extensão se propõe a construir caminhos e soluções alternativas para as problemáticas das comunidades, são com as pessoas, os atores sociais, que eles são construídos. Assim, questões sociais são pertinentes de serem estudadas e trabalhadas, visto que são perpassadas pelas relações sociais e dentre elas, as relações de gênero.

As palavras têm história, e o termo gênero foi e é utilizado para conceituar e designar coisas e fenômenos em diversos contextos. Os movimentos feministas, em especial as norte-americanas, começaram a utilizá-lo em referência às ordens sociais baseadas nas relações entre os sexos (SCOTT, 1995). A escolha se deu para justamente

ênfatizar o caráter social das distinções e incluir a noção relacional das definições normativas baseadas no sexo (SCOTT, 1995).

Assume-se aqui a definição de gênero segundo Scott (1995, p. 86) como um “elemento constitutivo de relações sociais baseada nas diferenças percebidas entre os sexos” que inter-relaciona os símbolos culturais, que implicam representações simbólicas; os conceitos normativos, que limitam as interpretações do significado dos símbolos; as concepções políticas presentes nas instituições e modelos de organização social; e a identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

Sua teorização culmina em o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder na sociedade. É através dele que se decodificam significados e se compreende e legitima as relações humanas (SCOTT, 1995). Portanto, quando se realizam atividades que envolvem grupos sociais e suas relações, como é o caso da extensão universitária, uma sensibilização sobre as questões de gênero se faz necessária.

Quando essas interações se dão no meio rural, um recorte é necessário. Paulilo (2004) aponta para o viés urbano que geralmente permeia as análises dos contextos das mulheres rurais, inferindo inclusive nos entendimentos de movimentos reivindicativos protagonizados por elas.

Os estudos de comunidades sob um viés funcionalista levaram a uma crença desse espaço como um lugar baseado na igualdade e fraternidade, desconsiderando as hierarquias e conflitos presentes (PAULILO, 2004). Esse é um elemento importante que deve ser considerado e desmistificado quando se fazem intervenções extensionistas, a fim de evitar situações que reforcem ou sejam omissas às opressões. A busca pela emancipação e autonomia dos indivíduos é algo preconizado pela extensão crítica.

A centralidade que o núcleo familiar possui nas organizações sociais produtivas e reprodutivas no rural, faz com que os papéis e funções sigam reproduzindo modelos baseados no gênero. Segundo Bourdieu

(2002), é a família quem protagoniza a reprodução da dominação e da visão masculina, que impõe a ideia de divisão sexual do trabalho.

Isso fica evidente com a normalidade com que as tarefas são definidas com base no sexo de quem vai desenvolver o trabalho: às mulheres cabe o trabalho doméstico e de cuidado, enquanto aos homens o trabalho na lavoura. Apesar de comumente se dizer que às mulheres se destina o trabalho leve, na prática elas realizam trabalhos tão pesados quanto ao dos homens.

Paulilo (1987) aborda a subjetividade por traz dessa classificação, elucidando que o que determina o peso do trabalho, na verdade, é o gênero de quem o desempenha. Esse é um exemplo de como operam os elementos elencados por Scott (1995) que compõem o gênero, se inter-relacionando símbolos culturais e conceitos que legitimam organizações sociais.

Ellen Woortmann (1997) é uma importante pesquisadora sobre as dinâmicas de trabalho no espaço rural, fazendo recortes sobre as mulheres. Ela aponta que há momentos de trabalho coletivo, em que as mulheres trabalham tanto quanto os homens, mas é considerado apenas como uma ajuda. Sua atividade é considerada trabalho quando desenvolvida dentro dos limites da residência, demarcando a existência de divisões espaciais delimitadas pelo gênero (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

O acesso a terra é outro âmbito em que se expressa o gênero nas relações. Sendo a herança um importante mecanismo de acesso, às mulheres esse direito é historicamente negado (PAULILO, 2000). O trabalho realizado por Carneiro (2001) que analisa herança e gênero entre agricultores familiares considera duas realidades distintas, uma no Rio Grande do Sul e outra no Rio de Janeiro. Apesar de apresentar lógicas diferentes, percebe-se a centralidade que o gênero tem na definição das dinâmicas familiares.

A diferença entre as localidades reforça a centralidade que o poder simbólico tem na construção do gênero (Bourdieu, 2002), visto que quando a terra não é compreendida como um meio de reprodução econômica familiar, a mulher pode passar a ser beneficiada na partilha. Porém, quando possui essa centralidade, mesmo com leis assegurando o direito, práticas culturais são mantidas e estratégias são criadas para burlar o jurídico (CARNEIRO, 2001).

Siliprandi (2002) denuncia como ações de extensão rural têm muitas vezes reforçado situações de subordinação e a posição das mulheres ao oferecer-lhe sempre as mesmas opções de atividade, direcionadas ao âmbito doméstico. Mesmo com políticas públicas em que as mulheres são o público-alvo, como o Pronaf Mulher, a atuação de extensionistas na prática não gera impacto e mudança nas relações (SILVA, 2019).

É justamente nessa ineficiência de algumas ações de extensão rural no trabalho com mulheres que a extensão universitária não pode recorrer no erro. Respeitar a cultura e valores locais é de extrema importância, porém é preciso atenção para os conflitos e relações de poder internas. Interferir em dinâmicas sociais é um desafio que carece de cuidado e priorização de processos educativos participativos para a transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato direto com atores sociais, faz com que seja necessário compreender as diversas dimensões que permeiam a vida coletiva e subjetividade dos indivíduos. A discussão de gênero é apenas uma dessas dimensões, cabendo também às temáticas raça, classe, etnia, geração, sexualidade, entre outras.

Mais do que ter contato, a extensão universitária tem potencial de superar as relações de dominação e opressão, promovendo respeito à diversidade e igualdade de direitos dos sujeitos. É uma via para

romper com padrões de exploração e proporcionar caminhos para emancipação e dignidade dos seres.

A expressão do potencial transformador da realidade e de impacto na formação estudantil que possui a extensão universitária depende de como o processo é conduzido. A depender da concepção orientadora das ações, as atividades podem se resumir a assistencialismo e prestação de serviços. A discussão sobre o fazer extensionista deve ser ampliada e de forma democrática envolver toda a comunidade acadêmica e externa, atingindo especialmente gestores e coordenadores dessa modalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 160p, 2002.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127 – 153.

DEUS, S. F. B. e HENRIQUES, R. L. M.. A Universidade Brasileira e sua Inserção social. *In*: CASTRO, J.; TOMMASINO, H. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. – 1ª ed . - **Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa**, 2017.

FREIRE, S. de M. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 7, n. 1, p. 8-15, 2011.

FREITAS NETO, J. A. de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 3, p. 62-73, 2011.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>, último acesso em 02/11/2021.

IMPERATORE, S. L.; PEDDE, V. Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. *In: XIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA*. 2015. Disponível em: https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf, último acesso em 01/11/2021.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12,7 do PNE. *In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. ISBN: 978-85-68618-01-1. Mar de Plata, Argentina, 2015. 16 p. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y, último acesso em 01/11/2021.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, 5 (28). p. 64-70, 1987.

PAULILO, M. I. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*. Florianópolis, N. 21. 2000.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20: p. 71–99, 1995.

SILIPRANDI, E. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. *Educação em Debate*, Fortaleza, 2 (44). p.106-110, 2002.

SILVA, A. M. *O Pronaf Como Meio De Empoderamento Da Mulher Rural – Uma Análise Da Participação Feminina E Da Influência Da Mediação No Estado Do Espírito Santo*. 2019, 347 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1997, 192 p.

12

Louise Löbler

DOCÊNCIA COM OS PÉS NA TERRA:
ser coletivo e o Instituto
de Educação Josué de Castro

*Teaching with feet on the ground
the collective being and the Josué
de Castro Education Institute*

Resumo: Esse texto é fruto de inquietações que permeiam a prática pedagógica crítica, durante as experiências educativas em uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, que atualmente encontra-se no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre/RS, vivenciadas desde 2015. Construindo aqui, um breve diálogo entre a prática educativa e teóricos como Paulo Freire, Roseli Caldart, Dermeval Saviani, dentre outros. Perpassando por questões de acesso à terra e a educação, as quais nesse contexto não existem isoladas. Buscando compreender os sujeitos e suas realidades, considerando o coletivo parte fundamental nesse processo de ensino e aprendizagem. Entendendo que, a mesma mão que pega na enxada é aquela que segura o lápis ao escrever, e que uma Educação do Campo é possível, participativa e democrática.

Palavras-chave: IEJC; MST; Educação do Campo; Docência.

Abstract: *This text is the result of concerns that permeate the critical pedagogical practice, during the educational experiences in a school of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, at the Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC, which is currently located in the Assentamento Filhos de Sepé, in Viamão, metropolitan region of Porto Alegre/RS, experienced since 2015. Building here, a brief dialogue between educational practice and theorists such as Paulo Freire, Roseli Caldart, Dermeval Saviani, among others. Going through issues of access to land and education, which in this context do not exist in isolation. Seeking to understand the subjects and their realities, considering the collective a fundamental part in this teaching and learning process. Understanding that the same hand that takes the hoe is the one that holds the pencil when writing, and that Rural Education is possible, participatory and democratic.*

Keywords: *IEJC; MST; Field Education; Teaching.*

INTRODUÇÃO

Esse texto aflorou das inquietações, que o ser docente nos condiciona a querer mudar o mundo através da educação. E para isso, é fundamental refletirmos nossas práticas embasadas em teorias críticas. As aproximações ao pensamento freiriano, junto das reflexões da prática de ensinar e aprender, em uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST¹², nesse caso a escola do campo, o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC¹³, que atualmente encontra-se no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre/RS, anseiam pelo diálogo de um possível sujeito coletivo, que vai de encontro a uma educação com os pés na terra, participativa e democrática.

A importância de ocuparmos esse espaço de diálogo, nos coloca também uma responsabilidade, nos dias atuais em que a Educação do Campo está tão desvalorizada, e que esperar se torna cada vez mais difícil. Aqui, a proposta é refletir, construir e regar uma educação possível do campo, “amar a terra, e nela plantar semente, a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente¹⁴”.

METODOLOGIA

O diálogo aqui estabelecido, nos proporciona às reflexões a partir de leituras de autores importantes como Paulo Freire, Roseli Caldart, Dermeval Savianni, dentre outros. Juntamente com a poesia

12 “Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST.” Fonte: www.mst.org.br

13 “Em 25 de junho de 1997 foi legalizada, pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, (CALDART; DAROS; *et al.* 2013, p. 45), o IEJC é marcado por seu nome em homenagem ao pernambucano Josué de Castro, o médico, professor, geógrafo, cientista social, que estudou um dos grandes problemas sociais do Brasil: a fome.

14 Música do MST, intitulada “Caminhos Alternativos”, composição de Zé Pinto.

das músicas do povo camponês, tendo todas as palavras permeadas pelas vivências, enquanto educanda e educadora, desse lugar e espaço de uma escola coletiva que vive em movimento, o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, no qual a autora contribui como educadora voluntária desde 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como a camponesa, que planta a semente na terra, para colher e fazer o pão, dividir e alimentar sua família, as/os educadoras/es também esperanças no dia-a-dia nas palavras semeadas para suas/seus educandas/os, ensinando e aprendendo na escola e na sala de aula. Porém, só é possível colher os frutos se há terra e escola para plantar, pois sem isso, a fome transpõe e ocupa os lugares de desejo e alegria em aprender, e também é fundamental que a educação seja acessível, gratuita e universal à todas/os, mas infelizmente, em nosso país a educação é seletiva, e a terra não é por direito àqueles que a cultivam.

Por vezes, nos é distante dos olhos essa realidade, e não enxergamos essas latentes desigualdades que permeiam a sociedade até os dias atuais. Os dados atuais nos provam essa desconformidade do acesso à terra, sendo apenas “[...] 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área [...]” (FARIA; *et al.*, 2020, p. 2), caracterizando assim, o acesso à terra como um problema social do país.

Podemos dizer então, que a Reforma Agrária Popular é um direito, com o objetivo de dividir a terra para aqueles que nela trabalham e produzem comida para alimentar a nação, “basta um pedaço de terra para a semente ser pão, enquanto a fome faz guerra, a paz espera no chão”¹⁵, e assim abstando-os da fome, proporcionando a todos

15 Música: “Vitória do Trigo”, de Dante Ramon Ledesma. “Em 1991 no Festival de Acordes Cataratas de Foz do Iguaçu foi finalista com a música “A Vitória do Trigo”. [...] música é rodada [...] como a música representativa das Famílias Sem Terra da América Latina.” Disponível em: <http://www.decampoelma.com.br/site/2018/09/06/dante-ramon-ledesma/>

aqueles que lutam por terra a esperança de dias melhores, plantando e sonhando coletivamente.

Assim como o acesso à terra é desigual no Brasil, o acesso à educação também é seletor e excludente. E a educação, faz parte desse processo de conquista de direitos de todas as pessoas, a Educação do Campo faz parte da Reforma Agrária Popular, como nos ensinou Paulo Freire que a educação liberta, e pode-se dizer, que é esse o sentido amplo da luta pela terra. Saviani, também contribui nessa reflexão, quando nos diz que:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 1999, p. 42).

E dessa forma, podemos dizer que uma escola voltada para as camadas populares, que ensina uma teoria crítica é o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, onde observa-se nas práticas das/os educandas/os e educadoras/es que a educação é sinônimo de esperança, as quais são semeadas juntas na construção de sujeitos coletivos no MST, crianças, jovens e adultos, que naquele ambiente da escola que vai além da própria escola.

O MST historicamente, construiu formas alternativas para suprir essa necessidade de educar para libertar. Com o tempo, conquistaram coletivamente espaços em suas áreas onde a educação seja plantada por muitas mãos, para que todas e todos tenham acesso, afinal, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 2002, p. 51)”.

Compreende-se, que a escola cumpre um lugar importante na educação das pessoas, mas não é o único ambiente educativo possível de ser vivenciado coletivamente por esses sujeitos coletivos em construção. Considerando isso, [...] podemos identificar como básicas no processo de formação dos sem-terra do MST: a *ocupação de terra*, o *acampamento*, a *organização do assentamento*, o *ser do MST*, e a *ocupação da escola* (CALDART, 2004, p. 97)”, lugares e espaços onde a escola e a Educação do Campo também ocupam, ou seja, são ambientes educativos. Nesses diferentes ambientes, as “alternativas para acabar com a exclusão, o Movimento já mostrou para a nação, desafiando dentro dos assentamentos, Reforma Agrária também é Educação”¹⁶.

E assim, os sujeitos coletivos se cultivam a partir de suas realidades, convicções e sonhos. Regados pelas ideias de Paulo Freire, mas também pelo ideal de libertação e de uma nova vida conquistada coletivamente através de Luta, da Terra e da Educação do Campo.

Podemos dizer, que esses sujeitos coletivos, construídos a partir dessa prática concreta da realidade, bruta dos inços das desigualdades sociais, estabelecidas pelo modo de produção capitalista, regam diariamente a crítica social para juntos construir uma educação com uma perspectiva crítica e popular.

Quando pensamos na práxis educativa, que acontece diariamente nesses diversos ambientes educativos do MST, e também no IEJC, compartilhamos das palavras de Caldart; Daros; *et al.* As quais, afirmam que:

Para forjar a concepção coletiva e processual desta *educação do humano* e de uma *escola diferente*, desde o início se articulou [...] a tríade “*desenvolvimento – educação – pesquisa*” e se combinou *educação popular*, vinculada a uma opção de classe, e marcada pela *pedagogia do oprimido*, com a tradição da primeira fase da *pedagogia socialista* [...], e, visando a implementação desses princípios, passou-se à construção de um *método pedagógico* que atendessem essa demanda, levando a uma transformação

16 Música: “Pra soletrar a Liberdade”, faz parte do CD Arte em Movimento, do MST. Com a letra de Zé Pinto e interpretação da cantora Leci Brandão. 2002.

da realidade do campo e contribuindo, desse modo, para a transformação do país. (CALDART; DAROS; *et al.* 2013, p. 23).

A partir disso, podemos refletir sobre o dia-a-dia do IEJC, onde observa-se que há a participação democrática das/os educadoras/es e educandas/os no processo de ensino-aprendizagem. Que possibilita a discussão das contradições, em avaliações semanais periódicas, realizadas coletivamente em pequenos grupos de educandas/os, onde as/os educandas/os podem dar sugestões de como a prática das/os educadoras/es pode melhorar, por exemplo.

A gestão democrática participativa na escola, acontece de forma com que todas e todos, educadoras/es, educandas/os e trabalhadoras/es, participem das decisões, avaliações e planejamentos. Construindo espaços para debates latentes naquela coletividade, naquele dado contexto de contradições e diversidade. Há coletivos que incendem debates importantes, como por exemplo, as questões de gênero e afetividade, as quais são delicadas a serem debatidas, porém, nesse caso, são as/os próprias/os educandas/os que constroem as propostas para esses debates, juntamente com as/os educadoras/es, fazendo-os parte do processo educativo, construindo-os como protagonistas.

Por fim, observou-se que esse espaço educativo, que é o IEJC, torna-se cada vez mais necessário para fomentar essa transformação do sujeito e forjar ali, também o coletivo. Propiciando aprendizados reais de participação e democracia, num adubar incansável para uma Educação do Campo verdadeira. Esses sujeitos coletivos, que durante o tempo comunidade¹⁷ estão nas áreas de Reforma Agrária Popular, nos assentamentos e acampamentos, erguendo a bandeira e produzindo alimentos saudáveis, são os mesmos que durante o tempo escola, regam o aprender e o ensinar pautado no coletivo em movimento que sustenta em seus abraços: terra – educação – esperança.

17 Tempo comunidade é o tempo de retorno das/os educandas/os à suas comunidades, durante esse período realizam atividades das próprias comunidades, da escola e do Movimento. Combinando ações de estudo e prática. Ao retornarem para a escola, iniciam o período da etapa presencial, o Tempo Escola, e assim a lógica de alternância tem se construindo desde o início do IEJC. (CALDART; DAROS; *et al.* 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coletivo, porque não se vive só, isolado, sem relações e trocas de saberes com os outros sujeitos. Coletivo porque é o Movimento, construído com muitas mãos, muitas escolas do campo, muitas/os educadoras/es e educandas/os, muitas/os trabalhadoras/es e, muitas/os Sem Terra dispostas/os a cultivar uma educação para a liberdade.

As palavras de Freire, Caldart e Saviani, nos plantam reflexões diretas no nosso ego de ensinar e aprender. Nos mostrando que ser educadora e educanda não é um processo individual, e sim coletivo.

As formas de educar fogem das paredes da sala de aula de concreto, e se abrigam às copas das árvores e aos ventos no cantar dos passarinhos. O ambiente educativo pode ser todo lugar, desde que seja intencionalizado para que constitua um lugar de aprender e ensinar, de refletir, de proporcionar trocas de sensibilidades coerentes com suas realidades, possíveis de serem transformadas.

Se faz necessário, desconstruir aquele ditado popular: “que você colhe o que você planta”, e sim construir a ideia de que colhemos para repartir, no sujeito coletivo, onde tudo aquilo que regamos com a criticidade necessária, o que adubamos com a educação libertadora e autônoma, e que colhemos coletivamente num ato de esperar que novas sementes germinem novos sonhos em uma nova sociedade.

A realidade de uma escola do campo, como o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, nos cultiva a mística do viver em coletivo, e mais que isso, ser coletivo. Juntamente do MST, construindo diariamente espaços e possibilidades, onde não há nenhuma criança, mulher, homem, ser humano, independente de cor, gênero, sexo ou religião, partido político ou time de futebol, passando fome e sem ter o direito e acesso à terra e a educação.

Por fim, sabemos que as inquietações continuarão, e isso não é algo ruim. A desacomodação frente ao que está dado é necessária para que haja reflexão, críticas e mudanças. Há ainda muitas outras reflexões a serem feitas, não somente enquanto educanda e educadora, mas também enquanto camponesa que ocupa um espaço que historicamente não lhe é dado. Isso aqui, é apenas uma das sementes, que plantamos a lanço, e jogamos aos ventos da esperança que se encarregarão de espalharem por essas terras sem dono mundo a fora de que a Educação do Campo é necessária.

E assim, nossas inquietações se aconchegam na certeza que uma Educação do Campo é possível, porque afinal, educar com afeto é sinônimo de transformar a si e ao outro!

REFERÊNCIAS

- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. Expressão Popular, São Paulo. 2004.
- CALDART, Roseli Salete. DAROS, Diana. *et al.* 1ª ed. **Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FARIA, Vinicius Guidotti de. *et al.* **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil – o mapa da desigualdade**. Sustentabilidade em Debate, Número 10 – Piracicaba, SP: Imaflora, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- IEJC. Instituto de Educação Josué de Castro. **Caderno de Inserção**. Documento interno, [s.n.], 2019.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Textos para estudo e debate. **Boletim da Educação** – Número 12. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária II ENERA - Lutar, Construir Reforma Agrária Popular. São Paulo, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

13

Larissa Schlottfeldt Sudati

Eduardo Pauli

Liziany Muller

O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Strengthening rural education
through Public Policies*

Resumo: O entendimento da Educação do Campo (EC) só será possível se levamos em consideração as peculiaridades, diferenças, anseios das comunidades representadas pela identidade e a cultura presentes na realidade local da comunidade em que a escola está inserida, e através delas formar a organização do trabalho pedagógico dentro da modalidade educar no campo. O trabalho em questão fundamenta-se no estudo importância das políticas pública na EC, sendo que o conceito de EC engloba educação para indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses. Este estudo busca através de uma Revisão Bibliográfica promover a EC por meio das políticas públicas, advindo por meio da troca de experiências, expressas nos artigos, LDB, documentos norteadores de ensino, fóruns, livros entre outros trabalhos disponíveis tanto online como em espécie que foram utilizados para a construção e o desenvolvimento deste em questão, pois a troca de informação enriquece o processo de aprendizagem. Os resultados encontrados na elaboração deste estudo estão vinculados a pesquisa, entendimento e o aprimoramento de saberes e estudos no desenvolvimento deste trabalho, os quais, ressaltaram a importância das políticas públicas em todas as instâncias sociais incluindo a EC. Portanto, conclui-se que o trabalho realizado é de grande valia no contexto atual, onde retrata o pertencimento da EC, uma modalidade de ensino que faz parte de muitas vidas Brasileiras, incluindo os educadores, extensionistas rurais, agricultores, entre outros profissionais.

Palavras-chave: Escola; Educação; Qualidade.

Abstract: *The understanding of Rural Education (CE) will only be possible if we take into account the peculiarities, differences, aspirations of the communities represented by the identity and culture present in the local reality of the community in which the school is inserted, and through them form the organization of pedagogical work within the modality of educating in the countryside. The work in question is based on the study of the importance of public policies in CE, and the concept of CE encompasses education for indigenous people, quilombolas, riverside people and peasants. This study seeks, through a Bibliographic Review, to promote EC through public policies, arising through the exchange of experiences, expressed in articles, LDB, guiding teaching documents, forums, books and other works available both online and in kind that were used for the construction and development of this in question, as the exchange of information enriches the learning process. The results found in the elaboration of this study are linked to research, understanding and the improvement of knowledge and studies in the development of this work, which highlighted the importance of public policies in all social instances, including CE. Therefore, it is concluded that the work carried out is of great value in the current context, where it portrays the belonging of CE, a teaching modality that is part of many Brazilian lives, including educators, rural extension workers, farmers, among other professionals.*

Keywords: School; Education; Quality.

INTRODUÇÃO

O entendimento da Educação do Campo (EC) só será possível de ser compreendido se levamos em consideração as peculiaridades, diferenças, anseios das comunidades representadas pela identidade e a cultura presentes na realidade local da comunidade em que a escola está inserida, e através delas formar a organização do trabalho pedagógico dentro da modalidade educar no campo. O trabalho em questão fundamenta-se no estudo importância das políticas pública na EC, sendo que o conceito de EC engloba educação para indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

Para Tardin a cultura camponesa se constitui:

A partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua produção material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas. (TARDIN, 2012, p. 179).

Os ensinamentos devem ser realizados em todo o lugar e apreciar todos os tipos de saberes, como os tradicionais, aqueles que são passados entre as gerações como por exemplo dos do campo, em relação a horta, plantio, colheita, e partindo destes o ensino precisa ser efetivado, incluindo as características do espaço rural é essencial para a produção do conhecimento em sala de aula, levando o educando a perceber o mundo. É através das políticas públicas, que precisarão descobrir modos solucionar os conflitos a bens públicos, respostas sociais, através do seu sistema político, para atender as necessidades sociais da população e esse conceito engloba a educação (FREIRE, 2014).

Diante das demandas, tanto sociais quanto de conhecimentos básicos dos educandos, o documento oficial, Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Básica estabelecem-se as normativas para o funcionamento perpassa da Educação Infantil, o Ensino Fundamental de nove anos, o Ensino Médio perpassando também, às novas propostas e modalidades de escolas como a Educação do Campo; o atendimento educacional especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial; a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; a Educação Jovens e Adultos; a Educação Escolar Indígena; a educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância e a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2013).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que traz em seu artigo 13 a seguinte redação, no que tange a formação de professores para atuarem nesses espaços:

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I – Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II – Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2012).

As escolas do campo precisam de um amplo conjunto de saberes para atender suas demandas educativas, sendo a função política da escola do campo, assim destaca-se Arroyo, 2012:

Ela deve ser espaço em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e agricultura camponesa; em que as especificidades de ser-viver a infância-adolescência, a juventude e a vida

adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar. (ARROYO, 2012, p. 363).

Baseado na importância de uma EC com qualidade e que valorize o pertencimento do campo surgem ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar melhores condições de vida à sociedade, as chamadas políticas públicas. Por esta razão, são criados, leis, ementas, regulamentos, programas entre outros que atendem as necessidades das comunidades que habitam nosso país incluindo e questão escolar e a EC, construindo-se uma sociedade justa e igualitária, conforme é garantido no texto constitucional do ano de 1988.

Para abranger o tema indaga-se: Qual a importância das políticas públicas para a EC? O objetivo geral da pesquisa será destacar a importância das políticas públicas frente ao processo de aprendizagem na EC. Os objetivos específicos são: desenvolver e ampliar os conhecimentos frente EC; ressaltar a importância das políticas públicas na EC.

Portanto este trabalho visa indagar o conhecimento, o pertencimento e a valorização da EC frente as políticas públicas englobando a cultura e identidade das comunidades em que as escolas se encontram, entende-se que é necessário e fundamental compreender e respeitar as particularidades de os grupos sociais e seus pertencimentos.

METODOLOGIA

Este estudo busca promover a EC por meio das políticas públicas, advindo por meio da troca de experiências, expressas nos artigos, LDB, documentos norteadores de ensino, fóruns, livros entre outros trabalhos disponíveis tanto online como em espécie que foram utilizados para a construção e o desenvolvimento deste em questão,

pois a troca de informação enriquece o processo de aprendizagem. Para a efetivação do objetivo proposto por este estudo, foi realizado um estudo bibliográfico.

Conforme Gil (2008), a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos, sendo a pesquisa requerida quando não dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa bibliográfica é realizada com fundamento em material já elaborado, composto especialmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja determinado algum tipo de trabalho dessa natureza, existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase somente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados na elaboração deste estudo estão vinculados a pesquisa, entendimento e o aprimoramento de saberes e estudos no desenvolvimento deste trabalho, os quais, ressaltaram a importância das políticas públicas em todas as instâncias sociais incluindo a EC. A educação do campo propõe-se aos seus indivíduos a possibilidade de uma educação diferenciada, permitindo-lhes a sensação de representatividade (FREIRE, 1997). Ainda Freire, (1997) retrata que o conhecimento referente a educação do campo construído seja útil para a sua formação humana e política, ou seja, descobrindo-se e conquistando-se como sujeito da sua própria destinação histórica.

A finalidade de uma educação para todos deve incluir o acesso e permanência dos educandos em quaisquer níveis de ensino, além de qualidade social da educação, gestão democrática dos recursos públicos, garantia de respeito e incorporação das identidades sociais, culturais, afetivas, étnicas, físicas e de gênero de todos os envolvidos (BOURDIEU, 1998). Entende-se que para uma educação com qualidade muitas vezes não é preciso ter os melhores livros, mas sim ter o melhor entendimento do conteúdo abordado, o entendimento é fundamentado por um conjunto de ensino, conteúdo, saberem, didática e prática, mas existem muitas forma de aprender e ensinar, porém elas se tornam muito mais práticas se forem assuntos do nosso cotidiano, os que nos mais chamam a atenção, e os que mais gostamos, se o educador levar os conhecimentos para os educandos associados com o meio em que ele vive, será de muito mais valia e grandioso aprendizado pois.

As políticas educacionais que visam uma educação igualitária são compensatórias e necessárias, visto que além de possibilitar o ingresso em todos os níveis de ensino, engloba programas que auxiliam na permanência do aluno nas instituições e isso não pode ser diferente na educação especial. No entanto, em determinadas instituições de ensino estão sendo incentivadas a criação de espaços educativos para o envolvimento dos alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem. Esses locais muitas vezes são salas de aula ou outros ambientes com uma dinâmica diferenciada na relação professor e aluno primando pela horizontalidade das relações que perpassam, inclusive, a disposição dos mobiliários. São relações mais informais das que se dão nas salas de aulas propriamente ditas. Nesses os participantes sentem-se comprometidos no processo educativo e convidados a interagir concretamente com as propostas de trabalho (SCHLOTTFELDT, 2018).

O educador é essencial no processo de ensino, sendo um agente transmissor do conhecimento para seus educandos, deste modo

precisam ser preparados para a arte do ensinar e, além disso, a tarefa de perceber as necessidades dos educandos, colocando-se no lugar dos educandos para que deste modo descubram suas perspectivas e deixem de ser apenas transmissores de conhecimentos.

Com isso, conforme Carnoy (2003):

As culturas elegem os mestres e seus discípulos, criando uma estrutura de poder e de dominação baseadas numa superioridade intelectual e de caráter institucional. É esse o papel que os “catedráticos” assume, o de “grandes senhores detentores do conhecimento e da verdade”. Não se pode negar que a posição de quem tem algo a ensinar é superior à de quem está para aprender, mas o que se discute é a postura do profissional. Não é apropriado que o professor se encastele em sua superioridade a ponto de se tornar inatingível. Sua postura deve ser, antes de tudo, a do indivíduo proposto a transmitir seus conhecimentos e bagagens intelectual e profissional a seus alunos, fazendo que haja uma aproximação, uma compreensão empática, uma transformação (CARNOY, 2003, p. 168).

Diante do exposto, o trabalho em questão abrange no seu interior a necessidade de promover e investir em uma educação com qualidade em todas as modalidades de ensino, alinhando os documentos norteadores de ensino como os Projetos Políticos Pedagógicos, currículos escolares entre outros, articulando com as atuais políticas públicas, especialmente na modalidade EC, do mesmo modo se fazem em outras modalidades de ensino como a urbana que está voltada para os sujeitos que residem e trabalham no meio urbano, de certa forma, aproximado com a realidade que os cercam. Os gestores devem incentivar seus educadores e buscar possibilidades de implementação de práticas escolares diversificadas a exemplo de oficinas temáticas, o lúdico, incluir os saberes tradicionais, os conhecimentos empíricos e os tradicionais conceitos científicos teóricos dados em sala de aula, fazendo com que o ensino e a aprendizagem sejam propostos ao mesmo tempo, tornando de mais fácil compreensão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo bibliográfico juntamente com análise e o auxílio dos livros, artigos, sites, ficou evidenciado que o processo educativo no que tange a EC incluindo todas as suas instâncias entre elas a educação para indígenas, quilombolas ribeirinhos e camponeses apresentam suas particularidades, seus valores, crenças e formas de confronto, podendo ou não ser influenciados pelos familiares e amigos ou pelo ambiente de convívio, mas devem ser valorizados, respeitados e fortalecidos. A EC e as Políticas Públicas têm como finalidade o fortalecimento educacional dentro da modalidade educar no campo, e visam promover o ensino com qualidade de vida dos educandos, pois a preocupação com a área educacional tem se mostrado cada vez mais presente no cenário atual.

Portanto, conclui-se que o trabalho realizado é de grande valia no contexto atual, onde retrata o pertencimento da EC, uma modalidade de ensino que faz parte de muitas vidas Brasileiras, incluindo os educadores, pedagogos, extensionistas rurais, agricultores entre outros profissionais. De tal modo o estudo realizado a partir de alguns marcos legais, e teóricos da área, dimensiona o contexto atual da Educação do Campo e do caminho que ainda necessita ser trilhado para consolidação dos objetivos traçados pela legislação e pelas necessidades dos povos que nela habitam camponeses.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Formação de Educadores do Campo. In.: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília, 2013.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

CARNOY, M. **Mundialização e reforma na educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: UNESCO Brasil, IPE, 2003.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 36 ed. rev. e atual. SP: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHLOTTFELDT, M. L. **Oficinas Temáticas e o Ensino de Ciências da Natureza em uma Escola do Campo do Município de Santa Maria, Rio Grande Do Sul**. Universidade Franciscana – UFN, Santa Maria, 2018.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 178-187.

14

Aniele Silveira Anklam

**SUCESSÃO FAMILIAR
RURAL NO NOROESTE GAÚCHO:
uma revisão bibliográfica**

*Rural family succession in the Northwest
of the State of Rio Grande do Sul:
a bibliographic review*

Resumo: A continuidade da agricultura familiar, representada pela existência de sucessores nas propriedades, é fundamental tanto para economia quanto para a manutenção de aspectos culturais nas regiões onde há predomínio da agricultura familiar. O presente artigo teve por objetivo conhecer os resultados de pesquisas sobre sucessão rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul, a região analisada tem sua economia baseada na agricultura familiar, nos cultivos de soja, trigo e milho, além de destacar-se na pecuária leiteira. A metodologia foi uma revisão bibliográfica do tipo exploratória, no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES, onde buscou-se trabalhos relacionados a sucessão rural produzidos na região Noroeste gaúcha, na área de abrangência dos COREDES Missões e Noroeste Colonial, entre os anos de 2011 a 2021. Ainda que a região Noroeste tenha sua economia oriunda principalmente da agricultura familiar, existem poucos estudos sobre o processo sucessório na região, demonstrando que há espaço para pesquisas nessa temática na região. O processo de envelhecimento e masculinização que o meio rural brasileiro vivência, também ocorre no Noroeste gaúcho. As políticas públicas defasadas, o baixo incentivo dos pais, a renda e a penosidade das atividades agrícolas estão entre os principais fatores que têm desmotivado os jovens a sair do rural, além disso, eles buscam melhores condições de vida, de trabalho e de estudo nas cidades. Os diferentes autores observaram que a pluriatividade favorece a permanência das pessoas no campo.

Palavras-chave: Êxodo Rural; Desenvolvimento Regional; Agricultura Familiar.

Abstract: *The continuity of family farming, represented through the existence of successors on the properties, is essential both for the economy and for the maintenance of cultural aspects in regions with the predominance of family agriculture. The objective of this article was to understand the researches results on rural succession in the Northwest region of Rio Grande do Sul. The region analyzed has its economy based on family agriculture, with soybean, wheat, and corn cultivation, and also dairy cattle breeding. The methodology used was a bibliographic review of the exploratory nature, in Google Scholar and in the CAPES Periodical Portal, searching for works about rural succession produced in the Northwestern region of the state of Rio Grande do Sul, in the area covered by COREDES Missões and Noroeste Colonial, between the years 2011 and 2021. Although the region Northwest economy is mainly based on family farming, there are few studies on the succession process in the area, showing that there is room for research on this topic in the region. The ageing and masculinization process that the Brazilian rural areas suffer also occurs in the researched region. Deficient public policies, low family incentive, income, and the hardness of agricultural activities are among the main factors that have motivated young people to leave the rural areas; besides, they seek better living, working, and studying conditions in the cities. The distinct authors observed that pluriactivity favors the permanence of people in the countryside.*

Keywords: *Rural Exodus; Regional Development; Family Farming.*

INTRODUÇÃO

A sucessão é a transferência do controle da propriedade rural para os filhos ou para a próxima geração, a agricultura familiar se reproduz quando os filhos dão continuidade a atividade já realizada pelos pais (SPANEVELLO *et al.*, 2011). Contudo, com a modernização da atividade agrícola, o processo de sucessão rural foi afetado, pois, os filhos não almejam continuar na atividade agropecuária, acarretando assim o aumento do êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

A ausência de sucessores nos estabelecimentos rurais gera incertezas não apenas quanto a continuidade da atividade agrícola, mas também acarreta um crescente esvaziamento demográfico, econômico e cultural nas regiões onde predomina a agricultura familiar (SPANEVELLO *et al.*, 2011).

O meio rural brasileiro vem enfrentando um processo de envelhecimento e masculinização da população rural (SPANEVELLO *et al.*, 2011), e esse processo também afeta a região Noroeste gaúcha (WESZ JUNIOR, 2009; BIEGER, 2013; PIEPER, 2014; VORPAGEL, 2017; THIES, 2021).

A região Noroeste gaúcha é fortemente agrícola, onde predominam os cultivos de soja, milho e trigo, a região também se destaca na produção leiteira, tendo como modelo de agricultura predominante a agricultura familiar (VORPAGEL, 2017). Essa forte dependência da agropecuária gera uma grande instabilidade na economia regional, que acaba retraindo-se devido às estiagens que atingem o Rio Grande do Sul ou a queda dos preços dos produtos agrícolas, e até mesmo pela ausência de sucessores.

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica sobre a sucessão familiar rural na área de abrangência de dois COREDE's da região Noroeste do Rio Grande do Sul, COREDE Missões e COREDE

Noroeste Colonial. O objetivo da pesquisa foi conhecer os resultados de pesquisas sobre sucessão rural na região, possibilitando identificar o panorama regional e as lacunas para estudos futuros.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi do tipo exploratória, a qual permite uma maior proximidade com o problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2002). Para a construção do trabalho elaborou-se uma revisão bibliográfica, buscando trabalhos referentes a temática da sucessão rural realizados no Noroeste do Rio Grande do Sul. Para tal, realizou-se uma busca na internet (Google Acadêmico e Periódicos CAPES), utilizando-se as palavras “sucessão rural” e “Noroeste gaúcho” ou “Noroeste do Rio Grande do Sul”. Após a pesquisa e uma breve leitura dos mesmos, foram selecionados os trabalhos elaborados na área de abrangência dos COREDES Missões e Noroeste Colonial, publicados no período de 2011 a 2021.

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões abrange 25 municípios do Noroeste gaúcho, tendo Santo Ângelo como cidade principal, além disso, fazem parte desse COREDE, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo. Já o COREDE Noroeste Colonial compreende 11 municípios, sendo Ijuí, o principal polo local (FEE DADOS, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área de abrangência dos COREDES Missões e Noroeste Colonial, no Noroeste Gaúcho, entre 2011 e 2021, foram realizadas quatro pesquisas sobre sucessão rural nos seguintes municípios: Coronel Barros (BIEGER, 2013), Catuípe (PIEPER, 2014), Salvador das Missões (THIES, 2021) e São Paulo das Missões (VORPAGEL, 2017),

esse último enfatizando a perspectiva feminina. Também ocorreu uma pesquisa ao nível de microrregião, abrangendo 25 municípios do Noroeste Colonial (FOGUESATTO *et al.*, 2016).

Segundo os resultados encontrados por Bieger (2013), em sua pesquisa sobre agricultura familiar e sucessão, no município de Coronel Barros, a autora observou que apenas 37% dos pais incentivam os filhos a permanecerem no campo, entretanto, dos agricultores entrevistados 87% deles recebeu incentivo dos pais/sogros para permanecer na atividade agrícola, demonstrando uma alteração no padrão, onde a escolha é feita atualmente pelos jovens, não havendo mais uma cobrança moral para que eles permaneçam na atividade. Abramovay *et al.*, (2001) já haviam exposto sobre o fato de a permanência no campo ter se tornado uma escolha dos jovens e não mais uma cobrança externa.

Aliado a isso, Bieger (2013) observou que apenas 13% dos pais desejam que os filhos continuem na atividade, pois acreditam que a mesma é muito penosa, de baixa rentabilidade, ou que deveriam ter estudado algo relacionado ao rural para ficarem, todavia, predomina nos pais a preferência para que os filhos tenham um emprego fixo, moram na cidade, mas permaneçam com a propriedade (50%). A maioria dos agricultores entrevistados não sabe quem ficará na propriedade (47%), mas acreditam que haverá um sucessor, além disso, 53% dos pais nem pensam sobre isso (BIEGER, 2013).

Em estudo realizado, por Pieper (2014), no município de Catuípe, buscando identificar os desafios e as perspectivas sobre a sucessão rural no município. Pieper (2014) constatou que os principais desafios enfrentados pelos produtores são as incertezas climáticas, o baixo incentivo do governo, a renda, a penosidade das atividades agrícolas, e o custo dos insumos e maquinários. Conforme Pieper (2014), 60% dos entrevistados almejam que os filhos continuem na agricultura, entretanto, a maioria (52%) não sabem quem assumirá a propriedade, e apenas 18% já tem o sucessor definido. Quanto ao preparo para os sucessores, a maioria (47%) não realiza nenhum

preparo, 35% inseriram os filhos na atividade agrícola e 18% busca capacitar através do meio acadêmico e/ou escolar (PIEPER, 2014).

Foguesatto *et al.* (2016) entrevistaram jovens filhos de agricultores, do Noroeste Colonial gaúcho, que migraram para as cidades. Segundo Foguesatto *et al.* (2016), maior parte dos entrevistados (62%) prefere morar no rural, devido a maior segurança, a maior tranquilidade, a independência na realização das tarefas, a rotina menos exaustiva e ao custo de vida mais baixo. Entretanto, mesmo com os aspectos favoráveis para a vida no campo mencionados pelos entrevistados, eles migraram para as cidades motivados pelos seguintes fatores: irregularidade na renda; políticas públicas defasadas; ausências de escolas técnicas e universidades; baixo reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas; falta de espaços de lazer, de tecnologias para o trabalho e de acesso aos meios de comunicação (FOGUESATTO *et al.*, 2016).

Vorpapel (2017) estudando a perspectiva feminina sobre sucessão rural, no município de São Paulo das Missões, verificou que a maior parte das entrevistadas deseja migrar para a cidade em busca de emprego ou educação, a minoria que deseja permanecer irá herdar a propriedade dos pais ou casou-se com agricultor, porém 33% irão continuar residindo no rural e trabalhando na cidade, de modo que a pluriatividade é uma forma de garantir a reprodução social da atividade agrícola. Outrossim, Vorpapel (2017) observou que o número de mulheres presentes nas comunidades rurais é baixo.

No município de Salvador das Missões, Thies (2021) realizou um estudo com os objetivos de identificar as variações na disponibilidade de mão de obra familiar e de analisar as estratégias de alocação de trabalho dos agricultores familiares, nos anos de 2002 e 2017. Thies (2021) observou a redução do número total e do número médio de pessoas que integram as famílias, além do envelhecimento das mesmas, pois houve uma redução significativa no número de indivíduos com até 15 anos, que no ano de 2002 representavam 21,22% e em 2017 apenas 7,73%.

Em 2017, Thies (2021) também constatou o surgimento de sete famílias com apenas um integrante, sendo que em 2002 não havia nenhuma família com esse tamanho. As sete famílias de apenas um integrante, eram formadas por mulheres viúvas em idade avançada, Thies (2021) também relata existem muitos debates sobre a saída de mulheres jovens do rural, mas outro evento bastante presente e pouco relatado é a saída de mulheres idosas do rural, que buscam nas cidades melhores condições de vida e proximidade aos recursos (saúde e familiares).

Bieger (2013), Pieper (2014) e Vorpapel (2017) observaram que a pluriatividade, favorece a permanência das pessoas no meio rural, em muitos casos as pessoas permanecem morando no campo e trabalham nas cidades. Resultados semelhantes foram encontrados em uma pesquisa também realizada na região missioneira, em um período anterior ao analisado nesse trabalho, por Wesz Junior (2009) que estudou o papel das agroindústrias de cana-de-açúcar na reformulação da agricultura, nos municípios missioneiros de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, Quinze de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, São Paulo das Missões e Porto Lucena. Wesz Junior (2009) verificou nesse estudo que a agroindustrialização favorece positivamente para que uma nova geração continue na propriedade.

Os estudos realizados por Bieger (2013), Pieper (2014) e Vorpapel (2017) apontaram um número maior de homens no meio rural, conforme Abramovay *et al.* (1998) as mulheres tendem a deixar o campo em maior número que os homens, movidas sobretudo pela desvalorização do seu trabalho, desprivilegio quanto a herança, maior incentivo aos estudos e a vida urbana, acarretando assim o processo de masculinização do rural. O trabalho realizado por Thies (2021), em Salvador das Missões, foi a única exceção, onde havia mais mulheres que homens.

Quanto a faixa etária da população rural, todos os autores observaram um predomínio de idosos e um baixo número de crianças e adolescentes (WESZ JUNIOR, 2009; BIEGER, 2013; PIEPER, 2014; VORPAGEL, 2017; THIES, 2021), demonstrado que o fenômeno do envelhecimento do meio rural brasileiro, também está presente na região estudada.

Os estudos realizados por diferentes autores e em diferentes municípios apontam para uma deficiência de políticas públicas e de ações governamentais efetivas, que melhorem as condições de vida e de rentabilidade no campo, favorecendo a vontade das pessoas para permanecer e trabalhar no rural. Além disso, a pluriatividade, onde se alia o trabalho agrícola com outras atividades como a agroindústria ou o trabalho urbano, auxilia na permanência das pessoas no rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural do Noroeste do Rio Grande do Sul como o rural brasileiro vem enfrentando o problema de envelhecimento e masculinização das populações camponesas. Através da leitura e análise dos trabalhos realizados no Noroeste gaúcho sobre a sucessão rural, pode se concluir que as políticas públicas são o principal gargalo que desestimula os jovens a permanecerem no campo e/ou receberem incentivo dos pais para tal. Os principais fatores que levam os jovens a almejem sair do rural são a renda (baixo valor pago pelos produtos e elevado valor cobrado pelos insumos), incertezas climáticas, falta de incentivo dos pais e do governo (políticas públicas). Além disso, foi possível observar que a maioria das propriedades não existe o debate sobre sucessão rural.

Observa-se a existência de poucas pesquisas sobre a temática na região analisada, apesar de a região em questão ser fortemente agrícola e a continuidade das propriedades familiares ser importante para a economia local. Trabalhos futuros na região poderão analisar as políticas públicas e os órgãos de extensão rural e assistência técnica e a relação deles com a sucessão rural, a diversificação de cultivos e a pluriatividade, bem como o papel das escolas e universidades da região com cursos voltados a ciências agrárias na formação de futuros sucessores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bctexto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2022.
- BIEGER, T. E. **Sucessão na agricultura familiar: um estudo do município de Coronel Barros – RS.** 2014. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Regional Integrada do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1948>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- FEE – Fundação Econômica e Estatística. **COREDES.** (2021). Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>. Acessado em: 11 mai. 2022.
- FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016.
- PIEPER, N. W. **Sucessão rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe – RS.** 2014, 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Regional Integrada do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2599/VF%20TCC%20-%20Naiara%20Walter%20Pieper.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- SPANVELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 02, p. 291-304. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2011v45n2p291/22353/82961>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- THIES, V. F. Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 26, jul., 2021.
- VORPAGEL, L. B. **Agricultura e gênero: a categoria feminina na sucessão rural.** 2017. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1878>. Acesso em: 06 mai. 2022.
- WESZ JUNIOR, V. J. Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 15, n. 28, p. 25-34, jun. 2009.

Parte

3

**DINÂMICAS
SOCIOAMBIENTAIS
E ESTRATÉGIAS
DE DESENVOLVIMENTO
RURAL**

As pesquisas contempladas na presente seção estão vinculadas a linha “*dinâmicas socioambientais e estratégias de desenvolvimento rural*” do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM), assim os trabalhos a seguir, possuem vínculo com as temáticas ligadas as questões de gênero e sexualidade no campo, as identidades culturais, bem como outras pautas ligadas a juventude. Ainda, outra questão central nos trabalhos é a questão da agroecologia e a pauta alimentar, no que envolve a produção de alimento, a saúde e a nutrição.

15

Juliana de Almeida Costa

Tamara Juriatti

**A BANDEIRA VERMELHA
PERMEADA PELA COLORIDA
PASSA TAMBÉM PELA LILÁS**

*The red flag permeated by the colorful
passes also through the lilac*

Resumo: O presente artigo aborda a constituição da setorial LGBTQIA+ do MST como uma construção processual, fruto das identidades que se construíram a partir da experiência coletiva e das subjetividades que compõem esse coletivo. Dessa maneira, o estudo tem por objetivo principal compreender a influência da organização das mulheres do MST e de suas relações com as pautas ambientais, além da ofensiva conservadora que se salientou na sociedade brasileira nos últimos anos para a constituição dessa setorial em um movimento camponês. Para isso, metodologicamente realizamos uma pesquisa qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica, complementada por um estudo documental sobre a formação da setorial LGBTQIA+ ocorrida em agosto de 2019. Concluímos que os processos de transformação e a construção da autonomia das mulheres Sem Terra, assim como a maneira como essas vivenciaram suas experiências no viver da coletividade e das relações de solidariedade e empatia com a natureza permitiram que muitos preceitos da heterossexualidade compulsória e da normalização dos gêneros fosse revista. O MST chega a 2022 trazendo a bandeira colorida da luta LGBTQIA+ como mais uma forma de acolher as subjetividades da sua militância e de exercer a solidariedade e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Palavras chave: MST, LGBTQIA+, subjetividades.

Abstract: *This article addresses the constitution of the LGBTQIA+ sector of the MST as a procedural construction, the result of the identities that were built from the collective experience and the subjectivities that make up this collective. In this way, the main objective of the study is to understand the influence of the MST women's organization and its relations with environmental guidelines, in addition to the conservative offensive that has been highlighted in Brazilian society in recent years for the constitution of this sector in a peasant movement. For this, we methodologically carried out a qualitative research through a bibliographic research, complemented by a documentary study on the formation of the LGBTQIA+ sector that took place in August 2019. We understand that the processes of transformation and the construction of the autonomy of women "Sem Terra", as well as the way in which they lived their experiences in the collective life and in the relationships of solidarity and empathy with nature allowed many precepts of compulsory heterosexuality and gender normalization to be reviewed. The MST arrives in 2022 bringing the colorful flag of the LGBTQIA+ struggle as another way of welcoming the subjectivities of its militancy and exercising solidarity and building a more equitable society.*

Keywords: *MST, LGBTQIA+, subjectivities.*

INTRODUÇÃO

Quem conheceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no final dos anos de 1980 e do início dos anos de 1990 e não acompanhou sua trajetória dialética e pedagógica de desconstrução/reconstrução pode apresentar dificuldade em compreender como a pauta LGBTQIA+ conseguiu adentrar a organização camponesa e construir uma setorial própria onde militantes Sem Terra que se identificam com ela se organizam internamente para estudar, propor políticas para o restante da organização e se fortalecer coletivamente.

Esmeraldo (2007, p. 12) descreve um processo de incorporação de novos valores pela coletividade do MST através de seus teóricos no final dos anos de 1990, o que é denominado pela autora como “revolução cultural” dentro desse movimento. Segundo a autora, esse processo elencou a formação e o exercício de valores embasados na solidariedade, confiança, trabalho e valorização da vida, fomentando a construção do “novo homem e da nova mulher Sem Terra”. Esses valores ganharam destaque com sua incorporação às linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST¹⁸, no ano 2000, que refletiam sobre gênero e sobre um novo modelo tecnológico vinculado à agroecologia, o que permitiu, uma aproximação com os movimentos feministas e ambientalistas refletindo em uma nova cultura organizativa e na incorporação de novas pautas políticas pelo MST a partir desse período. Além disso, a incorporação de novas pautas também se vincula a construção de relações desse movimento com outros movimentos sociais nos processos de resistência à implantação do neoliberalismo no Brasil.

Essas relações prenunciam as mudanças culturais profundas ocorridas ao longo dos anos 2000 nas ações deste movimento, que processual e dialeticamente, chegou a 2014, no VI Congresso Nacional

18 Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000. Site oficial do MST, julho de 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

do MST com o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” e com a simbologia de uma mulher, um indígena e um negro representados no cartaz, e a 2020 tendo como principal prática política a solidariedade e pautando a necessidade de afirmação das subjetividades dos sujeitos na construção da coletividade. Essa subjetividade abarca a temática da LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e a auto-organização da militância interna identificada com essa pauta como parte fundamental do projeto de emancipação do Movimento Sem Terra de acordo com o Caderno de formação nº 5 do setor de Gênero do MST de 2017 que defende a diversidade sexual neste movimento. Assim, o presente estudo busca compreender como se constituiu a pauta LGBT-QIA+ dentro do movimento camponês de luta pela terra, entendendo as influências exercidas pelas linhas políticas de fortalecimento da organização das mulheres e de cuidado e respeito à vida no planeta.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, por compreender que esta é capaz de apreender em profundidade elementos não passíveis de quantificação (MINAYO, 2003). Para fins de apreensão dos elementos imersos nas realidades sociais do MST no que tange à esta temática, o estudo foi embasado em uma pesquisa bibliográfica. As análises realizadas a partir da bibliografia foram desenvolvidas a partir das reflexões construídas por meio das vivências das autoras junto às famílias assentadas, seja pela ação extensionista de 2003 a 2017, que proporcionou vivências junto aos setores de gênero e saúde do MST do RS, seja pelo curso de extensão nominado Estágio de Vivência Interdisciplinar-EIV, via Universidade Federal de Santa Maria, nos assentamentos do RS e realizados pelas pesquisadoras, uma como estagiária e outra como formadora entre os anos de 2008 a 2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É simbólico dizer que a setorial LGBT¹⁹ do MST foi “semeada” durante o ano de 2015, quando este movimento promoveu o I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” na Escola Nacional Florestan Fernandes, destinado a discutir qual o papel da temática e de seus sujeitos na luta por Reforma Agrária Popular (MST, 2017), embora tenha se constituído oficialmente em 2019. Entendemos que o intervalo entre o primeiro seminário sobre diversidade sexual e a criação da setorial se constitui como um período de maturação, reflexão/teorização e planejamento de ação sobre o que vinha sendo vivenciado no interior do movimento, chegando a 2019 com vários materiais elaborados, entre eles um livro.²⁰

No entanto, entendemos que nos seus quase quarenta anos esse movimento vem ressignificando as subjetividades no seu meio, logo, a participação efetiva das mulheres no conjunto do coletivo do MST provocou reflexões quanto às relações de gênero e a ocupação de espaços e organização interna própria. Para Schwendler (2015), essa participação se constitui como um processo pedagógico vivenciado no conjunto do movimento ao longo dos anos, sendo central para o estabelecimento de questionamentos sobre as relações de poder relacionadas a questões de gênero²¹ passassem a permear os espaços desse movimento. Assim, entendemos que a constituição destas mulheres como referências políticas e comunitárias e a ocupação de espaços de direção e de tomadas de decisões, inaugurou dentro do MST os questionamentos referentes às desigualdades de gênero existentes na sociedade e reproduzidos no MST, assim como propiciou o aflorar da incorporação das subjetividades nas construções políticas deste movimento.

19 Forma como é denominada nos primeiros materiais pesquisados, anteriores ao ano de 2019, tais como Jornais Sem Terra e cartilhas e cadernos internos do MST.

20 Livro Hasteemos a Bandeira Colorida, lançado em 2018, pela Expressão Popular, escrito por membros da direção do MST e da Setorial LGBT.

21 Reiteramos que utilizamos a categoria gênero aqui referenciada por Scott, que compreende gênero como uma construção social que determina as relações entre os sexos.

A luta pela terra e os processos vivenciados a partir dela são compreendidos como pedagógicos e construtores de uma identidade própria às pessoas que a compõe, como afirma Caldart (2000). Porém essa identidade, ao longo da história desse movimento, foi se transformando e sendo carregada de subjetividades que processualmente foram sendo incorporadas, permitindo assim a construção de um coletivo que é permeado pela experiência e pelo significado que cada uma e cada um traz, construindo assim uma identidade coletiva que não se constitui da soma das individualidades, mas que não nega elas, se aproximando da concepção de coletivo apresentada por Avtar Brah (2006) no estudo das interseccionalidades.

A experiência vivida pelas mulheres da Via Campesina no viveiro da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, em 2006²², propiciou um vislumbrar de força das mulheres do campo, que enquanto contestavam o uso da terra para produção de eucaliptos e os riscos ambientais desta, vislumbravam a própria força, rompendo silêncios existentes, sobre elas mesmas, suas histórias, ações e sobre a temática ambiental envolvida, como afirma Paulilo (2016).

Essa ação reafirmou, a partir da prática, as relações de afeto e respeito com a natureza tecidas por camponeses e camponesas e que são descritas em diferentes obras etnográficas brasileiras (CANDIDO, 2010; BRANDÃO, 1999; WOORTMANN, 2009), e, segundo Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p.24) buscava denunciar os riscos ambientais trazidos pelo monocultivo de eucaliptos, refletindo sobre a soberania e segurança alimentar dos povos. Mas, além disso, também fez a intersecção de pautas ambientais e do afeto pela natureza com o protagonismo

22 "Era madrugada de um novo 8 de março, Dia Internacional de Luta pelos Direitos das Mulheres. Animadas pela luta no cuidado com a vida das espécies, da natureza e da humanidade, há quinze anos centenas de mulheres ocupavam o viveiro hortoflorestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, naquela que se tornaria uma das maiores ações contra o monocultivo de eucalipto no Brasil." Informação disponível em: 15 anos do protesto das mulheres na Aracruz: uma história de luta e resistência!. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 8 mar. 2021. Disponível em: < <https://mst.org.br/2021/03/08/15-anos-do-protesto-das-mulheres-na-aracruz-uma-historia-de-luta-e-resistencia/> > Acesso em: 02 mar. 2022.

feminino no enfrentamento ao capital internacional e ao agronegócio, o que nos leva a crer que esta foi uma das sementes que propiciou que se iniciassem reflexões sobre o feminismo camponês popular, que, segundo as autoras, não nasce das teorias e centros acadêmicos, mas das experiências das vidas das mulheres camponesas e da busca por transformações concretas em suas vidas.

Entendemos que esse feminismo traz consigo os preceitos de solidariedade com a natureza e a premissa de respeito à vida no planeta, perpassando as práticas agroecológicas e os saberes populares, o que na prática transforma o saber-fazer em práticas de resistência, se aproximando do que Lugones (2014) denomina de resistências não modernas, nas quais ela crê ser importante se dedicar à estudar relações íntimas, que são concebidas por ela como as relações existentes na vida social das pessoas. Além disso, as práticas dessas mulheres que questionam os preceitos da sociedade colonialista e patriarcal e que dão origem ao Feminismo Camponês Popular nos levam a compreender que este se aproxima do que a autora descreve como um feminismo decolonial.

Compreendendo como fruto desse processo a desconstrução de padrões culturais firmados na cultura colonial e patriarcal, vislumbrando novas relações entre os seres humanos e com a natureza entendemos que se constitui uma concepção de cuidado com a vida que rompe com os padrões colonialistas. Isso proporciona ao MST questionar na prática os preceitos sociais da heterossexualidade compulsória e de heteronormatividade por trazer a solidariedade e a empatia como centrais, constituídos especialmente pelo questionamento das estruturas de poder, chegando a 2022 com uma setorial LGBTQIA+ organizada, e uma construção coletiva de uma nova cultura que busca construir o respeito às diferenças por meio desta.

Embora o campo brasileiro seja um espaço hostil para as pautas LGBTQIA+, o MST tem sido protagonista da construção de uma cultura de respeito às diferenças, especialmente frente ao aumento da ofensiva conservadora e ao aumento da violência contra essa parcela

da população. Compreendendo essa pauta como parte de um projeto de sociedade onde “sujeitos emancipados se relacionem de outra forma entre si e com a natureza” (MST, 2017, p.6), esse movimento tem afirmado publicamente, a necessidade de construção de uma sociedade livre de preconceitos e dotada de preceitos de solidariedade.

Vale relembrar que 2015, período em que o MST começa a tornar o debate LGBT oficial em suas instâncias, se visualiza um protagonismo de refundação de preceitos conservadores na sociedade brasileira, além da relativização de direitos humanos, dos direitos dos povos tradicionais e da conservação ambiental, culminando na eleição de um presidente em 2018 que representa justamente essa concepção de maneira explícita²³. Como resultado, temos acompanhado o aumento de violências explícitas contra as parcelas da população que não se encaixam nos padrões sociais normotípicos, acentuando o processo ao qual Miskolci (2012) denomina “terrorismo cultural”, que é a violência imposta e experienciada pelo conjunto, não só por quem sofre ela, mas também por quem acompanha e observa, que compreende o que pode acontecer consigo caso rompa as regras.

O terror cultural na zona rural é experienciado de diversas maneiras pelas pessoas LGBTQIA+, e como no restante da sociedade é uma construção associada aos papéis de gênero construídos historicamente impostos a mulheres e homens. Estão vinculados aos preceitos patriarcais da sociedade colonialista e capitalista que concebe, como afirma Rita Segato (2015), ao longo da História foram sendo construídas as formas binárias e dualistas, que foram dominando as relações comunitárias e substituindo relações de reciprocidade e de solidariedade comum, construindo uma cultura de negação da afetividade.

23 NOGUEIRA CUNHA, Leonam Lucas. La antipolítica de género en el gobierno de Bolsonaro y sus dinámicas de violencia. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, p. 49-61, 2020.
SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (Unesp. Araraquara. Impresso), v. 52, p. 103-118, 2018.
MARTINS, Thainá Lana Rodrigues. **Retrocesso Social**: a desconstrução da proteção dos direitos humanos no Brasil durante o governo Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Graduação (Especialista em Mídia, Informação e Cultura)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2021/01/retrocesso_social_a_desconstrucao_da_protecao_dos_direitos_humanos_no_brasil_durante_o_governo_bolsonaro_thaina_lana.pdf. Acesso em: 24 jun. 2022.

Para Claudia Von Werlhof, (2015) o patriarcado não é somente uma forma de exploração das mulheres, mas também de destruição da natureza e de outras formas de viver, logo a incorporação de todas as formas de amar e de ações solidariedade pelo MST como bandeiras políticas em períodos como o que estamos vivenciando na sociedade brasileira demonstra não só um enfrentamento interno aos preceitos conservadores e um reinventar de sua militância, mas uma reafirmação do papel primordial da luta pela reforma agrária como propulsora de uma sociedade mais justa e equitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a organização coletiva das mulheres dentro do MST propiciou o questionamento de relações de gênero hierárquicas e permitiu que este movimento passasse a incorporar as subjetividades dos sujeitos em seus espaços internos de organização. Entendemos, porém, como bem observam os textos de Schwndler (2015) e de Paz e Mariano (2018), estes processos não tem se construído sem resistências internas, no entanto a experiência vivenciada por estas mulheres e pelo coletivo do MST na luta pela terra em contraposição à forma de produzir sustentada no modelo agroexportador e defendida pelos setores rurais conservadores, que protagonizam o descaso com a natureza, com os povos e saberes tradicionais.

Contrapondo esse modelo com outras formas de produzir e de viver, o MST tem realçado seu comprometimento com a agroecologia e com as formas de vida sustentáveis, levando-o a reinventar a partir de preceitos fundamentados na solidariedade, na empatia, na coletividade e na construção de novas relações de gênero. Compreendemos que isso leva a questionar a necessidade de revisão de velhas concepções e de enfrentamento de conservadorismos, rompendo com preconceitos e incorporando novas práticas sociais ao passo que reafirma saberes-fazeres

camponeses relacionados à natureza, mas buscando pautar a construção de uma sociedade desprovida de preconceitos, comprometida com a justiça social, com a democracia e a com a solidariedade.

REFERÊNCIAS

- BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *In: Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- ESMERALDO, G. G. S. L. Luta das mulheres sem terra para afirmação de novas subjetividades. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 13., 29 maio-01 jun. 2007. Recife (PE), **Anais...** SBS: Recife (PE): SBS, 2007.
- LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade. Edição especial lgbt sem terra. **Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Out. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/>.
- LORENZONI, C; SEIBERT, I.G.; COLLET, Z. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. *In: MEZADRI, A. M. et al(Orgs)*. Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis, SC. 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- MARIANO, A.; PAZ, T. Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no MST. **Fundação Rosa Luxemburgo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://rosalux.org.br/diversidade-sexual-e-de-genero-no-mst/#>. Acesso em: 12 de mai. 2022.
- MARTINS, Thainá Lana Rodrigues. **Retrocesso Social**: a desconstrução da proteção dos direitos humanos no Brasil durante o governo Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Graduação (Especialista em Mídia, Informação e Cultura)- Universidade de São Paula, São Paulo, 2020. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2021/01/retrocesso_social_a_desconstrucao_da_protecao_dos_direitos_humanos_no_brasil_durante_o_governo_bolsonaro_thaina_lana.pdf . Acesso em: 24 jun. 2022.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. (Org.) *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9 – 30.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Diversidade Sexual no MST**: elementos para o debate. São Paulo: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/5ens18> . Acesso em: 09 de mai. de 2022.

NOGUEIRA CUNHA, Leonam Lucas. La antipolítica de género en el gobierno de Bolsonaro y sus dinámicas de violencia. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, p. 49-61, 2020.

PAULILO, M. I. S. Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez. *In*: PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais (Unesp. Araraquara. Impresso), v. 52, p. 103-118, 2018.

SCHWENDLER, S.F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar., 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, RS, v. 20,n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

VON WERLHOF, C. **Madre Tierra o Muerte! Reflexiones para una teoría crítica del patriarcado**. Ocoteppec: El Reboozo, 2015.

WORTMANN, H. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. *In*: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. -Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

16

Tamara Juriatti

**A DINÂMICA ALIMENTAR
DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO REASSENTAMENTO CRISTO
REI/RS 1960-2022**

*The food dynamics of family
agriculture in the Resettlement
Cristo Rei/RS 1960-2022*

Resumo: O Reassentamento Cristo Rei/RS é uma comunidade rural de produção agrícola familiar composto por cerca de 25 famílias, ao longo do processo histórico comunitário alguns aspectos do trabalho e da produção familiar passaram a ser constituídos por novas dinâmicas, o que alterou alguns hábitos alimentares tradicionais desta comunidade. Como aspectos mais gerais podemos citar que as relações comerciais passaram a abranger um circuito maior, indo gradualmente do comunitário para o global. A alimentação que não era produzida pela família era adquirida em pequenos “bolicinhos”, na própria comunidade que posteriormente passou à ser adquirida com mais frequência nos mercados da cidade. O enfoque na produção para obtenção de renda, principalmente com as culturas de soja e milho e a produção leiteira, influenciaram o cultivo de alimentos para o autoconsumo, que tiveram a variedade e a quantidade reduzida em algumas famílias. Apesar destas novas dinâmicas muitos aspectos da alimentação tradicional destas famílias se mantêm e são transmitidas através das gerações, mas cabe ao Estado através de políticas públicas a valorização dos saberes tradicionais e regulamentação do avanço desenfreado das indústrias que influenciam a produção e o consumo, garantindo a soberania alimentar desta comunidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; alimentação; Reassentamento Cristo Rei.

Abstract: *The Cristo Rei Resettlement / RS is a rural community of family agricultural production composed of about 25 families, throughout the community historical process, some aspects of work and family production began to be constituted by new dynamics, which changed some traditional eating habits of this community. As more general aspects, we can mention that commercial relations started to encompass a larger circuit, gradually going from the community to the global. Food that was not produced by the family was acquired in small "bolichos" in the community itself, later it was acquired more frequently in the city's markets. The focus on production for income, mainly with soybean and corn crops and dairy production, influenced the cultivation of food for self-consumption, which had a reduced variety and quantity in some families. Despite these new dynamics, many aspects of the traditional diet of these families remain and are passed on through the generations, but it is up to the State, through public policies, to value traditional knowledge and regulate the unbridled advance of industries that influence production and consumption, guaranteeing the food sovereignty of this community.*

Keywords: *Family farming; food; Reassentamento Cristo Rei.*

INTRODUÇÃO

O Reassentamento Cristo Rei, fica localizado no município de Chiapetta na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Sua formação se deu a partir da redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. A Reserva indígena de Serrinha havia sido invadida por famílias agricultoras não indígenas por volta da metade do século XX, essas famílias agricultoras estavam em busca de terras para a reprodução familiar, já que as propriedades de seus pais não tinham mais condições de serem divididas entre os filhos herdeiros por se tratar de propriedades pequenas para suprir o grande número de filhos que cada família tinha.

Devido a concentração fundiária, a desigualdade na distribuição de terras e a não realização de uma reforma agrária, esses agricultores não indígenas foram em busca de terra onde acreditavam não haver “dono”, apesar de saberem da presença indígena, já que nessa região morava a população Kaingang, que apesar das reivindicações contra as invasões viu sua terra aos poucos ocupada por aquelas famílias. Como o debate sobre os direitos dos povos originários no Estado, não era aprofundado naquele momento, popularmente se acreditou erroneamente que aquela área era muito grande para a população Kaingang, que ali vivem e pelo governo não estar disposto a mexer com a estrutura fundiária no estado, ela foi aos poucos sendo dada para as famílias não indígenas, até o momento em que a área destinada a Reserva Indígena foi totalmente ocupada e extinta. Os agricultores que se instalaram na antiga reserva denominaram a comunidade rural de Vila Capinzal.

Após a redemocratização do país com o fim da Ditadura Civil-Militar, e a possibilidade de livre manifestação os povos indígenas se mobilizaram em busca da recuperação de suas terras, o que levou a redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha, levando as famílias não indígenas que ali moravam e trabalhavam para reassentamentos

em outras localidades, um desses reassentamentos foi batizado de Cristo Rei, onde residem aproximadamente 25 famílias. Assim, o estudo focará nesta comunidade rural que se formou a partir do início do século XXI, após várias tratativas com o governo do Rio Grande do Sul e uma ocupação dessas famílias em frente a área que foi adquirida pelo Estado de uma herdeira de terras local²⁴.

Esse grupo social, acompanhando a conjuntura da agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul, teve alterações significativas no trabalho, principalmente por conta do “processo de modernização desigual da agricultura brasileira” (GONÇALVES NETO, 1997), que foi implementada no período da Ditadura Civil-Militar e que levou a uma mecanização maior do trabalho da agricultura familiar junto com uma integração ao mercado internacional, através da venda, principalmente, de grãos como a soja e o milho, que possuem uma produção racionalizada e direcionada pelas empresas de capital internacional, que vendem para estes agricultores boa parte dos meios de produção, como sementes, herbicidas, fungicidas e inseticidas.

Aliado a produção de soja, o grupo social em estudo tem grande parte da renda, advinda da produção leiteira, senão a maior renda, é a que garante o sustento mensalmente, já que a soja e demais grãos são colhidos por safras anuais. A produção de grãos e a produção leiteira tornaram-se fundamentais para a reprodução da agricultura familiar do grupo estudado, já que a renda dessas famílias vem substancialmente destas duas atividades. Essa importância fez com que as atenções das famílias se voltassem mais para essas produções, o que alterou alguns aspectos do seu modo de viver, dentre as dinâmicas que se alteraram uma delas é a alimentação, portanto o restante do artigo busca investigar quais foram as mudanças que este aspecto da vida dos agricultores familiares teve.

24 Esse resumo se encontra em pormenores em: JURIATTI, Tamara. Processo de reassentamento das famílias da Reserva Indígena de Serrinha (Constantina/RS) para a Comunidade Cristo Rei (Chiapetta/RS) – 1996-2002. 2019. 110 p. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em História – Licenciatura). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1-U7U8lnX066cm53wTZSq-tv3iTAapCkaY/view?usp=sharing> >.

METODOLOGIA

Se trata de uma pesquisa qualitativa (JACCORD; MAYER, 2008), que utilizou textos de outros autores, entrevistas orais realizadas com os agricultores durante a pesquisa da autora para o mestrado e observações diretas. As entrevistas foram realizadas durante o ano de 2021 e 2022, contaram com a participação de 11 pessoas, homens e mulheres adultos de diferentes idades, que possuem diversas trajetórias, mas possuem em comum a migração da Vila Capinzal para o Reassentamento Cristo Rei. As entrevistas abordaram trajetórias familiares e aspectos gerais do trabalho agrícola, dentre eles o tópico da alimentação. Além das entrevistas compõe o artigo a observação participante²⁵ realizada pela autora na convivência com os/as moradores ao longo de sua vivência e mais especificamente como pesquisadora do mestrado em história do ano de 2020 ao ano e 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como visto acima as mudanças na produção de rendimentos das famílias acabaram alterando outros aspectos do modo de viver dos agricultores. Uma das principais alterações foi a ampliação da área onde as famílias estabelecem relações comerciais. Nas entrevistas realizadas os informantes contaram que aproximadamente entre 1960 e 1980, a maioria das compras eram realizadas na própria comunidade, muitas vezes em uma relação de troca. A maioria das pessoas relatou que não faziam as compras na cidade, tudo o que não era produzido era adquirido nos “bolichos”²⁶ da Comunidade Vila Capinzal, espécies de armazéns onde a compra se dava diretamente com o balconista.

25 “A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (QUEIROZ; VALL; SOUSA; VIEIRA, 2007, p. 278).

26 Espécies de mercearias onde haviam produtos de consumo diverso que não eram produzidos pelas famílias. A pessoa consumidora pedia o produto no balcão e era atendido pelo vendedor.

Muitos dos alimentos, adquiridos ali, nem eram comprados, sendo trocados por ovo, queijo, laranja e açúcar mascavo, produzidos pelas famílias. Perguntadas sobre quais alimentos elas compravam no mercado ou armazéns, nas décadas passadas, as respostas eram sempre curtas: açúcar branco, café, erva-mate, sal, arroz quando não colhiam e tecido para produzir roupas.

Uma troca comum era a do açúcar mascavo pelo açúcar cristal. Uma das entrevistadas observou que, naquele tempo, era preciso dar na troca uma quantidade maior de açúcar mascavo, a fim de obter o açúcar cristal, sendo que, agora, o açúcar cristal é muito mais barato que o mascavo. A produção de alimentos, a partir do processamento da cana-de-açúcar para o consumo familiar, sofreu redução, pois poucas famílias ainda o fazem em casa, mas mesmo quem não produz, ainda consome, comprando de parentes ou conhecidos, que fazem o processamento, seja para açúcar ou cachaça. Com a redução do número de famílias que ainda produzem açúcar mascavo também se reduz o número de pessoas na comunidade que sabem fazer esse processamento, já que esse saber não é repassado para as novas gerações que só tem contato com o alimento já pronto, pois é necessário um conhecimento sobre variedades de cana-de-açúcar que produzem um determinado tipo de açúcar em determinada região, como exemplo cito que a variedade da cana-de-açúcar usada em Constantina não é a mesma que a usada em Chiapetta, pois ela não produz açúcar de qualidade.

Com o passar dos anos as famílias começaram a frequentar mais as cidades, muito devido a necessidade de comprar insumos, resolver negócios nos bancos e fazer compras de materiais que não eram produzidos na propriedade rural, ou que deixaram de ser produzidos. Com o aumento das tecnologias até o território da cidade foi extrapolado, hoje muitas famílias compram produtos pela internet e olham o preço da soja e do milho em sites.

As compras no mercado aumentaram, resultado da diminuição do processamento de alimentos em casa e dos saberes populares

envolvidos (LAZZARI; SOUZA, 2017) da diminuição da força de trabalho destinada para o autoconsumo e da crescente oferta de uma diversidade de produtos. A maioria das famílias ainda produz muita coisa: bolachas, doces e pães, mas muitas coisas passaram a ser compradas como massas, queijos (as vezes do mercado, as vezes das vizinhas que produzem para a venda), requeijão, iogurtes, margarinas, maionese, conservas, farinhas (por conta do fim dos moinhos locais e dos sistemas de troca de trigo por farinha nas cooperativas), arroz, condimentos, fermentos, frutas e legumes. Observa-se na lista muitos produtos derivados do leite, que antes eram produzidos por praticamente todas as famílias, hoje são poucas que produzem, passando a vender praticamente todo o leite produzido para as agroindústrias e comprando seus derivados de vizinhas ou nos mercados.

Além de terem parado de produzir alimentos processados, a oferta crescente de ultra processados nos mercados com o auxílio do marketing das empresas afetou muito a alimentação. A quantidade consumida ainda não é compatível com o das famílias nas cidades, mas nas casas já constam bolachas recheadas, biscoitos variados, refrigerantes, salgadinhos com alto teor de sódio, mortadelas e ultra processados derivados da carne, empanados de frango, enfim, a lista se estende, ou diminui, dependendo do perfil e da renda de cada família, sendo que as que possuem uma renda maior tendem a consumir mais produtos comprados.

Cabe ressaltar que muitos alimentos ainda são produzidos e processados nas comunidades, conforme o modo de viver da agricultura familiar que busca sua reprodução e também a qualidade da alimentação. Todas as famílias produzem alimentos para o autoconsumo, dependendo do perfil familiar a diversidade aumenta ou diminui, mas ainda são plantados abóbora, batata, melancia, melão, amendoim, mandioca, batata doce, pipoca, milho verde orgânico, feijão, cana-de-açúcar; hortaliças como pepino, cebola, alho, cenoura, beterraba, couve-flor, repolho, brócolis, morangos, saladas; também frutas como

laranja, bergamota, caqui, maçã, nozes, pêssego, figo, dentre outros alimentos. Os processamentos também são diversos, como chimias, açúcar mascavo, bolachas, pães, massas, cucas, dentre outros alimentos panificados, alguns de origem animal como torresmo, salame, banha, morcilha, mondongo, queijo, manteiga e nata.

Porém o uso intenso de agrotóxicos e todo o combo de desequilíbrio ecológico, vindo com a especialização na soja e milho e o adoecimento do solo, alteraram essa produção. As reclamações dos/as agricultores/as foram direcionadas à dificuldade de colher frutas e vegetais sem o uso de algum tratamento ou agrotóxico. As batatinhas foram mencionadas por várias pessoas durante as entrevistas, sendo que, somente uma das pessoas entrevistadas ainda a planta, mesmo assim ela precisa pegar todo ano a batatinha tratada com a EMATER/RS, não conseguindo replantar as que colheu, pois elas estragam muito facilmente. A cebola ainda é bastante plantada, mas, ao contrário de décadas passadas, o estoque dos/as agricultores/as não dura o ano todo, haja vista que elas apodrecem alguns meses depois de serem colhidas, fazendo com que os agricultores precisem recorrer ao mercado para consumi-las, ao longo do ano. Outras culturas, como a melancia, também são plantadas com sementes compradas todo o ano, mas só com as sementes tratadas a colheita é mais garantida. O arroz não é mais plantado por nenhuma família de entrevistados, sendo que os relatos apontaram que muito se deve ao trabalho que dá para produzi-lo, que comprar sai mais em conta, bem como que a terra de Chiapetta não é tão apropriada para seu cultivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lazzari e Souza (2017, p. 7) afirmam que o processo denominado de “Revolução Verde” na metade do século XX trouxe inestimáveis impactos ambientais, como a contaminação de alimentos, a poluição

de águas, a desertificação do solo, o desmatamento e o surgimento de pragas cada vez mais resistentes a insumos químicos. Alertam, ainda, para a redução ou o total desaparecimento de diversas variedades de cultivos. Este cenário impactou a produção das famílias que tem relação direta com a alimentação delas.

A partir do foco da força produtiva familiar na produção dos cultivos que mais lhes garantem renda, a produção para o autoconsumo ficou prejudicada, levando em conta também que os agrotóxicos são uma barreira a mais nesta produção, pois o veneno aplicado na lavoura para a comercialização acaba prejudicando o pleno desenvolvimento de árvores frutíferas e hortaliças. Esses fatores aumentaram a aquisição dos alimentos fora da propriedade através da compra. Aliado a este fator cabe ressaltar que as agroindústrias têm influência direta nestas mudanças, pois através de diversas ações elas conseguem criar nas pessoas a percepção de que alimentos ultraprocessados são saudáveis e podem ser consumidos sem restrições. Produtos que antes eram consumidos com moderação durante alguma ida a cidade ou durante o final de semana, passaram a ser consumidos cotidianamente, principalmente pelas gerações mais novas, fenômeno que se amplia quando o jovem passa a frequentar uma escola urbana e tende a desvalorizar os alimentos produzidos em casa e passa a valorizar o que é comprado no mercado, por influência das redes sociais e dos amigos.

Mas cabe fazer uma grande ressalva, que apesar destas novas dinâmicas alimentares as famílias ainda mantêm muitos hábitos tradicionais, isso se expressa tanto na produção quanto no consumo, todas as casas do Reassentamento possuem um espaço para a plantação de alimentos para o autoconsumo, as vizinhas ainda se juntam para fabricar diversos alimentos e compartilhar receitas, mudas e sementes. As famílias ainda consomem alimentos de origem animal que são processados nas próprias casas como salames, mondongo e morcilha. Cabe a sociedade como um todo, principalmente aos órgãos públicos promover ações que valorizem a alimentação tradicional, as espécies tradicionais e também é através do Estado que as indústrias

tanto que fornecem insumos para a produção como as que fornecem alimentos para as famílias precisam ser regulamentadas, de forma a não colocar o lucro acima da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

GONCALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

JACCOUND, Myléne; MAYER, Robert. A observação direta e pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean *et al.*. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Voze s, 2008, p. 254-294.

JURIATTI, Tamara. **Entrevistas com moradores/as do Reassentamento Cristo Rei**. Realizada em Julho de 2021. Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/1AR4M-Z1am-gVOn2nMJ7crcHHxhUSXFyv?usp=sharing> >.

JURIATTI, Tamara. Processo de reassentamento das famílias da Reserva Indígena de Serrinha (Constantina/RS) para a Comunidade Cristo Rei (Chiapetta/RS) – 1996-2002. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em História – Licenciatura). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2019, 110 p.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. *In*: **Anais 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Maria, 2017. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf> >. Acesso em: 28 set. 2019.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUSA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem (UERJ)**, v. 15, p. 276-283, 2007.

17

Thaynara Thaisa Dias Guimarães

**A TRANSMISSÃO DO SABER-FAZER
FEIRANTE NO MERCADO MUNICIPAL
DE MONTES CLAROS/MG**

*The transmission of fairman
know-how in the Municipal Market
of Montes Claros/MG*

Resumo: A partir de um universo composto por de gestos, ritos e memória este artigo objetivou interpretar como se constitui o ofício de feirante e entender como este saber se transmite entre as gerações. Para atender ao objetivo proposto, realizou-se observações participante, entrevistas e diálogos com 16 feirantes do Mercado Municipal de Montes Claros/MG, Brasil. Foi possível compreender que os feirantes e seus filhos, netos e sobrinhos passam por um processo de socialização dentro do espaço do mercado cotidianamente. Isso permite a criação de condições para a formulação de um aprendizado que vem do gesto, da observação e da narração que dá origens a sensações e ritos que irão compor uma memória praticada, “verdadeira”. Saberes se alteram ao longo do tempo e são materializados no processo de transmissão deste saber entre as gerações, atreladas ao movimento do corpo e que se refletem na singularidade da comida por elas/eles produzidas e comercializadas.

Palavras-chave: memória; cotidiano; transmissão geracional;

Abstract: *From a universe composed of gestures, rites and memory, this article aimed to interpret how the trade of a market vendor is constituted and understand how this knowledge is transmitted between generations. To meet the proposed objective, participant observations, interviews and dialogues were carried out with 16 market vendors from the Municipal Market of Montes Claros/MG, Brazil. It was possible to understand that the market vendors and their children, grandchildren and nephews go through a process of socialization within the market space on a daily basis. This allows the creation of conditions for the formulation of a learning that comes from gesture, observation and narration that gives rise to sensations and rites that will compose a practiced, "true" memory. Knowledge changes over time and is materialized in the process of transmitting this knowledge between generations, linked to the movement of the body and which is reflected in the uniqueness of the food produced and marketed by them.*

Keywords: *memory; daily; generational transmission.*

INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio define todos os recursos que se herdam, sejam bens materiais ou culturais e sua principal função é garantir que grupos sociais, continuem a existir e também interligar gerações. O patrimônio cultural é uma representação simbólica da cultura, um legado que pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração para outra. No entanto, não é possível que tudo que compõe uma cultura seja patrimonializado e passado para as próximas gerações (GUIMARÃES, 2017).

Há, portanto, um processo de seleção e de negociação daquilo que é essencial para a manutenção e continuidade do grupo social e merece ser passado adiante. Nessa perspectiva, o saber-fazer é um patrimônio cultural que se forma dentro da cotidianidade do grupo social a qual se pertence (HELLER, 1987). As gerações antecessoras podem transmitir seus valores, mitos e histórias, que se reproduzem de geração a geração, seguindo normas que podem se modificar ou permanecer inalteradas, conforme a utilidade daquilo que se transmite.

Como patrimônio imaterial, o saber-fazer de um grupo dá sentido à existência individual e organiza a vida coletiva. Podem ser denominados de “ofícios”, “vocações” ou “profissões” e são atividades que não se restringem à troca econômica “de um gasto de energia por um salário, mas possuem uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social” (DUBAR, 2012, p. 354). O saber-fazer trata-se de um processo de socialização que vai além da acumulação de um conhecimento, é a absorção de uma definição de si e que acontece por meio do compartilhamento de um ofício que se constrói na prática cotidiana e tem como sustentação a memória. Esse processo de aprendizado no cotidiano perpassa constantes modificações e possui suas práticas em deslocamento e reapropriação à medida que sofre os impactos de transmissão de uma geração a outra (GIDDENS, 1995).

É a partir da compreensão do saber-fazer como patrimônio imaterial que este trabalho buscou interpretar como se formula o saber-fazer da profissão de feirante do Mercado Municipal de Montes Claros/MG, bem como, compreender como se transmite esse saber entre as gerações. Este trabalho é resultado parcial dos dados obtidos para elaboração da Dissertação de Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.

Base fundante da cultura regional norte-mineira, os Mercados Municipais são espaços populares, de vitalidade, sociabilidade, apropriado pelos indivíduos que nele atuam e, assim, constroem sentidos e relações.

METODOLOGIA

Localizada no norte de Minas Gerais, a cidade de Montes Claros, tem em sua história a presença de feiras-livres e mercados municipais desde o início do século XIX (Figura 1). Ao longo dos anos a cidade teve três mercados diferentes. O atual, de nome Mercado Municipal Cristo Raeff – *locus* empírico desta pesquisa – foi inaugurado em 1992 (Figura 2). Há neste mercado 250 boxes lojas e 200 bancas de madeira que permanecem abertas o dia todo distribuídas pelo espaço livre do mercado. Há, ainda, 39 açougues e 20 galinheiros, que são contabilizados separadamente. O funcionamento do Mercado vai de segunda a sábado das 6:00 às 18:00 horas, e aos domingos e feriados, das 6:00 às 12:00 horas. O total de trabalhadores cadastrados junto à administração municipal é de 524 feirantes e 250 são cadastrados nas feiras livre que ocorrem especialmente nos finais de semana.

Figura 1 – Primeiro Mercado Municipal de Montes Claros/MG



Fonte: Acervo de fotos da Secretária Municipal de Cultura de Montes Claros.

Figura 2 – Mercado Municipal de Montes Claros/MG nos dias atuais



Fonte: GUIMARÃES (2017).

As observações em campo, entrevistas livres, conversas e observação participante ocorreram de forma estruturada entre maio a novembro de 2016, diariamente, em diferentes horários nos dias de funcionamento do mercado municipal e também na residência de alguns

feirantes e tiveram como foco as atividades cotidianas dos feirantes. Horário de chegada e saída dos feirantes, as pessoas que circulavam pelo lugar, atividades e as formas de uso do espaço do mercado. Durante esse processo, canetas, caderno de campo e uma câmera fotográfica digital foram instrumentos fundamentais. Apesar da observação participante ter ocorrido em 2016, ressalta-se que a compreensão dos sujeitos e espaços seguiram de forma continuada até a presente data, uma vez que este universo empírico compõe a linha de pesquisa da autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram desta pesquisa 16 feirantes, 11 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino. As idades dos entrevistados variaram dos 19 aos 78 anos. O feirante mais antigo no mercado tinha 50 anos de profissão e a mais jovem 1 ano de profissão. Quanto ao local onde residem, 8 entrevistados moravam na zona urbana e 8 na zona rural da cidade. Os dados de circulação no Mercado Municipal, anterior ao período da pandemia, era de uma média de três mil pessoas circundando pelo local e aos sábados e domingos este número subia para cinco mil.

A origem dos feirantes entrevistados tem o mesmo ponto de partida, a família. Todos os feirantes que participaram dessa pesquisa são filhos e/ou netos de feirantes. Sendo assim, ao questioná-los sobre como se tornaram feirantes as respostas culminaram na mesma frase: eu participo da feira desde pequena (o). Se já nascemos inseridos dentro de uma cotidianidade pré-existente, como afirmou Heller (1997), os feirantes já nascem inseridos na vida de feirante.

Questionar o habitual é tarefa difícil para aqueles que realizam afazeres comuns por espontaneidade (HELLER, 1997). Por que se tornou feirante? O que é ser um feirante? Por que a sua barraca se chama assim? Não saber como se chegou a determinado ponto, ou porque escolheu ficar no mercado e ser feirante é um não saber natural,

quando compreendemos que é preciso conhecer o próprio *Eu* de forma profunda para então ter condições de assimilar as intimações humano-genéricas (HELLER, 1997). Vem daí o silêncio e o pensamento prolongado para responder perguntas que jamais lhe foram feitas. Rompido o silêncio, se começa a ser feirante assim:

Meu pai tinha uma banquinha naquele primeiro mercado, lá da praça Dr. Carlos, cê sabe qual é né? Então, ele tinha uma banquinha e eu menina moça ia mais ele pra ajudar a vender as coisas. Vendia de tudo quanto tipo de fruta e grão. Eu ficava lá, sentadinha num banquinho de madeira pra vender. Foi nessa de ficar sentada vendendo que conheci meu falecido marido que voltava todo dia pra comprar alguma coisa [risos]. Os mercados foram mudando de lugar e a gente foi acompanhando, quando viemos para cá, meu pai já era velho por demais e aí deixou a barraca de vez pra eu cuidar (...). Hoje eu tenho 1 irmã, 3 filhas e 2 netos que trabalham aqui, as filhas cada uma com sua barraca (MARIA, 74 ANOS, FEIRANTE, PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Quando questionados como começaram a ser feirante, nenhum dos entrevistados respondeu ter se tornado feirante a partir do momento que assumiu ou comprou a sua própria barraca. Torna-se feirante a partir do momento que se frequenta o mercado do lado oposto ao do consumidor e quando se conecta com o espaço e a barraca, não importando a idade ou a função que se exerce na barraca. É quando o espaço oferece mais do que conhecimento, ele é também lugar de um reconhecimento (MAYOL, 2012). Observa-se que o mercado – lugar onde se vive – torna a memória dos feirantes consistentes (CANDAU, 2005). O mercado e o cotidiano formam para as pessoas que ali convivem o lugar de memória, como apontado por Nora (1993). Se a memória é formadora da nossa identidade, como apontou Dubar (2005), crescer e viver dentro do mercado cria a identidade de feirante e dá ao cotidiano e às práticas vivenciadas durante toda a vida dos feirantes, significações, processo que pode ser considerado como socialização da profissão, como demonstra a fala abaixo do feirante Lucas.

Tinha o seu Joel, como te disse. Ele era um feirante antigo aqui e era dono dessa barraca aqui que estamos. Quando eu era criança, saía lá da barraca de pai e vinha ficar admirando as cores que o queijo tem, e ficava sem entender por que uns tinham o cheiro mais forte que outros, porque um era mais branco e o outro mais amarelado. Ele fazia tudo que você tá vendo aqui [queijos, requeijões, rapaduras e licores] e meu pai sabia fazer só o licor, mas eu morria de vontade de saber como é que fazia o resto, porque eu ajudava ele a organizar a barraca dele e enquanto íamos fazendo isso, ele ia me dizendo que você tinha que ter paciência na vida, que a vida era como fazer o queijo, tem que usar o leite na temperatura certa, o soro na quantidade certa e, assim era vida, tudo tinha o tempo e o momento certo. Conforme eu vinha ajudando seu Joel, mais ele ia me explicando do jeito de fazer queijo. E aí, nas sextas-feiras eu ia de bicicleta até a casa dele pra poder ver ele fazer os queijos. E aí eu fui ajudando ele lá e depois ele me contou que ele tava cansado e era hora de voltar pra Paraíba, e aí passou a barraca pra mim e me deu tudo que cê tá vendo aqui. Disse ele, não esqueço, que eu era como se fosse filho dele e que já tinha aprendido tudo que ele podia ensinar. Vou te dizer que a prática do queijo eu só peguei mesmo quando comecei a fazer em casa, mas o que é o queijo, a importância dele e como que na vida as coisas estão assim ligadas, eu aprendi foi aqui, na barraca, ouvindo ele dizer que conforme o queijo vai maturando, a gente vai maturando junto (LUCAS, 31 ANOS, FEIRANTE, PESQUISA DE CAMPO, 2016).

A formação do saber é um processo ritualizado que vai da infância a vida adulta e que se reflete no alimento por ele comercializado. O queijo, a rapadura, o tempero, feitos a partir da ritualização do saber-fazer feirante é alimento e é forma de concepção de mundo, onde o espaço, as pessoas, a memória e o cotidiano constroem e alicerçam a ritualização. Diariamente o feirante se apropria do espaço de seu convívio; a barraca herdada e o mercado correspondem à estrutura e à vida em sociedade. É através das lembranças de “todas as casas em que encontramos abrigo, além de todas as casas em que já desejamos morar” (BACHELARD, 1978, p. 199) que está a justificativa para a essência do ser e para o valor que atribuímos a nós mesmos e ao ofício que exercemos.

Observa-se, ainda, que apesar de atrelada diretamente a família, a transmissão do saber-fazer vai além do círculo familiar, ela se expande para todas as relações construídas dentro do mercado. Na infância, caminhando pelo mercado, em contato com as barracas próximas à barraca dos pais, o ofício de feirante não é “dado de uma vez por todas no nascimento” e, sim, construído pela socialização na infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio imaterial dos feirantes é construído por memórias, símbolos, práticas e conhecimentos transmitidos por gestos, imagens, narrações, que atravessam o tempo, as gerações e as transformações sociais. Por sua vez, esse patrimônio dá origem ao sentimento de pertença dos feirantes e cria a relação de afetividade com o espaço em que convivem e com a profissão que exercem. Os feirantes e seus filhos, netos e sobrinhos passam por um processo de socialização dentro do espaço do mercado cotidianamente, o que permite a criação de condições para a formulação do saber-fazer feirante que compõe uma memória praticada, “verdadeira”, que se altera ao longo do tempo e que se materializa no processo de transmissão desse saber entre as gerações, atreladas ao movimento do corpo e que se refletem na singularidade da comida por elas/eles criadas, produzidas e comercializadas, como os temperos, queijos, compotas dentre outros.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio da Costa Leal; Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Editora: Instituto Piaget. Lisboa, 2005.

DUBAR, Claude. **A socialização construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995.

GUIMARÃES, Thaynara Thaissa Dias. **O cotidiano no mercado municipal de Montes Claros: a memória e a profissão como transmissão e herança**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). 2017. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Editora Península, 1987. 2. Ed.

MAYOL, Pierre. Morar. *In*: CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. (orgs). **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, 11^o ed.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993.

18

Jana Rossato Gonçalves

ADAPTAÇÃO DO SER HUMANO À COMPLEXIDADE CULTURAL

*Adaptation of human beings
to cultural complexity*

Resumo: A estrutura social nos normaliza para reproduzirmos aspectos culturais de maneira subjetiva ou naturalizada. Desta forma, passamos a incorporar em nossa mente padrões coletivos como verdades únicas e naturalizadas, apenas porque nos foi reproduzido alguns pontos de vista através do legado familiar e do meio no qual construímos nossas bases de referência. E nesse cenário que os fatos sociais se apresentam, compreendendo a vida coletiva através de regras comuns que direcionam o ser social. Com isso, o presente artigo discute sobre a cultura gaúcha do meio rural, com ênfase no estereótipo do homem do campo, homem campeiro e da vida nas estâncias, inserida ou naturalizada através da arte. Correlacionando essa realidade com os dados de suicídio no meio rural do Rio Grande do Sul, dispostos pela Secretaria de Saúde do Estado, com o objetivo de analisar essas realidades e questionar sobre o tipo de “homem” que estamos naturalizando como verdade, uma verdade que resulta em doloridas e violentas fatalidades. Por fim, pode-se observar que o meio cultural reflete no comportamento humano.

Palavras-chave: Fatos sociais; suicídio; arte.

Abstract: *The social structure normalizes us to reproduce cultural aspects in a subjective or natural way. In this way, we began to incorporate collective standards in our minds as unique and naturalized truths, just because some points of view were reproduced through the family legacy and the environment in which we built our reference bases. It is in this scenario that social facts are presented, understanding collective life through common rules that direct the social being. Thus, this article discusses the gaucho culture of the rural environment, with emphasis on the stereotype of the country man, peasant man and life on the ranches, inserted or naturalized through art. Correlating this reality with suicide data in rural areas of Rio Grande do Sul, provided by the State Health Department, with the objective of analyzing these realities and questioning the type of "man" that we are naturalizing as truth, a truth that results in painful and violent fatalities. Finally, it can be observed that the cultural environment reflects on human behavior.*

Keywords: *Social facts; suicide; art.*

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre os fatos sociais, no que tange aos aspectos vinculados ao estilo de vida no meio rural, através da discussão sobre a arte, juntamente com os dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, sobre as ocorrências de violência/suicídio, é onde nos debruçamos para realizar uma conexão sobre a temática, além de uma reflexão social. Com isso, o artigo tem como objetivo correlacionar as estatísticas de violência através das expressões culturais gaúcha, com ênfase no eixo da arte que seria a música nativista, visto que, baseado em Durkheim (2007), o suicídio se justifica pelos fatos sociais.

Os fatos sociais, segundo Passamani (2009), são:

objeto de estudo da sociologia. Eles são as maneiras de agir, pensar e sentir. São as regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Sua existência é independente e estabelecida em toda a sociedade. Esses fatos são encarados como “coisas” e têm três características básicas: Coerção, Exterioridade e Generalidade. São coercitivos porque eles se impõem aos indivíduos, exercem pressão social. Todos precisam seguir essas normas e regras. E se houver tentativa de desvio, de desobediência por parte de alguém, este sofre sanções aprovativas ou reprovativas e é, de alguma maneira, punido pelo resto do grupo. Dizem-se exteriores porque essas regras e normas não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas pela coletividade. Eles provêm, portanto, da sociedade e são anteriores, posteriores e superiores aos indivíduos. Eles são gerais porque existem em todas as sociedades. No entanto, não são uniformes porque dependem do grupo, da época e do local. Durkheim ilustra os fatos sociais a partir da educação. Para ele, os indivíduos não nascem sabendo as normas de conduta necessárias para a vida em sociedade. É, em grande parte, através da escola que as crianças aprendem as ideias, os sentimentos e os hábitos para se viver em sociedade (PASSAMANI, 2009, p. 19).

A partir de uma abordagem antropológica sobre o suicídio, Leal (1992) estuda a relação dos fatos com a cultura patriarcal no sul do país. A autora destaca que o suicídio no Rio Grande do Sul simboliza

uma questão de honra e masculinidade, destaca a violência na cultura, seja pelo trabalho no campo, ou pela lida campeira que reflete em todo o comportamento e contexto social desses indivíduos. Apresenta um índice significativo de enforcamento na região e uma ocorrência alta de suicídio em relação a outros locais do país²⁷. Como se a agressividade fosse aceita por uma questão de honra e masculinidade, como se o suicídio fosse justificado como um direito caso a vida não ocorra como o “planejado”. Além disso, a autora pontua a solidão, a falta de laços que esse público cultiva em sua trajetória de vida. Atualmente as estatísticas realizadas pelo sistema de saúde do país mostram que os altos índices de ocorrências no Rio Grande do Sul, em grande escala registradas no interior do estado, ainda se mantêm. Meneghel (2004, p. 810) reforça essas colocações, afirmando que:

O Rio Grande do Sul apresenta os maiores coeficientes de suicídio do Brasil, particularmente entre agricultores, tendo sido uma das primeiras fronteiras agrícolas fechadas do País. Quando o suicídio acontece preponderantemente em um grupo etário, étnico, profissional ou isolado geograficamente, pode-se indagar se esse evento estaria funcionando como barômetro indicador de pressão na sociedade. A mortalidade elevada de suicídio em agricultores estaria refletindo as precárias condições de sobrevivência desse estrato populacional – endividamento, concentração da terra, êxodo e anomia; ou exposição profissional intensa aos agrotóxicos (MENEGHEL, 2004, p. 810).

As questões culturais, ou também ditas pressões sociais, interferem significativamente na construção da realidade para o indivíduo, pois é através dela que se criam padrões das ações e visões de mundo e, por consequência, as expectativas nas relações com os outros. Além do mais, segundo Siqueira e Cardoso (2011), de forma consciente ou inconsciente, o aprendizado social direciona a maneira do indivíduo perceber e interpretar a realidade. Um exemplo disso, que perpassa por todos os grupos sociais e que de forma espontânea perpetua e, também concebe a cultura é a música, assim como a expressão verbal

27 Segundo a Secretaria de Saúde do Estado em 2019, o Rio Grande do Sul liderou a taxa de suicídio no Brasil a cada 100 mil habitantes (13,34), contabilizando 1423 casos.

que é reproduzida através das letras das músicas tradicionalistas gauchescas ou também conhecidas como músicas nativistas.

Sendo a música, no meio rural, muito próxima da rotina diária dos moradores dessas localidades, pois o rádio é o veículo de comunicação mais utilizado, em razão do alcance das ondas sonoras em regiões remotas. E nessas construções culturais “espontâneas” são estabelecidas a imagem do gaúcho, o homem da pampa, da fronteira, do chimarrão, do chamamé, do cavalo, uma mescla de culturas, seja através da influência indígena e/ou da imigração europeia. Todo esse *composê* étnico na realidade não restringe um estereótipo único do gaúcho, pois ele varia muito nas regiões do estado. No entanto, as letras das músicas disseminam um estereótipo. E através do rádio, este conceito transcende os espaços e suas singularidades, conquistando os diferentes públicos no meio rural. E são muitos os exemplos de conteúdos artísticos que podemos consumir nesses locais como tradição.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a exploração dos dados, através da análise de conteúdo, do material reunido das letras de músicas nativistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ARTE: UMA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE

Na descrição de Ginsberg (1966), sobre os conceitos referentes à tradição, é saliente sua função de conexão com as questões ontológicas e, conseqüentemente, as ações, a qual é um meio de organizar a vida

social. Em comunidades de tradição bastante expressiva, os reflexos do passado e de comportamentos antigos estão muito presente em “práticas autenticadas” no futuro, que fazem uma mescla, segundo o autor, de sentimentos relacionados ao cognitivo e moral. Sobre o aprendizado da realidade vivenciada diariamente, o autor salienta o processo da criança em reproduzir as relações sociais, através do corpo, da fala e das expressões baseadas em informações captadas pelo mundo e por outras pessoas com as quais se relaciona. A isso podemos associar os conteúdos artísticos, assim como a música, que possui inúmeras informações sobre comportamentos, estilo de vida e propagação da tradição.

Para exemplificar, serão apresentados alguns versos cantados nas músicas regionais sulistas. É de valia ressaltar que esses versos são de músicas nativistas e representam principalmente a realidade do homem campeiro e da vida nas estâncias, é a representação da cultura do meio rural encontrada no sul do Brasil. A análise não é uma crítica aos músicos, mas sim uma demonstração do que representa normalidade nessas expressões artísticas, muito mais um fato social delimitado como coerção na imposição de compreender isso como normalidade. Também é de importância comentar que nem todas as músicas possuem essas características, porém elas são bem representativas nesses espaços.

Um verso do grupo Tchê Garotos, diz: *“Fui criado meio xucro e não sei fazer carinho, Se acordar de pé trocado eu boto fogo no ninho, Eu já fiz chover três dias só pra apagar o teu rastro, E se a china for embora eu faço voltar a laço”* (Criado Tipo Bicho). Este trecho representa o homem como alguém agressivo, com dificuldades de expressar afeto e, por fim, inferioriza e incita violência contra a mulher, ao lhe fazer “voltar a laço”. Outro exemplo que podemos encontrar explícita essa agressividade é a música do cantor Pedro Ortaça, *“Menina, casa comigo; Tu não vai te arrepender; Apanha quando merece e, às vezes, sem merecer”* (Tenteando o Bico da Gansa). Nesta letra de música, a violência explícita contra a mulher e o comportamento machista do gaúcho é naturalizado nas estrofes dessas canções.

Dessa forma, quem não estiver nesses padrões e com esses interesses, provavelmente sofrerá estigmas. Segundo Siqueira e Cardoso (2011, p. 101), “as pessoas estigmatizadas são desvalorizadas porque não se constituem pessoas ideais dentro das normas sociais, e assim, tornam-se objetos do controle social, o qual propicia uma limitação em suas relações sociais”. Reflexo da concepção e propagação de uma cultura excludente, violenta e preconceituosa. Neste cenário social, é de valia ressaltar as palavras de Giddens (2002, p. 44) “onde os indivíduos não podem viver criativamente, seja por causa da repetição compulsiva das rotinas, seja porque foram incapazes de atribuir plena “solidez” as pessoas ou objetos à sua volta, provavelmente ressaltarão tendências melancólicas ou esquizofrênicas crônicas”.

A jornalista e cantora de música regional Shana Muller, no site do Gshow – Galpão Crioulo, faz uma crítica em relação aos conteúdos musicais que ofendem e se referem à mulher como objeto, massificando, por vezes, o pensamento comum sobre a inferioridade feminina. Essa rigidez cultural e preconceituosa perpetuada nas músicas, entre as famílias e comunidades, acabam gerando frustrações de pessoas que não se identificam com tais discursos. Este fato pode inclusive ser uma das razões estimulante aos altos índices de depressão e suicídio do meio rural.

Atualmente, o Rio Grande do Sul apresenta um índice alarmante de violências contra a mulher, registrando 38 mil casos no primeiro semestre de 2018, sendo que, essa estatística, conforme pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, representava 50% das ocorrências, pois nem todas as mulheres procuram assistência e auxílio depois do ocorrido. Em 2019, foram mais de 58 mil registros monitorados pelos indicadores de violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul. Já em 2020, em meio a pandemia, as estatísticas gerais se mantiveram com queda nos indicadores de ameaça e lesão corporal, e um aumento nos estupros. Porém, os órgãos responsáveis por tais registros, assim como a ONU mulheres, apontam que a subnotificação em 2020 foi expressiva, pois como o convívio familiar foi intensificado, as mulheres se sentiram intimidadas a buscar apoio.

Esses dados representam a realidade do Estado, e é um demonstrativo de um fato que perpassa o artístico e se materializa no cotidiano, através de muita violência. Além, é claro da materialização da agressividade através da violência autoprovocada, pois nos casos de suicídio o homem é muito mais exitoso por ter uma agressividade mais acentuada.

No entanto, isso não significa que este cenário se restrinja apenas a essa expressão artística e que todos os indivíduos moradores da região se identifiquem com essa cultura e estereótipo. Também não significa a rejeição da importância do legado cultural e da sucessão das tradições gaúchas. É apenas uma reflexão das possíveis consequências do discurso agressivo e excludente presente em muitas das músicas e a possibilidade de poder construí-lo de forma a respeitar as distintas individualidades e, assim, talvez, modificar as estatísticas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do ser humano e o viés que engloba a temática do suicídio, assim como a violência, nos traz a importância de olharmos para estes assuntos. A cultura é uma questão de impacto nesse campo sutil das emoções, nos direcionando em nossa forma de reagir e interpretar o mundo. Assim como o conceito e correlação explorado por Passamani (2009) dos fatos sociais, onde as coerções, exterioridades e generalidade se baseiam em estereótipos agressivos, sendo naturalizados como normalidade, em que reflete na criação de um “ser humano” compreendido como correto. Incorporado também pela arte ou música, que cria uma barreira rígida através da moralidade social e da segregação entre o moralmente aceito e o não aceito. E essa rigidez gera limitações em acolher o que não se enquadra nesses padrões, resultando em fatalidades e violências.

Todavia, é importante apontar que estamos falando dos dados da cultura gaúcha e isso não significa que essa realidade seja a única,

porém ela existe e não podemos negar sua existência romantizando a violência como tradição. Nesse jogo de moralidade “ideal” não existem bons e ruins, existem vidas que estão sendo perdidas tanto pela violência interpessoal, como pela violência autoprovocada. E se temos uma mente adaptável, por que não começamos a mudança por ela, fomentando e acolhendo o que é diferente, até naturalizar novas formas inclusiva de nos acolher?

Por fim, as estatísticas são um reflexo da cultura, uma cultura que tradicionalmente propaga uma imagem violenta, sobre um estereótipo do gaúcho que continua a se propagar como verdade. Uma verdade que talvez não seja mais tão absoluta, pois através das novas formas de comunicação, novas expressões têm obtido espaços de fala, porém isso ainda é muito forte no interior do Rio Grande do Sul. Dessa forma, podemos concluir que o suicídio é um reflexo dos fatos sociais, que podem esses serem modificados, visto que a mente humana tem capacidade de se adaptar a “novas verdades”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Suicídio. Saber, agir e prevenir. **Boletim epidemiológico**. Brasília, v. 48, n. 30, 2017. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf> > .
- CLARK, D. C.; FAWCETT, J. Um modelo empírico de avaliação de risco de suicídio para pacientes com transtorno afetivo. *In*: D. Jacobs (Ed.) **Suicídio e prática clínica**. Washington: Merican Psychiatric Press, 1992, p. 55-73.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GINSBERG, M. **Psicologia da sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966.
- LEAL, O. F. H. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. *In*: TEIXEIRA, S. A.; ORO, A. P. **Brasil e França: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1992. p. 141-150.

MENEGHEL, S.; *et al.* Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 6, p. 804-810, dez. 2004.

MÜLLER, S. Posteira não sou china nem égua e nem quero que o velho goste. **Globo.com**, 07 de abril de 2017. Disponível em: < <https://gshow.globo.com/RBS-TV-RS/Galpao-Crioulo/Extras-Galpao-Crioulo/noticia/posteira-nao-sou-china-nem-egua-e-nem-queiro-que-o-velho-goste.ghtml> >.

PASSAMANI, G. R. **Manual da Antropologia A – 1º semestre**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

SIQUEIRA, R; CARDOSO, H.. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte americana**. Ed.: Imagonautas, edição 2, ISSN: 0719-0166, 2011.

19

Antônio Júnior Ribeiro Cardoso

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

Monica Aparecida Tomé Pereira

René Geraldo Cordeiro Silva Júnior

AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE CULTURAL:

protagonismo das mulheres
nas feiras livres de Uauá-BA,
interior do sertão Nordestino

Family farming and cultural identity:
protagonism of women in street markets
in Uauá-BA, interior of the Northeastern hinterland

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o protagonismo das agricultoras feirantes do município de Uauá no Sertão da Bahia, conhecer a jornada de trabalho, a rotina das feirantes e verificar aspectos econômicos gerados pelo trabalho da mulher na feira livre. A metodologia utilizada foi a observação, entrevistas e registros fotográficos. Com isso foi analisada a atuação de agricultoras e feirantes do município de Uauá, sertão da Bahia. Verificou-se que as mulheres desempenham funções diversas abrangendo desde as ações no campo até a venda dos produtos em feira livre. Com a participação em todo o processo organizacional, essas mulheres mostram o quanto esse trabalho é intenso e importante, pois perpassa pelos resultados da luta pela conquista do espaço e da autonomia das mulheres rurais, além de assegurar o abastecimento alimentar das famílias da sede e interior do município. Dessa maneira As feiras livres, assim, configuram-se um lugar que promove renda e traz também sentimento de pertencimento, identitário, social e cultural.

Palavras-chave: Comercialização; Rural; Emancipação feminina; Atividade laboral.

Abstract: *The present work aims to analyze the protagonism of farmers at the fair in the municipality of Uauá in the Sertão of Bahia, to know the workday, the routine of the fair and to verify economic aspects generated by the work of women in the open market. The methodology used was observation, interviews and photographic records. With this, the performance of farmers and marketers in the municipality of Uauá, in the backlands of Bahia, was analyzed. It was found that women perform different functions ranging from actions in the field to the sale of products in open markets. With their participation in the entire organizational process, these women show how intense and important this work is, as it permeates the results of the struggle to conquer space and autonomy for rural women, in addition to ensuring the food supply of families in the headquarters and interior of the municipality. In this way, street markets thus configure a place that promotes income and also brings a sense of belonging, identity, social and cultural.*

Keywords: *Marketing; Rural; Female emancipation; Work activity.*

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na agricultura familiar é balizada por muitas lutas para a garantia da visibilidade dos direitos, hoje alcançados. As mulheres precisaram, e ainda precisam lutar para serem reconhecidas como trabalhadora, independente da atividade laboral de seus filhos, maridos, pai ou avô, ou seja, independente do trabalho de alguma pessoa do sexo masculino da família. Para conquistar o seu espaço, as mulheres do campo se uniram a movimentos feministas, se associaram a sindicatos e protagonizaram momentos de fortalecimento e de reivindicações, como por exemplo a realização da IV Conferência Mundial da Mulher que foi um marco para a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no ano de 2000 (PIMENTA, 2012; BORDALO, 2011 *apud* AGUIAR, 2016). Assim, analisa-se que:

Quanto aos direitos sociais, mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988. O engajamento dos seus respectivos movimentos nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte contou com o estímulo e o apoio de organizações sindicais de âmbito nacional (urbanas e rurais), dos Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos da Mulher e da cooperação internacional (através de ONGs feministas). Essas mobilizações envolveram marchas e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas), culminando com a realização de uma grande passeata em Brasília.

Aguiar (2016), afirma que nesse contexto, vale destacar um movimento coletivo realizado pelas mulheres do campo e da floresta chamado de Marcha das Margaridas, que se constitui em ações, atos políticos, marchas e caminhadas que acontecem anualmente na cidade de Brasília, e, que além de tudo, tem sido referência para lutas em diversos espaços no País. O contato das mulheres rurais com os movimentos feministas para lutarem pelos seus direitos e reconhecimento aconteceu em ritmos diferentes ao longo do país,

mas, a principal pauta é o reconhecimento político. Com isso, a Marcha das Margaridas movimenta diversas mulheres no espaço rural, movimentos e sindicatos, sempre em busca de visibilidade às pautas levantadas por elas, com representatividade frente ao Estado.

Dessa maneira, as interações das temáticas da agricultura familiar, subsistência, luta, conquistas e a visibilidade das mulheres no meio rural ainda apresentam muitos fatores intervenientes que atuam nas feiras livres da cidade. Ao longo do tempo, a economia do município consolidou-se, essencialmente, na pequena agricultura de subsistência organizada nas comunidades de fundo de pasto²⁸, nos serviços e na caprino-ovinocultura, assumindo um importante parcela do PIB municipal, em que, aproximadamente, 30% são oriundos desta atividade (Projeto Bioma Caatinga – SEBRAE/2011).

A dinâmica e o contexto da organização da feira possibilitam diversas experiências, sobretudo, memórias e a identidade que devem ser estudadas em um contexto social e local pensando e compreendendo “o modo de viver das pessoas a partir das histórias construídas no decorrer das experiências vivenciadas no cotidiano, desde as mais simples até as mais complexas” (CORDEIRO, 2013, p. 20).

De acordo com Anacleto; Coelho; e Curvelo (2016, p.2), “as feiras livres desenharam um novo panorama nas atividades relacionadas ao contexto rural, dado que possibilitou além da escoação da produção, a criação de um cenário onde as mulheres rurais possuíam importante papel no protagonismo das famílias”, possibilitando assim, geração de renda, desenvolvimento de um papel economicamente estratégico para as famílias produtores e residentes na zona rural do município.

28 “O termo Fundo de Pasto é recente. Não é um termo que nasceu do povo, embora hoje em certas regiões o povo usa com maior naturalidade. O termo começou a ser usado a partir das observações dos técnicos, sobre este sistema de vida. Fundo de Pasto por quê? Porque no sertão da gente, as famílias têm uma tendência de morarem juntos. Os membros da mesma família vão construir suas casas perto um dos outros. Podem ser aglomerados de três, quatro casas ou até fazer um povoadozinho no local. Enquanto as terras atrás das casas, as terras mais distantes, soltas, são as terras da pastagem e do emprego. Daí são os fundos, daí surge essa terminologia Fundo de Pasto. Atrás das casas, atrás das partes habitadas pelo povo, atrás das roças tem área livre para as pastagens que estão nos fundos” (EHLE (2004) apud ALCANTRA e GERMANI (2009)).

Segundo Matos e Borelli (2013), a presença marcante das mulheres nas mais diversas áreas do mercado de trabalho representa uma das grandes transformações sociais dos últimos anos, desde o processo de transformações sociais pelo qual o Brasil passou no início do século XX até o processo de entrada das mulheres no setor industrial. E por essa razão, este trabalho busca registrar a força das mulheres rurais do município de Uauá.

OBJETIVOS

Portanto, o trabalho teve como objetivo analisar o protagonismo das agricultoras feirantes do município de Uauá no Sertão da Bahia, conhecer a jornada de trabalho, a rotina das feirantes e verificar aspectos econômicos gerados pelo trabalho da mulher na feira livre.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender o universo desse estudo, utilizou-se de metodologia qualitativa, pautada na observação, entrevista oral com gravação de imagem e voz²⁹. Assim, houve conversa oral com os feirantes locais, em que foi possível relacionar com estudos realizados através de pesquisa.

Vale ressaltar, que a entrevista em história oral jamais pode ser uma coleta de dados, um preenchimento de lacunas entre o entrevistado e o entrevistador. Exige-se tempo, técnica e habilidades para interpretar o dizível e o indizível, pois trabalhar com a história oral é trazer a subjetividade à tona, é também, problematizar as ações dos sujeitos, as emoções e os silêncios por “intermédio da memória dos informantes” (FERREIRA e AMADO, 2020).

29 A observação e a vide gravação (filmagem) são métodos que podem auxiliar na visualização acurada dos dados e facilitar o olhar do pesquisador (BELEI, 2008).

O recorte espacial do trabalho está centrado no município de Uauá, cidade localizada no interior do Estado da Bahia. Em conformidade com os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a população do município reduziu à taxa de 0,67% ao ano, passando de 25.979 para 24.294 habitantes, sendo 12.079 mulheres e 12.218 homens, e com densidade demográfica 8,00 hab./km². Essa taxa foi inferior à redução registrada no Estado, que ficou em 0,70% ao ano e inferior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste (IBGE, 2010).

Para analisarmos os dados da pesquisa foi realizado observações e questionários, e se baseando nas informações colhidas através do diálogo, conseguimos identificar a relevância do protagonismo das mulheres agricultores, e como é importante a sua participado/contribuição em toda dinâmica da feira livre, desde os fatores econômicos e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os produtos ofertados na feira livre de Uauá, apresenta a grande diversificação produtiva da agricultura familiar da região. Entre os produtos da agricultura encontrados nesses espaços, pode-se destacar frutas, hortaliças, temperos secos, farinhas, pescados, animais vivos e carnes de animais, requeijão, queijos, doces.

Ao analisar o cotidiano das mulheres agricultoras e feirantes, foi possível identificar aspectos das estruturas econômicos e sociais da realidade local em virtude do seu protagonismo e participação nos mais variados espaços. Essa resignificação ocorre, pois, de acordo com Wanderley (2003, p. 43-44), “a agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais ‘pequenos produtores’, incapazes de assimilar tais modificações”.

Com isso, foi perceptível o esforço e dedicação das feirantes nas atividades providas da agricultora, como a plantação, colheita até a venda dos produtos. Além de identificar as diversas dificuldades vivenciadas, como a falta de água e falta de política públicas que incentive a comercialização e produção. Durante a semana a feirante se divide a trabalhos na agricultura (plantar, molhar a plantação, colher) na segunda feira elas se deslocam na madrugada para armar as barracas e comercializar.

Pode-se notar ainda que em muitos casos, que os proventos advindos da comercialização da produção não são suficientes para manter as famílias, algumas mulheres como complemento fazem outros tipos de trabalho, como costura, trabalhos domésticos e vendem doces artesanais. Algumas também recebem benefícios sociais do governo federal. Mas vale ressaltar a grande importância no giro da economia do município devido à participação efetiva das mulheres nas feiras livres.

Godoy e Anjos (2007), buscaram ressaltar que as feiras têm um papel de grande relevância para economia e sociedade local, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor.

Feiras livres são componentes essenciais na vida de municípios rurais e dos agricultores que os abastecem. Têm, sempre, características marcadamente locais, associadas à cultura e às tradições dessas comunidades. [...] Os feirantes ocupam espaços bastante reservados para suas trocas periódicas, que não são regulados somente pelas normas que vigoram nos grandes mercados, mas pautados pela particularidade, pela solidariedade, pela informalidade que resultam da sedimentação histórica dessas relações locais (RIBEIRO, 2007, p. 57).

As feiras livres no município de Uauá, são tradicionalmente realizadas nas segundas-feiras, dia que movimenta a economia local, caracterizado, como um lugar de encontros de diversas comunidades rurais. Espaço marcado por diversas histórias locais que se somam às mercadorias vindas da agricultura familiar. As comunidades residentes na sede do município inexoravelmente fazem suas compras semanais de frutas e hortaliças nas feiras livres.

É por isto que se pode afirmar que as feiras recebem uma atenção que fica muito aquém do movimento econômico que anima, e suas vendas costumam ser consideradas pequenas, e efetivamente serão, se forem comparadas aos negócios que acontecem na cadeia produtiva da soja ou do leite. A pequenez, porém, é um conceito muito relativo. [...] As feiras geram receitas que dinamizam esses municípios, criam e colocam em circulação recursos que alimentam a população urbana e contribuem para a soberania alimentar. As feiras livres beneficiam aos agricultores, ao comércio urbano e aos consumidores (RIBEIRO, 2007, p. 56).

Imagem 1 – Feira livre na cidade de Uauá-Bahia



Fonte: Imagem de autoria dos autores.

Imagem 2 – Comercialização na Feira livre na cidade de Uauá-Bahia



Fonte: Imagem de autoria dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das mulheres no mercado de trabalho, ainda é um grande desafio na atualidade, sendo notório que ainda existem preconceitos sobre sua presença nas diversas áreas do mercado. Percebe-se ainda, que a feira é um lugar que configura para a agricultora/feirante uma relação de identidade de sentimentos, encontro de gerações que ocupam lugares antes experimentados por pais e avôs, exprimindo assim, um afeto de grande valor. A mão de obra feminina agrícola por muito tempo tornou-se despercebida e desvalorizada, mesmo qualificada e capacitada para atuar nas diversas áreas e desempenhar tais atividades, por isso se faz necessário destacar.

Conclui-se, então, que as agricultoras e feirantes participam desde ao plantio, colheita, até a comercialização dos produtos, sendo de grande relevância sua participação na dinâmica de organização da feira livre do município de Uauá. Além do trabalho nas agriculturas e nas feiras, elas se dedicam ainda, ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos. Entretanto, foi relatado pelas feirantes, que mesmo com tantos afazeres, a rentabilidade advinda das feiras é uma importante contribuição para a sobrevivência das famílias.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **Fundo de pasto: um conceito em movimento**. Artigo apresentado no VIII Encontro Nacional de ANPEGE, p.3, 2009.

ANACLETO, A.; COELHO, A. P.; CURVELO, E. B. C. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do paraná. **Faz Ciência**, v. 18, n. 27, jan/jun de 2016.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participa o: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade**, v. 15, 2016.

BELEI, Renata Aparecida, *et al.*. O uso de entrevista, observação e vídeo gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de educação**, n. 30, p. 191, 2008.

CORDEIRO, F. L. R. **Universo Feminino: Academia Feminina de Letras de Montes Claros**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2013.

FERREIRA, M. de M. e AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GODOY, W.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de Trocas e saberes da economia local, *In*: Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007. Cruz Alta, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MATOS, M. Ia; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, E. M. (coord). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil**, 2007.

SEBRAE, *et al.* **Programa Bioma Caatinga**. Desenho da Cadeia Produtiva da caprinocultura no Semiárido da Bahia. Ribeirão Preto: mar. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, Rio de Janeiro-RJ, n. 21, Outubro, 2003.

20

Vanessa Lazzaretti Picolotto

Gisele Martins Guimarães

**AGRICULTURA
FAMILIAR E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
impactos da pandemia**

*Family farming and food
and nutrition security:
impacts of the pandemic*

Resumo: A pandemia que afeta o mundo desde 2020 ocasionou impactos em diversos setores econômicos e dentre eles a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, e a agricultura familiar grande responsável por sua promoção foi diretamente afetada. O trabalho tem como objetivo identificar os impactos da pandemia na agricultura familiar e a repercussão na SAN do país. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica do acerca do tema. O índice de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) que já estava em alta desde 2014 chega em seu ápice com o estabelecimento do cenário pandêmico. A agricultura familiar grande promotora da SAN no país enfrentou inúmeras dificuldades neste momento atípico desde restrições de circulação, fechamento de canais de escoamento, fechamento de escolas, (...), feiras. Constatou-se que sendo a agricultura familiar uma grande responsável pela SAN do país os impactos a este setor acabaram por contribuir em um cenário de IAN que já estava em ascensão no país anteriormente a pandemia.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Pandemia.

Abstract: *The pandemic affecting the world since 2020 has caused impacts on various economic sectors and among them the Food and Nutrition Security (FNS) of the population, and family farming, largely responsible for its promotion, has been directly affected. This study aims to identify the impacts of the pandemic on family farming and the repercussions on FNS in the country. The methodology adopted consists of a literature review on the subject. The Food and Nutrition Insecurity Index (FNI), which was already on the rise since 2014, continues to rise with the establishment of the pandemic cenário. Family farming, the great promoter of food security in the country, faced numerous difficulties in this atypical moment, from restrictions on movement, closure of outlets, closure of schools, (...), fairs. It was found that family farming being one of the main responsible for food security in the country, the impacts on this sector ended up contributing to an HNI scenario that was already on the rise in the country before the pandemic.*

Keywords: *Family farming; Food security; Pandemic.*

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 que assolou o mundo desde o início de 2020 contabilizou no Brasil milhões de infectados e centenas de milhares de mortes. Trazendo através de seu alto grau de contágio uma série de restrições necessárias para o controle da disseminação do vírus, que impactam diretamente em diversos setores econômicos, dentre eles a agricultura familiar grande promotora da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil.

Anteriormente à pandemia, aproximadamente 690 milhões de pessoas, ou 8,9% da população global estavam subnutridos. Devido a conflitos políticos, mudanças climáticas e recessão econômica, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), fome e desnutrição que já se encontrava em avanço desde 2014, encontram no cenário pandêmico seu auge. A pandemia é considerada como um dos maiores desafios da saúde pública do século (FAO, 2020).

A pandemia com um impacto agressivo e global em uma grande parte da sociedade (BATISTA; SOUZA; TEIXEIRA, 2020), desperta neste contexto grave e atípico, a preocupação de como assegurar a oferta de alimentos em quantidade e qualidade suficientes à população. Dessa forma este trabalho disserta sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o papel da Agricultura Familiar enquanto promotora de SAN, além de mostrar os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil nestes setores.

METODOLOGIA

Com o intuito de responder a problemática dos impactos da pandemia na agricultura familiar e na SAN, foi adotado como metodologia a distinção dos eixos principais, aos quais foram posteriormente

explorados através de uma revisão bibliográfica. Desse modo, os eixos fundamentais que orientam a pesquisa são a pandemia de Covid-19 e seu impacto sob a agricultura familiar e a promoção da SAN no Brasil. A metodologia consistiu na realização de revisão bibliográfica sobre as temáticas envolvidas com o objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia “chega” ao Brasil em um contexto de diminuição de políticas públicas de SAN, fator que contribuiu muito para que grande parcela da população ficasse em uma situação profunda de vulnerabilidade, a partir do desmonte das políticas públicas de combate à fome no Brasil. Com a chegada da pandemia, o país que já se encontrava fragilizado volta ao mapa da fome e as discussões em torno da segurança e soberania alimentar e nutricional e sua relação com a produção de alimentos ligada à agricultura familiar passam a ocupar lugar de destaque.

Segundo José Graziano da Silva, no Brasil, nos primeiros anos do século 21, o número de pessoas cronicamente desnutridas diminuiu 82%. Infelizmente, após anos de progresso, a partir de 2016, a fome voltou a ser um problema, enquanto a pobreza extrema aumentou 11% no país (SILVA, 2018). De acordo com o IBGE, em 2019, 13,5 milhões de brasileiros atingiram níveis de pobreza extrema, o pior ciclo dos últimos sete anos (BRASIL, 2017).

Os índices de SAN que já estavam em queda antes da pandemia, acabaram piorando com as condições de vida da população brasileira sendo afetada. Os dados apresentados na Figura 01, mostra resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) desde 2004, indicando que houve um aumento da SAN no país até 2013. Porém, já em 2018 houve um decréscimo, nesse período, com um aumento significativo dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) moderada e grave, que retornaram a valores próximos aos encontrados em 2004 (PENSSAN, 2021, p. 48).

Figura 01 – Índice de Segurança/Insegurança Alimentar



Fonte: REDE PENSSAN (2021, p. 48).

Sperandio e Morais (2021) ressaltam que em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome, estando com menos de cinco por cento da sua população desnutrida, atualmente projeta-se o aumento da IAN, resultado do dismantelamento de toda uma agenda de SAN que vinha sendo desenhada nas últimas décadas, com a participação da população.

Segundo Daufenback *et al.* (2021) a forma de produção da má-nutrição está vinculada ao atual modelo agroalimentar, esse fenômeno é agravado pelos crescentes impactos ambientais que esse modelo acarreta para as populações em termos de alimentos, recursos, emprego e terra. O preço dos alimentos ao consumidor é influenciado pelas diferentes fases das cadeias agroalimentares, em particular a produção agrícola, a industrialização e o comércio varejista. E quem é mais atingido com estas variações é a população com menor renda, cujo gasto com alimentação é relativamente superior ao de outros

estratos sociais, portanto, pode haver diminuição da quantidade de alimentos adquiridos ou substituição de alimentos de melhor qualidade por alimentos de menor qualidade nutricional, agravando a situação de insegurança alimentar e nutricional neste período de crise econômica e de saúde (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021).

No Brasil, a agricultura familiar é inerente a SAN. A agricultura familiar não só promove a economia local, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade, estabelecendo relações estreitas e laços de longo prazo entre a família e seu ambiente de vida e produção (CORONA; PEREIRA, 2013).

A agricultura familiar é importante aliada a SAN por praticar autoconsumo, produção diversificada e ainda atuar na comercialização direta de alimentos. A agricultura familiar está presente nos mercados locais de consumo, como exemplo nas feiras, onde realiza a comercialização de alimentos frescos diretamente ao consumidor. Sendo assim, atua na promoção de alimentação com alto grau nutricional e auxilia na promoção da economia local (POZZEBON; RAMBO; GAZZOLA, 2017).

Segundo dados da FAO (2020) a pandemia teve efeitos diferentes nas distintas divisões da agricultura familiar, os agricultores mais pobres foram os mais prejudicados. A agricultura familiar sofreu efeitos marcantes devido à menor demanda por alimentos ocasionado pela redução no poder de compra dos consumidores, ocasionado principalmente pelo desemprego no país.

Segundo Schneider *et al.* (2020), não se observava escassez de alimentos no Brasil e que inicialmente a pandemia não estaria afetando o setor alimentar. Ainda assim, foi possível observar “problemas de distribuição, escoamento da produção, logística de acesso e contaminações em unidades de processamento” (SCHNEIDER, 2020, p.167). Vários agricultores acabaram deixando de colher sua produção porque não havia ninguém para vendê-las, visto que muitos compradores suspenderam as compras e o fechamento das feiras livres locais de venda habituais.

No Estado do Rio Grande do Sul a agricultura familiar inserida nos circuitos curtos de comercialização enfrentou dificuldades com o estabelecimento do Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020, que ao determinar estado de calamidade pública no Estado estipula o fechamento do comércio considerado não essencial e através destes muitos municípios acabam por determinações próprias realizar o fechamento de feiras, principal meio de escoamento da produção da agricultura familiar. Alguns municípios, entretanto, estabeleceram decretos específicos³⁰ para o funcionamento de Feiras, delimitando regras de funcionamentos, horários reduzidos e número máximo de feirantes e consumidores permitidos nos ambientes.

Em vista de evitar um possível desabastecimento o Estado do Rio Grande do Sul estabelece a Portaria SEAPDR nº 93/2020 autoriza o comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias adequadamente registradas nos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) em caráter excepcional, e enquanto perdurar a vigência do Decreto Estadual de calamidade pública. Desta forma, os agricultores familiares encontram uma possibilidade de realizar o escoamento da produção nos municípios próximos.

Devido ao impacto da pandemia, o Brasil suspendeu aulas e atividades presenciais em toda a rede municipal, estadual e federal de educação em meados de março, interrompendo também a alimentação escolar, prejudicando não só os alunos, mas também os agricultores familiares atores envolvidos na produção de alimentos para o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE).

Sperandio e Morais (2021) explicam que a suspensão das aulas presenciais e o fechamento das escolas, medida imprescindível para o controle da doença, compromete a garantia do direito humano à alimentação escolar, oferecida a cerca de 40 milhões

30 Decreto Executivo nº 62, de 24 de março de 2020 que estabelece novas medidas restritivas para a realização de feiras livres, no âmbito do Município de Santa Maria, com vistas a estabelecer medidas de contenção do contágio da pandemia de Covid-19 (SANTA MARIA, 2020).

de alunos em escolas públicas e de educação básica, através do PNAE, considerado uma das principais estratégias para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e um dos programas responsáveis por tirar o país da fome.

No cenário anterior à pandemia, o Brasil já foi considerado referência em políticas públicas de combate à IAN. Uma das principais políticas públicas de combate à segurança alimentar no Brasil é o PNAE. A importância dessa política se dá para determinados grupos escolares, sua adesão se relaciona a influência de aspectos socioeconômicos específicos. Com a pandemia e a consequente suspensão de aulas e atividades presenciais em escolas, acabou por ocorrer a interrupção e/ou precarização no acesso à alimentação, impactando diretamente no orçamento das famílias e prejudicando quantitativa e qualitativamente na alimentação dos alunos (AMORIM, RIBEIRO JUNIOR, BANDONI, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando essa situação hegemônica da pandemia muitos agricultores criaram alternativas na comercialização de alimentos no Brasil, alguns agricultores familiares buscaram canais alternativos de comercialização e priorizam vendas diretas ao consumidor nas cadeias curtas de comercialização, utilizando as feiras livres como principal estratégia para entrar no mercado.

O medo da escassez de alimentos gerou discussões sobre a importância da agricultura e medidas prioritárias de apoio e proteção para que os agricultores e outros envolvidos na produção e distribuição de alimentos pudessem continuar a trabalhar. Fica o questionamento diante desta situação grave e atípica, todos os países afetados pela pandemia preocuparam-se em como garantir que a população receba alimentos em quantidade e qualidade suficientes?

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. L.B. de; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; & BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID19. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4, ANO.
- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas-SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127> >. Acesso em: 20 set. 2021.
- BATISTA, V. I. C.; SILVA, SOUZA, P. C.; TEIXEIRA, D. B. D. Impacto da Pandemia COVID-19 na agricultura familiar: uma proposta de pesquisa. *In: VI Fórum de Pesquisa e Extensão da Universidade de Marília*. Anais... Volume II, Ciências Agrárias. Marília - SP, 2020.
- CORONA, H. M. P.; PEREIRA, A. A. **Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR**. Natal: Cronos, v. 14, n. 02, p. 108-128, 2013.
- DAUFENBACK, V.; COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C. M. Sistemas Alimentares e violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021005, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661745> >. Acesso em: 8 nov. 2021.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome: FAO, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.4060/ca9692en> >. Acesso em: 8 nov. 2021.
- PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021.
- POZZEBON, L.; RAMBO, A.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 16, n. 42, p. 405-441, 2017.
- RIO GRANDE DO SUL. **Portaria SEAPDR N° 93 de 13 de abril de 2020 – Autorização do comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias adequadamente registradas nos Serviços de Inspeção Municipais – SIM**. Diário Oficial. Rio Grande do Sul, RS, 13 abr. 2020.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**. N. 34 v. 100, p. 167–188, 2020.

SILVA, J. G. da. **O Brasil e o Mapa da Fome**. Jornal do Brasil, 2018.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. de C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021006, 2021. Disponível em: < DOI: 10.20396/san.v28i00.8661396 > Acesso em: 20 set. 2021.

21

Jamison Pinheiro Ribeiro

AGROECOLOGIA COMO FORMA DE RESILIÊNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

*Agroecology as a form of resilience
in family agriculture*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a Agroecologia como forma de resiliência na agricultura familiar. Entende-se por resiliência a capacidade intrínseca de um sistema em manter sua integridade no decorrer do tempo, sobretudo em relação a pressões externas. Partindo desse princípio, o presente estudo consistiu-se em desenvolver uma ampla revisão bibliográfica, por meio das abordagens descritiva e qualitativa, a respeito do modelo agrícola familiar, das transformações que estão ocorrendo no contexto rural por meio da transição agroecológica, ressaltando a importância do papel da agroecologia na agricultura familiar e como essa classe busca fomentar essa prática dentro dos princípios da conservação ambiental, social e econômica. Por meio da revisão de literatura, conclui-se que a Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade.

Palavras-chave: Agroecossistemas; Agrobiodiversidade; Etnoecologia.

Abstract: *This work aims to analyze Agroecology as a form of resilience in family farming. Resilience is understood as the intrinsic capacity of a system to maintain its integrity over time, especially in relation to external pressures. Based on this principle, the present study consisted of developing a broad bibliographic review, through descriptive and qualitative approaches, regarding the family agricultural model, the transformations that are taking place in the rural context through the agroecological transition, highlighting the importance of role of agroecology in family farming and how this class seeks to promote this practice within the principles of environmental, social and economic conservation. Through the literature review, it is concluded that Agroecology provides the scientific and methodological bases for the promotion of sustainable agricultural styles, having as one of its central axes the need to produce food in adequate quantities and of high biological quality, for the whole society.*

Keywords: *Agroecosystems; Agrobiodiversity; Ethnoecology.*

INTRODUÇÃO

Resiliência está ligada a capacidade inerente de um sistema em manter sua integridade no decorrer do tempo, sobretudo em relação a pressões externas (HOLLING, 1996). Uma das principais características de um sistema resiliente é sua flexibilidade e capacidade de perceber ou fortuitamente de criar opções para enfrentar situações imprevistas e pressões externas decorrentes do meio em que ela está inserida.

A realidade dinâmica e incerta de ecossistemas é rica em surpresas, exigindo de seus componentes, ser humano inclusive, a capacidade de adaptação a novas circunstâncias, sejam elas graduais ou extremas. As modificações que o ser humano compele ao meio ambiente natural, em especial as transformações feitas por meio de técnicas agrícolas, em que de certo modo afetam a estrutura dos ecossistemas, influenciando o conjunto de opções que caracterizariam a resiliência desse ecossistema, influenciando de certa maneira na segurança ambiental.

A diversidade de alternativas que o agricultor percebe, ou é capaz de criar, é um elemento central na construção da resiliência da agroecologia (BROOKFIELD, 2001). É possível através do acesso a alternativas de conhecimento, não apenas técnico, mas também ecológico e cultural a construção de alternativas concretas no meio ambiente. Neste último aspecto se enquadram a biodiversidade de um agroecossistema, seja ela definida por variedade de cultivares, de espécies, por agroflorestal, policultivo, manutenção de espécies nativas ou outro.

Diante disso, objetivou-se analisar a Agroecologia como forma de resiliência na agricultura familiar que tem a capacidade de abraçar ambas as diversidades do conhecimento e diversidade biológica, construída ou permitida por esse conhecimento, assim, caracterizando-se como peça central no estudo.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois ela se tornou de grande valia, à medida que se levantou teorias, conceitos por meio de obras e autores a discutir o tema cientificamente. O estudo tratou-se de uma abordagem descritiva e qualitativa na área da Agroecologia e da resiliência na agricultura familiar e a opção pela pesquisa bibliográfica deve-se ao fato de facilitar a investigação a respeito do tema por meio de teses, dissertações, livros, artigos científicos, sites da internet, dentre outros, para obter dados a respeito do tema investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ATRIBUIÇÃO DA AGROECOLOGIA PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A Agroecologia oferece as bases científicas e metodológicas para as estratégias de transição para um novo paradigma de desenvolvimento rural (COPORAL; COSTABEBER, 2004). Base cultural, social e produtiva deste novo paradigma reside na racionalidade etnoecológica da agricultura familiar, uma fonte fundamental de um importante legado do conhecimento tradicional agrícola, agrobiodiversidade e soberania alimentar estratégias.

Nesse sentido os autores Coporal e Costabeber (2004), discutem que a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, através de saberes populares, conhecimentos e experiências advindas dos próprios agricultores, o que acaba por permite abertura

de medidas conceituais, metodológicos e estratégicas com maior capacidade para se criar formas de manejos de agroecossistemas mais sustentáveis, em que praticas mais ecológicas e orgânicas estejam atreladas a processos de desenvolvimento rural mais humanizados.

A Agroecologia vem como um outro modelo de agricultura alternativa que assume a forma de uma agricultura orgânica capaz de produzir alimentos com o mínimo impacto ambiental e maior eficiência produtiva sustentável. Esse modelo agroecológico busca em sua essência restabelecer a produção agrícola com um entendimento mais profundo da natureza dos agroecossistema, enfatizando a inter-relações e os sinergismos, com conceitos e princípios ecológicos para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e autossuficiente (ALTIERI, 2002).

Definição de Agroecologia vista como um manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Vem como uma alternativa de desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encerrar o atual conflito ecológico e social (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 11).

AGRICULTURA FAMILIAR COMO AGENTE DE RESILIÊNCIA

Características provenientes de sistema agrícolas mais complexos são a base da sua resiliência ampliada, em relação aos sistemas convencionais de produção. Mas entende-se que a resiliência social abranja a ecológica, ampliando-a a aspectos sociais, econômicos e culturais. A diversificação produtiva reforça a base ecológica dos sistemas, e esta influência à melhoria de variados outros aspectos da vida das famílias, como o aumento da renda, a melhoria das condições alimentares, a preservação ou melhora da qualidade dos recursos naturais (CANUTO, 2017).

A compreensão de resiliência como um sistema dinâmico que tem como resultado a acomodação positiva em contextos de grande adversidade, essa definição compreende três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência como: a noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; a adaptação positiva ou superação da adversidade; o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano” (INFANTE, 2005; LUTHAR *et al.*, 2000).

A discussão acerca da resiliência extrapola a questão ecológica e envolve aspectos mais gerais da reprodução social das famílias (BERNARD *et al.*, 1999). A resiliência envolve a permanência das famílias rurais de se manterem em vivas dentro das condições de produção através do tempo e diz respeito ainda à auto-organização e ao “aprendizado” para a adaptação a situações limite (VINCENTI, 2009).

O ENFOQUE DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA EM SE MANTEREM RESISTENTES

A Agroecologia é entendida e pode ser explicada por meio de estudos de processos econômicos e de agroecossistemas, sendo um agente para as mudanças sociais e ecológicas que tenham características vigentes de ocorrer ao longo dos anos a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2006, p. 56).

De acordo com Duarte (2009) a vivência de práticas ecológicas desenvolvida dentro da agricultura familiar em suas diversas maneiras de conduzir os sistemas agrícolas, direciona para uma lógica do desenvolvimento rural, considerando o equilíbrio dos agroecossistemas e a permanência das famílias no campo, valorizando seus saberes, onde as famílias rurais sejam livres para produzirem seus produtos e obterem retorno econômico, possibilitando assim o sustento de suas famílias.

(...) para a produção de agroecossistemas sustentáveis, a Agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A agroecologia entra, neste sentido, para fortalecer o desenvolvimento rural, fundamentando-se na perspectiva de “transformação da sociedade” para mudar as relações de produção no campo (DUARTE, 2009, p.105).

Agroecologia não diz respeito somente a uma técnica a ser adotada pelos agricultores familiares, trata-se, também de uma proposta política, uma vez que transcende aspectos operacionais e afeta e questiona a atual lógica produtiva e hegemonia de poder do meio rural, onde os agricultores, baseando-se em suas experiências, seus conhecimentos locais sobre as culturas, os recursos naturais locais e a sua base coletiva, associadas às preocupações ambientais e os conhecimentos científicos que contribuem para ações através de práticas produtivas de forma mais autônoma e sustentável (SEVILLA GÚZMAN *et al.*, 2000).

Políticas que incentivem à produção agroecológica, suas formas de se estabelecer, e de constituir-se como uma alternativa de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de base tecnocientífica de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável. Em que por meio de práticas, objetiva-se a permanência das famílias no campo a partir do manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais, a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador (SANTOS *et al.*, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os motivos expostos nesta revisão de literatura, enfatiza-se a importância de estudar a resiliência no sentido da transformação e na percepção do conhecimento adquirido, tendo de relacionar essa transformação – um importante mecanismo de proteção que envolve a união de diversos fatores internos e externos.

Não deixando de realizar a fundamental inter-relação da resiliência, entre a agroecologia e a agricultura familiar.

Como vimos, a Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade.

Apesar de seu vínculo mais estreito com aspectos técnico agrônômicos (tem sua origem na agricultura, enquanto atividade produtiva), essa ciência se nutre de diversas disciplinas e avança para esferas mais amplas de análise, justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico a cultura dos homens em coevolução com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Agropecuária Guaíba, 2002.

BERNARD, B. Applications of resilience: possibilities and promise. *In*: GLANTZ, M.; JOHNSON, J. (Ed.). **Resilience and development: Positive life adaptations**. New York: Plenum, 1999. p. 269-277.

BROOKFIELD, Harold. **Exploring Agrodiversity**. New York: Columbia University Press. 2001.

CANUTO, J. C. Agroflorestas e resiliência social. *In*: MAGNONI JÚNIOR, L.; STEVENS, D.; LOPES, E. S. S.; CAVARSAN, E. A.; VALE, J. M. F.; MAGNONI, M. G. M.; TEIXEIRA, T.; FIGUEIREDO, W. S. (Org.). **Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, p. 157-168.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**. Brasília: IICA, 2004, 24 p.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceara.** Dissertação de Mestrado. UFC, 2009, 105 p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

HOLLING, C.S. Surprise for Science, Resilience for Ecosystems, and incentives for People. **Ecological Applications.** 1996.

INFANTE, F. **A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente.** In: MELILO, A.; OJEDA, E. N. S. (Orgs.), Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 23-38.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; GUEDE, S. M. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Revista Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. XVII, n. 2, p. 33-52, abr.-jun. 2001.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

SANTOS C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Revista Ambient. Soc.** Jun 2014 • disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004> >. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

VINCENTI, R. D. **Conceptos y relaciones entre naturaleza, ambiente, desarrollo sostenido y resiliencia: caminando por una América Latina en transformación.** Publicação – 02 Ago. 2021, 19 p.

22

Luana Fernandes Melo
Yosani Morales Martínez

AGROECOLOGIA, SAÚDE E NUTRIÇÃO

*Agroecology, health
and nutrition*

Resumo: A ciência da agroecologia e nutrição se entrelaçam, se materializando como uma estratégia intersetorial na promoção da saúde ambiental e humana e cuidado das pessoas. Com isso, o objetivo deste trabalho é elencar os diálogos entre a agroecologia, saúde e nutrição e a importância dessas conexões para a sociedade. A fim de atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma revisão sistemática que buscou fazer um levantamento de publicações sobre as interconexões da agroecologia, saúde e nutrição. Como resultados pôde-se observar que a relação entre saúde e alimentação vem mudando ao longo do tempo, por isso é substancial que a agroecologia e nutrição dialoguem e se fundamentem cada vez mais nas perspectivas multidimensionais da sustentabilidade e dos sistemas agroalimentares e se conduzam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Por fim, consideramos importante vincular a agroecologia e nutrição enquanto práticas relacionais, já que colaboram com a saúde planetária e saúde pública.

Palavras-chave: Alimentação; Sustentabilidade; Sistemas agroalimentares.

Abstract: *The science of agroecology and nutrition are intertwined, materializing as an intersectoral strategy in promoting environmental and human health and caring for people. With this, the objective of this work is to list the dialogues between agroecology, health and nutrition and the importance of these connections for society. In order to achieve the objective of this study, a systematic review was carried out that sought to survey publications on the interconnections of agroecology, health and nutrition. As a result, it was possible to observe that the relationship between health and food has been changing over time, so it is substantial that agroecology and nutrition dialogue and are increasingly based on the multidimensional perspectives of sustainability and agrifood systems and lead to the Goals. of Sustainable Development (SDG) of the 2030 Agenda. Finally, we consider it important to link agroecology and nutrition as relational practices, as they collaborate with planetary health and public health.*

Keywords: *Food; Sustainability; Agrifood systems.*

INTRODUÇÃO

A ciência da agroecologia e nutrição se entrelaçam, se materializando como uma estratégia intersetorial na promoção da saúde ambiental e humana, logo, refletir as duas ciências em seus aspectos mais íntimos, permite descobertas percebendo que as mesmas se constroem juntas, pois quando há produção agroecológica, a nutrição está inserida a partir de seus contextos multidimensionais, dos nutrientes dos alimentos, da promoção da saúde e do provimento de uma alimentação saudável. Essas ciências interconectadas oferecem contribuições para a saúde planetária e saúde pública (MELO, 2018).

Portanto, a agroecologia é muito mais que adoção de práticas agrícolas, pois caracteriza-se como um movimento sociopolítico de fortalecimento do camponês em busca de sua identidade e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, emancipação, poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação e de forma geral, colaborando com a sociedade e saúde pública (AZEVEDO; PELICIONI, 2011).

Desde o século passado, a *World Health Organization* (1999) ressalta que a saúde pública não trata somente de ações ligadas a saúde humana, mas que a saúde ambiental também é a parte da saúde pública que se ocupa das formas de vida e das condições em torno do ser humano que podem exercer alguma influência sobre a saúde e o bem-estar.

Da mesma forma, em tempos remotos a saúde ambiental já era entendida por aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, socioculturais e psicológicos no meio ambiente e também se refere à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar, conscientizar e evitar fatores ambientais que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras (OMS, 1993). Com isso, o objetivo deste

trabalho é elencar os diálogos entre a agroecologia, saúde e nutrição e a importância dessas conexões para a sociedade.

METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma revisão sistemática que buscou fazer um levantamento de publicações sobre as interconexões da agroecologia, saúde e nutrição. O estudo delimitou o período de 1993 até 2022 para contextualizar sobre as múltiplas relações da temática deste trabalho ao longo do tempo até a contemporaneidade. Para realizar a análise dos dados recorreremos à análise documental e de conteúdo de Bardin (BARDIN, 2011).

A análise do material coletado seguiu um processo frente as etapas de: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados (BARDIN, 2011). Logo, para Souza e Santos (2020), a Análise de Conteúdo contribui para que a descrição e interpretação do conteúdo de pesquisa, submetidas a um processo de sistematização e categorização detalhada dos dados, conduzam o(a) pesquisador(a) a respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observar a esfera produtiva da agroecologia, notamos que as produções agroecológicas estão emergidas em princípios éticos que propiciam a saúde, nutrição e uma alimentação saudável e sustentável. Dentre outros processos de construção de uma sociedade mais equitativa, a agroecologia estabelece também a não utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e aditivos químicos sintéticos, como corantes, aromatizantes, conservantes, antioxidantes, estabilizantes ou emulsificantes, espumíferos e antiespumíferos, espessantes, edulcorantes, umectantes, anti-umectantes e acidulantes.

Ainda, a relação entre saúde e alimentação vem mudando ao longo do tempo, por isso é substancial que a agroecologia e nutrição dialoguem e se fundamentem cada vez mais nas perspectivas multidimensionais da sustentabilidade e se conduzam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), aos quais influenciam diretamente a saúde planetária e a saúde pública ((DÍAZ- MÉNDEZ; GÓMEZ-BENITO, 2017).

Neste sentido, é essencial que as formas de produzir, abastecer e comercializar os alimentos sejam reposicionadas em um contexto que a nutrição seja central para se alcançar o pleno direito à alimentação saudável, considerando também aspectos do desenvolvimento econômico e sustentável. É nesse viés que percebemos a proeminência da produção agroecológica e dos sistemas agroalimentares sustentáveis, onde há cuidados com o processo produtivo do alimento até a chegada a mesa da população e o destino final dos resíduos alimentares (MACHADO, 2017).

Desta maneira, para DÍAZ-MÉNDEZ *et al.* (2021), os sistemas agroalimentares atuais têm um alto impacto no meio ambiente e colocam em risco a saúde e a segurança dos cidadãos, por isso a importância da ciência da agroecologia e nutrição se unir e protagonizar práticas mais sustentáveis e de segurança alimentar e nutricional (SAN).

Isto posto, debater nutrição incluindo a agroecologia é um ponto muito importante, pois a agroecologia e nutrição, principalmente de acordo com a conjuntura atual, é um diálogo necessário, onde as sociedades contemporâneas estão cada vez mais expostas a uma série de fatores que não contribuem com a promoção da saúde ambiental e humana, um exemplo disso são os perigos dos sistemas agroalimentares convencionais. Compreendemos que a união dessas ciências pode vir a interferir em muitas soluções do processo saúde/doença, e por consequência, colaborar com a a saúde planetária e a saúde pública.

Desta forma, é importante compreender que as bases da ciência, seja ela agrônômica ou da nutrição, são construídas a partir de pressupostos com princípios que nem sempre conduzem à sustentabilidade, por isso a proeminência dos nutricionistas conhecerem a origem dos alimentos, sendo essencial também compreender e dialogar com quem trabalha com agroecologia e passar a fazer parte dela (CARDOSO, 2016).

Com isso, a saúde humana está diretamente ligada às condições alimentares e ambientais, notando-se a importância das práticas agroecológicas e da nutrição para a promoção da saúde e prevenção de doenças (RIBEIRO *et al.*, 2015), que de acordo com Azevedo (2012), falta a compreensão de que alimentação saudável e saúde se tecem em conceitos amplos, ligados a estilos e hábitos de vida saudáveis que incluem determinantes socioambientais e as complexidades da sustentabilidade.

Neste sentido, Martinelli e Cavalli (2019) enfatizaram que recomendações para uma alimentação saudável precisam agregar a sustentabilidade como uma de suas principais dimensões e que alimentos saudáveis devem ser relacionados as dinâmicas da agroecologia e nutrição rumo aos direcionamentos de um sistema agroalimentar que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contemplados por uma alimentação sustentável.

No entanto, no que se refere ao contexto atual da Ciência da Nutrição brasileira, consideramos que há sinais de avanço no sentido de reconhecer a importância de considerar a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares para as recomendações de uma alimentação saudável. Todavia, ainda permanecem muitos desafios por enfrentar e superar (MELO; FROELICH; BRANDÃO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante vincular a agroecologia e nutrição enquanto práticas relacionais, já que colaboram com a melhoria da saúde da população, qualidade de vida, bem-estar, redução de doenças, conscientização social do presente e futuro, com o meio ambiente e a transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e justos.

Com isso, observamos que a agroecologia também contribui com a soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural sustentável, autonomia do/a agricultor(a), preservação dos recursos naturais e de saberes populares e tradicionais, participação coletiva/comunitária dos sujeitos sociais, hábitos alimentares saudáveis, valorização da mulher, fomento da democracia, justiça ambiental e com as abordagens sistêmicas da ciência da nutrição, destacando a relevância de uma visão mais ampliada no campo da nutrição rumo aos ODS da Agenda 2030.

Por fim, a agroecologia envolve multicontextos e multifatores e pode atuar em uma perspectiva ambiental, direcionada mais para questões agrárias, agrícolas e de sustentabilidade, como também na perspectiva da saúde (promoção, manutenção e recuperação), ressaltando aspectos da nutrição, de uma vida mais saudável e de realizar práticas direcionadas aos preceitos da saúde planetária e da saúde pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 1-15, set. 2011.

AZEVEDO, Elaine de. Qualidade de vida e agricultura familiar orgânica: Ampliando o conceito de saúde para o de qualidade de vida. *In*: AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos Orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012. Cap. 1.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Irene Maria. “**O nutricionista precisa conhecer a origem dos alimentos**”. Conselho Federal de Nutricionistas, 2016. Disponível em: < http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Revista-CFN-50_F.pdf > Acesso em: 01 mai. 2022.

DÍAZ-MÉNDEZ, Cecilia *et al.* **Gobernanza Alimentaria para una Dieta Saludable y Sostenible**. 2021. Disponível em: < <https://isaconf.confex.com/isaconf/forum2020/meetingapp.cgi/Paper/132341> >. Acesso em: 15 maio 2022.

DÍAZ-MÉNDEZ, Cecilia; GÓMEZ-BENITO, Cristobal. Nutrition and the Mediterranean Diet: a historical and sociological analysis of the concept of a ‘healthy diet’ in spanish society. **Transforming The Rural**, [S.L.], p. 283-309, 30 jun. 2017. Emerald Publishing Limited. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1108/s1057-192220170000024014> > .

MACHADO, Kathleen Sousa Oliveira. **Encontro dos conselhos de nutricionistas debateu políticas públicas e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**. CFN, 2017. Disponível em: < <http://www.crn8.org.br/index.php/noticias/detalhes/encontro-dos-conselhos-de-nutricionistas-debateu-politicas-publicas-e-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-san/295> > . Acesso em: 15 mai. 2022.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi. Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p.4251-4262, 2019.

MELO, Luana Fernandes; FROEHLICH, José Marcos; BRANDÃO, Janaína Balk. A nutrição – entre a alimentação saudável e os sistemas agroalimentares sustentáveis. **Research, Society and Development**, [S.L.], v. 11, n. 7, p. 1-7, 15 maio 2022.

MELO, Luana Fernandes. **Juventudes camponesas, soberania alimentar e agroecologia: reflexões a partir da Residência Agrária Jovem na Paraíba**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia), Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras – PB, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Definição de Saúde Ambiental desenvolvida na consulta da OMS em Sofia, Bulgária. 1993. Disponível em: < <http://health.gov/environment/DefinitionsEnvHealth/ehdef2.htm> > Acesso em: 02 mai. 2022.

RIBEIRO, Silvana Maria *et al.* Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.730-743, 2015.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 31 dez. 2020.

WORD HEALTH ORGANIZATION. “**Environmental Health Indicators: Framework and Methodology**”, Genebra, 1999. Disponível em: < http://www.who.int/environmental_information/Information_resources/on_line_general.htm > Acesso em: 04 mai. 2022.

23

Jéssica Righi de Oliveira

Rayan Scariot Vargas

Gisele Martins Guimarães

**ÁRVORES E FLORESTAS NO SER E FAZER
AGRICULTURA BIODINÂMICA:**
um ensaio sobre percepção
e práticas de sustentabilidade

*Trees and forests in being
and doing biodynamic agriculture:*
an essay on sustainability perception
and practices

Resumo: Este trabalho trata de um ensaio cujo objeto de estudo foi o conjunto das interpretações que agentes da comunidade não geográfica da Agricultura Biodinâmica brasileira, trazem em suas narrativas de mundo, sob a perspectiva das relações de amorosidade e harmonia que esta comunidade tece com as árvores e florestas de seus organismos agrícolas. Nosso objetivo foi explicitar a importância destas percepções para uma ontologia de afirmação da vida, destacando a importância desta na constituição das práticas harmoniosamente integradas a Natureza. Assim, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória e explicativa, cujo caminho percorrido pela pesquisa, passou desde pesquisas bibliográficas a pesquisas empíricas baseadas na fenomenologia da vida cotidiana, junto às realidades distintas da Agricultura Biodinâmica brasileira, nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde foram realizadas tanto observações diretas quanto entrevistas junto a 16 agentes da comunidade. Os dados levantados foram tratados em quatro etapas, a de organização dos dados, a etapa de triangulação, a etapa de reflexão e análises, e por fim, a etapa de considerações referentes aos objetivos apresentados na introdução. Os resultados obtidos demonstraram que a realidade teórica e empírica da Agricultura Biodinâmica no Brasil sustenta uma cosmovisão sobre árvores e florestas que muito tem a contribuir para o aprimoramento do entendimento acerca da sustentabilidade, o que pode suscitar questionamentos não no sentido de adjetivar o ideário desenvolvimentista, mas sim de buscar superá-lo, uma vez que percebe-se que este mesmo ideário leva necessariamente a uma relação dissociativa dos seres humanos para com a Natureza.

Palavras-chave: Agricultura Biodinâmica; Construção Social; Civilizações e Natureza.

Abstract: *This work deals with an essay whose object of study was the set of interpretations that agents of the non-geographic community of Brazilian Biodynamic Agriculture bring in their world narratives from the perspective of the relationships of love and harmony that this community weaves with trees and forests of their agricultural organisms. Our objective was to explain the importance of these perceptions for an ontology of affirmation of life, highlighting their potential regarding the constitution of practices harmoniously integrated with Nature. Thus, qualitative research of exploratory and explicative nature was carried out, whose path covered bibliographic research to empirical research based on the phenomenology of everyday life, performed in the different realities of Brazilian Biodynamic Agriculture, more specifically in the states of São Paulo, Santa Catarina and the Rio Grande do Sul, where both direct observations and interviews were carried out with 16 agents of this community. The collected data were treated in four stages, the data organization stage, the triangulation stage, the reflection and analysis stage, and finally, the stage of considerations regarding the objectives presented in the introduction. The results obtained showed that the theoretical and empirical reality of Biodynamic Agriculture in Brazil supports a cosmovision about trees and forests that has much to contribute to improving the understanding of sustainability, which can raise questions, not in the sense of adjectivizing the developmental ideology, but rather to seek to overcome it since it is perceived that this same ideology necessarily leads to a dissociative relationship between human beings and Nature.*

Keywords: *Biodynamic Agriculture; Social Construction; Civilizations and Nature.*

INTRODUÇÃO

Tendo iniciado os estudos sobre o tema da Agricultura Biodinâmica e sua relação com as árvores em 2016, e também devido ao convívio com diversas outras experiências agrícolas não biodinâmicas, tivemos a oportunidade de constatar que os alimentos biodinâmicos eram produzidos por pessoas com uma consciência bastante diferenciada sobre a agricultura, com práticas agrícolas que ainda no primeiro contato que tivemos, datado do ano de 2014, nos pareceram bastante indígenas, como que se fossem de uma sabedoria antiga, balizada por princípios místicos, trabalhando em harmonia com a Natureza local ao mesmo tempo que considerava a influência do cosmo nas suas ações.

E considerando a problemática da dissociação dos seres humano com a Natureza, seja esta uma natureza externa ou interna às pessoas, como um dos principais desafios à que devem as civilizações solucionar, identificamos esta consciência dos agentes da Agricultura Biodinâmica como dotada de potenciais contribuições para o debate do Desenvolvimento Rural Brasileiro rumo à sustentabilidade.

Assim, realizamos uma pesquisa cujo objeto de estudo foi o universo simbólico dos agentes da comunidade não geográfica da Agricultura Biodinâmica no Brasil, e o que estes trazem em suas narrativas de mundo, sob a perspectiva das relações de amorosidade e harmonia que esta comunidade tece com as árvores e florestas de seus organismos agrícolas. Dessa forma, nosso objetivo de pesquisa foi explicitar a importância destas percepções para uma ontologia de afirmação da vida, da qual buscamos destacar a importância como contribuição ao enfoque da sustentabilidade dentro dos debates acerca do desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma pesquisa³¹ qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, realizada junto à comunidade não geográfica de agentes da Agricultura Biodinâmica no Brasil, a qual contou com pesquisas bibliográficas e pesquisa empíricas, baseadas na fenomenologia da vida cotidiana, junto à comunidade de agentes da Agricultura Biodinâmica brasileira, nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde realizamos observações e entrevistas junto a 16 agentes da Agricultura Biodinâmica no Brasil. Os dados levantados foram organizados e triangulados, para que posteriormente inferíssemos sobre estes, na apresentação de excertos das entrevistas, os nomes apresentados são fictícios.

Como marco referencial teórico, tomamos a teoria da construção social da realidade, uma densa teoria do campo da sociologia do conhecimento, a qual compreende a realidade como sendo construída através de interações sociais que fomentam um universo simbólico que se expressa de forma objetiva e subjetiva, na qual os conjuntos de sentidos atribuídos à objetos, materiais ou não, conformam uma realidade que é experimentada pelos agentes que a sustentam e que são também influenciados por ela. (BERGER E LUCKMANN, 2016).

31 Este capítulo trata-se de um fragmento teórico das reflexões tecidas durante o processo de levantamento de dados e escrita da dissertação de mestrado da autora Jéssica Righi de Oliveira, intitulada como "As contribuições da Agricultura Biodinâmica brasileira para o desenvolvimento rural sustentável: As árvores e florestas no cotidiano da vida rural", a qual teve ampla participação de Rayan Scariot Vargas, principalmente durante a pesquisa empírica e nas reflexões engendradas, tendo tido Gisele Martins Guimarães como a docente orientadora. Realizada entre os anos de 2018 e início de 2020, pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, sendo uma pesquisa que contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), via Programa de Demanda Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PONTO DE PARTIDA: SOBRE O ABISMO CIVILIZATÓRIO DAS HUMANIDADES DISSOCIADAS DA NATUREZA

O mundo contemporâneo tem sido marcado pelo agravamento dos efeitos das mudanças climáticas. O *Intergovernmental Panel on Climate Change*, (IPCC, 2021), demonstrou que estamos chegando aos limites do planeta. E o alerta vermelho carimba a contingência civilizatória ocidental que buscou, como demonstra Mosé (2019), subjugar a natureza em seu ímpeto por dar a última palavra, urdindo uma relação de confronto e de negação da Natureza, que resultou, como herança da modernidade, tanto na exaustão ambiental quanto na exaustão humana, tornando assim a humanidade em sua própria e derradeira tirana, uma vez que, como deixa implícito o relatório do IPCC (2021), caso não haja uma mudança nos paradigmas que regem esta relação das civilizações para com a Natureza, nosso futuro será marcado por drásticas mudanças climáticas e ambientais, as quais tornarão a vida no planeta cada vez mais difícil.

Mas se dessa mudança paradigmática depende nossa existência, por que tamanha inércia em resolver estes problemas? Por que parece que há pouca importância atribuída a estas questões? Mesmo considerando a situação como hipercomplexa, entendemos que o prelúdio a esta resposta é simples: Porque teríamos que lidar com um abismo às nossas costas! Porque este modo de ser que causa tamanha destruição, é o modo de ser que constrói a nossa percepção da vida cotidiana, e porque muita energia foi gasta para transformar este ideal como o caminho a ser seguido pelas civilizações.

No século XX, o ideal da modernidade ganhou um novo impulso, através do discurso e ideário de desenvolvimento, um discurso colonizador, do norte sobre o sul global, que segundo Escobar (2016), foi responsável pela extinção de vários modos de vida, uma vez que nesta ontologia predomina a ideia de que apenas os modos de vida típicos do ocidente, ditos desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, eram adequados a civilização, enquanto que, outros modos de vida, os ditos subdesenvolvidos, precisavam ser superados, uma situação colocada como prioritária e sobre a qual o sistema mundo passou a se organizar.

No rural brasileiro, este projeto colonizador de desenvolvimento resultou, de acordo com Mendonça (2010), em uma série de políticas de crédito que deram origem à extensão rural no país, a qual foi responsável por difundir a noção de um projeto de modernidade para o rural, que colocava sua função econômica acima da função social, ecológica e ambiental. Como resultado atual deste processo histórico, o Brasil, reconhecido por ser um país biodiverso, passou paulatinamente a ser reconhecido com o país da soja³² e da pecuária³³ de corte, as maiores atividades econômicas responsáveis pela redução da biodiversidade no Brasil (TRASE, 2018).

É nesse sentido que o projeto de desenvolvimento rural no Brasil e a cultura dissociativa que este condiciona, se mostra como um

32 "A expansão da soja é tanto uma causa direta quanto indireta da conversão em larga escala de florestas e savanas biodiversas no Brasil e é complicado o desvencilhamento das ligações entre a expansão da soja e a perda de florestas e outras vegetações nativas. O desmatamento direto ocorre quando a vegetação nativa é derrubada e a soja é plantada em um curto período de tempo. Entre 2005 e 2016, pelo menos 1,1Mha (uma área maior do que sete vezes o tamanho de Londres) de vegetação nativa nos biomas Amazônia e Cerrado foram diretamente desmatados para a soja. Isso representa 3% da área total que a soja cobre atualmente no Brasil e 1% e 7% da área total de soja nos biomas da Amazônia e Cerrado, respectivamente." (TRASE, 2018, p. 40)

33 "A terra recém-desmatada é frequentemente usada como pastagem de gado antes de ser vendida ou alugada para a produção de soja. Essa expansão da soja no pasto pode levar, por sua vez, a um maior desmatamento, à medida que a pecuária se desloca para regiões fronteiriças, onde o desmatamento continua. É complexo identificar o papel exato que a soja desempenhou na condução do desmatamento nos anos anteriores ao seu plantio." (TRASE, 2018, p. 40)

devorador de florestas. Apesar disso, sem tirar os olhos do rural Brasileiro, ao observar-se os organismos agrícolas biodinâmicos no Brasil, encontra-se a realidade oposta. Além da diversidade agrícola, também há demarcada presença de árvores e florestas em suas paisagens.

AS ÁRVORES E FLORESTAS NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE EM EVIDÊNCIA:

Foi em junho de 2019 que iniciamos o trabalho de campo, e chegando ao primeiro local de observação e entrevistas, o Bairro Demérita, em Botucatu, no Estado de São Paulo, percebemos que havíamos ido ao local certo, pois não só a presença de árvores era abundante, como também da fauna, o que proporcionava uma sensação muito agradável sobre o ar seco típico do município. E estas características se mantiveram em todos os seis organismos agrícolas pelos quais passamos ao longo dos três estados visitados.

Com origem em 1924, a Agricultura Biodinâmica surgiu interna a um grupo de agricultores e outros agentes ligados direta ou indiretamente ao campo da agricultura, que estavam apreensivos, segundo Selg (2016), com o avanço da ciência materialista perante o campo da agricultura, inserindo nesta não apenas novas substâncias, como o caso dos adubos químicos, mas também novas formas de pensar a agricultura, onde já não mais cabiam os conhecimentos ancestrais, principalmente sobre a adubação, tornando obsoleta a íntima relação de sensibilidade que os agricultores de outros tempos haviam desenvolvido com o ambiente que os cercava.

Assim, ainda segundo Selg (2016), este grupo apresentava um diferencial perante a esse processo de transformação no campo da agricultura, o qual era marcado pela incompatibilidade desse novo modelo agrícola científico-industrial em relação às doutrinas filosóficas dos quais dispunham, baseadas na Antroposofia. A antroposofia,

de acordo com Steiner (2010), seu fundador e fundador também da Agricultura Biodinâmica, é uma cosmovisão, um conteúdo de vida, de amor a vida, do qual tem-se os fundamentos da ciência espiritual, e que de acordo com Unlenhoff (2011), é uma ciência que não se limita a alma humana e nem ao cosmos, mas que também se dedica a materialidade, como as ciências do corpo e da saúde, e as ciências naturais, ocupando-se de ainda dos domínios da metafísica.

E como fruto da Antroposofia, a cosmovisão da Agricultura Biodinâmica tende a promover percepções mais complexas de seu organismo agrícola:

“Nós, agricultores biodinâmicos, temos uma visão em primeiro lugar como um organismo agrícola sendo [...] uma individualidade. O conceito de individualidade é mais que um organismo, quer dizer que ela tem, dentro de uma visão antroposófica ou biodinâmica... que tem a parte física, a parte vital-etérica, a parte astral-anímica, e a intenção: o eu. Então, a unidade agrícola tem um Eu também, como uma pessoa.” - Relato de dona Simone.

Percebendo a individualidade do seu organismo agrícola, a Agricultura Biodinâmica possibilita aos seus agentes desenvolver uma sabedoria mais intuitiva sobre a prática agrícola:

“Ela estimula o agricultor a observar o meio ambiente, o seu espaço de vida, seu habitat né? Então, ela é uma ciência que parte desse princípio. Ela estimula a pessoa a observar tudo o que acontece ao seu redor para daí desenvolver ações e modelos de agricultura.” – Relato realizado por Seu Márcio.

E esta forma de perceber as dinâmicas agrícolas, possibilita reflexões com relação a importância da presença das árvores e florestas, sejam com relação à aspectos físicos ou espirituais, os quais sempre relacionados e dependentes:

“A planta anual tem mais vegetal-vital, né? Aquele verde do crescimento. A árvore traz dentro de si perenidade, o que o húmus traz também [...] e essa perenidade, essa astralidade, é estruturante [...]. [O] Vital é um processo que é crescer, crescer e crescer. Aquilo que é estruturante é astral. O expansivo é vital.

A vida por si só estaria crescendo sem estrutura nenhuma, só vital, expansiva. O Astral... ele traz a forma, a diferenciação, as qualidades específicas. Então a árvore, ela é um mestre. Ela vive muito mais tempo do que nós, do que os animais. Isso faz sentido? – Dona Simone

E tendo vista esta consciência e percepção das árvores e flores-tas, percebemos que em todos os organismos participantes da entre-vista, havia a socialização da agricultura com as árvores, às quais eram empregadas para diversos fins. A exemplo de Seu Márcio, cujo arroz (*Oryza sp.*) é um de seus produtos principais, quem relatou a vontade de utilizar árvores para a estruturação de taipas com a finalidade de contenção de águas, vontade movida pelo intuito de possibilitar à que seus plantios fiquem próximos a árvores e florestas.

Entendemos que esta busca pela reaproximação com as árvo-res e florestas que se percebe presente na comunidade em evidência, é fruto de um processo ontológico que ocorre em função da prática cotidiana e do exercício da intuição, associados à procura de religar-se à Natureza, harmonizando-se aos seus ritmos:

“A biodinâmica, para quem já cresceu como agricultor... assim... ela muda a sua percepção do que é agricultura... Os meios que tu podes trabalhar né? E melhorar né? E buscar pelo meio ambiente! E no total, assim, a gente vê efeito... [...] nós como pessoas como o grupo de família que trabalha lá, realmente a gente mudou muito... [...] Entre si, na relação com a nature-za... mudou completamente a nossa visão, né? [...] Eu vejo que eu cada vez estou aprendendo mais... Essa relação com o todo né? A gente faz parte da Natureza. Nós temos que saber aproveitar o que ela nos fornece de alimento, a gente faz parte desse meio ambiente que a gente tem que conservar... A gente faz parte de um todo né? Eu acho que o grande lance é isso né. A gente aprende muito da relação, né? Porque agricultura não é simplesmente explorar a terra. Não! A gente tem que dar nossa parte! Porque a natureza com certeza é muito generosa. É isso” – Relato de Luís, que cultiva principalmente hortaliças.

Essa mudança na percepção ao qual trata seu Luís, é perce-bido por nós como uma importante contribuição tanto da Agricultura

Biodinâmica quanto de sua comunidade, como uma importante contribuição à ideia de sustentabilidade, uma vez que possibilita uma transvaloração de *verdades* que foram fortificadas pelo ideal da modernidade e do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que a realidade teórica e empírica da Agricultura Biodinâmica no Brasil sustenta uma cosmovisão sobre árvores e florestas que muito tem a contribuir para o aprimoramento do entendimento acerca da problemática da sustentabilidade. Situando as contribuições desta comunidade para o campo do desenvolvimento, mais do que contribuir para uma sustentabilidade quanto adjetivação ao termo, a cosmovisão da Agricultura Biodinâmica nos leva a apreender uma ideia de superação do desenvolvimento, uma vez que seus rudimentos e princípios partem de uma ruptura com um modo de fazer agrícola que antecede aquele que foi difundido pela corrida desenvolvimentista, contrapondo-se ao ideário que engendrou tamanha devastação.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 239 p.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Popayán, CO: Editorial Universidad del Cauca, 2016. 400 p.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, IPCC, 2021: Summary for Policymakers. *In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. In Press.

MENDONÇA, S. R de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História**. UNISINOS, São Leopoldo, v. 14, n. 2, mai./abr., p. 188-196, 2010.

MOSÉ, V. **A espécie que sabe: Do Homo Sapiens à crise da razão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 176 p. ISBN: 978-8532660091.

SELG, P. **Koberwitz, Pentecostes 1924: Rudolf Steiner e o Curso de Agricultura.** Tradução de Ronaldo Lempek. 1 ed. - Florianópolis: Insular, 2016.

STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: Vida nova para a terra.** Tradução de Gerard Bannwart. 2 ed. - São Paulo: Antroposófica, 2010, 239 p.

TRANSPARENCY FOR SUSTANAIBLE ECONOMIES, TRASE, 2018. **Anuário Trase 2018 Sustentabilidade das cadeias de produção: risco de desmatamento na exportação da soja Brasileira.** Disponível em: < http://resources.trase.earth/documents/TraseYearbook2018_Pt.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

UNLENHOFF, R. **Anthroposophie in Geschichte und Gegenwart.** BWW: Berlin, 2011, 806 p.

24

Felipe Guerim Pieniz

ASPECTOS INORGÂNICOS, BIOLÓGICOS E SOCIAIS DOS SISTEMAS AGRÁRIOS PARA UMA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

*Inorganic, biological and social
aspects of agricultural systems for
an agroecological transition*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de discutir, na perspectiva do materialismo histórico, os aspectos inorgânicos, biológicos e sociais dos sistemas agrários para pensar uma transição agroecológica. O texto destaca a necessidade de considerar o sistema produtivo atual como objeto de ponto de partida para a mudança das técnicas de produção agrícola; e, aponta as evidências de impossibilidade do atual “livre mercado” lidar com a problemática ambiental, considerando que a manutenção das taxas de lucro baseia-se no consumo intensivo dos recursos naturais. A conclusão aponta para a necessidade de uma política estatal de preços que viabilize o uso das técnicas produtivas camponesas que se desenvolvem em condições mais harmônicas com a dinâmica dos ecossistemas.

Palavras-chave: Materialismo Histórico; Agroecologia; Campesinato.

Abstract: *This work aims to discuss, from the perspective of historical materialism, the inorganic, biological and social aspects of agrarian systems in order to think about an agroecological transition. The text highlights the need to consider the current production system as a starting point for changing agricultural production techniques; and, it points out the evidence of impossibility of the current “free market” to deal with the environmental problem, considering that the maintenance of profit rates is based on the intensive consumption of natural resources. The conclusion points to the need for a state policy on prices that enables the use of peasant production techniques that are developed in conditions that are more harmonious with the dynamics of ecosystems.*

Keywords: Historical Materialism; Agroecology; Peasantry.

INTRODUÇÃO

Mesmo diante do relevante aumento da produção agrícola brasileira, o atual sistema de produção tem agravado as contradições das atividades rurais em seus aspectos econômico e ambiental. O sistema sustenta uma enorme desigualdade de renda entre os trabalhadores (SORJ, 2008; SILVA, 1993) e compromete a capacidade de renovação dos recursos naturais nos ecossistemas e nos ciclos biogeoquímicos (SILVA NETO, 2016a; MAZOYER; ROUDART, 2010). Na abordagem do materialismo histórico, a raiz do problema está no sistema de produção capitalista cuja lógica baseia-se em um mercado pretensamente “livre”. A partir da perspectiva da Agroecologia, constata-se a necessidade de redução das contradições do sistema através do favorecimento da agricultura camponesa³⁴ em detrimento da agricultura capitalista. Pois, sob certas condições, comparado ao sistema capitalista, o sistema de produção camponês consegue gerar mais valor agregado por área com técnicas mais coerentes com a dinâmica dos ecossistemas.

Com a proposta de reduzir as contradições do sistema de produção, a Agroecologia pretende se constituir em uma alternativa ao padrão tecnológico dominante, mas, para que isso aconteça, é preciso analisar objetivamente a sua inserção no processo histórico de desenvolvimento da agricultura contemporânea, marcado pela expansão e pelo aprofundamento da segunda revolução agrícola contemporânea (MAZOYER; ROUDART, 2010). Só então será possível pensar a transição agroecológica nas condições concretas do desenvolvimento da agricultura, considerando a diversidade da dinâmica dos sistemas agrários. Assim, na agricultura contemporânea, coloca-se uma questão agroecológica que ressalta a necessidade de analisar a Agroecologia de um ponto de vista teórico, e não meramente normativo; e, social, e não meramente nas

34 Da mesma forma que Silva Neto (2016b, 2017), Shanin (2005) e Ploeg (2009), neste trabalho denomina-se “agricultura camponesa” a agricultura familiar que possui certa autonomia de decisão na alocação dos recursos, do que resulta uma tendência de manter agroecossistemas diversificados.

unidades de produção isoladas (SILVA NETO, 2017). A transição agroecológica deve ser tomada então como um processo histórico (social e aberto), que precisa partir dos limites da dinâmica da agricultura atual. Logo, precisa estudar a produção de commodities como soja, milho, leite, etc.; além da avaliação da produção agroecológica, com alto valor agregado por superfície. Daí advém um obstáculo importante da transição agroecológica, a homogeneidade tecnológica da produção de grãos em grande escala com alto grau de mecanização e utilização de insumos só pode ser substituída por técnicas alternativas que sustentam a demanda de produtos pela sociedade.

Diante dessa problemática, na perspectiva do materialismo histórico, a transição agroecológica dos sistemas agrários precisa ser pensada em seus aspectos inorgânicos, biológicos e sociais; sendo o objetivo deste trabalho a discussão sobre esses aspectos e o modo como os mesmos estão interligados.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem baseada no materialismo histórico, confrontando a agricultura capitalista com a agricultura camponesa, é feita uma discussão de caráter exploratório sobre os aspectos inorgânico, biológico e social dos sistemas agrários para uma transição agroecológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No materialismo histórico, o ponto de partida para a análise das ações do ser humano é a categoria do “trabalho”. Para o filósofo marxista György Lukács (2010) o trabalho, enquanto troca orgânica que o ser humano faz com a natureza a fim de suprir suas necessidades fisiológicas, é considerado a categoria primária do agir humano,

bem como do ser social. Lukács faz a distinção entre as três esferas ontológicas que se inter-relacionam e que compõem o ser em sua totalidade concreta: inorgânica, orgânica e social; dessas, o ser humano é o único que está presente na esfera social, pois em algum momento de sua história deu um “salto ontológico” quando começou a trabalhar, superando as relações espontâneas com a natureza, conseguindo desenvolver sua consciência e realizar a transformação do mundo que o cerca de maneira orientada.

A partir dos níveis de complexidade ontológica (inorgânico, biológico e social) percebe-se que a historicidade não é exclusiva do ser social, pois este surgiu do ser biológico e do ser inorgânico. Daí a importância de compreender os processos históricos fundamentais presentes em todos os níveis de complexidade ontológica, desde os seus aspectos biofísicos.

Considerando a biosfera um sistema dissipativo, se por um lado o ecossistema desenvolve a partir da energia solar acumulando biomassa (ODUM, 2001), por outro lado as riquezas necessárias à existência da sociedade humana são produzidas a partir do trabalho humano, que em última instância sempre envolve a transformação dos recursos naturais (MARX, 2011), logo, o trabalho dissipa a energia da biomassa e de outros recursos naturais até que se tornem economicamente inúteis. Com isso, o trabalho torna-se o processo responsável pela reprodução social enquanto outros processos biofísicos naturais são responsáveis pela sustentabilidade ecológica da sociedade. Assim surge a contradição entre reprodução social e sustentabilidade ecológica: enquanto a reprodução social baseia-se na produção de riquezas a partir dos recursos naturais, o ecossistema carece dos mesmos recursos para o seu desenvolvimento.

Considerando também a economia um sistema dissipativo, a exigência de recursos naturais (energia) na produção de itens de consumo (riquezas) pode variar, dependendo da forma como a sociedade está organizada (relações sociais de propriedade, produção e trocas).

Ora, o valor agregado é a categoria que permite a análise da reprodução social, pois o valor agregado é o equivalente monetário ao tempo de trabalho socialmente necessário aplicado na produção, o que consequentemente faz com que o valor agregado seja a unidade física de medida do trabalho humano³⁵ (SILVA NETO, 2018). Assim, combinando o valor agregado com as categorias de análise ecológica é possível compreender como as contradições entre o sistema de produção e o ecossistema pode ser maior ou menor.

Na agricultura quanto maior o valor agregado gerado por superfície agrícola utilizada, menor será a contradição entre a produção e os remanescentes florestais; quanto maior o valor agregado gerado por volume de água consumida, menor será a contradição entre a produção e os recursos hídricos; e, quanto maior o valor agregado gerado por quantidade de fertilizante, menor será a contradição entre a produção e os recursos minerais. No entanto, a redução do uso de um dos recursos naturais implica necessariamente no aumento da utilização de outro(s), por exemplo, produzir a mesma quantidade de alimentos em uma área menor pode significar o aumento do consumo de água, fertilizantes e/ou outros recursos.

Com isso, a alternativa para a redução das contradições entre reprodução social e sustentabilidade ecológica consiste na substituição dos recursos naturais escassos por aqueles com maior disponibilidade na natureza, o que implica necessariamente na mudança do sistema de produção. De acordo com Silva Neto (2017), para redução das contradições é necessário que a sociedade decida sobre o limite de uso de cada recurso natural; que decida sobre quais e quantos itens de consumo serão produzidos; e, que coloque o valor agregado, e não o lucro de determinados agentes, como o critério de aplicação dos investimentos a fim de que se obtenha o maior retorno monetário possível

35 De acordo com Silva Neto (2018) o valor agregado macroeconômico representa precisamente o equivalente monetário ao tempo de trabalho socialmente necessário aplicado na produção, enquanto o valor agregado microeconômico pode sofrer distorções no sistema capitalista.

para o uso dos recursos naturais ainda disponíveis. Isso não significa limitar o desenvolvimento, mas sim conduzi-lo, afinal, o esgotamento de determinados recursos naturais causa efeitos negativos ao ser social que tem sua base na esfera inorgânica e biológica. Assim, limitar o uso de alguns recursos significa proporcionar viabilidade para tecnologias de produção mais coerentes com a dinâmica do ecossistema.

Considerando a segunda lei da termodinâmica, de que a energia não é criada, somente transformada, um reflexo da restrição de uso dos recursos naturais escassos é a necessidade de mais trabalho humano para a produção das riquezas. Isso pois tais recursos tornaram-se escassos em função de energia “nobre” que possuem, cujo processamento demanda menos trabalho humano para a produção das riquezas do que outros recursos naturais com energia mais dispersa. Esses aspectos das esferas inorgânica e biológica influenciam diretamente a forma como se organiza a esfera social. A natureza continua sendo um objeto de manipulação do ser social, mas, ao mesmo tempo impõe barreiras o seu desenvolvimento. Na perspectiva do materialismo histórico, para saber como a sociedade moderna lida com essas barreiras é necessária a compreensão da natureza do Estado capitalista.

Conforme Lukács (2008, p. 84) a sociedade é uma categoria histórico-social, ou seja, “[...] o modo necessário pelo qual se apresenta o jogo contraditório das forças socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico do seu desenvolvimento histórico.” Para ele, no Estado capitalista o indivíduo compreende a oposição-unidade entre o “ser humano material” e o “cidadão ideal”. Na supremacia do ser humano material sobre o ideal tem-se a tendência de o indivíduo “burlar” a superestrutura ideal para o atendimento de seus interesses particulares, bem como adequá-las às necessidades econômicas que assim vão surgindo. Tais atos particulares são a base para um movimento de massa que promove o desenvolvimento do capitalismo no plano econômico.

Nessa perspectiva, é a diferença das condições materiais que distingue a agricultura camponesa da capitalista. O agricultor familiar com pequena propriedade possui características que implicam na necessidade de direcionar seus recursos de modo que consiga maximizar a renda e, com isso, alocar seu trabalho e da sua família da maneira mais plena possível. Devido à limitação de recursos o agricultor tende a diversificar o seu sistema de produção, isso faz com que a unidade de produção camponesa dependa menos de recursos externos, pois algumas atividades estabelecem relações complementares que permitem o melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis dentro do estabelecimento.

Por isso, quando comparadas às unidades de produção capitalistas, a diversidade das atividades associada à redução do consumo de insumos externos faz com que a unidade de produção camponesa gere maior valor agregado por área, sendo também mais coerente com a dinâmica dos sistemas naturais (SILVA NETO, 2017, p. 135). Assim, gerando mais valor agregado e menor desigualdade de renda, em condições que demandam menos recursos naturais, o sistema de produção camponês é a principal alternativa para o desenvolvimento sustentável da agricultura.

Então, não significa dizer que os camponeses querem preservar os recursos naturais, nem que os capitalistas desejam consumi-los rapidamente, mas é a diferença das condições materiais históricas de reprodução social de cada classe que modifica a forma como os recursos são geridos no interior das unidades de produção. Enquanto o capitalista pode vender os meios de produção e aplicar os recursos em outras atividades econômicas (agrícolas ou não) com a possibilidade de aumentar a taxa de lucro do capital, o camponês tem poucas alternativas de mobilizar seus recursos, isso pois a relação do camponês com seus meios de produção parte da necessidade de remunerar o esforço do seu próprio trabalho. Ou seja, com os recursos limitados o camponês busca aplicar mais trabalho para a geração de valor agregado enquanto o capitalista busca o contrário,

intensificar o consumo de recursos naturais para reduzir a quantidade de trabalho aplicado e maximizar as taxas de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada sobre os aspectos inorgânico, biológico e social para uma transição agroecológica dos sistemas agrários percebe-se que o ponto de partida para o desenvolvimento de uma agricultura mais coerente com a dinâmica dos sistemas ambientais é a superação da ideia de que o “livre mercado” pode contribuir para esse tipo de mudança. Pelo contrário, o “livre mercado” é o caminho para um sistema de produção de uso cada vez mais intensivo de recursos naturais. Para a transição faz-se necessário o envolvimento político das classes mais exploradas dentro do capitalismo e, por conseguinte a construção de políticas que deem ao Estado a possibilidade de operacionalizar um sistema de preços que paulatinamente deve viabilizar a agricultura camponesa em detrimento da produção capitalista, tendo o cuidado de satisfazer a demanda social de produtos para cada momento de substituição de técnicas produtivas.

REFERÊNCIAS

LUKÁCS, György. O Processo de Democratização. *In*: LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 83-206. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Disponível em: < <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/Socialismo%20e%20Democratizacao.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2019.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLOEG, Jan Douwe van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, Paulo (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: As-Pta, p. 168, 2009. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**; Edição especial. Disponível em: < <http://aspta.org.br/2011/05/10/agricultura-familiar-camponesa-na-construcao-do-futuro-2/> >. Acesso em: 16 fev. 2021.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, semestral, p. 1-21, Jul./Dez. 2005. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456> >. Acesso em: 16 fev. 2021.

SILVA NETO, Benedito. A importância das rendas diferenciais na teoria dos preços de Marx. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, p. 9-41, jul./set. 2018.

SILVA NETO, Benedito. **A questão agroecológica: uma perspectiva ecossocialista**. Curitiba: CRV, 2017.

SILVA NETO, Benedito. **Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético**. Cerro Largo: Ed. UFFS, 2016a.

SILVA NETO, Benedito. Riqueza, valor e políticas públicas para a promoção da Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 4, dez. 2016b.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul. 1993. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf >. Acesso em: 07 maio 2020.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/cjnwk/pdf/sorj-9788599662281.pdf> >. Acesso em: 05 abr. 2020.

25

Kleber Destefani Ferretti

**BREVE MAPEAMENTO
DAS NORMATIVAS INTERNACIONAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL PACTUADOS PELO BRASIL**

*Brief mapping of international standards
for sustainable rural development
agreed for Brazil*

Resumo: Com o passar das décadas, desde 1970, os países vêm se reunindo para debater questões mais sustentáveis sem prejudicarem o crescimento econômico destes. Sendo o estudo construído com a metodologia qualitativa, devido as análises serem em tratados e regulamentos internacionais e documentos vinculados ao Brasil, como também empregado a modalidade de avaliação das políticas devido tais atitudes firmadas entre países serem políticas que serão implementadas. Esta pesquisa constatou várias pactuações do Brasil com outros países objetivando boas práticas econômicas e uma existência harmoniosa do ser humano com o meio ambiente, partindo da Declaração de Estocolmo 1971 até a Rio+20 que foi a última até 2019. Concluiu que falta mais fervor dos representantes políticos dos países envolvidos na busca pelo desenvolvimento equânime sustentável, tanto que há um lapso temporal grande entre cada pactuação, como também a necessidade de novos estudos sobre a efetividade desses atos firmados, principalmente no que se refere ao Brasil.

Palavras-chave: Convenções; Equânime; Meio Ambiente.

Abstract: *Over the decades, since 1970, countries have been coming together to discuss more sustainable issues without harming their economic growth. Since the study is constructed with qualitative methodology, due to the analyses being in international treaties and regulations and documents linked to Brazil, as well as using the modality of evaluation of policies due to such attitudes established between countries being policies that will be implemented. This research found several agreements of Brazil with other countries aiming at good economic practices and a harmonious existence of the human being with the environment, starting from the Stockholm Declaration 1971 until Rio+20 which was the last until 2019. These vision agreements favor sustainable development based on three characteristics, being: economic, social and environmental. He concluded that there is a lack of more fervour from the political representatives of the countries involved in the search for sustainable equitable development, both that there is a large time gap between each agreement, as well as the need for further studies on the effectiveness of these acts signed, especially with regard to Brazil.*

Keywords: *Conventions; Equanimous; Environment.*

INTRODUÇÃO

As nações devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento financeiro e ao desenvolvimento sustentável, a qual, advém da formação da tríade composta pela relação econômica, social e ambiental, que propicie a solução de problemas contra a degradação ambiental (FEIL; SCHREIBER, 2017). Todavia, as políticas comerciais com fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, mas sanar problemas ambientais transfronteiriços ou globais (BISSANI; PEREIRA, 2019).

De início, o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” apresentado pela Brundtland, que à época recebeu várias críticas, mas de certa forma “roubou” a atenção do mundo referente às questões ambientais, ao agregar a possibilidade deste conceito estar intrinsecamente ligado à erradicação da pobreza e da satisfação de necessidades básicas como alimentação, saúde e moradia (BISSANI; PEREIRA, 2019). E se as políticas públicas fossem aplicadas de forma mais efetivas, mudanças poderiam ocorrer para proteger a população e o meio ambiente dos impactos em decorrência das mudanças climáticas (BISSANI; PEREIRA, 2019).

Este mapeamento das normativas internacionais pactuadas pelo Brasil, busca compreender se favorecem um desenvolvimento rural mais sustentável. Para vislumbrar se essa sustentabilidade pretende bloquear ou frear as relações comerciais entre os países. Pois, os países estão livres para excluir de sua lista de fornecedores os países que não sigam as regulamentações estabelecidas em convenções ou acordos internacionais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a qualitativa por haver uma análise de pesquisas científicas e leitura de normativas sobre os regulamentos internacionais, assim como outros documentos referente ao desenvolvimento

rural sustentável. Mas esta metodologia foi construída por meio da modalidade de pesquisa avaliativa, que se destina especificamente a realizar uma “avaliação das políticas” para proporcionar uma contribuição substancial a sociedade por intermédio da construção de políticas sociais (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 132), por envolver a análise das políticas internacionais sobre práticas sustentáveis.

Os levantamentos decorreram dos acordos internacionais pactuados pelo Brasil e partiu da Convenção de Estocolmo realizado na década de 1970, sobre desenvolvimento equânime e harmonioso (Humano e Meio Ambiente), até 2019 porque após ocorreram convenções que estão sendo discutidas abordagens. As consultas ocorreram por meio de *sites* das organizações internacionais e do governo brasileiro (Câmara dos Deputados, Ministério do Meio Ambiente).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto proposto, surge a convicção de que o entrosamento entre as nações irá auxiliar no desenvolvimento, pois cada país é diferente do outro e isso favorecerá a troca de conhecimento e de produtos (ASSUNÇÃO, 2018). E tangente ao desenvolvimento econômico, advém o raciocínio de que isso favorece melhores condições e oportunidades de trabalho, para suprir a alta demanda pelos produtos comercializados para o exterior (BALTAR, 2015).

Mas se faz necessário uma limitação aos produtos importados do exterior, caso contrário, irá propiciar uma redução na utilização da mão de obra local pelo fato de não necessitar dela para a fabricação ou produção da matéria prima no país (BALTAR, 2015). Barral (2011, p. 143) já dialogava que “a lógica utilizada é de que à importação diminui a utilização da mão de obra local, provocando desemprego”, além de aumentar a dependência do exterior.

Já no linear da expressão “Sustentabilidade”, que surge na década de 1970 em uma série de Conferências Internacionais que tratavam sobre problemas florestais. Posteriormente no início da década de 80, Lester Brown apresenta a ideia de desenvolvimento sustentável da seguinte maneira: “[...] uma sociedade sustentável é aquela que pode satisfazer as suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras” (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 674), sendo que a denominação “sociedade” englobava civilização humana e os aspectos sociais, econômicos e ambientais (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Em 1987, se utilizando do conceito de Brown e de outros, é apresentado o Relatório Brundtland como foi conhecido, elaborado pela Gro Harlem Brundtland que definiu Desenvolvimento Sustentável como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 675).

Com isso, se parte da Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano que foi realizada na cidade de Estocolmo na Suécia em 1972, contando com a presença de 113 países e 400 organizações (tanto governamentais como não governamentais) com uma visão mais social, buscando alcançar uma vivência com mais bem-estar e de cooperação internacional para um equilíbrio entre humano e natureza. Um exemplo claro da “luta” em proteger o meio ambiente é o “Princípio 24” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 2022).

Em 1989 foi realizada a Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, em Basileia na Suíça (BRASIL-a, 2022). E sendo ratificado pelo governo brasileiro através do Decreto n. 875/1993 e, posteriormente se correlacionando com a Resolução n. 452 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelecem uma lista dos produtos e apresentam as definições e o tratamento adequado que deve ser adotado aos resíduos perigosos, para poder banir ou controlar a entrada destes, como também para não prejudicar a comercializar de algum produto brasileiro que esteve exposto à algum desses resíduos listados (BRASIL-a, 2022).

Em 1992 foi realizada a Convenção para Combate à Desertificação, com 192 países (ratificada pelo Brasil em 1997), o qual foi signatário da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas, com o objetivo de estabelecer compromissos e diretrizes, para evitar e combater a desertificação (UNCCD, 2022). Também ocorreu a Convenção sobre Mudanças Climáticas (ratificada pelo Brasil em 1994), com os objetivos de tentar estabilizar e reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para não chegar a níveis perigosos que viessem a prejudicar o meio ambiente e a civilização (BRASIL-b, 2022), pois o aumento da temperatura também interfere na produção agrícola.

O Protocolo de Kyoto realizado em 1997 (ratificado pelo Brasil em 2002), é considerado um tratado complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Este protocolo vem definir metas para à redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) com base nos níveis de 1990, sendo no primeiro momento estipulado 5% para 2008 a 2012, no segundo momento os países estipulariam a sua própria meta de emissões a serem reduzidas (UNFCCC, 2022). Os signatários foram divididos em duas listas (conforme Protocolo de Kyoto) em países desenvolvidos que ficaram obrigados a cumprir os percentuais e, em países com economia em transição para o capitalismo que não ficaram obrigados por não serem considerados grandes poluentes, sendo enquadrado o Brasil naquela época (LÉLIS; GARCIA, 2006).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Brasil em 1992, em Rio de Janeiro (RIO-92), contou com a presença de 178 países (BRASIL-c, 2022). Portela (2010, p. 352) expõe que se “manteve praticamente todos os valores consagrados na Declaração de Estocolmo, mas atualizados à luz dos avanços ocorridos em duas décadas de negociações internacionais no campo ambiental, dos progressos científicos e das mudanças ocorridas no meio ambiente global”. Objetivava formar posições com o viés de que se deve buscar um desenvolvimento econômico mais

equânime, no sentido de propiciar uma ampliação socioeconômica entre as pessoas, sem ter que destruir mais a natureza, como se apresenta o “Princípio 12” (BRASIL-c, 2022). Em 2012 foi a RIO+20 denominada de Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que contou com a presença de 188 países para expor as atitudes que foram tomadas pelos seus representantes políticos.

Vale ressaltar que na Conferência RIO-92, foi aprovada a Agenda 21, a qual não se trata de um Tratado Internacional e por consequência, não exerce vinculação obrigacional, mas exerce um peso moral e respeitoso com o pactuado pelos países, por visar condições igualitárias entre o ser humano e o meio ambiente. E Portela (2010, p. 354) expõe que “(...), a importância que as suas normas adquiriram para as políticas ambientais dos Estados e das instituições em geral, permite classificá-la como soft law”. Essa expressão desenvolvida pela doutrina norte-americana (soft law) vem representando uma nova modalidade normativa com um caráter mais flexível, cuja tradução aproximada representa “direito mole ou direito maleável” (PORTELA, 2010, p. 354).

Em 2001, foi realizado o Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul, ratificado pelo Brasil através do Decreto Legislativo n. 333/2003, que veio para cooperar na proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais, com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Por fim, destarte ser compreensível que os representantes políticos dos países por terem uma visão distorcida de que só com o desenvolvimento econômico a qualidade de vida seria alcançada, só desfavorece a harmonia entre ser humano e natureza, devido a necessidade de mudanças que perdurem no decorrer dos anos e atinjam tanto a economia como a sociedade para obter soluções das questões que afligiram (CORREIA; DIAS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação de algumas regulamentações num escopo internacional, se pode vislumbrar que se está “engatinhando” para buscar meios legais para respaldar o meio ambiente das más condutas praticadas pelo ser humano para alcançar um desenvolvimento equânime sustentável. Ademais, tais pactuações analisadas buscam boas práticas econômicas sustentáveis ao invés de restringir essas transações financeiras entre os países. Por fim, se for observado o lapso temporal entre as convenções e tratados internacionais, há muito tempo entre estes e que pode ser entendido como uma despreocupação com as boas práticas ambientais e no que tange a busca pela harmonia entre ser humano e meio ambiente.

Já refere ao Brasil, necessita de uma busca mais aprofundada no que se refere ao cumprimento dos tratados, em detrimento de que não adianta firmar acordos internacionais para boas práticas ambientais se não os cumprir. Além do mais, se faz pertinente a realização posterior de um estudo sobre a atual situação das instituições fiscalizadoras do meio ambiente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Jaqueline Ferreira. **Os Desafios para o Sucesso do Brasil no Comércio Exterior**. Disponível em: < http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1865/JAQUELINE%20FERREIRA%20ASSUN%20c3%87%c3%83O_Trabalho.pdf?sequence=1 > Acessado em: 05 Maio 2022.

BARRAL, Welber. Protecionismo agrícola e sistemas multilateral do comércio. *In*: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos (Coord.). **DIREITO DO AGRONEGÓCIO**. 2 ed. Ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 646.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil**. Disponível em: < <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121610/1/819704296.pdf> > Acessado em: 05 Maio 2022.

BISSANI, Karen; PEREIRA, Reginaldo. **Desenvolvimento Urbano Sustentável e os Tratados Internacionais Sobre Mudanças Climáticas**. Disponível em: < <http://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/view/955/743> > Acessado em: 05 Maio 2022.

BRASIL-a, **Convenção de Basiléia: Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito**. Disponível em: < www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/convencao-de-basileia.html > Acessado em: 05 Maio 2022.

BRASIL-b, **Convenção sobre Mudanças Climáticas**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas> > Acessado em: 05 Maio 2022.

BRASIL-c, **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992**. Disponível em: < http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Developolvimento.pdf > Acessado em: 05 Maio 2022.

UNFCCC, Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. **Protocolo de Kyoto**. Disponível em: < <https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol/history-of-the-kyoto-protocol/text-of-the-kyoto-protocol> > Acessado em: 05/05/2022.

LÉLIS, Eliacy Cavalcanti; GARCIA, Suelen Martinez. **A Participação do Brasil no protocolo de Kyoto**. Disponível em: < http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/982.pdf > Acessado em: 05 Maio 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do MERCOSUL**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2003/decretolegislativo-333-24-julho-2003-494160-acordo-quadro-1-pl.html> > Acessado em: 05 Maio 2022.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. **Desenvolvimento Sustentável, Crescimento Econômico e o Princípio da Solidariedade Intergeracional na Perspectiva da Justiça Ambiental**. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2412/marlyn8.pdf> > Acessado em: 05 Maio 2022.

CRUZ, Lúvia de Melo; ALMEIDA, Andreia Alves de. **O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DIREITO AMBIENTAL: a exploração da atividade turística e a preservação do meio ambiente**. Disponível em: < <http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/anaiscongdirreitoconstitucional/article/view/168> > Acessado em: 05 Maio 2022.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – 1972**. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm> > . Acesso em: 05 Maio 2022.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf> > Acessado em: 05 Maio 2022.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 2 ed. – Salvador: EDITORA *jus*PODIVM, 2010, 813 p.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. *In*. POUPART, Jean; *et al.*. **A PESQUISA QUALITATIVA: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: VOZES. 2008, 435 p.

26

Rodrigo Berttoni Cidade

CARROCEIROS CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE CRUZ ALTA – RS:

a busca pela legitimidade
do trabalho, custos da atividade
e composição da renda

*Recyclable waste collectors from Cruz Alta – RS:
the search for legitimate work, activity
costs and income composition*

Resumo: A atividade de coleta de resíduos recicláveis é a fonte de renda de muitas famílias no Brasil é um tema que vem sendo abordado por vários estudos e ainda requer uma série de esforços para alcançar uma melhor compreensão. A utilização de animais de tração para a realização desta atividade traz consigo uma série de questionamentos relacionados principalmente a questão do bem-estar animal. No município de Cruz Alta – RS existem 40 famílias que foram cadastradas no Projeto Carroceiro Legal II e que dependem da tração animal para a realização da coleta de resíduos recicláveis, a análise dos dados levantados busca trazer clareza para a construção constante da legitimidade do trabalho e a busca por uma remuneração satisfatória. Os dados obtidos demonstram que 63% destes trabalhadores são mulheres, os custos mensais do conjunto das 40 famílias são de R\$ 13.270,00, a previsão orçamentaria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem-estar Animal e Meio Ambiente para atender este seguimento é insuficiente, a renda obtida por estes trabalhadores fica aquém o salário-mínimo e o valor da cesta básica no município comprometem grande parte desta renda. O desenvolvimento das cidades de forma desordenada acaba gerando formas de vida heterogênea e estes agentes não podem ser vistos como uma espécie de resíduo cultural e o cavalo também não é apenas uma “coisa”, mas uma expressão de um modo de viver no qual essa expressão deve ser respeitada enquanto diversidade.

Palavras-chave: Carroceiros, resíduos, bem-estar animal.

Abstract: *The activity of collecting recyclable waste is the source of income for many families in Brazil is a topic that has been addressed by several studies and still requires a series of efforts to achieve a better understanding, the use of draft animals to carry out this activity brings with it a series of questions related mainly to the issue of animal welfare. In the city of Cruz Alta - RS there are 40 families who were registered in the Legal Carroceiro II Project and who depend on animal traction to carry out the collection of recyclable waste. constant construction of work legitimacy and the search for satisfactory remuneration are daily challenges for these workers. The data obtained show that 63% of these workers are women, the monthly costs of the set of 40 families are R\$ 13,270.00, the budget forecast of the Municipal Secretariat for Rural Development, Animal Welfare and Environment to meet this follow-up is insufficient, the income obtained by these workers is below the minimum wage and the value of the basic food basket in the municipality compromises a large part of this income. The development of cities in a disorderly way ends up generating heterogeneous forms of life and these agents cannot be seen as a kind of cultural residue and the horse is also not just a “thing” but an expression of a way of living in which this expression should be respected as diversity.*

Keywords: *Cart drivers, scavengers, horses, residues, income generation, animal welfare.*

INTRODUÇÃO

É cada vez maior a atenção dada a reciclagem e construção do desenvolvimento sustentável, e grande parte é devido ao esforço empregado por carroceiros e catadores que realizam a coleta de recicláveis. Segundo Vasconcelos, Guimarães e Zanet (2018), apesar de desempenhar um papel crucial para a sociedade, os catadores não recebem a atenção necessária, existindo uma lacuna de estudos que busquem compreender os catadores como sujeitos que modificam o contexto social e o ambiente em que estão inseridos. Para Souza e Santos (2020), quando o assunto envolve profissionais que dependem do lixo para sobreviver, deve-se ter em mente as condições desfavoráveis enfrentadas para o desenvolvimento das suas atividades laborais.

Dagnino e Johansen (2017) descrevem que, a partir dos dados do censo de 2010, embora a escolha dos indicadores e o método de cálculo de cada um deles tenham se mostrado satisfatórios, um erro nos microdados da amostra, levou a uma subestimação do volume de catadores. O estudo de Souza e Santos (2020) mostra que as condições gerais de vida dos catadores, são influenciadas por diversos aspectos como: falta de planejamento urbano, geração de renda e aspectos ligados a legitimidade do trabalho. Mesmo que os carroceiros catadores de reciclados estejam a margem da sociedade, eles desenvolvem um trabalho valioso para o bem-estar social.

Ser catador é enfrentar diversas dificuldades que em alguns casos pode até trazer o adoecimento aos trabalhadores (SOUZA, 2016). Por isso, esses profissionais merecem atenção e reconhecimento. Esse estudo pretende compreender como carroceiros catadores de reciclados de Cruz Alta – RS geram renda e legitimam seu trabalho.

A literatura indica que a geração de renda ocorre em paralelo a outras fontes de renda como o programa Bolsa Família e outras atividades informais (VASCONCELOS; GUIMARÃES; ZANET, 2018), Santiago, Oliveira e Pugliesi (2016), indicam que vários entraves políticos

são responsáveis por atrapalhar inserção dos catadores em políticas públicas e por consequência na geração de renda, deslegitimando seu trabalho. Gbedemah e Zaneti (2021) indicam que em Gana os catadores são parte da cadeia produtiva que auxilia na recuperação de resíduos, em especial com resíduos eletrônicos.

Desta forma, este estudo tem como objetivo compreender, a partir da realidade dos carroceiros catadores de reciclados de Cruz Alta – RS, como se constitui a legitimidade de trabalho destas famílias e como se organiza a geração de renda desses agentes. O presente trabalho apresenta também uma análise de custos básicos para desenvolvimento do trabalho, e uma estratificação de dados socioeconômicos dos carroceiros catadores de reciclados que atuam em Cruz Alta – RS, realizando uma analogia com a pesquisa realizada pela UNICRUZ 2021.

Esta pesquisa justifica-se pela falta de estudos que aprofundem a investigação sobre a vida dos carroceiros catadores de reciclados, de acordo com Vasconcelos, Guimarães, Zanet (2018) e Souza e Santos (2020). Dagnino e Johansen (2017) insistem que esses trabalhadores devem ser ouvidos e auxiliados no desempenho de sua função, Teixeira (2015) reitera que grande parte dos catadores só iniciou as atividades para proporcionar aos seus filhos e família melhores condições de vida.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é de caráter qualitativo descritivo e explicativo na qual foi realizada no município de Cruz Alta - RS, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem-Estar Animal e Meio Ambiente do município, foram realizadas atividades e reuniões nos bairros para poder compreender a realidade dos carroceiros.

Desta forma, a pesquisa em um primeiro momento tinha a intenção de ser intervencionista e modificar a realidade das famílias atendidas

pela secretaria e segundo Cassandre e Godoi (2014) o significado da intervenção tem o intuito de melhorar ou mudar uma determinada atividade, porém com a troca da gestão da prefeitura municipal e mudanças nas prioridades da nova gestão esse processo foi encerrado. Devido à importância dos dados, houve um redirecionamento na pesquisa optando em fazer uma estratificação de dados socioeconômicos dos carroceiros catadores de resíduos reciclados que atuam em Cruz Alta – RS e realizar uma analogia com a pesquisa realizada pela UNICRUZ em 2021 que analisa o índice do custo da cesta básica no município.

O processo que resultou no levantamento dos dados aconteceu durante o ano de 2019, foram realizadas 12 reuniões, sendo 4 reuniões por localidade, as reuniões ocorreram entre os meses de maio a novembro nos bairros Acelino Flores, Progresso e Primavera II.

Figura 1 – Reuniões nos bairros Acelino Flores, Progresso, Jardim Primavera II



Fonte: Compilação do autor.

As reuniões permitiram estabelecer um planejamento com as famílias que utilizam os cavalos na atividade de coleta de reciclados e fazer um acompanhamento destas atividades, foi possível dar um suporte técnico e atendimento veterinário em emergências, esse contato com os carroceiros foi muito importante e estabeleceu uma relação de confiança

que permitiu a aplicação do questionário para compreender os custos que estão embutidos para a execução desta atividade.

O levantamento de dados junto aos carroceiros, oportunizados pelas reuniões, ocorreu por meio da aplicação de questionário, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), permitem atingir o maior número de pessoas possível otimizando recursos humanos, custos e estabelecendo um prazo para que as pessoas pudessem responder no momento que achassem mais oportuno.

As primeiras reuniões realizadas foram acompanhadas por representantes dos bairros e o presidente da União das Associações de Moradores de Cruz Alta (UAMCA) esse primeiro contato serviu para sensibilizar as famílias sobre a intenção da construção do projeto Carroceiro Legal II a partir das demandas levantadas pelas próprias famílias.

No bairro Primavera II foi aplicado um questionário como forma de teste para posterior adequação e aplicação nos demais bairros, nesse primeiro questionário foi coletado informações de 10 carroceiros, o processo dialógico conseguiu mobilizar 40 carroceiros que responderam o questionário que subsidiou a pesquisa e que permitiu o cadastramento junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem-Estar Animal e Meio Ambiente.

Buscou-se junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem-Estar Animal e Meio Ambiente do município de Cruz Alta as previsões orçamentárias destinadas a causa animal e informações sobre a prioridade e o direcionamento destes recursos.

A partir dos dados coletados foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando artigos que fizessem referência aos catadores, uma análise documental e leis que regulamentam a atividade, os dados foram lançados no EXEL e no SPSS, as elaborações dos gráficos foram feitas no Power Point.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados mostram que há a predominância de mulheres trabalhando com as carroças e fazendo a coleta de materiais recicláveis. Dentre as 40 famílias cadastradas, 25 delas são do sexo feminino (63%) e 15 do sexo masculino (37%), segundo Virgolin, Silva e Santos (2016) nas associações o número de mulheres também é superior aos homens, a coleta de dados de 130 catadores nas quatro associações do município de Cruz Alta – RS (ACCA, Arca, Areprica e Atreca) também afirmam que a maioria dos participantes (61%) são mulheres e apenas (39,23%) são homens.

Dentro dos custos levantados foi possível compreender os valores mensais utilizados para a compra de alimentação animal, ferraduras e medicamentos veterinários.

Os custos totais mensais com estes itens são de R\$ 13.270,00, para todas as 40 famílias cadastradas e ao separarmos os valores encontramos que os gastos mensais com ferraduras são de R\$ 3.740,00 por mês, esse item foi bastante mencionado pelas famílias já que a compra de ferraduras é indispensável para a locomoção dos animais no asfalto, a alimentação animal é o item mais custoso para o conjunto das famílias com valores de R\$ 6.550,00 por mês e por fim o gasto com medicamentos veterinários que são de R\$ 2.980,00 por mês, também foi percebido que em alguns questionários este item veio com o valor de zero e quando precisam de atendimento veterinário contam com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem Estar Animal e Meio Ambiente.

O levantamento realizado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Bem-Estar Animal e Meio Ambiente demonstra que o valor destinado no último ano para animais de tração foi de R\$ 17.500,00, porém não há menção no empenho deste recurso, para

a manutenção da defesa animal R\$ 313.409,44 que atende prioritariamente o canil municipal, existe um valor destinado para o controle populacional de cães e gatos com foco na castração de machos e fêmeas que possui o valor de R\$ 32.400,00.

Os carroceiros fazem uma busca ativa de resíduos reciclados e não ficam esperando o caminhão de coleta seletiva chegar aos galpões isso confere aos carroceiros certa independência para buscar melhores preços melhorando a renda, os dados levantados no questionário teste no bairro Primavera II mostrou que a renda média dos 10 carroceiros é em torno R\$ 723,00, o valor mínimo apurado foi de R\$ 250,00 e o máximo de R\$ 1.200,00.

O estudo realizado sobre o custo da cesta básica no município de Cruz Alta mostra que no mês de julho de 2021 ela teve um aumento de 0,51 %, considerando o salário mínimo de R\$1.100,00 e a renda obtida pelos carroceiros é perceptível a dificuldade de manutenção da vida, os valores auferidos pelo estudo apontam que a cesta básica no mês de julho custava R\$ 838,66, nesse sentido a relação de consumo diminuiu que acaba gerando um efeito cascata também diminuindo a oferta de resíduos recicláveis e por parte dos catadores é cada vez mais difícil conseguir uma renda que se aproxime do valor da cesta básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção maior deste resumo é trazer para o debate as questões que envolvem a atividade dos carroceiros do município de Cruz Alta- RS, é muito importante construir formas de inclusão social que possa abranger essa população que é de difícil enquadramento, tendo em vista que a forma heterogênea da execução desta atividade conflita com entendimentos de um possível progresso onde a exclusão

de determinados agentes sociais é esperada para alcançar estéticas urbanas e arranjos visuais não agressivos a ordem hegemônica.

A existência de trabalhadores que utilizam o cavalo como forma de garantir a obtenção de renda é preciso atentar para que o animal não é apenas uma coisa, mas uma expressão de um modo de viver no qual essa expressão deve ser respeitada enquanto diversidade.

As ações que tentam obscurecer esse modo de existência através de leis e regulamentações deslocadas da heterogeneidade social antecipam um fim sem que ao menos esse processo possa ter uma evolução satisfatória, a generalização acaba criminalizando todos os que estão dentro deste meio social impedindo que cidadãos reconhecidos exerçam seu trabalho dignamente.

O apoio de uma política pública adequada a esse segmento é fundamental para promover uma inclusão social satisfatória, além disso, o tema é transversal que abrange diversos segmentos da vida pública.

Esse tema requer uma série de esforços de pesquisa para melhor entendimento, a existência de interesses diversos faz com que isso seja mais desafiador, por um lado temos setores da sociedade que defendem a causa animal e por outro precisamos pensar que essas expressões de existência são complexas e necessitam de ações complexas e não simplesmente a elaborações de leis proibitivas, o modo de existir das pessoas e a interação com os animais nos interessa e nos traz desafios ainda maiores enquanto sociedade.

Nessa seção do trabalho é necessário apresentar as conclusões do estudo, com base nos objetivos enunciados na introdução. Ainda, os autores podem utilizar esse espaço para apontar perspectivas de pesquisas futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. *Rurais*. v. 2, n. 1, mar. 2008, p 9-38.

CASSANDRE, Marcio Pascoal; GODOI, Christiane Kleinübing. **Metodologias intervencionistas da teoria da atividade histórico-cultural: Abrindo possibilidades para os estudos organizacionais**. Fev., 2014. Disponível em < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1510> > Acesso em: 22 set 2021.

CONDESUS. **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região Planalto**. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_Alta_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_Alta_(Rio_Grande_do_Sul)) >. Acesso em: 15 ago. 2021.

DAGNINO, R. de S.; JOHANSEN, I. C. Os catadores no Brasil: características sociodemográficas e econômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do Censo Demográfico de 2010. *In: MINISTÉRIO DO TRABALHO. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise*. Brasília: IPEA, 2017. p. 115-125.

DIAS, Daniel. **Cavalos movimentam R\$16 bi por ano. Saiba como você pode lucrar**. *Canal Rural*. 22 mar 2016. Disponível em: <<https://blogs.canalrural.com.br/danieldias/2016/03/22/o-agronegocio-equino-ja-movimenta-r15-bi-por-ano-saiba-como-funciona-este-segmento-e-como-voce-pode-lucrar-com-cavalos/>>. Acesso em: 31 de jul.2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: < https://ead06.proj.ufsm.br/pluginfile.php/3210466/mod_resource/content/1/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebras%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf > Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1936. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> >. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013**. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf >. Acesso em: 15 ago. 2021.

LIMA, R.A.S.; Cintra, A. G.; **Revisão do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo**. Brasília – DF. Câmara de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, 2016. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/equideocultura/anos-anteriores/revisao-do-estudo-do-complexo-do-agronegocio-do-cavalo/view> >. Acesso em: 15 ago. 2021.

MENEZES, Bruno. **Pesquisa revela que preço pago em materiais recicláveis pode variar 400% na RMBH**. O Tempo, Belo Horizonte - MG, 2021. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/economia/pesquisa-revela-que-preco-pago-em-materiais-reciclaveis-pode-vari-400-na-rmbh-1.2492588> >. Acesso em: 31 jul. 2021.

OIE- ORGANIZAÇÃO ANIMAL PARA SAÚDE ANIMAL. **Organização Mundial de Saúde Animal**, 1924. Disponível em: < <https://www.oie.int/en/what-we-do/animal-health-and-welfare/animal-welfare/> >. Acesso em: 15 ago. 2021.

SOUZA, D. O. A saúde na perspectiva da 'Ontologia do Ser Social'. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 2, n. 14, p: 337-354, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tes/a/xBS6dK8rsnCFqZSkFwYPYfk/?lang=pt>> Acesso em 11 set. 2021.

VASCONCELOS, J. P. R., GUIMARÃES, S. M. F., e ZANET, I. C. B. B. Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: Revisão integrativa da literatura. **Sustentabilidade Em Debate**, 9(1), p. 187-197. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/324906475_Condicoes_de_vida_de_catadores_de_residuos_solidos_reciclaveis_revisao_integrativa_da_literatura >. Acesso em 11 set. 2021.

27

Márcio Francisco de Carvalho

**JOVENS DO CAMPO,
SONHOS E PROJETO DE VIDA:**
estudo de caso da comunidade
na zona rural Mumbuca

Countryside youth, dreams and life project:
community case study in Mumbuca rural area

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as expectativas em relação ao futuro que movem os jovens matriculados no 3º ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, localizada na comunidade da Mumbuca, na zona rural de Passos-MG. Busca-se portanto, compreender a diversidade dos saberes e das vivências culturais dos estudantes alinhadas com o exercício da cidadania, da consciência crítica e da liberdade. Esse artigo está embasado, teoricamente, em estudos da área de Desenvolvimento Rural, Educação do Campo e sobre as juventudes do campo e projetos de vida. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que está sendo realizada por meio de um estudo de caso, amparado por levantamento bibliográfico e documental. O trabalho de campo vem sendo desenvolvido por meio de observação orientada, aplicação de questionários e da realização de entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados. Espera-se, com isso, conhecer o que os jovens participantes da pesquisa pensam para os seus futuros após a conclusão do Ensino Médio: a permanência no campo ou a mudança para as cidades.

Palavras-chave: Jovens do Campo; Desenvolvimento Rural; Educação do Campo.

Abstract: *The present study aims to analyze the expectations regarding the future that move young people enrolled in the 3rd year of High School at the Dr. Manoel Patti Municipal School, located in the community of Mumbuca, in the rural area of Passos-MG. Therefore, we seek to understand the diversity of knowledge and cultural experiences of students in line with the exercise of citizenship, critical awareness and freedom. This article is theoretically based on studies in the area of Rural Development, Rural Education and on rural youth and life projects. Methodologically, it is a qualitative research, which is being carried out through a case study, supported by bibliographic and documentary research. Fieldwork has been developed through guided observation, application of questionnaires and interviews based on semi-structured scripts. It is expected, therefore, to know what the young participants of the research think of their future after completing High School: staying in the countryside or moving to cities.*

Key words: *Countryside Youth; Rural Development; Field Education.*

INTRODUÇÃO

Os jovens que habitam a zona rural são decisivos para a continuidade do trabalho e para a permanência da memória e dos saberes dos povos do campo. Pensar sobre o desenvolvimento rural também é refletir sobre as relações existentes entre juventudes e campo. A história, o modo de vida e a relação que esses jovens estabelecem com a terra e com trabalho são construídos de forma diferente em comparação com aqueles que habitam as cidades, portanto, enfocá-los pode trazer luz para os conhecimentos que têm sido construídos a respeito do campo e de suas comunidades.

Nas escolas do campo, frequentadas por parte dessas juventudes, pode ocorrer, pedagogicamente, a valorização e a produção das próprias expressões culturais do campo, vinculadas à história, à cultura, aos sonhos e aos projetos de vida desses jovens. Nesse sentido, é importante conhecer quais caminhos esses jovens estudantes têm percorrido e quais são as suas perspectivas em relação ao futuro, após a conclusão de seus estudos no Ensino Médio.

Na busca por entender os estudantes que vivem fora da área urbana brasileira, indivíduos mais analisados em pesquisas científicas, as reflexões a respeito da Educação do Campo no Brasil convergem com os estudos sobre Desenvolvimento Rural ao estabelecerem conhecimentos que permeiam o saber local e a valorização da identidade cultural da população rural.

Sendo o campo um espaço de diversidade de sujeitos, práticas e significados, a Educação do Campo é um meio de valorizar a identidade cultural da população, o que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Isso porque:

A Educação do Campo precisa resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo e demais contravalores que degradam a sociedade em que vivemos.

A Escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 162).

Os jovens do campo podem ser agentes transformadores de uma produção eficiente no meio rural, pautada nos princípios da sustentabilidade, da preservação da terra, dos seres que nela vivem e das manifestações culturais das famílias do campo. Portanto, uma Educação do Campo com base em uma visão holística deve consistir em olhar a organização do campo como um todo, ao ajudar na formação de líderes, com foco no alcance dos objetivos, das metas e dos projetos que envolvam todos os jovens do campo.

Os jovens estudantes do campo devem ser capazes de refletir de forma segura e orientada a respeito de seus processos de aprendizagem e socialização nas escolas associados à construção dos seus projetos de vida. Isso contribuirá com suas decisões a respeito de permanecer ou de sair do campo. Vem daí a necessidade de compreender quais as perspectivas desses jovens a partir da relação entre as ações que realizaram no passado, como interferem no presente e como poderão interferir no futuro.

METODOLOGIA

Este trabalho tem adotado uma abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso, para levantar ou gerar dados acerca das perspectivas de projetos de vida dos jovens estudantes do campo, matriculados no 3º ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, na comunidade rural da Mumbuca, em Passos-MG.

A pesquisa qualitativa se adequa à proposta deste estudo, pois, segundo Denzin e Lincoln (2006), envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam

as coisas em seus cenários naturais e tentam entender os fenômenos a partir dos significados que as pessoas conferem a eles. Neste estudo de caso, essa abordagem está estreitamente relacionada à proposta de se amparar nos discursos e nos significados transmitidos pelos jovens estudantes do campo a respeito de suas expectativas de futuro.

Os dados deste estudo de caso serão gerados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além de trabalho de campo, que incluirá aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas e observação orientada.

O trabalho de campo vem sendo realizado por meio do acompanhamento dos estudantes da Escola Municipal Dr. Manoel Patti. Esta escola oferece o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e recebe crianças, adolescentes e jovens. Por ser a única da região que oferece o Ensino Médio, ela atende além dos jovens da comunidade Mumbuca, outras comunidades rurais do seu entorno. Está localizada na zona rural, na região da Mumbuca, entre as cidades de Passos-MG e de Bom Jesus da Penha-MG, reconhecida regionalmente por sua produção de café. A escola é gerida pelo município de Passos-MG, mas, para que o Ensino Médio possa ser realizado na zona rural, as aulas dessa etapa são realizadas em parceria com a Escola Estadual Lourenço Andrade, cuja unidade principal está localizada na sede do município. Dessa forma, os estudantes têm a possibilidade de percorrer toda a sua trajetória escolar básica em uma única instituição, próxima às casas e aos sítios onde vivem com suas famílias.

Para conhecer melhor o contexto dos jovens participantes da pesquisa, um pré-questionário foi apresentado para os 10 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio e analisado posteriormente. Ele continha perguntas sobre os nomes e as idades dos alunos, levantando também informações sobre se moram com suas famílias, quantas pessoas dividem essas casas, quais as ocupações de seus pais, se possuem propriedade rural ou se trabalham para terceiros (no caso de serem lavradores), se esses jovens já trabalham e em quais funções.

Essas respostas foram utilizadas como um primeiro contato de aproximação com os jovens, a partir daí foram selecionados por sorteio, dois estudantes para a etapa das entrevistas piloto, cujos roteiros foram semiestruturados. Os dados obtidos a partir dessas entrevistas estão em processo de transcrição e serão analisados pela banca do exame de qualificação. Após o exame, e as possíveis propostas, teremos a continuidade já com um roteiro de entrevista, que incluirá os outros 8 alunos. Ao todo, 10 jovens serão ouvidos a respeito de suas perspectivas de futuro, sonhos e projetos de vida.

Para as entrevistas, utilizo os conceitos empregados por Gil (1999) e Duarte (2005), que acreditam no potencial dos resultados obtidos por meio de uma relação mais livre entre entrevistados (jovens do campo) e entrevistador (pesquisador), mas com a possibilidade contínua de retomar o foco se o tema se desviar de alguma maneira durante a interlocução.

A metodologia, dessa maneira, tem sido constantemente planejada e reavaliada para buscar convergir com a contemplação dos objetivos previamente propostos, ou seja, averiguando as perspectivas de futuro dos jovens estudantes do campo e, assim, contribuindo com a questão do desenvolvimento rural da comunidade investigada e de outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa está sendo desenvolvida com alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, localizada na comunidade da Mumbuca, na zona rural de Passos-MG.

No total estão sendo entrevistados dois estudantes como projeto piloto para o exame de qualificação do mestrado e conseqüentemente esses dois estudantes se juntaram com os outros oito estudantes para a realização das entrevistas semiestruturadas. Busca se entender

especificamente as possibilidades de permanência ou não dos jovens estudantes do campo e assinalam que, geralmente, eles têm optado por sair de seus territórios. Essas saídas costumam ser acarretadas pelas dificuldades vividas por seus núcleos familiares, que pesam sobre a decisão de migrar, que se manifestam na estrutura de distribuição da terra e acabam se transformando em um entrave à reprodução agrícola (WANDERLEY, 2007) e à noção de desenvolvimento rural.

Com relação àqueles que permanecem nos territórios, Kolling (1999) salienta que a luta por uma educação voltada à realidade dos sujeitos do campo tem como finalidade justamente promover o desenvolvimento sociocultural e econômico, com respeito às diferenças históricas, que contribua para a permanência e a reprodução das pessoas do campo e para a melhora de sua qualidade de vida. Essa afirmativa converge com os objetivos da pesquisa proposta.

Os jovens do campo vivem no meio rural e é a partir dali que constroem suas relações familiares e que alicerçam sua visão de mundo. A esse respeito, Abramo (2005, p. 45) assinala que não se trata de considerar “a juventude apenas enquanto uma fase de preparação para a vida adulta, mas de reconhecer que elas constroem, no presente, relações que lhe são próprias e que vive experiências singulares”, um aspecto importante a ser considerado neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Socialmente, esta pesquisa pode ser relevante para suas interlocutoras e seus interlocutores, os jovens matriculados no Ensino Médio da Escola Municipal Dr. Manoel Patti, na zona rural de Passos-MG. Espera-se que o conhecimento produzido também seja oportuno para outros jovens estudantes de outras comunidades rurais.

A relevância científica do tema também se assegura porque, no país e no exterior, ainda são escassos os estudos sobre projetos de futuro das juventudes do campo.

Esta pesquisa também observa sua relevância, acadêmica e social, por seu intuito de abordar o conceito de desenvolvimento rural e associá-lo aos desejos e sonhos que movem os jovens do campo, geração futura, ou não, guardiã das memórias e das técnicas de trabalho desses territórios. Reconhecer os desafios acerca da permanência dos jovens na zona rural pode colaborar para criar mecanismos que os auxiliem a optar pelo campo e, assim, manterem vivas a identidade e a produção rural. Ao buscar conhecer dados que poderão indicar quais são os projetos de vida dos jovens estudantes do campo participantes desta pesquisa, é possível contribuir com a noção de desenvolvimento rural no território analisado e em outras comunidades rurais, pelo potencial generalizador do estudo.

Espera-se que o estudo possa colaborar para o debate sobre o protagonismo dos jovens do campo em suas comunidades, do seu papel e sua contribuição como agentes políticos do desenvolvimento rural. Além disso, almeja-se contribuir com a construção de um conhecimento científico sobre o tema, ao buscar uma interlocução com outros estudiosos da questão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; MARTONI, P. P. (Org.). **Retratos da juventude: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. 216 p.

ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, M. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103-116.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.).

O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. – São Paulo: Atlas, 1999. 208 p.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo: por uma educação básica do campo (memória).** Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999, 66 p. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº. 1)

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.).

Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-33.

28

Diego Luis Sauer

José Marcos Froehlich

O RURAL E O ALGORITMO:
rural como tema
de conteúdo na representação
de “Badin, O Colono”

The rural and the algorithm:
rural as a content theme
in the representation of “Badin, O Colono”

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir alguns elementos presentes nas plataformas digitais que denotam, reforçam e criam uma narrativa junto a noção de pertencimento aos territórios rurais. Especificamente a partir de “Badin, O Colono” pretende-se explorar elementos que aproximam espaços sociais aparentemente distantes, como a ruralidade e o reality show, mas interconectados e atravessado pelas plataformas digitais. A população rural se relaciona com o entorno e com a sociedade em geral utilizando os mesmos instrumentos e canais de comunicação e informação utilizados nas cidades. Também no âmbito do lazer importantes transformações podem ser percebidas com a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação, sobretudo com a evolução dos smartphones e a produção dos conteúdos culturais disponíveis em plataformas digitais. Constitui importância a produção cultural relacionada ao mundo rural, atravessada por elementos lúdicos diversos ao trabalho, ocupação laboral e a profissão da fé. Como subsídio para a discussão utilizamos o vídeo “Se um colono fosse pro BBB” interpretando a luz da teoria, sobre o mundo rural contemporâneo, elementos que compõe a própria noção de pertencimento ao território e a nostalgia urbana de um rural idílico. A produção audiovisual de “Badin, O Colono” traz, com texto humorístico jocoso e pitoresco, elementos que dialogam com o cotidiano de trabalho e vivência da vida rural, veiculada via plataformas virtuais, alcançando população rural e urbana.

Palavras-chave: Ruralidades; Plataformas digitais; Conteúdo digital.

Abstract: *The objective of this work is to discuss some elements present in digital platforms that denote, reinforce and create a narrative together with the notion of belonging to rural territories. Specifically from “Badin, O Colono” it is intended to explore elements that bring together apparently distant social spaces, such as rurality and reality show, but interconnected and crossed by digital platforms. The rural population interacts with the surroundings and with society in general using the same instruments and channels of communication and information used in cities. Also in terms of leisure, important changes can be perceived with the spread of Information and Communication Technologies, especially with the evolution of smartphones and the production of cultural content available on digital platforms. Cultural production related to the rural world is important, crossed by playful elements different from work, labor occupation and the profession of faith. As a subsidy for the discussion, we used the video “Se um colono fosse pro BBB” interpreting the light of theory, on the contemporary rural world, elements that make up the very notion of belonging to the territory and the urban nostalgia of an idyllic rural. The audiovisual production of “Badin, O Colono” brings, with humorous and picturesque text, elements that dialogue with the daily work and experience of rural life, transmitted via virtual platforms, reaching rural and urban populations.*

Keywords: *Ruralities; Digital platforms; Digital content.*

INTRODUÇÃO

O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e consequente popularização com a possibilidade de acesso via smartphone e conexão de internet móvel e acesso a diversas plataformas digitais propiciou maior alcance comunicacional da população rural. Guimarães *et al.* (2015, p. 43) salientam o reconhecimento da importância destas tecnologias uma vez que:

[...] no meio rural potencializam a comunicação e facilitam as trocas de experiências, sobretudo entre os jovens, que veem nela a possibilidade de sair para além de seus espaços geográficos e sociais, podendo fazer-se pertencer a diferentes redes, nas quais a organização social pode emergir como resultado de um processo de partilha de interesses e sentimentos de pertencimento.

Neste trabalho temos pretensão de discutir alguns elementos relacionados ao pertencimento à ruralidade a partir de um documento audiovisual específico. O vídeo que serve de base para alavancar a discussão tem por título “Se um colono fosse pro BBB³⁶”, personagem aponta situações e como um colono lidaria com elas no programa. Suscita inúmeras questões relacionadas ao modo de vida rural, especificado em sujeitos agricultores do Sul do Brasil, precisamente dedicado a populações descendentes de imigrantes. O autor, Eduardo Gustavo Christ, interpreta “Badin, O Colono”³⁷ em produção de vídeos e conteúdos disponíveis em contas nas plataformas como Facebook, Instagram, Youtube e Tik-Tok. O ator/autor mantém um perfil com mais 3 milhões de seguidores na plataforma Facebook³⁸ (pertencente a Meta Platforms) mais de 660 mil inscritos com mais de 100 milhões de visualizações

36 Big Brother Brasil. É um reality show veiculado no Brasil pela Rede Globo de Televisão e está em sua 19ª Temporada. O formato Big Brother foi criado pela produtora de televisão holandesa Endemol, o formato e nome já foi veiculado em mais de 60 países no mundo. Ver mais em: < <https://telepadi.folha.uol.com.br/produtivo-em-mais-de-60-paises-big-brother-ja-teve-ate-parto-transmitido-de-dentro-da-casa/> >.

37 Site oficial disponível em: < <https://obadin.com.br/> >.

38 Para consultar a página virtual “Badin, o colono” Disponível em: < <https://www.facebook.com/badincolono/> >.

em seus vídeos disponibilizados na plataforma Youtube³⁹ (pertencente ao Google) (número levantados em 18 de maio de 2022) produzindo conteúdos em vídeo, texto e imagens relacionando temas que envolvem a ruralidade, envolvendo um misto de nostalgia, humor, formas de linguagem e comportamento estereotipadas (não necessariamente pejorativas) relacionadas à “colonada”, como são tratados seus seguidores.

A escolha de um vídeo sobre o Big Brother Brasil foi intencional dado engajamento proporcionado pelo programa, pois de maneira geral é o reality show da emissora de maior alcance e audiência do país (Rede Globo), além disso consegue despertar o amor e o ódio na mesma intensidade, sendo o formato mais amado e mais odiado, conforme reportagem⁴⁰ de Leíse Costa.

Tomamos o vídeo como documento a servir de subsídio para nossa interpretação justificando que os documentos são fruto de construção humana, assim adquirem forma de acordo com às condições objetivas, os valores morais, costumes e crenças dos grupos sociais os produziram. Portanto, em acordo com Cellard (2012, p. 295) “o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina”. Assim o documento é sólido e imutável “e o pesquisador não pode dele, exigir precisões suplementares”. Apesar de não haver domínio sobre o documento também não há “ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência” (Ibid. p. 295).

A pesquisa documental permite reconstrução de dados não contemplados pelos interlocutores da pesquisa, além de trazer uma visão histórica do objeto a ser estudado. Podemos afirmar que especialmente documentos textuais, filmografias trazem o olhar do autor que os elaborou, ou seja carregam consigo suas visões de mundo, crenças e referências ao período histórico que foram produzidos. Portanto

39 Canal na plataforma Youtube: < <https://www.youtube.com/c/Badincolono/about> > .

40 Pesquisa aponta que BBB é o reality mais amado e também o mais odiado < <http://edicaodobrasil.com.br/2021/02/12/pesquisa-aponta-que-bbb-e-o-reality-mais-amado-e-tambem-o-mais-odiado/> > .

é necessário analisar os documentos a luz de sua historicidade, seu contexto e, sempre que possível, as circunstâncias políticas, culturais, econômicas e sociais que permeavam a sociedade e os indivíduos que o produziram. (CELLARD, 2012).

O RURAL E O BBB: AS PLATAFORMAS DIGITAIS COMO MEDIADOR

As múltiplas identidades possíveis no meio rural não se anulam, antes se complementam, sobretudo a considerar as formas de comunicação e sociabilidade possíveis com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Froehlich (2015, p. 49) aborda os processos de globalização e territorialização como processos associados, particulares também, sob as fragmentações e multiplicidade de identidades possíveis relacionadas à pós-modernidade. O autor sublinha que:

Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que o mesmo espaço é sempre plural, em que há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território (produção, emprego, patrimônio, residência, residência secundária, lazer, turismo etc.) (FROEHLICH, 2015, p. 49).

Tomemos como exemplo, sobre essa pluralidade, a produção e consumo de produtos culturais relacionados ao rural veiculados nas plataformas digitais e produzidos por atores/ autores que se relacionam com as populações urbana e rural tratando do tema do mundo rural.

Badin, O Colono, explica quais seriam os desejos, expectativas e valores que seriam carregados para dentro do reality show BBB. No vídeo produzido, o autor propõe um exercício de pensar as interações e ações que um participante colono tomaria ao participar do programa. Para isso recorre a elementos nostálgicos, por vezes assíncronos e que mesclam, fé, trabalho, e costumes “do tempo da mãe e da avó”.

O ator/autor, realiza uma série de proposições que serviriam de subsídio para a realização das provas de líder (com jogos que encenam formas de trabalho agrícola: debulhar milho, ensacar salame, tirar leite), propõe cardápio baseado na alimentação de colonos idealizados (polenta, salame, bolachas pintadas, queijo, churrasco, maionese, sagu, entre outros) estipula as temáticas das festas e estilos musicais para as mesmas. Além disso, propõe que os participantes realizem a manutenção da casa e trabalhos como corte da grama, capina das ervas daninhas, implantação de uma horta e até a introdução de uma vaca para que os participantes saibam de onde vem o leite consumido.

O vídeo⁴¹ produzido sobre o BBB “Se um Colono fosse pro BBB”, originalmente postado em 31 de março de 2021 (repostado em 18 de janeiro de 2022, mas com menos engajamento), tem na conta do Facebook do personagem mais 890 mil visualizações, mais 23 mil reações do botão relacionadas ao botão “curtir” e conta com mais de 1200 comentários, não foi possível averiguar o número de compartilhamentos (levantado em 18 de maio de 2022,). No canal do Youtube, o vídeo tem mais de 100 mil visualizações (levantado em 18 de maio de 2022).

Eduardo Christ, que dá vida a “Badin, O Colono”, recorre aos elementos nostálgicos e pitorescos para compor um personagem carismático, hospitaleiro, trabalhador, apegado à família, à fé e as tradições desta. Recorremos a Froehlich e Vendrusculo (2012, p. 322) que explicam como os recursos (que podem ser identificados em “Badin, O Colono”) narrativos são utilizados para compor o patrimônio identitário:

O patrimônio consiste em um legado histórico herdado por sujeitos que seletivamente resgatam e resguardam elementos que devem ser disponibilizados às gerações futuras. Há dessa forma uma apropriação simbólica dos objetos ou de um conjunto de objetos que conferem sentido à identificação. [...] A narrativa identitária apoia-se no resgate da memória coletiva e de um passado constantemente revisitado e reelaborado para produzir os referenciais históricos e culturais de uma origem comum.

41 Link do vídeo disponível em: < <https://www.facebook.com/watch/?v=467102367768756> >.

Apesar do rural ser multifacetado, há elementos comuns relacionando a identidade ao território e que auxiliam na manutenção da coesão social e de um tecido sociocultural que estimula o senso de pertencimento ao lugar. Esses pontos comuns são explorados geralmente em momentos de sociabilidade: no lazer, na profissão da fé, no trabalho, na gastronomia (e na alimentação cotidiana). Estes momentos podem ser caracterizados com valorizações de modos de vida pregressa dos pioneiros imigrantes ou antepassados. (FROEHLICH; VENDRUSCULO, 2012).

Adelman, Franco e Pires (2015), a partir de pesquisa realizada com jovens participantes de rodeios e vinculados a cultura campeira, explicam que o uso das redes sociais tende a potencializar e alargar a participação cultural de jovens, uma vez que elementos os jovens tendem a transitar pelas diversas manifestações culturais, presentes tanto no mundo rural como no urbano, sendo, além de coexistentes, complementares na experiência juvenil.

A discursividade sobre a experiência campeira se torna um elemento aglutinador que tende a aproximar elementos e características entendidas como do “mundo rural”, de um lado, e do “mundo urbano”, de outro, mas que, ao final, se juntam na experiência vivida da contemporaneidade. A partir dessa lógica, nota-se a integração de características tidas como do campo e da cidade que, se antes eram pensadas como opostas, se integram e possibilitam práticas, construção de subjetividades e estilos de vida múltiplos, constituídas de acordo com suas referidas realidades sociais. Para esses jovens, o estilo de vida campeiro não é exclusivamente rural, já que estão imersos em uma múltipla trama cultural, permitindo trânsitos diversos e livres por espaços sociais pensados como distantes ou não comunicáveis entre si. A juventude campeira participa ativamente dos processos em curso, que começam a desmanchar as fronteiras entre campo e cidade, nas práticas e nos discursos (ADELMAN; FRANCO; PIRES, 2015, p. 156, termos em negrito grifados em razão da redação original).

A importância de Badin, O Colono está situado no trânsito que este realiza entre os universos rural e os urbanos. Nesse trânsito reside um hibridismo cultural no qual as vivências do rural e do urbano não

são excludentes, mas complementares e são resultado de experiências múltiplas dos usuários das plataformas.

REFLEXÕES PARA SEGUIR COM O DEBATE ABERTO

Eli Pariser (2012) explica que os filtros de algoritmos elaborados pelas plataformas digitais, alimentados pelos rastros deixados por nós, usuários de motores de busca e plataformas em geral, tem capacidade de direcionar conteúdo personalizado para novas buscas baseado no nosso histórico de navegação e preferências para o autor “a bolha de filtros tende a amplificar drasticamente o viés da confirmação” (PARISIER, 2012, p. 45).

O lazer virtual mediado pelas plataformas, faz parte da realidade de consumo de produtos culturais da sociedade. Plataformas e aplicativos de jogos, redes sociais digitais de compartilhamento de mensagens, fotos, vídeos compõem um complexo efêmero, onde os usuários são encorajados e estimulados a permanecer engajados por meio de desafios de toda sorte, compartilhamento de vídeos, uso de hashtags (#), colocação de comentários, botões para expressar supostas emoções e afetos, compartilhamentos voltados para manter o conteúdo em alta visibilidade. Plataformas como Tik Tok e Kwai, com foco em vídeos, remuneram usuários pela frequência, e, a depender do impacto do usuário remuneram a produção de conteúdo. Além de parcerias pagas (patrocínios) e publicidades embaladas como conteúdo. Nesse sentido, Van Dijck (2016, p. 30) sublinha a afirmação de Marck Zuckerberg “fazer a rede mais social” sobre o papel da tecnologia, reformulando:

en realidad, significa “hacer técnica la socialidad”. Esta socialidad tecnológicamente codificada convierte las actividades de las personas en fenómenos formales, gestionables y manipulables, lo que permite a las plataformas dirigir la socialidad de las rutinas cotidianas de los usuarios.

Apesar dessas controvérsias, é importante mensurar que também há impactos significativos sobre a diversificação de atores participantes desse processo. Personagens como Badin, O Colono, são viáveis dentro desse universo digital, também como uma fonte de renda e trabalho criativo. Eduardo autor que dá vida a Badin, apesar de ser um residente urbano, engenheiro mecânico, encontrou na produção de conteúdo uma forma de fazer algo mais rentável. Sobre sua atuação pontua, em reportagem para Viera e Mansque (2019): “Tem que se olhar, além de tudo, como um negócio. Não dá para dizer que isso não existe, pois assim eu estaria sendo um hipócrita. Todo mundo que batalha merece esse reconhecimento e o dinheiro é jeito de você se manter”.

Por fim, é justo afirmar que Badin, O Colono, evoca as memórias culturais por meio de seu conteúdo nas plataformas, expressa em sua narrativa um modo de vida que carrega elementos ainda existentes em comunidades rurais, mas nostálgico para residentes urbanos com raízes e familiares de origem rural. Também articula elementos que revelam sua relação com um mundo globalizado e de exposição midiática.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Miriam; FRANCO, César Bueno; PIRES, Andressa Fontana. Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o (s) Outro (s) nas redes sociais. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 141-170, 2015.
- CELLARD, Andrea. A análise documental. *In*. POUPART, Jean; *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. – Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2012.
- FROEHLICH, José. Marcos; VENDRUSCULO, Rafaela. A construção social da identidade territorial Quarta Colônia: tramas e sentidos da narrativa. *In*: FROEHLICH, José Marcos. (org.) **Desenvolvimento Territorial: produção identidade e consumo**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, p. 305-352, 2011.
- FROEHLICH, José Marcos. O Rural Múltiplo: a heterogeneidade social, a construção de identidades e as Sociabilidades Locais. *In*: GUIMARÃES, Gisele Martins; *et al.* (Org.) **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e as novas institucionalidades**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 47-70, 2015.

GUIMARÃES, Gisele Martins; *et al.* De Sujeitos ocultos (off-line) a Sujeitos visíveis (on-line): o protagonismo da juventude rural a partir de novas sociabilidades no rural contemporâneo. *In*: GUIMARÃES, Gisele Martins; *et al.* (org.) **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e as novas institucionalidades**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 139-156, 2015.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

VAN DIJCK, José **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. 1 ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

VIEIRA, Siliane; MANSQUE, William Badin. O Colono: Como um engenheiro se tornou fenômeno nas redes sociais e nos palcos. **Gaúcha ZH**, disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/07/badin-o-colono-como-um-engenheiro-se-tornou-fenomeno-nas-redes-sociais-e-nos-palcos-cjxyh67800p401rvam9x17t3.html> >. Acessado em 15 de maio de 2022.

29

Luana Fernandes Melo

Ricardo Alberti

José Marcos Froehlich

OS DEBATES DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL A PARTIR DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

*The debates of healthy
eating from a systemic approach*

Resumo: Este estudo tem o objetivo de abordar sobre os múltiplos debates da alimentação saudável a partir de uma abordagem sistêmica. A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática através da análise bibliográfica junto a base de dados Periódicos Capes, onde a análise de dados ocorreu através da análise documental e de conteúdo. A literatura mostra que a alimentação saudável é mais do que um procedimento de ingestão de alimentos, mas reflete uma gama de implicações multidimensionais e multifatoriais. Desta forma, alimentos saudáveis são permeados não só pela quantidade e qualidade nutricional, mas por um sistema agroalimentar que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo e que assegure a dignidade humana. Com isso, concluímos que o campo da alimentação saudável é complexo, multidisciplinar, dinâmico, intersetorial, envolve multi-contextos, perspectivas multidimensionais e não apenas aspectos limitados à cadeia de produção até o consumo de alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Alimentos; Sistemas agroalimentares; Saúde.

Abstract: *This study aims to address the multiple debates on healthy eating from a systemic approach. The methodology used was a systematic review through bibliographic analysis with the Periódicos Capes database, where data analysis took place through document and content analysis. The literature shows that healthy eating is more than a food intake procedure but reflects a range of multidimensional and multifactorial implications. In this way, healthy foods are permeated not only by quantity and nutritional quality, but by an agri-food system that is economically viable, environmentally sustainable, socially fair and that ensures human dignity. With this, we conclude that the field of healthy eating is complex, multidisciplinary, dynamic, intersectoral, involves multicontexts, multidimensional perspectives and not just aspects limited to the production chain until the consumption of healthy foods.*

Keywords: *Food; Agrifood systems; Health.*

INTRODUÇÃO

A alimentação é uma atividade que envolve muito mais que o ato de comer e a disponibilidade de alimentos (RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017; MELO, 2018); a mesma abrange o *comfort food* e existem várias dimensões da alimentação que se conectam umas com as outras e se relacionam com a saúde e o bem-estar dos indivíduos (BRASIL, 2014). Neste sentido, a alimentação saudável é uma prática social com efeitos heterogêneos que ocorrem a partir da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental, econômica, política e comportamental (BRASIL, 2012; DUROCHER, 2022; LOZANO-CABEDO; AMAYA-CORCHUELO, 2021).

De acordo com Poulain (2004), a percepção de alimentação saudável não deve ser ancorada apenas em normas dietéticas e sociais, mas em aspectos ambientais, culturais, psicológicos e econômicos. Leão (2013) também afirma que os fatores que determinam a alimentação e os hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas, tais como, econômicos, psicossociais, éticos, políticos e culturais. Desta forma, apesar das aporias no assunto de alimentação saudável, o que se compreende é que esta vai além do mero consumo de nutrientes e da abordagem mecanicista, biologicista e reducionista, devendo-se levar em consideração multifatores como fundamentais na definição de práticas saudáveis (SANTOS, 2005).

Neste contexto, é notório que os alimentos que compõem a dieta e o corpo humano são sistemas complexos que interagem antes, durante e após as refeições, todos os dias. Essas complexas relações subjacentes à relação nutrição-saúde não podem ser modeladas com base em uma relação causa-efeito linear entre um composto alimentar e um efeito fisiológico ou metabólico, pois explicar o todo a partir de uma parte mediante uma abordagem reducionista é insuficiente para as questões de saúde e sustentabilidade contemporâneas. Daí a importância de compreender a alimentação saudável a partir de uma abordagem

científica sistêmica da nutrição, que leve em conta os fatores físicos, socioambientais, políticos e culturais (FARDET; ROCK, 2016). Com isso, o objetivo do trabalho é abordar sobre os múltiplos debates da alimentação saudável a partir de uma abordagem sistêmica.

METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma revisão sistemática que buscou junto a base de dados Periódicos Capes fazer um levantamento de publicações sobre alimentação saudável. O estudo delimitou o período de 1990 até 2022 para contextualizar sobre os múltiplos debates e contextos da alimentação saudável ao longo do tempo até a contemporaneidade. Para realizar a análise dos dados recorreu-se à análise documental e de conteúdo (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar as reflexões e percepções sobre alimentação saudável, é pertinente compreendermos a etimologia do termo saúde. Sendo assim, a lei 8.080 de 1990 considera que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990). De acordo com Almeida Filho (2013), a palavra saúde deriva da raiz etimológica *salus* proveniente do termo grego holos, que tem o sentido de todo, totalidade.

Neste sentido, Azevedo e Pelicioni (2011) também trataram a saúde sustentada num ideário mais totalizante, por exemplo, como produto de um amplo espectro de fatores – ambiental, social, físico, político, econômico e cultural – relacionados com a qualidade de vida,

além de considerar as diversas causas do binômio saúde-doença a partir da promoção da sustentabilidade e práticas intersetoriais. Já a seguir serão abordadas contextualizações referentes à alimentação saudável. Sendo assim, pesquisas revelaram que:

As orientações nutricionais estão cada vez mais disseminadas e contraditórias. A cada dia surgem novos estudos questionando ou contradizendo práticas alimentares que se estabeleceram como saudáveis ao longo do desenvolvimento da ciência da nutrição. Diante de tanta informação, o que se percebe é que não somente os leigos estão confusos, mas também os especialistas da área da nutrição e saúde. (AZEVEDO, 2008).

Ou seja, existe um caráter plural do que pode ser compreendido como saudável (CAVALCANTE *et al.*, 2015; LUPTON; CHAPMAN, 1995; KUWAE *et al.*, 2015; SILVA, 2006). É por isso que, para Azevedo (2008), o conceito de uma alimentação saudável não cabe em nenhum consenso científico, visto a complexidade e amplitude do seu significado. Do mesmo modo, Martinelli e Cavalli (2019) constataram que a resposta à pergunta “Quais as recomendações para uma alimentação saudável e sustentável?” ainda não tem consenso na literatura, pois ao mesmo tempo que existem convergências acerca de determinadas recomendações, há incongruências sobre outras orientações atinentes à temática.

Apesar disso, é importante que a antropocena nos dias atuais seja da escolha de uma alimentação e uma vida saudável que não se resume a: ingestão adequada de nutrientes; quantidade de calorias necessárias para os diferentes tipos de atividades profissionais; quantidade suficiente de suprimento alimentar; conteúdo dos nutrientes dos alimentos que são consumidos diariamente; análise quantitativa dos nutrientes e necessidades nutricionais humanas com base no conceito de caloria (AZEVEDO, 2008).

Segundo Azevedo (2008), a alimentação e uma vida saudável não se reduzem a: conhecimento de nutrientes e de suas funções; mensuração, cálculo, predição e organização sistemática de nutrientes; recomendações dietéticas; a quantidade de energia a ser ingerida; combater

as carências nutricionais; alimentação restritiva e de caráter dietoterápico e ao consumo comedido de alimentos e nutrientes. Da mesma forma, uma alimentação saudável não deve se restringir a: alimentos light e diet; com baixa densidade energética; restrita em gordura e proteína de origem animal, sal e açúcar; rica em frutas, verduras e alimentos funcionais e complementos à base de fibras e micronutrientes (AZEVEDO, 2008).

Sendo assim, a alimentação saudável deve ser pensada além da perspectiva do nutricionismo, restrita à composição nutricional dos alimentos e seus efeitos metabólicos na fisiopatologia humana, mas num prisma que não exclua os aspectos ambiental, social e cultural da alimentação (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). Fonseca *et al.* (2011) também expuseram a importância sociocultural da alimentação e de uma perspectiva que vá além do modelo biomédico e das ações prescritivas na área de dietoterapia.

É por isso que para Castro (2015), a alimentação deve ser considerada como uma prática social, ou seja, é mais do que um procedimento de ingestão de alimentos que contribuem para a prevenção ou ocorrência de um conjunto de doenças, por isso que fica o desafio de ressignificar a comida no contexto contemporâneo e de enfatizar a escolha do que comer e do que não comer em função não somente do gosto, da tradição ou do cuidado com a saúde individual, mas em função de implicações ambientais, sociais e econômicas.

Nesta lógica, visualizamos que os alimentos saudáveis devem ser permeados não só pela quantidade e qualidade nutricional, mas por um sistema agroalimentar que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e que assegure a dignidade humana (HCWH, 2016), sendo importante lembrar que a alimentação saudável implica em favorecer o desenvolvimento sustentável e um ambiente com menos impactos socioambientais (BRASIL, 2014; BURLINGAME; DERNINI, 2012; LOWDER; SKOET; SINGH, 2014).

Neste sentido, Martinelli e Cavalli (2019) concordaram com a afirmação antecedente e enfatizaram que recomendações para uma alimentação saudável precisam agregar a sustentabilidade como uma de suas principais dimensões e que alimentos saudáveis devem ser relacionados a um sistema agroalimentar que seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contemplados por uma alimentação sustentável.

Um sistema agroalimentar insustentável não é capaz de produzir alimentos saudáveis para o consumo, pois a alimentação só pode ser considerada saudável se for também sustentável, devendo ultrapassar a perspectiva do nutricionismo, por isso a necessidade de incorporar demandas relacionadas à produção e processamento de alimentos, que não se fazem necessárias na lógica do reducionismo nutricional (MARTINELLI; CAVALLI, 2019). Da mesma maneira, Brasil (2014) afirmou que existe uma interdependência entre alimentação adequada e saudável e sustentabilidade do sistema agroalimentar, ou seja, uma alimentação adequada e saudável deriva de um sistema agroalimentar social e ambientalmente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da alimentação saudável é complexo, multidisciplinar, dinâmico, intersetorial, envolve multicontextos, perspectivas multidimensionais e não apenas aspectos limitados à cadeia de produção até o consumo de alimentos saudáveis. Com isso, a ciência da nutrição em termos científicos e práticos está se aperfeiçoando desde a sua existência até a contemporaneidade e apresenta papel fundamental em desenvolver e reelaborar os discursos e ações sobre as configurações sistêmicas da alimentação saudável, que necessitam estar conectadas às dinâmicas de sistemas agroalimentares sustentáveis, para que a saúde humana e a saúde planetária sejam consideradas como processos interdependentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

AZEVEDO, E. Reflexões sobre riscos e o papel da ciência na construção do conceito de alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 6, p. 717-723, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm >. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 156 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BURLINGAME, B.; DERNINI, S. Sustainable diets and biodiversity. *In*: Food and Agriculture Organization of the United Nations, editor. International Scientific Symposium Biodiversity and Sustainable Diets United against Hunger (2010: Rome, Italy). Rome: **International Scientific Symposium Biodiversity and Sustainable Diets United against Hunger** (2010: Rome, Italy); 2012.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T.; PRADO, S. D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 155-163, 2011.

CASTRO, I. R. R. Challenges and perspectives for the promotion of adequate and healthy food in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 1, p. 7-9, 2015.

CAVALCANTE, C. M. S. *et al.* “Sentidos da alimentação fora do lar para homens idosos que moram sozinhos”. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2015.

DUROCHER, M. ‘Healthy’ for whom? ‘Healthy’ food’s effectivities, avocados, and the production of differentiated bodies. **Biosocieties**, 2022.

FARDET, A.; ROCK, E. Vers une approche plus holistique de la nutrition. **Cahiers de nutrition et de diététique**, v. 51, p. 81-87, 2016.

FONSECA, A. B. *et al.* Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 9, p. 3853-3862, 2011.

HCWH. HEALTHY FOOD IN HEALTH CARE. **Healthy Food in Health Care Pledge**, 2016.

KUWAE, C. A. *et al.* Concepções de alimentação saudável entre idosos na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ: normas nutricionais, normas do corpo e normas do cotidiano. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 621-630, 2015.

LEÃO, M. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: 2013.

LOZANO-CABEDO, C.; AMAYA-CORCHUELO, S. Prácticas sociales, representaciones y políticas en torno a la alimentación. *In: XV Congreso de Antropología Madrid*, Madrid, p. 116-138, 2021.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; SINGH, S.. **What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide?**. Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. Rome: FAO, 2014.

LUPTON, D. A.; CHAPMAN, S. A healthy lifestyle might be the death of you: discourses on diet, cholesterol control and heart disease in the press and among the lay public. **Sociology of Health & Illness**, Leeds, v. 17, n. 4, p. 477-494, 1995.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p.4251-4262, 2019.

MELO, L. F. **Juventudes camponesas, soberania alimentar e agroecologia: Reflexões a partir da Residência Agrária Jovem na Paraíba**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia), Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras – PB, 2018, 153 f.

POULAIN, J.. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

SANTOS, L. A. S. Educação nutricional no contexto de promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

SILVA, L. F. A saúde e o saudável nas racionalidades leigas: o caso da alimentação. *In: CARAPINHEIRO, G.; MENDES, F. Sociologia da saúde: estudos e perspectivas*. Lisboa: Pé de Página, p. 165-195, 2006.

30

Rafaela Santos da Silva

Artur Filipe Ewald Wuerges

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA GESTÃO DE PROPRIEDADES FAMILIARES PRODUTORAS DE CACAU DE TUCUMÃ/PA

*Participation of women in the management
of cocoa producing family properties
in Tucumã/PA*

Resumo: A agricultura familiar se caracteriza por uma produção rural, estruturada no trabalho familiar. O trabalho é organizado e gerenciado pela família, assim é fundamental compreender os espaços ocupados pelas mulheres neste ambiente. O estado do Pará é destaque na agricultura, na qual o município de Tucumã encontra-se dentre uns dos líderes do estado paraense na produção de cacau. A relação de gênero presente no meio rural atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Desta maneira, este estudo tem por objetivo analisar a participação de mulheres na gestão de propriedades familiares produtoras de cacau no município de Tucumã-PA. Em termos metodológicos, a pesquisa é considerada como qualitativa descritiva, fazendo uso de dados primários, que foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, no mês de janeiro de 2022 com 3 mulheres produtoras de cacau. Para a análise levou-se em consideração a caracterização das mulheres, a verificação do trabalho que exercem na gestão, ainda como as dificuldades e a atuação delas nas tarefas, nas atividades e na gestão das propriedades rurais. O qual foi possível concluir que elas participam de todas as atividades na propriedade, porém elas diariamente têm que conciliar a dupla jornada de responsabilidades domésticas com ações gerenciais da propriedade, além de enfrentar a falta de valorização pela família e pela sociedade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Gestão; Gênero.

Abstract: *Family farming is characterized by rural production, structured around family work. The work is organized and managed by the family, so it is essential to understand the spaces occupied by women in this environment. The state of Pará stands out in agriculture, in which the municipality of Tucumã is one of the leaders in the state of Pará in cocoa production. The gender relationship present in rural areas assigns different roles to each sex. Thus, this study aims to analyze the participation of women in the management of cocoa-producing family properties in the municipality of Tucumã-PA. In methodological terms, the research is considered qualitative and descriptive, using primary data, which were collected through semi-structured interviews, in January 2022 with 3 women cocoa producers. For the analysis, the characterization of women was taken into account, the verification of the work they carry out in management, as well as the difficulties and their performance in tasks, activities and management of rural properties. It was possible to conclude that they participate in all activities on the property, but they daily have to reconcile the double journey of domestic responsibilities with managerial actions on the property, in addition to facing the lack of appreciation by the family and society.*

Keywords: *Family farming; Management; Gender.*

INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro está em constante expansão, possuindo alta em vários setores. Dentre os que participam desse crescimento se encontra o cacau (*Theobroma cacao L.*), uma planta que a partir de 1900 tem sido introduzida na agricultura da região do Alto Xingu, região da qual alguns municípios do estado do Pará fazem parte (ADAFAX, 2013). Este fruto é originário da Bacia do rio Amazonas, na América do Sul, e é responsável por fornecer a matéria-prima do chocolate (EMBRAPA, 2017). Cerca de trinta mil produtores trabalham com a cacauicultura no Pará, em 29 municípios, sendo que Tucumã, Medicilândia e Tomé-Açu se encontram na liderança dessa produção paraense (AGÊNCIA PARÁ, 2021). O estado é destaque na agricultura, sendo o pequeno agricultor o principal responsável por grande produção do cacau (MESQUITA, 2013). Desta maneira, a unidade de agricultura familiar se caracteriza por uma organização em prol da produção de alimentos, sendo que os próprios integrantes da família administram esta produção (WANDERLEY, 1996).

Segundo dados mostrados no IBGE Educa Jovens (2019) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua, as mulheres correspondem a 51,8% da população residente no Brasil. Apesar disso, conforme Brumer (2004), diversos estudos realizados sobre a divisão do trabalho por sexo na agricultura apontam que as mulheres (incluindo crianças e jovens), ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”.

OBJETIVOS

O objetivo geral é: Analisar a participação de mulheres na gestão de propriedades familiares produtoras de cacau no município de Tucumã-PA. Os objetivos específicos são: Caracterizar as mulheres produtoras

de cacau; verificar se as mulheres são valorizadas pelo seu trabalho na gestão; identificar as principais dificuldades da mulher na participação da gestão de propriedades rurais e analisar a atuação das mulheres nas tarefas, nas atividades e na gestão dessas propriedades rurais.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada se denomina como descritiva, de finalidade básica. Por se tratar de um estudo que procura entender a participação de mulheres na gestão de propriedades familiares produtoras de cacau, o estudo tem um caráter qualitativo. Os dados coletados para a elaboração da pesquisa são tratados como dados primários.

Para a concretização deste trabalho fez parte a população pertencente a mulheres produtoras de cacau, que possuem a maior parte da sua renda proveniente da agricultura familiar. Foram escolhidas 3 mulheres que residem em suas propriedades rurais em Tucumã – PA, com faixa etária entre 42 e 55 anos de idade. Sendo que, a entrevistada A possui 42 anos, e há 6 anos atua diretamente com a produção de cacau em sua propriedade. A entrevistada B possui atualmente 52 anos e trabalha há 25 anos na produção de cacau. A entrevistada C, possui 55 anos e há 32 anos lida com cacau.

O critério utilizado para a seleção das entrevistadas foi a conveniência, e a quantidade escolhida foi levada em consideração o alcance dos objetivos da pesquisa. Sendo que as escolhidas são mulheres que trabalham a mais de três anos no local que foi pesquisado. As participantes que se enquadram nos critérios da pesquisa são de conhecimento da pesquisadora. As entrevistas foram semiestruturadas, que ocorreram de forma online, e foram realizadas chamadas de voz pelo aplicativo WhatsApp.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas três mulheres, a qual foi possível constatar que todas as entrevistadas são casadas, a participante A e B possuem três filhos e a C possui um em vida, e todas possuem o ensino fundamental incompleto. Nas entrevistas as participantes relataram que os filhos sempre ajudam na tomada de alguma decisão importante para a propriedade e quando é algo muito significativo para a família.

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO QUE REALIZAM

Sobre as atividades que desenvolvem na propriedade, todas afirmaram que atuam somente na propriedade, sendo que esta é a única fonte de renda para elas e para a família. A mulher A relatou, – “Eu participo de todos os serviços na roça, derrubo cacau, descaroço, tudo eu participo e ainda faço o serviço de casa, não é fácil, mas é a única renda que a gente tem, a forma de ganhar dinheiro é trabalhar na roça do cacau.” E, mesmo quando elas não atuam diretamente nas atividades elas sempre procuram ficar sabendo o que está acontecendo e sendo realizado, ainda como tentam acompanhar o que está sendo feito ou deixado de ser realizado na propriedade.

As atividades que elas desenvolvem são com as plantações de cacau, o que é uma atividade composta por várias etapas, o que envolve desde a colheita até a ação final, a qual ocorre após o processo de secagem, e logo após sendo vendido para a cooperativa do município. A entrevistada B comentou que no período da colheita se baseiam numa semana para concluir essa etapa do serviço, e que isso depende da quantidade de frutos maduros. A participante C ainda relatou que é responsável pela horta e pelo cuidado das aves, sendo esta atividade destinada para o consumo da família.

As mulheres iniciam bem cedo suas atividades e relataram que pelas sete, oito horas da manhã já estão trabalhando nas atividades diárias da propriedade. Também fazem os serviços da casa, como cozinhar, limpar e arrumar a casa. A entrevistada A contou que durante o dia que precisa ir para a roça ajudar no cacau ela tenta adiantar a comida para o almoço.

Com base na fala das três mulheres pode-se perceber que todas atuam diretamente e efetivamente na propriedade. E, devido a produção de cacau ser a principal forma de renda das famílias elas tentam auxiliar em todas as atividades, bem como opina nas decisões da propriedade.

VALORIZAÇÃO DAS MULHERES PELO SEU TRABALHO

Em relação à valorização das mulheres na gestão, somente a mulher C disse que se sente valorizada. Segundo ela, o produto que vendem (o cacau), traz retornos tanto para ela quanto para a casa, e se sente valorizada pela família, pois ela sempre participa dando opiniões e ideias e que estas muitas vezes são aceitas.

As participantes A e B relataram que não se sentem valorizadas. A mulher A disse que mesmo não sentindo reconhecimento não reclama para ninguém o sentimento de desvalorização. Também comentou que não é fácil dar conta dos filhos, da casa e da propriedade.

Analisando a fala das mulheres foi possível observar que a estrutura rural ainda é patriarcal, devido que a maioria das entrevistadas relataram que no meio rural o homem ainda domina, e que ainda se sentem minoria neste ambiente, existindo muitas desigualdades entre os homens e as mulheres. A exemplo em situações pelo trabalho que exercem com a lavoura e na gestão. Em relação à família e à sociedade não foram todas que perceberam o sentimento de valorização.

4.3 Principais dificuldades da mulher na participação da gestão de propriedades rurais

A mulher A relatou que sentiu muitas dificuldades no início, pois quando começou a morar nesta propriedade a plantação de cacau só possuía 4 anos e a rentabilidade não era suficiente para sustentar a família e nem gerava renda para cuidar da própria roça, ela ainda comentou que o esposo tinha que procurar trabalho em outras localidades até que o cacau gerasse frutos. A mulher B fez o mesmo comentário sobre essa dificuldade, mas afirmam que planejaram e conseguiram, e hoje o cacau já traz os resultados e é a única forma de renda para a família. A entrevistada C comentou que no começo também sofreu com isso, e que o cacau era algo novo, e que precisou aprender a cuidar e a trabalhar. As dificuldades que elas relataram é confirmado pelo Portal São Francisco (2015), o qual explica que, o cacau começa a produzir no terceiro ano, e somente no sexto ano começa a produzir de forma economicamente.

Quando questionadas sobre desde quando participam na gestão da propriedade, as entrevistadas A e B disseram que desde o início atuam nesta função. Já a participante C comentou que somente há uns 5 anos começou a participar, e a ajudar efetivamente na gestão, pois antes morava na cidade, e assim acabava ficando mais afastada da propriedade.

Ainda sobre as dificuldades simplesmente por ser do gênero feminino, a mulher A disse, –“Eu acredito que toda mulher tem né essa dificuldade, mais como a gente tem que ajudar né o esposo e tirar o alimento né pra gente e pros filhos e querer comprar alguma coisa aí gente vai em frente Deus ajuda e a gente consegue né”. E, quando perguntada se sente dificuldade a mulher C relatou: – “Sim, o não aceitar né principalmente”. Ela contou que sente muitas dificuldades na aceitação das suas opiniões, as vezes ela pensa que vai ser feito de uma maneira e o esposo faz de outra.

Estas são algumas dificuldades relatadas pelas mulheres no decorrer deste estudo, nesse sentido essa pesquisa comprova a dupla jornada das mulheres, que se torna desgastante e cansativa. Também sentem dificuldades no aceite das opiniões expostas em algumas situações. Ainda citam problemas que passaram e sentiram quando começaram a trabalhar com a produção de cacau, que levou alguns anos até dar resultados, o que acarretou dificuldades tanto para elas realizarem uma gestão quanto para a própria família.

ATUAÇÃO DAS MULHERES NAS TAREFAS, NAS ATIVIDADES E NA GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

As mulheres disseram que se envolvem em todas as atividades da propriedade. Quando perguntadas como participam da gestão, disseram que na propriedade participam em tudo, através das opiniões e na tomada de decisões diariamente. Tomam as decisões juntamente com o marido, e antes de qualquer decisão que seja importante para a propriedade e para a família conversam em conjunto até que se cheguem em uma solução. Wommer e Cassol (2014) explicam que a mulher moderna na atualidade, é responsável por várias atividades, nos diferentes turnos do dia, e isso pode ser pesado e exaustivo.

Elas sempre procuram entender dos assuntos relacionados à plantação e às decisões que serão tomadas em cada etapa, se envolvem em tudo, e mesmo com as dificuldades das múltiplas tarefas que desenvolvem procuram estar informadas de tudo o que acontece na propriedade. Para elas é importante saber sobre custos, entradas e saídas e entendem a relevância de um bom planejamento na propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi perceptível que as mulheres desempenham inúmeras tarefas diariamente além dos encargos ligados à administração da propriedade. Neste trabalho foi possível notar que as mulheres exercem um papel essencial na família, na lavoura e na gestão dessas propriedades.

Assim de modo geral, pode-se dizer que o trabalho apresentou um pouco da vivência dessas mulheres produtoras de cacau do município de Tucumã, e como elas participam na gestão, além das dificuldades mencionadas desde o começo da propriedade até os dias atuais. O trabalho também revela a falta de valorização que em algumas situações elas sentem, sendo que somente uma participante expressou o sentimento positivo em relação a esses aspectos.

Não se pode negar que as mulheres constantemente enfrentam desafios sendo um deles a forma de gerir e administrar o meio em que trabalha e participa diariamente, pois além de trabalharem no meio rural também se vêem na condição de cuidar da casa e da família. Mesmo tendo que enfrentar diversas funções no dia a dia, as mulheres não deixam se abalar ou até mesmo de expressar suas opiniões e pensamentos e, apesar de tudo que enfrentam, permitem-se serem otimistas em relação ao futuro.

Para aprimorar o estudo e ampliar a discussão do tema, sugere-se para a realização de pesquisas futuras, a elaboração de estudos futuros em relação as mulheres rurais com o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ADAFAX. **Cultivo e manejo de cacauzeiros**. São Félix do Xingu/PA, 2013. Disponível em: < http://fundovale.org/wp-content/uploads/2016/04/IEB_Cacau_Adafax_site.pdf >. Acesso em: 21 ago. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantidade de homens e mulheres**. Rio de Janeiro: IBGE educa jovens, 2019. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> >. Acesso em: 12 ago. 2021.
- MELO, C. B. **Multimídia: Banco de dados**. Brasília: EMBRAPA, 2017. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-imagens/-/midia/4096001/cacau> >. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MESQUITA, L. A. P. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2013, 137 f.
- NUNES, A. **Pará lidera a produção nacional de produção nacional de cacau pelo segundo ano consecutivo**. Agência Pará. 2021. Disponível em: < <https://agenciapara.com.br/noticia/24646/> > Acesso em: 12 ago. 2021.
- PORTAL SÃO FRANCISCO. **Cacaueiro**. Disponível em: < <https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/cacaueiro> > Acesso em 09 fev. 2022.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**, 1996. Disponível em: < <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> > Acesso em: 22 set. 2021.
- WOMMER, D. H; CASSOL, C. V. A participação feminina na gestão da propriedade rural: cuidado que qualifica e humaniza. *In*: COTRIM, D. (Org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. *E-book*, v. 3, Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2014, 623 p. Disponível em: < http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_Book3.pdf >. Acesso em: 12 out. 2021.

31

Anor Aluizio Menine Guedes

**PESQUISA E EXTENSÃO
EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NO PAMPA GAÚCHO:
relato de uma experiência**

*Research and extension in territorial
development in the Pampa Gaúcho:
report of an experience*

Resumo: Este documento busca expor uma experiência do autor com Pesquisa e Extensão a partir da abordagem Territorial do Desenvolvimento, animados pelas políticas promovidas pelo governo Dilma Rousseff, através da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014. Desenvolvido na região de abrangência do Território Rural do Pampa. Esta região comporta grande parte da porção do estado do Rio Grande do Sul denominada como “Metade Sul”, comumente caracterizada como conservadora, predominando alta concentração de terra e renda, economia dependente do setor primário em oposição a estas realidades o público-alvo deste programa foram Agricultores Familiares, Pecuaristas Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Remanescentes de Comunidades Quilombolas, Pescadores Artesanais e Indígenas. O programa previsto objetivou Implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio de ações de extensão e pesquisa. Apesar de esta iniciativa representar o atendimento a uma demanda existente desde o ano de 2008 no território, a forma exógena como foi constituído e implementado o programa, encontramos muitas dificuldades ao longo do trabalho. Mesmo assim, o Colegiado Territorial de forma positivamente a experiência.

Palavra-Chave: Desenvolvimento Territorial, Agricultura Familiar.

Abstract: *This document seeks to expose the author's experience with Research and Extension from the Territorial approach to Development, animated by the policies promoted by the Dilma Rousseff government, through the institutional and operational articulation of Federal and State Public Universities, Federal Institutes of Technological Education, of the social management instances of the Rural Territories, of the Territorial Development Secretariat in partnership with the National Council for Scientific and Technological Development – CNPq CALL CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014. Developed in the region covered by the Pampa Rural Territory. This region comprises a large part of the portion of the state of Rio Grande do Sul called the "Southern Half", commonly characterized as conservative, with a predominance of high concentration of land and income, an economy dependent on the primary sector, as opposed to these realities, the target audience of this program were Family Farmers, Family Farmers, Agrarian Reform Settlers, Remnants of Quilombola Communities, Artisanal and Indigenous Fishermen. The planned program aimed at the Implementation of Extension Centers in Territorial Development through extension and research actions. Although this initiative represents the fulfillment of an existing demand since 2008 in the territory, the exogenous way in which the program was constituted and implemented, we encountered many difficulties throughout the work. Even so, the Territorial Collegiate positively shaped the experience.*

Keyword: *Territorial Development, Family Farming.*

INTRODUÇÃO

Nesta região, desde o ano de 2008 acompanhávamos debates sobre desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. Várias instituições desde o poder público, universidades e organizações dos agricultores promovem ações buscando a promoção do desenvolvimento rural, mas, ainda muito centralizadas, regionalizadas e/ou atendendo a demandas específicas de cada segmento. No ano de 2012 um coletivo formado por várias representações do setor público e dos Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Remanescentes de Comunidades Quilombola, Pecuáristas Familiares e outros construíram uma agenda com a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Sul onde foi demandado o reconhecimento do Pampa enquanto Território Rural e sua inclusão nas políticas desenvolvidas pela então Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Entende-se que a inclusão deste território na chamada pública CNPq CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 representou um marco importante a medida que inclui o Pampa nas agendas do governo federal dando ouvidos a muitos agricultores e agricultoras invisibilizados historicamente e, institui um importante espaço de participação, controle social e democratização do espaço público e acesso as políticas públicas.

A região de abrangência do Território Rural do Pampa, envolve dezesseis municípios, onde doze são municípios da Região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, sendo eles: Barra do Quaraí, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Maçambará, Manoel Viana, Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Quaraí e Santana do Livramento e quatro são municípios da Região da Campanha - Bagé, Dom Pedrito, Caçapava e Lavras do Sul. Ao todo os municípios constituem uma área de 60.046 Km², onde vivem 713.119 habitantes, sendo a densidade demográfica de 11,5 hab./Km². O Território Rural do Pampa engloba praticamente dois COREDES, o COREDE Fronteira Oeste e COREDE Campanha. Esta região comumente caracterizada como conservadora,

onde predominam grandes propriedades rurais, economia dependente de produções como a pecuária de corte extensiva e de arroz irrigado e, alta concentração de renda e de terra Silva Neto (2005).

Embora o senso comum identifique a Metade Sul do RS como uma região constituída, do ponto de vista agrário, apenas por grandes propriedades rurais, pesquisas, como as de Ribeiro (2001), aponta que 70% dos estabelecimentos da região da campanha do RS têm até 100 ha. Estão, portanto longe de serem classificados como “latifúndios”, embora se dediquem à atividades típicas das grandes propriedades da região – a pecuária de corte extensiva. Mas como seus proprietários não se enquadram no gabarito clássico da agricultura familiar, estão entregues a própria sorte, os Pecuaristas Familiares.

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O IDESE é o resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: *Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda*. Segundo a dados da Fundação de Economia e Estatística, 2019, no Território do Pampa encontramos um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) entre **0,600** e **0,799**, ou seja, segundo esse indicador experimentamos um médio desenvolvimento. Este projeto visou instrumentalizar o território à sua rearticulação espacial a partir de um conjunto de informações que permitam a elaboração de recomendações para Políticas e Projetos de Desenvolvimento considerando a agricultura familiar, assim como a maior participação nas políticas públicas.

Tal proposição se deu em sintonia com o Programa de Nacional dos Territórios Rurais (PRONAT) do MDA/SDT, no qual a região da Campanha e Fronteira Oeste do RS está inserida através da representação de entidades e instituições do Território Rural do Pampa. Com o objetivo de Constituir o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Pampa a fim de potencializar as ações de desenvolvimento Rural e de trazer os principais problemas vivenciados pelos

agricultores para os contextos de ensino e pesquisa da instituição; propiciar um espaço de reflexão aos pesquisadores, estudantes das ciências rurais, membros do Colegiado e demais envolvidos sobre a problemática da Agricultura e Pecuária Familiar e do desenvolvimento rural nesta porção do Estado do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido no âmbito deste projeto consistiu no estudo de dados secundários existentes sobre o território, buscando identificar as categorias sociais de agricultores, seguimentos existentes, sua representatividade, localização e inserção nas políticas públicas. Para Zapata (2007) o conceito de governança refere-se mais ao ambiente presente no Território, capaz de garantir articulações, parcerias e alianças que garantam o bem público, enquanto a gestão refere-se mais a processos e instrumentos de tomada de decisões e implementação de ações. São diferentes, mas complementares, e se retroalimentam. Uma boa governança está relacionada com a capacidade de gerar respostas administrativas às demandas sociais que se apresentam ao governo. Buscando organizar a Gestão Democrática e Governança do território realizamos uma intensa agenda de reuniões e mobilizações dos atores sociais, a partir da articulação do setor público: secretarias municipais, órgãos de extensão oficial, Instituições de Ensino e o Consórcio dos Municípios do Pampa e, as organizações da sociedade civil, onde buscamos identificar, mobilizar, articular e capacitar os diversos setores ligados a Agricultura Familiar, tais como: Cooperativas, Associações, Comunidades Remanescentes de Quilombolas, acampados, Agricultores ligados ao Banco da Terra e Assentamentos da Reforma Agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das primeiras ações desenvolvidas no âmbito deste projeto foi à rearticulação dos atores sociais, em especial, seu Núcleo Diretivo. A constituição de um comitê gestor deste projeto. Destaca-se também a interação com outros NEDETs do Estado do Rio Grande do Sul e da Região Sul do Brasil. Organizamos movimentos interinstitucionais Binacionais de fomento ao desenvolvimento regional envolvendo Brasil e Uruguai. Estas iniciativas provocaram uma farta troca de experiências sejam elas de cunho organizativo, seja tecnoproductivo, o caso de agricultores e pecuaristas do Norte do Uruguai com a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e, dos pescadores artesanais localizados na Bacia do Rio Uruguai e Rio Quaraí, brasileiros ou Uruguaios, estão todos em plena interação. Este território inicia sua caminhada constitutiva anterior ao ano de 2012, desde então experimenta momentos de retrocessos e avanços.

Ao longo deste período manteve certa estrutura organizativa, mantendo um corpo diretivo e plenário com diferentes níveis de atuação e envolvimento. Importante mencionar que a chamada CNPq/MDA/SPM-PR impôs um quantitativo de atividades, assumimos a responsabilidade em realizar a demanda, desde que houvesse a concordância das instâncias territoriais. Com o advento do NEDET- Pampa foi possível avançar na recomposição da coordenação do Núcleo diretivo e manter atuantes as plenárias. E, por último, constituímos as câmaras temáticas, em destaque: Câmara da Pesca e Câmara do Leite. Uma instituição nova no território surge neste momento e produzimos uma sinergia importante, o Consórcio dos Municípios do Pampa-CODEPAMPA, à medida que qualificamos nossa comunicação com os municípios e ampliamos a inserção nas comunidades mais distantes. Outro avanço percebido com a constituição do consorcio foi a flexibilização das ações intermunicipais que estão permitindo a construção de alternativas a muitos problemas enfrentados pelos agricultores,

exemplo disso, as Câmaras Temáticas do Leite e da Pesca. A Câmara Temática da Pesca vem experimentando vários ganhos, dentre eles destacamos o espaço conquistado junto ao Comitê Estadual da Pesca e a construção de um projeto de entreposto territorial da pesca. Também neste período inicial, realizamos uma grande mobilização e capacitação para a elaboração de projetos, em torno das demandas dos agricultores, motivados pelas possibilidades de acesso a recursos representados pelos editais do PROINF. Paradoxalmente, as entidades ligadas ao setor público arrefeceram suas contribuições neste trabalho coletivo, como boa parte das entidades ligadas à sociedade civil depende de transporte, de “carona”, a participação das entidades mais empobrecidas e dependentes, de maneira geral diminuíram sua participação. Outra questão diz respeito a um importante debate que acontece neste momento sobre a sustentabilidade do bioma Pampa face aos avanços dos monocultivos, em especial a soja e a crise vivenciada pela cadeia do Leite e da carne bovina, questões debatidas quando da elaboração do Plano de Trabalho de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Apesar de nosso território não ter uma tradição em termos de trabalho coletivo, associativo ou cooperativo, face aos movimentos produzidos pelo NEDET Pampa, um conjunto de instituições se associaram e desenvolveram ações importantes: destacamos a I Jornada Binacional de Agroecologia e II Seminário Regional sobre Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, realizado em agosto de 2015 e I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Territorial do Pampa: a Soja a Sustentabilidade em Questão, evento organizado por um conjunto de instituições parceiras do Brasil e Uruguai, entre as quais, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul – Rio Grandense (IFSUL), Universidad de la República Uruguay (UDELAR), Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária (COPTec), Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste LTDA (COPERFORTE), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Pampa (NEDET/PAMPA).

Através de representação escolhida no colegiado do território participamos da 2ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – 2ª CEATER, que será realizada nos dias 31 de março e 1º de abril de 2016, no Canoas Parque Hotel, da I Conferência Territorial da Juventude Rural – 27 de agosto de 2015 – Alegrete RS, da I Jornada Binacional de Agroecologia e II Seminário Regional sobre Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, realizado em agosto de 2015. Santana do Livramento RS. I Conferência Territorial de ATER – 28 de outubro de 2015 – Rosário do Sul, do II Encuentro de mesas de Desarrollo Rural de Cerro Largo /Uruguai, do 1º Seminário Binacional dos Pescadores e Aquicultores do Território Pampa em Quaraí/RS, do I Encontro Territorial das Mulheres Rurais em Alegrete e I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Territorial do Pampa: a Soja a Sustentabilidade em Questão, 2016 em Santana do Livramento RS.

Neste projeto vários atores sociais se inseriram em diferentes momentos, avanços estão sendo percebidos como o caso do Curso de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia promovido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS e Universidade da República do Uruguai – UDELAR que estão produzindo grandes debates sobre o desenvolvimento deste território. Outra ação importante a se destacar está sendo o envolvimento da direção da universidade, resultado da percepção quanto à importância e possibilidades que iniciativas desta natureza podem oferecer, resultando na inclusão da temática territorial na pauta da V Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Desenvolvimento Territorial experimentada no Brasil, recentemente foi uma iniciativa importantíssima para o país, apesar de um conjunto de dificuldades enfrentadas, destaca-se aqui a forma

exógena em que foi construída. Apesar disso, acreditamos que uma porção da sociedade experimentou uma oportunidade de ser ouvida, exerceu um pouco de sua cidadania, mesmo que os resultados materiais tenham sido conquistados muito a quem das suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- CHELOTTI, M. C. **A Dinâmica do Espaço Agrário no Município de Sant'Ana do Livramento/RS: das Sesmarias aos Assentamento Rurais.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2003.
- DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: Manual para Especialistas** – EDUFBA, 2007. GARCIA FILHO, D. P. Guia Metodológico – Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. INCRA/FAO, 1996.
- PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL Guia para o planejamento - Alberto Renault Adib. IICA Brasil; Brasília, 2005. LIMA, A.P. Org.
- NESKE, Marcio Z. **Estilos de Agricultura e Dinâmicas de desenvolvimento Rural- O caso da pecuária Familiar do Alto Camaquã no Estado do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado), UFRGS – Porto Alegre, 2009.
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Pré-Território Rural do Pampa, junho, Alegrete, 2012. *No Plero*.
- RIBEIRO, Claudio M. Pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul. *In: EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. E-Book: Pecuária familiar.* Série Realidade Rural, n. 34: Porto Alegre, 2003, 78p.
- SILVA-NETO, B. & BASSO, D. Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas. *In: MIGUEL, L. A. (Org.). Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários.* Série Educação a Distância, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ZAPATA, Tânia. Curso de Desenvolvimento Territorial à Distância. *In: ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo César. Título.* Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007, páginas.

32

Lucas Moretz-Sohn David Vieira

Jeniffer Hübner

PISTAS PARA UM CAMPELINATO QUILOMBOLA:

origens históricas
e o vínculo com a terra

Clues for a quilombol peasantry:
historical origins and the link with the earth

Resumo: O estudo sobre escravidão e a constituição de quilombos no Brasil sempre foi alvo de discussões contrastantes e não sem apresentar contradições. O objetivo deste artigo é traçar pistas sobre a existência de um campesinato negro e quilombola, a partir da análise do histórico de quilombos do Brasil e da produção agrícola presente em alguns deles. Consideramos a existência de um campesinato negro e quilombola, partindo do pressuposto de que a maior parte da população africana que aqui se tornou escrava, possuía atividade agrícola pré-estabelecida e, portanto, vínculo estabelecido com a terra. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa qualitativa com revisão de estudo da arte sobre a temática dos quilombos, da origem da escravidão no Brasil e no mundo. Conclui-se que este vínculo com a terra possui uma continuidade nas comunidades quilombolas atuais que este vínculo com a terra possui uma continuidade nas comunidades quilombolas atuais, bem como se manifesta na atividade agrícola desenvolvida.

Palavras-chave: Campesinato Quilombola; Comunidade Quilombola; Campesinato Negro.

Abstract: *The study on slavery and the constitution of quilombos in Brazil has always been the subject of contrasting discussions and not without presenting contradictions. The objective of this article is to trace the existence of a black and quilombola peasantry, based on the analysis of the history of quilombos in Brazil and the agricultural production present in some of them. We consider the existence of a black and quilombola peasantry, starting from the assumption that most of the African population that became slaves here had a pre-established agricultural activity and, therefore, an established link to the land. The methodology used consists of a qualitative research with a review of the study of the art on the subject of quilombos, the origin of slavery in Brazil and in the world. It is concluded that this bond with the land has a continuity in the current quilombola communities, as well as it manifests itself in the agricultural activity developed. agricultural activity.*

Keywords: *Quilombola Peasantry; Quilombola Community; Black Peasantry.*

INTRODUÇÃO

O estudo sobre escravidão e a constituição de quilombos no Brasil sempre foi alvo de discussões contrastantes e não sem apresentar contradições. A proposta deste artigo é traçar pistas sobre a existência de um campesinato negro e quilombola, expondo brevemente o histórico dos quilombos do Brasil e a produção agrícola presente em alguns deles. Destacamos a relevância de compreender as posições divergentes que envolve a constituição dos quilombos no Brasil, sobretudo no que diz respeito a existência de um campesinato negro. Busca-se discutir as posições divergentes de alguns autores sobre esta questão, apresentando informações que podem contradizer esta narrativa, sobre o quantitativo de população africana escravizada que recebemos no Brasil, a sua origem e o fato da maior parte já ter vindo com uma cultura mais homogênea, e mesmo já falando português.

Por conseguinte, apresentamos os cultivos estabelecidos em alguns quilombos do período da escravidão e a durabilidade que tiveram, o que contrasta com posições que negam o vínculo que estes estabeleciam com a terra. Por fim, consideramos a existência de um campesinato negro e quilombola, partindo do pressuposto de que a maior parte da população africana que aqui se tornou escrava possuía atividade agrícola pré-estabelecida, e, portanto, vínculo com a terra. Compreendemos que este vínculo possui uma continuidade atualmente nas comunidades quilombolas, bem como se manifesta na atividade agrícola desenvolvida.

A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL: ORIGENS, CULTURAS E NARRATIVAS CONTRASTANTES

Como forma de colonizar e explorar os territórios descobertos do Novo Mundo, a partir do momento que a exploração escrava da mão de obra indígena se tornou algo combatido pela Igreja Católica,

os países europeus passaram a extrair do continente Africano a mão de obra escrava, não só para os países do Novo Mundo, mas também para os próprios Impérios Europeus.

Um dos fatores que determinaram a escravidão dos povos africanos foi a localização em uma região que estivesse fora da economia das potências mundiais, de modo que as consequências econômicas ficaram apenas no continente africano. Além disso, o tráfico africano representava dupla face: para os vendedores africanos, não passavam de escambo para adquirir outros valores de uso; para os europeus, era um comércio genuíno, visando o lucro através do intercâmbio de valores de troca neste círculo mercantil (GORENDER, 2012).

No âmbito das diferentes colônias do Novo Mundo, quando a população escrava se estabeleceu e organizou seus territórios de resistência, essas comunidades negras receberam diferentes nomenclaturas: cumbes (Venezuela), palenques (Colômbia), marrons (na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos), bush negroes (Guiana holandesa/Suriname), maronage (caribe francês) e cimaronaje (Cuba e Porto Rico) (GOMES E REIS, 2012). Já no Brasil, inicialmente, nas primeiras décadas da colonização, essas comunidades ficaram conhecidas como mocambos. Posteriormente foram denominadas de quilombos, que tinham relação com a região de origem desses(as) africanos(as). No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Mocambo (ou mukambu) representava pau de feira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para suspender choupanas nos acampamentos na África Central (GOMES, 2015).

Essa nomenclatura no Brasil está justamente relacionada com a maior parte da população escravizada no país, que teve como origem os países desta região africana, como Angola, Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire). Embora Gomes e Reis (2012) tenham afirmado que o Brasil recebeu cerca de 6 milhões de escravos do continente africano, Goulart (1975) apresentou dados que demonstram

que a importação teve um quantitativo menor. Neste sentido, o quantitativo de escravos de origem africana aqui desembarcados durante todo o período da escravidão foi entre 3.550.000 e 3.600.000, estimativa está feita por Goulart (1975) e confirmada por Heywood (2019a).

Quanto às principais atividades produtivas que desenvolviam a maioria da população africana que foi escravizada antes de embarcarem para o Brasil, a agricultura é a principal delas, conforme afirmou Miller (2019). O que foi determinante para a constituição das próprias comunidades negras brasileiras no período colonial. Freitas (1982) destacou que os quilombos agrícolas preponderavam de maneira absoluta no Brasil. Freitas (1982) destacou que os quilombos agrícolas preponderavam de maneira absoluta no Brasil. Gorender (2012) deu mostras de como a agricultura era avançada na África no século XV, quando afirmou que os povos negros alcançaram considerável avanço na agropecuária e no artesanato (por sua evolução endógena e não por influência árabe, como autores racistas supõe). Sobretudo no trabalho com os metais, que em alguma medida encontrava-se mais adiantado do que os próprios europeus da época.

Por conta disso, autores como Cardoso (1987) e Gomes (2015) defenderam a ideia de um campesinato negro no Brasil. Considerando a origem agrícola dos africanos que aqui constituíram os quilombos, tornando os quilombos agrícolas predominantes e o próprio cultivo que estabeleciam (ao longo do tempo e do espaço) nessas áreas.

Apesar disso, autores como Maestri (1988) e Fiabani (2012) refutaram esta ideia, pois acham equivocada a ideia de os quilombolas serem considerados camponeses, afirmando que os quilombolas possuíam uma economia camponesa que se assemelhava à produção nativa e cabocla, com a utilização de ferramentas rústicas e não utilizavam arado e tração animal, pois eram desconhecidos na África e pouco utilizados na escravidão colonial. Além disso, conforme Fiabani (2012), os quilombolas não possuíam laços profundos e essenciais

com a terra ocupada, que permitia que a abandonassem sem maiores traumas para outra região. Já Maestri (1988) afirmou a dificuldade da própria constituição do quilombo como forma de resistência, pela origem diversa (línguas, culturas e religiões diferentes) dos homens escravizados no Brasil, por viverem isolados em unidades escravistas espalhadas pelo litoral e sertões brasileiros, o que dificultava o próprio contato destes escravos com as propriedades, e cujo afluxo contínuo de novos escravos dificultava a criação de uma consciência servil de resistência. Por outro lado, autores(as) como Brazil (1909), Vasina (2019), Heywood (2019a), Miller (2019), e Thornton (2019) apresentam argumentos que, se não contrariam, ao menos deixam dúvidas quanto às posições de Maestri (1988) e Fiabani (2012).

Neste sentido, a própria unidade estabelecida por africanos de diferentes origens (étnicas, religiosas e culturais) para organizar um dos maiores levantes da escravidão, a Revolta dos Malês de 1835, pode ser uma das narrativas para romper com essa ideia que a diversidade étnica impedia a mobilização escrava. Uma vez que havia entre os(as) manifestantes, representantes de várias nações da África e os revoltosos da Bahia também tinham relações com escravos de outras províncias (BRAZIL, 1909). Além disso, conforme afirma Vasina (2019), até chegar nas Américas, mesmo oriundo de regiões africanas diferentes, os africanos acabavam compartilhando uma língua em comum. Posição semelhante tem Heywood (2019a), quando afirma que a África Central, do ponto de vista linguístico e cultural, era mais homogênea que a África Ocidental, lembrando ainda da predominância de escravos de Congo e Angola no Brasil (ambos da África Central). Os próprios cultivos estabelecidos nesses quilombos e a duração com que permaneceram nestas áreas, são pouco mencionados pelos autores contrários à ideia de campesinato negro.

Na verdade, como afirma Price (2012), se analisássemos a história dos quilombos brasileiros buscando outras fontes que não os documentos produzidos por quem tinha interesse em fazer uso da mão

de obra escrava, provavelmente teríamos melhores informações. Como os quilombos dos Saramakas no Suriname demonstraram, diferente do que se pressupunha, a agricultura para os quilombolas dependia de inúmeros rituais. Quando os Saramakas chegavam em uma área desconhecida de floresta (que pode ser pensado para os quilombos do Brasil), agiam como bons vizinhos dos desconhecidos seres sobrenaturais que já estavam ali e realizavam rituais para “domesticar” a nova área de ocupação (PRICE, 2012). Logo, esta situação poderia ser pensada para o próprio quilombo do Kalunga, em Goiás-GO, cujo surgimento é atribuído ao início do século XIX e nunca foi destruído (KARASCH, 2019).

No Quadro 1, podemos ver que o milho, o feijão e o próprio amendoim, foram cultivos estabelecidos também no continente africano, em uma região que a cultura muçulmana foi estabelecida, mas que também foram cultivos produzidos pelos africanos escravizados no Brasil, mesmo considerando que a maior parte dos quilombos mencionados nesta seção, foram compostos por pessoas oriundas da África Central, o que deixa algumas questões para serem refletidas.

Quadro 1 – Relação das principais atividades e cultivos presentes nos quilombos da África e do Brasil

Local/ quilombo	Atividades econômicas, cultivos e criações presentes							
Zoogoo/ África (1820 a 1840)	milho	feijão	arroz	batata- doce	abacaxi	amendoim	cebola	aves
Palmares/ Alagoas (1612 a 1695)	milho	feijão	batata	mandioca	cana-de- açúcar	banana	palmeira pindoba	ervas
Piolho/ Mato Grosso (1740-1770)	milho	feijão	cará	fumo	mandioca	amendoim	abóbora	ananá

Fonte: (BAQUAQUA, 2017; GOMES, 2015; MAESTRI, 2012; MOURA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise dos quilombos propomos imaginar que as pessoas escravizadas no Brasil conseguiram estabelecer alguma comunicação entre si, que não só servia para a própria organização de revoltas contra a escravidão, como destacaram Brazil (1909) e Moura (2020) como também para manter cultivos que fossem comuns.

A população escrava oriunda da África Central (que era maioria no Brasil), veio para o Novo Mundo com uma cultura híbrida já constituída, por isso essa comunicação não dependia muito da diversidade de origens que possuíam. Além disso, quando se estabeleceram em quilombos, construíram uma rede de comercialização mesmo com as elites locais, o que faz refletir que a permanência nas áreas que ocupavam, não era tão curta como alguns historiadores afirmam. Nesse sentido, consideramos que o vínculo com a terra que possuíam também pode ser imaginado, se não nos basearmos somente em fontes documentais produzidas por quem tinha interesse em acabar com esses quilombos. Se não podemos afirmar que houve um campesinato negro constituído no Brasil, tampouco podemos negar que possuíam vínculo com a terra nos quilombos, que ficavam anos nessas áreas e que estabeleciam cultivos que comercializavam.

Nesse artigo buscamos traçar pistas sobre a existência de um campesinato negro e quilombola, a partir da análise do histórico dos quilombos do Brasil e da produção agrícola presente em alguns deles. Consideramos a existência de um campesinato negro e quilombola, partindo do pressuposto de que a maior parte da população africana que aqui se tornou escrava, possuía atividade agrícola pré-estabelecida e, portanto, vínculo estabelecido com a terra. Compreendemos que este vínculo possui uma continuidade atualmente nas comunidades quilombolas, bem como se manifesta na atividade agrícola desenvolvida. Além disso, é possível apontar a influência africana na cultura, na culinária brasileira e nos hábitos alimentares da população

brasileira na atualidade. Em contrapartida, a população africana foi liberta da escravidão no Brasil sem nenhum direito reconhecido, o que reverbera até os dias atuais em seus descendentes, que para o caso da população quilombola, ainda vive no campo sem acesso ao direito à garantia do território e outros direitos humanos básicos.

REFERÊNCIAS

- BAQUAQUA, M. G. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África**. Tradução de Lucciani M. Furtado. São Paulo, SP: Uirapuru, 2017. Título original: Biograph of Mahommah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in the interior of Africa.
- BRAZIL, E. I. Os malês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXII, Rio de Janeiro, 1910. p. 67-125.
- FABIANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FREITAS, D. **O escravismo brasileiro**. 2. ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1 ed. – São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira).
- GOULART, M. **Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- HEYWOOD, L. M. (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2019a.
- KARASCH, M. C. Centros-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. *In*: HEYWOOD, L. M. (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2019. p. 127-164.
- MAESTRI FILHO, M. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, M. Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul. *In*: REIS, J. J.; GOMES, F. S. [Org.]. **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 332-379.

MILLER, J. C. África Central durante a Era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. *In*: HEYWOOD, L. M. (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 29-80.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6 ed. São Paulo-SP: Anita Garibaldi, 2020.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: Histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p.29-533.

THORNTON, J. K. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. *In*: HEYWOOD, L. M. (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 81-100.

VASINA, J. Prefácio. Título. *In*: HEYWOOD, L. M. (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2019, p. 7-10.



33

Kathleen Paust

**PROJETOS DE LEI
RELACIONADOS A POLÍTICA
NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA**

*Bills related to National Climate
Change Policy*

Resumo: Diante do panorama de mudanças climáticas, o Brasil criou a Política Nacional de Mudanças Climáticas. No entanto, são necessários projetos de leis para pôr em prática os objetivos desta e de outras políticas. Dessa forma, este trabalho busca apresentar os principais projetos de lei tramitados durante o atual governo que impactam na Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), visto que os projetos de leis (PL) têm por objetivo principal se tornarem leis. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a busca avançada de projetos nas plataformas do Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Foram encontrados mais de 3.000 projetos, sendo selecionados apenas seis que impactam diretamente sobre a PNMC. Sendo eles, os PL's nº 5624/2019, 551/2019, 510/2021, 2159/2021, 490/2007, 2429/2020. Com isso, é importante salientar o reconhecimento do poder de voto pela população, a fim de romper a esfera de interesses da classe dominante atual.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Política Nacional sobre Mudanças Climáticas; Projetos de lei.

Abstract: *Faced with the panorama of climate change, Brazil created the National Policy on Climate Change. However, bills are needed to put the objectives of this and other policies into practice. In this way, this work seeks to present the main bills processed during the current government that impact on the National Policy on Climate Change (PNMC), since the bills (PL) have the main objective of becoming laws. The methodology used for the research was the advanced search for projects on the platforms of the National Congress and the Chamber of Deputies. More than 3,000 projects were found, with only six being selected that directly impact the PNMC. These being Bills No. 5624/2019, 551/2019, 510/2021, 2159/2021, 490/2007, 2429/2020. With this, it is important to emphasize the recognition of voting power by the population, in order to break the sphere of interests of the current ruling class.*

Keywords: *Climate change; National Policy on Climate Change; Bills.*

INTRODUÇÃO

A crise ambiental é evidente e o extremo climático é um desafio para o mundo, segundo o relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) o aquecimento global está previsto de 1,5 a 2 °C acima dos níveis pré-industriais até o ano de 2050 (IPCC, 2018). A estimativa é a de que o Brasil tenha aumentado em 10% suas emissões de GEE de 2019 para 2020 (SEEG, 2020). Em 2019, a porcentagem de emissão atribuída às atividades rurais foi de 72%, envolvendo o setor agropecuário e a mudança de uso da terra. Diante disso, há a necessidade crescente de Projetos de Leis (PL) que auxiliem na mitigação tanto dos impactos quanto da emissão pelos gases de efeito estufa.

Os PL são um conjunto de normas submetidas à tramitação no Órgão Legislativo com o objetivo de se tornar uma lei. Ao longo de 2019 a 2022 foram aproximadamente três mil projetos em tramitação, sendo 74 voltados para a área ambiental. Nesse viés, o presente resumo buscou analisar os principais PLs em tramitação relacionados a PNMC, durante os anos 2019 a 2022, tendo em vista os compromissos assumidos pelo Brasil quanto ao aquecimento global e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Para tal, foi feita a busca avançada de projetos nas plataformas do Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados e a seleção e análise da coerência com a Política Nacional sobre Mudança do Clima nos resultados encontrados.

Foi realizada a busca através das plataformas *on-line (sites)* da câmara dos deputados e do Senado Federal em set/2021, a partir do filtro avançado de busca de projetos de lei em tramitação, para os anos de 2019, 2020 e 2021. O resultado da busca apresentou mais de 3.000 projetos, sendo 74 projetos envolvendo a área ambiental no senado e 37 na câmara dos deputados. Deste total, foram selecionados 6 que impactam diretamente sobre a PNMC.

A partir do resultado foi realizada uma breve análise qualitativa comparando a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pelo governo Lula em 2009. No decreto 7.390/2010 (revogado pelo decreto 9.578/2018), seção II, constam os compromissos assumidos pelo país (BRASIL, 2018). Bem como, a relação entre os projetos com as metas de redução de emissões para 2025, inscritas na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de 2015, que se tornou obrigatória ao Brasil após a promulgação do Acordo de Paris em 2017 e foi renovada em dezembro de 2020. Além da comparação entre os projetos de lei tramitados que impactam diretamente na mudança climática e a relação com uma das metas (PNMC e NDC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram elencados seis projetos de lei, sendo 4 do Congresso Nacional e 1 da Câmara dos Deputados.

A PL 5624/2019, dispõe sobre os critérios de criação ou transformação dos limites de unidades de conservação e de homologação da demarcação de terras indígenas mediante lei. Como justificativa, o autor tem como finalidade o fortalecimento do poder Legislativo nos procedimentos ligados às Unidades de Conservação (UC) e na demarcação de terras indígenas. Bem como, cita que os Estados são os maiores prejudicados pelo aumento do número de áreas de unidades de conservação e de terras indígenas, das quais impactam negativamente a atividade econômica de tais estados.

Segundo Fonseca *et. al* (2010), as unidades de conservação possuem papel essencial na manutenção de serviços ambientais, benefícios concedidos às sociedades humanas pelos ambientes naturais bem preservados. Na visão das pesquisadoras o avanço do desmatamento na Amazônia é um forte indutor para a criação de novas UC utilizadas estrategicamente para conter o avanço da pressão antrópica.

Considerando a PNMC, em seu Art. 6º, no elemento III constam os Planos de Ação para atingir seus objetivos, sendo um deles a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas (BRASIL, 2009). Dessa forma, o projeto de lei proposto não contribuirá com a minimização das emissões de GEE e tornará mais complexa a criação de novas áreas de conservação.

A PL 551/2019, altera a Lei nº 12.651/2012 para redefinir critérios para redução da área de Reserva Legal em imóveis rurais da Amazônia Legal. Visa permitir a diminuição da porcentagem de áreas de reserva legal na Amazônia. A justificativa proposta pelo senador se baseia na expectativa de que a exploração destas áreas favoreça o crescimento econômico a partir de atividades como, agropecuária, indústria e produção mineral.

A diminuição das reservas legais, favorece a alteração dos padrões do clima na região, afetando o ciclo hidrológico também nas regiões sul e sudeste (SANTOS, *et al.*, 2017). A mudança no uso da terra é um dos principais fatores mencionados pelo Painel Intergovernamental do Clima (IPCC), no qual 93% das emissões brutas foram provenientes da alteração no uso da terra, sendo de 87% do desmatamento ocorrido na Amazônia (SEEG, 2020).

No Art 4º, a PNMC visa a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, bem como a consolidação e a expansão de áreas legalmente protegidas e incentivo aos reflorestamentos e à recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas (BRASIL, 2009). Dessa forma, o PL, além de ser um retrocesso quanto à PNMC, também será uma fonte para a exploração de recursos naturais de uma área que é tida como patrimônio nacional.

A PL 510/2021, conhecida por “PL da Grilagem”, tal projeto modifica a legislação atual sobre a ocupação de terras ilegais e permite (de modo implícito) que quem desmatou se tornem proprietários. De acordo com Chiavari e Lopes (2021) tal PL apresenta pontos com alto retrocesso incentivando o desmatamento ilegal de áreas

de floresta pública, promovendo a grilagem e beneficiando médio e grandes proprietários, como também especuladores. A maioria dos processos envolvendo a perda de vegetação natural é 20% superior em propriedades privadas em comparação a 0,5% em áreas protegidas e 5% em áreas públicas, podendo ser 20 vezes maior em comparação às terras indígenas (AZEVEDO; PINTO, 2019). A conversão da floresta em áreas de pastagens pode emitir para a atmosfera cerca de 100 a 200 Mg-1 de C devido ao processo de desmatamento e queima da biomassa (DIAS-FILHO, *et al.*, 2001).

Com isso, o PL não está em consonância com a PNMC e apresenta divergências sobre a meta proposta na NDC (zerar a conversão ilegal). Como evidência, a devastação pelo desmatamento da floresta Amazônica é 122% maior do que a meta estabelecida na PNMC, que deveria ter sido cumprida até 2020. A junção entre o desmatamento ilegal, o fogo e a degradação podem transformar a floresta amazônica em um processo que os pesquisadores chamam de “Ponto sem retorno” ou “tipping point” (LOVEJOY; NOBRE, 2019). Segundo Gatti *et al.* (2021), as queimadas na Amazônia fazem com que ela emita três vezes mais CO₂ do que é capaz de absorver.

A PL 2159/2021, atuará flexibilizando a legislação para atender aos interesses de setores do agronegócio, mineração e grandes corporações. A tramitação de tal projeto se deu com caráter de emergência e com o apoio de grandes corporações, durante a pandemia de covid-19 e foi tido como oportunista. Especialistas, ex-ministros do meio ambiente e organizações de populações ribeirinhas e quilombolas enviaram notas técnicas contra o PL ao Congresso Nacional, porém não obtiveram respostas. Com isso, atualmente o projeto encontra-se aguardando audiência pública. Tal proposta contraria o que prevê na Carta Magna de 1988, sobre a proteção dos povos originários e de comunidades tradicionais. Dessa forma, acarretará a exclusão de 40% das terras indígenas e 80% dos territórios quilombolas.

Considerando a grande contribuição de tais comunidades para a preservação e proteção do meio ambiente, de acordo com estudos publicados pela FAO, 28% das áreas florestais intactas são gerenciadas por povos indígenas, famílias, pequenos proprietários e comunidades locais. Conforme pesquisadores, as mudanças climáticas estão aumentando a intensidade de fenômenos naturais (IPCC, 2020). Para isso, o licenciamento ambiental precisa se mostrar cada vez mais forte e eficaz para diminuir os efeitos das atividades nas mudanças do clima. Diante do avanço da ocorrência de efeitos climáticos de atividades humanas, surgem as discussões e planos internacionais, bem como a tendência de responsabilização jurídica e crimes ambientais às empresas e instituições. Porém, esse PL vai contra o que se preza nas legislações e indiretamente nos Acordos climáticos, principalmente à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Decreto nº 2.652/1998) pois pretende a flexibilização e desregulamentação do licenciamento (BRASIL, 1998).

A PL 490/2007, conhecida como “marco temporal” restringe as terras indígenas aos territórios que já estavam em posse desses povos em outubro/1988. Além do marco temporal, ele apresenta mais três pontos polêmicos, o primeiro em relação à comprovação de posse para garantir as terras. O segundo, no qual as terras indígenas deixam de ser exclusivas, caso exista relevante interesse público da União e o último, prevê o contato entre povos indígenas e o Estado, inclusive com povos que vivem isolados. Os direitos territoriais indígenas são direitos fundamentais, tendo os povos indígenas o direito à posse permanente, conforme dispõe o § 4º do Art. 231 da Constituição Federal.

Quanto às mudanças climáticas, segundo a ONU os povos indígenas e as comunidades tradicionais são os melhores guardiões de suas florestas, desempenhando papel fundamental na ação climática global (ONU, 2008). Apesar dos territórios indígenas cobrirem cerca de 28% da bacia amazônica, eles geraram apenas 2,6 % das emissões brutas de C na região (WALKER *et al.*, 2020).

A PL 2429/2020, dispõe sobre a regularização de imóvel ou posse rural com áreas suprimidas irregularmente após julho/2008. Propõe a alteração dos parágrafos que tratam do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e da compensação em outro imóvel da Reserva Legal (RL) desmatada ilegalmente. A proposta é impedir que os proprietários de imóveis rurais que desmataram depois de 2008 sejam punidos de forma administrativa. Dessa forma, aparentemente permite lucrar com a ilegalidade (WWF, 2020). Com a falta de delimitação de tempo para a restauração da quantidade de RL mínima exigida pelo CFB, a possibilidade destes locais se tornarem sumidouros efetivos de Gases de Efeito Estufa, começam a contar a partir da assinatura do PRA. É um processo lento, mas importante, tendo uma contribuição relevante na absorção de GEE, atuando também como complemento a outras medidas. Dessa forma, o PL é inviável em comparação às metas estabelecidas pela PNMC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, há 74 Projetos de Lei (PL) envolvendo a área ambiental no Congresso Nacional e 37 na Câmara dos Deputados. No qual após a análise destes, foram selecionados seis PLs que impactam diretamente e negativamente sobre a PNMC, em que caso haja a aprovação de tais, haverá um grande retrocesso quanto às questões do clima envolvendo o Brasil. Tais projetos, também podem ser definidos como projetos de classe pois buscam privilegiar apenas os interesses das classes dominantes, não da sociedade civil como um todo.

Frente aos projetos é de suma importância o reconhecimento do poder de voto pela população em sujeitos políticos que consigam agregar a vontade coletiva, o saber científico e os direitos intergeracionais na defesa de projetos que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das classes vulneráveis e que estas consigam se proteger dos impactos

causados pelas mudanças climáticas da melhor forma possível. Apenas dessa forma será possível, como dispôs Gramsci (2000), romper com a esfera dos interesses de uma bolha superficial da classe alta.

REFERÊNCIAS

T, AZEVEDO; L. G., PINTO. Fake news florestal. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, p. 1-4, 13 fev. 2019. Disponível em: < <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/fake-news-florestal.ghtml> >. Acesso em: 8 abr. 2022.

ARAÚJO, W. J.; GUIMARÃES, I. J. B.; SOUSA, M. R. F. Cenários prospectivos com base nos projetos de lei para acessibilidade na Web no Brasil. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 387-407, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i3.8652530> >. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARCELOS, E. Á. DA S.; BERRIEL, M. C. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, ano 19, n. 19, p. 1-32, 2009. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária.

BRACALION, P. H. S. *et al.* Fake legal logging in the Brazilian Amazon. **Science Advances**, v. 4, n. 8, ago./2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i3.8652530> > Acesso em: 5 abr. 2021.

CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. Nova investida contra a legislação fundiária. Projeto de Lei nº 510/2021 retoma os retrocessos da MP nº 910/2019 e beneficia invasores de Terras Públicas. **Climate Policy Initiative**. 2021. Disponível em: < <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/nova-investida-contra-legislacao-fundiaria-projeto-de-lei-no-510-2021-retoma-os-retrocessos-da-mp-no-910-2019-e-beneficia-invasores-de-terras-publicas/> > Acesso em: 20 set. 2021.

DIAS-FILHO, M. B.; DAVIDSON, E. A.; CARVALHO, C. J. R. Linking biogeochemical cycles to cattle pasture management and sustainability in the Amazon Basin. *In*: MCCLAIN, M. E.; VICTORIA, R.L. & RICHEY, J.E., eds. **The biogeochemistry of the Amazon Basin**. New York, Oxford University Press, 2001. Disponível em: < http://www.diasfilho.com.br/Linking_biochemical_cycles_pasture_management_Amazon_Dias-Filho_Moacyr_et_al.pdf > Acesso: 15 set. 2021.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. P. O papel das Unidades de Conservação. **Scientific American**, v. 39, p. 18-23, maio 2010. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/260513394_O_Papel_das_Unidades_de_Conservacao > Acesso: 15 set. 2021.

GATTI, L. V. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, n. 7867, p. 388-393, jul. 2021. Disponível em: < <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03629-6> >. Acesso em: 12 set. 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3, p. 428, 2000.

LOVEJOY, T.; NOBRE, C. A. Amazon Tipping Point. **Science Advances**, v. 4, n. 2, fev. 2018. Disponível em: < <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aat2340> >. Acesso em: 10 set. 2021.

IPCC – PAINEL GOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC, sigla em inglês). **Relatórios**. Disponível em < <https://www.ipcc.ch/> >. Acesso em: 5 set. 2021.

SANTOS, T.; FILHO, V.; ROCHA, V.; MENEZES, J. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia Brasileira: Um estudo de revisão. **Rev. Geogr. Acadêmica**, v. 11, n. 2, p. 157-181, 2017.

SEEG - SISTEMAS DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. **Análise das emissões brasileiras de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil 1970-2019**. Disponível em: < <http://seeg.eco.br> >. Acesso em: 10 set. 2021.

WALKER, W. S. *et al.* The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, v. 117, n. 6, p. 3015-3025, fev. 2020. Disponível em: < <https://www.pnas.org/content/117/6/3015> >. Acesso: 5 set. 2021.

WWF. **PL 2429/2020: Impunidade ao Desmatamento Ilegal em imóveis rurais**. Disponível em: < <https://www.wwf.org.br/> >. Acesso em: 10 set. 2021.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar no final da presente coletânea, que vincula-se ao 4º Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que teve como temática o mesmo nome do presente, “*Diversidades e Atualidades: ações e reflexões para as ruralidades*”, ressaltamos a importância da ciência na sociedade atual, pois vivemos em um momento histórico marcado por um negacionismo científico pulsante, e assim, precisamos fortalecer as instituições e organizações que trabalham junto ao campo científico.

Deste modo, destacamos, o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos trabalhos realizados junto ao PPGExR, e quando da organização do presente, é inegável o papel central que essas instituições têm junto às pesquisas realizadas pelas (os) autoras (es) da presente obra.

Agradecemos também, o esforço da UFSM e suas áreas administrativas competentes em desenvolver a ciência, e as atividades acadêmicas com a melhor qualidade possível, e aqui, destacamos a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) com sua ligação direta aos programas de pós-graduação e a pesquisa desenvolvida dentro da universidade, assim como, a gestão do Centro de Ciência Rurais (CCR) e suas unidades de apoio, como o Gabinete de Projetos (GAP).

Agradecemos, aos colegas do PPGExR que compuseram a comissão organizadora do 4º Colóquio do PPGExR, e o envolvimento que cada um teve nas diversas comissões, que foram imprescindíveis para a sua realização do evento e da presente publicação, assim como, a participação de todas (os) no evento de alguma forma.

Ainda, agradecemos aos nossos pares que se disponibilizaram a contribuir com as avaliações dos trabalhos aqui publicados, e aos membros da comissão científica, que enfrentaram diversos desafios, desde a idealização do processo, até a conclusão e publicação do presente Ebook.

Portanto, ressaltamos a importância do trabalho coletivo ao se fazer ciência, dos esforços somados na construção dos avanços científicos, sejam nos projetos de pesquisa, ou na organização de eventos, que reúnam pesquisadores e os seus trabalhos.

Por fim, agradecemos à todas as organizações e pessoas que se envolveram nesse trabalho, da realização do 4º Colóquio do PP-GEExR e da elaboração e publicação da coletânea, e ressaltamos a importância da ciência na sociedade contemporânea, em especial de uma ciência comprometida com a busca por melhorar a qualidade de vida das pessoas, no caminho de uma sociedade mais equânime, fraterna e sustentável.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Segue abaixo a lista em ordem alfabética os nomes e informações das autoras e autores, que compõem essa coletânea científica:

Alan Faber do Nascimento

Docente do PPGER da UFVJM, Brasil.
E-mail: alan.faber@ufvjm.edu

Alineaurea Florentino Silva

Doutora pelo PPGDMA-UFPA, docente na Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.
E-mail: alineaurea.silva@embrapa.br

Andrea Cristina Dorr

Docente no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
E-mail: andreadorr@yahoo.com.br

Angélica Cristina Rhoden

Doutoranda no PPGExR pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
E-mail: angelicacristina.rhoden@gmail.com

Aniele Silveira Anklam

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
E-mail: anianklam@gmail.com

Anor Aluizio Menine Guedes

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria; Docente Assistente na UERGS, Brasil.
E-mail: anor-guedes@uergs.edu.br

Antônio Júnior Ribeiro Cardoso

Mestrando em Extensão Rural pela UNIVASF.

E-mail: junior.extensaorural@gmail.com

Artur Filipe Ewald Wuerges

Mestre em administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFSC, Brasil.

E-mail: artur.wuerges@uffs.edu.br

Beatriz Roque dos Santos

Mestra em Estudos Rurais pelo PPGER da UFVJM, Brasil.

E-mail: beatriz.roque@ufvjm.edu.br

Débora da Cunha Mostardeiro Pontelli

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: demost83@yahoo.com.br

Diego Luis Sauer

Discente no PPGER da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: diegoluisauer@yahoo.com.br

Eduardo Pauli

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: edupauli@gmail.com

Eva Monica Sarmiento da Silva

Doutora em Zootecnia (UFCE) e docente na Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.

E-mail: evamonica@univasf.edu.br

Fabricia Tadia

Extensionista da ASCAR, Brasil.

E-mail: bicia.tadia@hotmail.com

Felipe Guerim Pieniz

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: fgpieniz@gmail.com

Francicleide Santos de Oliveira

Mestranda em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.

E-mail: francicleideoliveira20@gmail.com

Gabriela Rozek Weber

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: gabriela.rozek@hotmail.com

Gisele Martins Guimarães

Docente Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: gisele.guimaraes@ufsm.br

Hector dos Santos Facco

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: hectorfacco@gmail.com

Helena Silva Oliveira

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: oliveira.h23@gmail.com

Jamison Pinheiro Ribeiro

Mestrando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: jamisonribeiro16@gmail.com

Jana Rossato Gonçalves

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria; Docente da UFRGS.

E-mail: janarossato@furg.br

Jeniffer Hübner

Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: hubnerjeniffer@gmail.com

Jeorgia Gabriela Bertoldo

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: gabbrielabertoldo@gmail.com

Jéssica Righi de Oliveira

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: jessica_roliveira93@hotmail.com

José Marcos Froehlich

Docente no CCR e PPGEXR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com

João Garibaldi Almeida Viana

Docente no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Pampa, Brasil.

E-mail: joaoviana@unipampa.edu.br

Juliana de Almeida Costa

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: julianaalmeidacosta2017@gmail.com

Kathleen Paust

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: kaatps@outlook.com

Kleber Destefani Ferretti

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: kleber.destefani@acad.ufsm.br

Laila Mayara Drebes

Doutora em Extensão Rural, Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.

E-mail: drebes.laila@unifesspa.edu.br

Larissa Schlottfeldt Sudati

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: lari_shd@hotmail.com

Liziany Muller

Docente no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: lizianym@hotmail.com

Louise Löbler

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: louiselobler@gmail.com

Luana Fernandes Melo

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: luanaagronutri@gmail.com

Lucas Carneiro Rodrigues

Graduando em Medicina Veterinária da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.

E-mail: lucas.carneiro@unifesspa.edu.br

Lucas Moretz-Sohn D. Vieira

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: lucasmdvieira@gmail.com

Márcio Francisco de Carvalho

Mestrando no PPGDRMA da Universidade do Estado de Minas Gerais.
E-mail: marciocoordenacaopedagogica@gmail.com

Marlova Giuliani Garcia

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
E-mail: marlova.garcia@iffarroupilha.edu.br

Monica Aparecida Tomé Pereira

Doutora em Demografia pela UNICAMP. Associada II da UNIVASF, Brasil.
E-mail: monica.tome@univasf.edu.br

Nayibel de los Angeles García Siso

Mestranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
Email nayibel.siso@acad.ufsm.br

Rafaela Santos da Silva

Graduanda em administração na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Brasil.
E-mail: rafaelasantoss.oficial@gmail.com

Rayan Scariot Vargas

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.
E-mail: rayan.scariot@acad.ufsm.br

Rayane Stefany Rodrigues Menezes Alves

Mestranda em Extensão Rural pela UNIVASF, Assistente Social da Prefeitura de Petrolina – Brasil.
E-mail: stefany.rayane@gmail.com

René Geraldo Cordeiro Silva Júnior

Doutor em Zootecnia pela UFRPE, Docente Associado da UNIVASF, Brasil.
E-mail: rene.cordeiro@univasf.edu.br

Ricardo Alberti

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: r-alberti@live.com

Rodrigo Berttoni Cidade

Doutorando no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: rodrigocidade2@gmail.com

Roselaine Tereza Piber

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: roselaipiber@gmail.com

Stéfany Beatriz de Moraes Azevedo

Graduanda em Medicina Veterinária da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.

E-mail: stefanymoraes@unifesspa.edu.br

Tamara Juriatti

Mestranda no PPGH da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: tamara_juriatti@outlook.com

Thaynara Thaissa Dias Guimarães

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: thaynara.dias@hotmail.com

Vanessa Lazzaretti Picoletto

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: vanelazzaretti@hotmail.com

Vicente Celestino Pires Silveira

Docente no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: vcpsilveira@gmail.com

Yosani Morales Martínez

Doutoranda no PPGExR da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil.

E-mail: yosa-12@hotmail.com

WWW.PIMENTACULTURAL.com

DIVERSIDADES E ATUALIDADES

ações e reflexões
para as ruralidades

Coletânea de trabalhos apresentados
no 4º Colóquio do PPGExR/UFSM

